



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Altineia Maria Neves

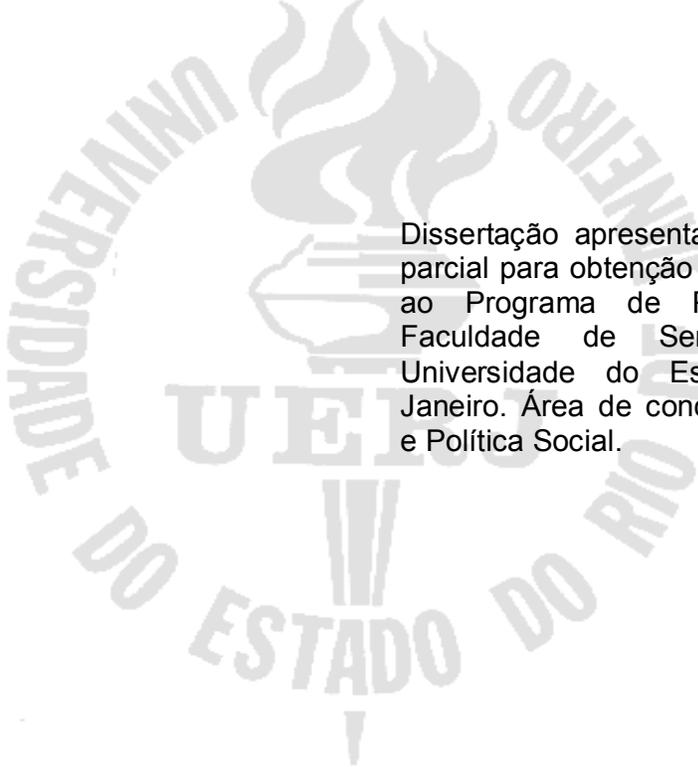
**O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ:  
(re)produção ampliada da *questão social* e exercício da profissão**

Rio de Janeiro

2010

Altineia Maria Neves

**O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção  
ampliada da *questão social* e exercício da profissão**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Maria de Vasconcelos

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

N518 Neves, Altineia Maria.  
O trabalho do assistente social no município de Tanguá/RJ:  
(re)produção ampliada da questão social e exercício da profissão/  
Altineia Maria Neves. – 2010.  
226 f.

Orientador: Ana Maria de Vasconcelos.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Faculdade de Serviço Social.  
Bibliografia.

1. Assistentes sociais – Tanguá (RJ) - Teses. I. Vasconcelos,  
Ana Maria de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Data

Altineia Maria Neves

**O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção  
ampliada da *questão social* e exercício da profissão**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 01 de fevereiro de 2010.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Ana Maria de Vasconcelos (Orientadora)  
Faculdade de Serviço Social da UERJ

---

Prof. Dra. Marilda Villela Iamamoto  
Faculdade de Serviço Social da UERJ

---

Prof. Dra. Fátima da Silva Grave Ortiz  
Escola de Serviço Social da UFRJ

Rio de Janeiro

2010

## **DEDICATÓRIA**

### **À Família Neves & Santos**

aconchegada à Tanguá desde a década de 1960  
migrante como tantas - sonhadora e guerreira.

### **Aos assistentes sociais de Tanguá**

assim como a população do lugar  
também enfrentam incertezas  
e, juntos, fincam as estacas da certeza de um novo amanhã.

## **AGRADECIMENTOS**

O mestrado expressa “um ponto de inflexão” em minha trajetória acadêmico-profissional, em especial, em minha vida pessoal. Uma etapa de maturação – firmar as bases – para um novo tempo de vida onde família, profissão, estudos, amizades e tantas dimensões da vida se sintonizam. Etapa onde pude com “fino discernimento” extrair subsídios para prosseguir firme na profissão escolhida. Isso está sendo dito para dar sentido a um tanto de gente que participou comigo desse processo. Gente que se envolveu desde sempre, trilhando comigo este caminho, uns lá no início, outros pelo meio do caminho e outros que estão chegando, porém, cada um dando um pouco de si para que meus passos se firmassem nesse novo embalo da vida. Assim, meus sinceros agradecimentos neste momento são oferecidos às seguintes pessoas e grupos:

### **À Banca Examinadora composta pelas seguintes professoras**

Ana Maria de Vasconcelos, minha orientadora, pessoa querida e especial que trilhou comigo esta etapa acadêmica. Agradeço seu acompanhamento atencioso, respeitoso, cuidadoso, seu bom humor e a firmeza teórica de quem sabe aonde quer chegar, mostrando-se aberta ao diálogo e a participar do processo de desatar os nós implicados na construção do objeto desta pesquisa.

Marilda Iamamoto, com quem tive a honra de estudar neste período de mestrado e de saborear os calorosos e instigantes debates teóricos em sala de aula. Agradeço sua disponibilidade em aceitar meu convite para compor minha banca de qualificação e de defesa, como também agradeço por você ser o que é no Serviço Social, no Brasil e para além dele e, em especial, pela pessoa ética e atenciosa que pude conhecer nesse tempo de convivência na UERJ.

Fátima Grave Ortiz, a quem agradeço imensamente pela disponibilidade em participar da minha banca, especialmente pelas cuidadosas sugestões e valiosas recomendações para minha pesquisa.

### **Aos Assistentes Sociais do Município de Tanguá**

A participação com grande abertura e disponibilidade em colaborar foi imprescindível para a concretização dos propósitos da pesquisa. Meus calorosos agradecimentos por tudo.

### **Ao corpo de docentes do Mestrado do PPGSS da FSS/UERJ**

Cada professor marcou de um jeito ou de outro minha trajetória no mestrado, tornando-se uma centelha nos propósitos que amadureci durante este percurso. Citá-los aqui é reconhecer a importância de cada um, em medidas diferentes, mas todas valiosas. Assim, minha gratidão a esses mestres: Silene Freire, Maria Inês Souza Bravo, Maria Ciavatta, Vanda Ribeiro, Marilda Iamamoto, Alba Thereza B. de Castro, Mônica Alencar, Lúcia Freire, Rose Serra, Maria Helena Tenório, Tatiana Baptista e Ana Maria de Vasconcelos.

### **À Coordenação e Equipe da Secretaria do PPGSS/UERJ**

Agradeço toda a atenção durante este tempo de convivência no mestrado, especialmente à Marlova e à Mariana com quem mantive contato mais próximo.

### **Ao CAPES – Centro de Apoio à Pesquisa no Ensino Superior**

A concessão da Bolsa durante este período que me possibilitou gozar de certo tempo e tranquilidade nos avanços dos estudos.

### **À Valquíria Helena Coelho, nossa querida Val**

Uma colega de turma que se tornou uma grande amiga. Amizade que foi se fortalecendo no dia a dia das nossas pesquisas e buscas pela clareza do nosso objeto. Agradeço por tudo e, em especial, pelo apoio fundamental na parte técnico-operacional da pesquisa. Sem o apoio dessa “menina”, na construção do Banco de Dados e nas dúvidas com os gráficos, não sei o que seria da minha pesquisa.

### **Aos colegas de turma**

Cada um(a) em sua singularidade, talento, loucura. Pessoas incríveis que jamais as esquecerei: Laura, Val, Vanessa, Mariana, Denise, Giselle, Rodrigo, Reginaldo, Carlos Felipe, Luciana, Juliana, Cintia, Carla Cíntia e a nossa querida Ruth que partiu nos deixando antes da hora. Agradeço a cada um(a) pela convivência e aprendizagem.

### **Às alunas da graduação (UERJ e UFRJ)**

Jaqueline, Juliana, Lidiane, Luciana e Renata, que integram a pesquisa da Professora Ana Maria de Vasconcelos, minha gratidão pelo apoio na transcrição das entrevistas e pelas valiosas sugestões.

### **Às pessoas significativas – amigos e profissionais**

Pessoas que marcaram presença em minha trajetória bem antes que o mestrado acontecesse, mas que foram imprescindíveis nessa conquista –que tanto me alegra hoje. Uns com seu talento, outros com seu profissionalismo, cada um com

sua particularidade e singularidade, amizade incondicional. Tantas pessoas especiais, porém, não posso deixar de evidenciar aqui algumas: **Iti**, meu amigo e grande companheiro no sentido mais profundo – *partir o pão na mesma direção e passar pelo mundo fazendo o bem*. Pessoa espirituosa que muito me ajudou a buscar a leveza de ser como jeito de viver, a cultivar a ternura e o encantamento tão próprios da vida mineira, a gostar de poesias como uma expressão da criatividade divina, a experienciar a mística da classe trabalhadora revelada nos vagões dos *intereclesiais* das comunidades de base. Do **Iti** à **Naty**, que aqui trago como expressão de gratidão a todos os amigos e amigas das terras mineiras, em especial da grande BH. Além de amiga cismou agora de ser também colega de profissão – parabéns, jovem assistente social! **Joana**, jamais hei de esquecer as sessões que me renderam bons frutos em minha retomada de vida. Obrigada por tudo! **Vânia Dutra**, encontro na graduação – 10 anos se passaram – e reencontro nesse novo momento. Sua força foi fundamental para que eu pudesse me lançar no campo da pós-graduação e a traçar metas e possibilidades profissionais nesse momento da minha vida. E, no compasso da Vânia, não posso deixar de me lembrar, como se eu pudesse esquecer um dia, da nossa querida **Márcia Silva**. Pessoa incrível! Misto de intelectualidade, “misticidade”, militância – vermelho total. Uma loucura! Uma significativa referência nos estudos de Marx e nas gargalhadas proporcionadas em sala de aula em 2007, num ano tão duro para mim aqui no Rio. **JB**, referência de uma nova amizade, alguém que cuida e dá broncas, que só com uma aproximação cuidadosa e devagarzinho se descobre no escondido do homem marrento a delicadeza e humanidade de quem optou por cuidar da vida.

#### **À família “Neves” & “Santos”**

Meu orgulho por fazer parte dessa grande família, de retornar à intimidade da convivência, reencontrar as raízes depois de tanto tempo distante do aconchego desse clã. Agradeço aos meus pais **Liesse e Penha**, pelo amor incondicional. Meus irmãos **Angelina, Lea, Paulo Henrique, Terezinha e Solange**, pessoas incríveis que não me deixam sentir sozinha, jamais. À **Sol** agradeço especialmente o apoio na articulação dos contatos em Tanguá e na aquisição de material para subsidiar a pesquisa de campo. Aos tios **Fátima e Ilson**, juntamente com os primos **Léo e Felipe**, sem vocês aqui no Rio não sei o que seria de mim, obrigada pela acolhida e a presença sempre generosa.

## RESUMO

NEVES, Altineia Maria. *O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção ampliada da questão social e exercício da profissão*. 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O assistente social como um trabalhador assalariado, convive com os dilemas da classe trabalhadora em seu cotidiano profissional, dilemas que se traduzem nas tensões entre a condição de cidadão trabalhador, a mediação do mercado de trabalho e o efetivo exercício da profissão. Tais questões expressam a busca pela apreensão do Serviço Social em seu efetivo exercício e em suas determinações concretas. Constituem-se também ponto de partida do presente trabalho que se caracteriza pela elaboração de uma pesquisa de caráter exploratório do trabalho do assistente social. Tal propósito investigativo tem como objetivo central caracterizar e analisar o fazer profissional do Serviço Social em sua processualidade, tomando como espaço amostral o Município de Tanguá, uma pequena municipalidade situada ao Leste da Baía da Guanabara no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ao partir da perspectiva de *aliar a empiria ao exercício de abstração*, utilizando entrevistas estruturadas e semi-estruturadas para compor sua base de dados, essa pesquisa traduz um esforço de apreender o trabalho dos assistentes sociais enquanto trabalho concreto e socialmente útil e como trabalho abstrato gerador de valor, que se constitui uma expressão do trabalho social. A pesquisa revelou que nesse pequeno município, o Estado tem a prevalência na contratação da força de trabalho dos assistentes sociais, porém, tanto no setor público quanto no privado há tendências à precarização das relações de trabalho. A tensão entre relativa autonomia e possibilidades de realização do trabalho está presente na experiência profissional que, além de viabilizar recursos de acordo com as condições dadas por seu empregador, também convive com a cultura política local marcada pela ideologia do favor e pela interferência do poder institucional em seu trabalho. A atualidade do município revela os impactos decorrentes do processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um projeto que vêm aquecendo um acelerado processo migratório de trabalhadores na região. Os efeitos desse processo repercutem no cotidiano de trabalho do assistente social, complexificando suas demandas e requisições institucionais, tendo em vista a (re)produção ampliada das expressões da *questão social* nessa realidade.

Palavras Chave: Trabalho. Sociabilidade Capitalista. Questão social. Exercício profissional.

## ABSTRACT

The social worker as a salaried worker deals with the working class dilemmas in their daily professional dilemmas which result in tensions between the condition of citizen workers, the labor market mediation and the effective exercise of the profession. These questions express the search for the seizure of Social Work in its effective exercise and its concrete determinations. Also constitute the starting point of this work, which is characterized by the development of an exploratory research study of the social worker. Such investigative purpose is mainly aimed to characterize and analyze the professional social work in their processivity, taking as sample space the City of Tanguá, a small municipality located east of the Guanabara Bay in the State of Rio de Janeiro. Starting from the perspective of joining the empirical exercise of abstraction, using structured and semi-structured interviews to create your database, this research represents an effort to apprehend the work of social work as socially useful and concrete, and as a value generator abstract work, which constitutes an expression of social work. The research revealed that at this small city, the state has prevalence in the hiring of the workforce of social workers; however, both the public and the private sector tend to the precariousness of labor relations. The tension between autonomy and opportunities on completion of work is present on that experience, which as well as providing resources in accordance with the conditions given by his employer, also lives with the local political culture marked by the ideology of favoritism and interference by the institutional power in their work. The actuality of the city reveals the impacts of the implementation process of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj), a project that has been warming an accelerated process of migration of workers in the region. The effects of this process have repercussions in the everyday work of social workers, problematizing its institutional demands and requests in order to largely (re)produce the social issue expressions of that reality.

Keywords: Work. Capitalist sociability. Social issues. Professional exercise.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Municípios Fluminenses que integram o Conleste.....	46
Quadro 2: Empregadores/Campos de Atuação.....	66
Quadro 3: Perfil da população atendida pelos assistentes sociais.....	127
Quadro 4: Programas e áreas de atuação.....	149
Quadro 5: Atividades de Rotina.....	163
Quadro 6: Supervisão de Estagiários.....	174
Gráfico 01: Sexo .....	61
Gráfico 02: Etnia auto declarada.....	62
Gráfico 03: Idade/tempo de formados.....	62
Gráfico 04: Idade/religião.....	63
Gráfico 05: Identificação dos empregadores.....	64
Gráfico 06: Localização da residência.....	64
Gráfico 07: Áreas de atuação dos assistentes sociais.....	65
Gráfico 08: Fatores que influenciaram na escolha profissional.....	93
Gráfico 09: Natureza da Instituição de Ensino.....	96
Gráfico 10: Unidades de ensino/Trabalho no Setor Público-Privado.....	96
Gráfico 11: Ano de graduação.....	99
Gráfico 12: Formação acadêmico-profissional.....	100
Gráfico 13: Incentivo institucional para aperfeiçoamento profissional.....	102
Gráfico 14: Lacunas na formação.....	103
Gráfico 15: Intervalo de tempo entre a formatura e o primeiro emprego.....	105
Gráfico 16: Número de instituições onde já trabalhou.....	106
Gráfico 17: Natureza da instituição que trabalha no município.....	107
Gráfico 18: Tipo de vínculo.....	107
Gráfico 19: Existência de duplo emprego.....	108
Gráfico 20: Tempo de trabalho na instituição.....	109
Gráfico 21: Faixa salarial/natureza da instituição.....	110
Gráfico 22: Faixa salarial/carga horária.....	111
Gráfico 23: Regime de trabalho.....	112
Gráfico 24: Exigência de produtividade.....	113
Gráfico 25: Regime de trabalho em relação aos demais profissionais de nível superior.....	114

Gráfico 26: Nível de satisfação com o emprego.....	116
Gráfico 27: Participação em órgãos da categoria e associação dos trabalhadores.....	117
Gráfico 28: Utilização de pesquisa sobre a população do município.....	126
Gráfico 29: Ocupação da população atendida.....	129
Gráfico 30: Situação imobiliária da população atendida.....	131
Gráfico 31: Origem da população atendida.....	132
Gráfico 32: Expressões da questão social no município.....	133
Gráfico 33: Demandas dirigidas ao município.....	134
Gráfico 34: Demandas dirigidas ao serviço social.....	134
Gráfico 35: Expectativas da população atendida.....	135
Gráfico 36: Inserção nas políticas públicas.....	148
Gráfico 37: Intersetorialidade na atuação profissional.....	153
Gráfico 38: Relação entre o trabalho e as Políticas nas três esferas de governo... ..	154
Gráfico 39: Projeto de Intervenção Profissional .....	158
Gráfico 40: Autonomia Relativa/Liberdade para planejar.....	161
Gráfico 41: Organização da Rotina de Trabalho.....	162
Gráfico 42: Instrumentos normativos de referência no cotidiano de trabalho profissional.....	166
Gráfico 43: Condições das Instalações do espaço que ocupa.....	167
Gráfico 44: Trabalha com profissionais de quais áreas.....	171
Gráfico 45: Temas comuns discutidos nas reuniões de equipe.....	173
Gráfico 46: Como avalia a experiência como supervisor de estágio.....	175
Gráfico 47: Conselhos onde atua e/ou atuou como conselheiro.....	180
Gráfico 48: Encaminhamento de usuários para Conselhos/Conferências.....	182
Gráfico 49: Opinião sobre os Conselhos.....	183
Gráfico 50: O governo local favorece a participação popular.....	184
Gráfico 51: Trabalho articulado aos movimentos sociais.....	185
Gráfico 52: Principais desafios colocados à profissão no município.....	191
Gráfico 53: Acompanha o processo de implantação do Comperj.....	197
Gráfico 54: Percepção do impacto do Comperj no município.....	198

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
All	Área de Influência Indireta
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CAPs	Centro de Apoio Psicossocial
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIBRAN	Companhia Brasileira de Antibióticos
CIES	Centro Integrado de Educação Especial
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMA	Conselho Municipal de Agricultura
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDM	Conselho Municipal de Direitos da Mulher
CMETI	Conselho Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil
CMH	Conselho Municipal de Habitação
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas p/ Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COMETI	Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COMPETI	Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Conleste	Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EaD	Educação à distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
CTC	Consórcio Terraplanagem Comperj
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações

FEPETI/RJ	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
<u>IBGE</u>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índices de Desenvolvimento Humano do Município
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MME	Ministério de Minas e Energia
NEVES	Núcleo de Estudos sobre Violência e Exclusão Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<u>PNUD</u>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPDs	Pessoas Portadoras de Deficiência
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REUNI	Programa de Reestruturação das Universidades Federais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental do Comperj
SASERJ	Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIPLI	Universidade Plínio Leite
UNISUAM	Universidade Augusto Motta
UVA	Universidade Veiga de Almeida
UGF	Universidade Gama Filho

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1	<b>TANGUÁ: DAS ENGRENAGENS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA AOS IMPACTOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA</b> .....	26
1.1	<b>Tanguá: “de sesmaria a município”</b> .....	27
1.2	<b>Tanguá: “sinônimo de usina”</b> .....	31
1.3	<b>Tanguá na década de 1970: (re)configurando sua identidade econômico social</b> .....	41
1.4	<b>O Projeto COMPERJ e seus impactos: os trabalhadores migrantes em Tanguá</b> .....	45
1.5	<b>O Serviço Social no Município de Tanguá: conhecendo os assistentes sociais e seus espaços ocupacionais</b> .....	60
2	<b>TRABALHO QUE SE EXPRESSA NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL: O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO</b> .....	67
2.1	<b>Trabalho na sociedade capitalista</b> .....	68
2.1.1	<u>Trabalho e a constituição do indivíduo como ser social</u> .....	68
2.1.2	<u>Trabalho e processo capitalista de produção</u> .....	72
2.1.3	<u>Trabalho Livre e o processo de gerar mais-valia</u> .....	75
2.1.4	<u>Contradições sociais oriundas na lei específica do modo de produção capitalista</u> .....	81
2.2	<b>Serviço Social: um tipo de trabalho na sociedade</b> .....	86
2.2.1	<u>A condição assalariada do assistente social e o exercício da profissão</u> .....	87
2.2.2	<u>Formação acadêmico-profissional e condições de trabalho dos assistentes sociais no Município de Tanguá:</u> .....	93
3	<b>QUESTÃO SOCIAL, ESTADO E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL</b> .....	119
3.1	<b>Serviço Social: uma profissão interventiva no âmbito da questão social</b> .....	119
3.2	<b>Conhecimento da população atendida e das expressões da questão social pelos profissionais</b> .....	125
3.3	<b>A questão do Estado e das investidas de contrarreforma: a trajetória da Política social no Brasil</b> .....	136

3.4	<b>Descentralização da política social e exercício profissional.....</b>	<b>144</b>
3.5	<b>Atuação profissional nas políticas do Município de Tanguá.....</b>	<b>148</b>
4	<b>O “FAZER DA PROFISSÃO” NO COTIDIANO DE UM PEQUENO MUNICÍPIO: PROVOCAÇÕES E DESAFIOS.....</b>	<b>156</b>
4.1	<b>Condições técnico-operacionais da ação profissional.....</b>	<b>156</b>
4.2	<b>Inserção profissional nos espaços de controle democrático e o desafio da mobilização popular.....</b>	<b>177</b>
4.3	<b>A atuação profissional diante da cultura política local e desafios.....</b>	<b>187</b>
4.4	<b>Comperj e a questão da migração: reflexão sobre a centralidade dos sujeitos no cotidiano do trabalho profissional.....</b>	<b>193</b>
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>209</b>
	<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>222</b>
	<b>APÊNDICE B – Formulário de entrevista.....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

Segue teu rumo, e não te importes com o que os outros digam!

*Karl Marx (1967)*

Nos quase oitenta anos de história do Serviço Social no Brasil, no marco dos 30 anos do “Congresso da Virada” comemorados em 2009 pelos assistentes sociais brasileiros, ano de grandes provocações no interior da profissão, decido tomar por objeto da minha investigação de mestrado o “fazer” desta profissão.

A reflexão sobre o trabalho do assistente social em seu intrépido cotidiano profissional no Brasil, a trajetória profissional construída nessa profissão durante mais de uma década, o envolvimento com vários campos de trabalho, cada um com suas características, desafios e possibilidades, foram fundamentais e serviram de referenciais ao presente estudo. Tudo isso somado ao reencontro com o debate acadêmico, ao aprofundamento dos referenciais teórico-metodológicos da profissão, condensando o esforço por conjugar as várias trajetórias durante este tempo de profissão como assistente social – tempo suficiente para que fossem suscitadas indagações, dúvidas e intenções em relação ao exercício desta profissão.

Portanto, o presente trabalho caracteriza-se pela elaboração de uma pesquisa de caráter exploratório do trabalho do assistente social, se propondo a caracterizar e analisar o fazer profissional do Serviço Social em sua processualidade, tomando como espaço amostral o Município de Tanguá, uma pequena municipalidade situada no interior do Estado do Rio de Janeiro,

A realização dessa investigação significou meu retorno a um dos espaços de inserção profissional, onde me defrontei com diversas contradições que permeiam o exercício da profissão e também com muitas experiências impulsionadoras da afirmação dos princípios referenciados no projeto coletivo do Serviço Social. A partir do que sempre recorda Vasconcelos (1998, p. 122), com base em Marx, “numa investigação nunca se parte do nada, a produção acumulada sobre um objeto funciona, num primeiro momento, como pressuposição que tem de ser verificada”, posso confirmar que algumas escolhas que firmo no presente estudo vêm de longe. Como, por exemplo, a escolha pela categoria trabalho, para referendar a análise que aqui me proponho a fazer.

Desde a graduação as questões do trabalho vêm me provocando e, por isso, considerá-las partes integrantes deste empreendimento investigativo possibilitou-me dar continuidade ao processo já iniciado na experiência da Iniciação Científica<sup>1</sup> e também no Estágio Supervisionado no movimento Sindical, a partir da minha inserção no Sinttel-Rio<sup>2</sup>. Experiências que culminaram com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso na qual a categoria trabalho se tornou referencial de análise. Se, nessa época, estudo tratava sobre o trabalhador aposentado em seu contexto de organização nos emergentes movimentos sociais de aposentados e pensionistas em processo de organização coletiva, num contexto de ameaças pela Reforma da Previdência Social, no presente, minha atenção se volta ao trabalho no âmbito do Serviço Social.

Considera-se, nesse sentido, o assistente social como um trabalhador assalariado que também convive com os dilemas da classe trabalhadora em seu cotidiano profissional. Dilemas que se traduzem nas tensões entre a condição de cidadão trabalhador, a mediação do mercado de trabalho e o efetivo exercício da profissão. Pensar o exercício da profissão é, portanto, pensar o sujeito que trabalha.

O ponto de partida na construção desse propósito investigativo é a constatação, de acordo com Iamamoto (2008), que o tratamento teórico sobre o tema “exercício da profissão” no interior do Serviço Social vem se constituindo uma lacuna a ser preenchida. Haja vista que as investigações sobre o trabalho dos assistentes sociais, na sua diversidade de inserções, vêm se desenvolvendo, de certa forma, tardiamente. Para a autora, há poucos estudos que enfatizam o Serviço Social ultrapassando a perspectiva de estudo da profissão – enquanto *trabalho concreto* –, nesse sentido “se estabeleceu uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho cotidiano” (IAMAMOTO, 2008, p. 214).

---

<sup>1</sup> A experiência de Iniciação Científica, como Bolsista/FAPERJ, foi muito enriquecedora e produtiva do ponto de vista da pesquisa. Particpei do NEVES – Núcleo de Estudos sobre Violência e Exclusão Social da UFF-Niterói, num período de formação dos primeiros Conselhos de Idosos e da elaboração das primeiras idéias do Estatuto do Idoso. Foi um momento em que, na luta política na sociedade civil, começavam a marcar presença os trabalhadores aposentados e pensionistas como “sujeito coletivo”, e isso gerava alguns embates intraclasses – trabalhadores “inativos” x trabalhadores da ativa – o que se tornou um instigante objeto investigativo nesta etapa acadêmica.

<sup>2</sup> Foi no Sinttel-Rio (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro) que realizei grande parte do Estágio Supervisionado, na condição de Bolsista, inserida no Departamento de Formação e no Departamento de Pequenas e Médias Empresas, onde se inseria o serviço social, e o assistente social atuava como assessor na formação dos trabalhadores. Porém, foi o Departamento de Aposentados deste Sindicato, que tomei como um dos campos da pesquisa na graduação, realizada tanto em função da pesquisa no NEVES, quanto do TCC que teve como produto o trabalho intitulado “*Trabalho-Aposentadoria-Velhice: desafios para o movimento sindical e o conjunto da sociedade*” (NEVES, 1998).

Assim, no bojo dessas questões, centramos a presente pesquisa sobre o exercício profissional no Serviço Social.

Com a intenção de articular a profissão ao seu processo de realização, possibilitando o *reencontro do Serviço Social consigo próprio* (IAMAMOTO, 2008, p. 236), tracei como objetivo central desse estudo a análise da processualidade do trabalho dos assistentes sociais em seu cotidiano profissional no Município de Tanguá, Estado do Rio de Janeiro.

Ao ser tomado como campo empírico da pesquisa, considerei a rica possibilidade que este município proporcionaria ao conhecimento da totalidade da atuação profissional do assistente social. Desse modo, na reconstrução empírica do objeto de pesquisa, busquei apreender o trabalho profissional do assistente social em suas determinações concretas, contextualizadas nessa realidade municipal.

Em sua atualidade, Tanguá encontra-se sob os impactos decorrentes do processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) que vem determinando um crescimento populacional na região, fato que faz com que os municípios de sua área de abrangência ganhem uma significativa expressão no Estado.

Como projeto estatal de capital aberto e de grande dimensão, o Comperj vem alterando o perfil da região com grandes impactos, tais como o acelerado processo migratório de trabalhadores impulsionado pela disponibilidade do mercado para comprar sua força de trabalho nessa primeira etapa de implantação do pólo petroquímico.

Da conjuntura desse município e do seu entorno, extraí algumas questões e preocupações, elaborando, assim, um plano de trabalho cujos resultados foram materializados nessa dissertação de mestrado.

Assim, partindo da perspectiva de “aliar a empiria ao exercício de abstração, como recurso metodológico fundamental para apreender nas situações singulares suas particularidades e as dimensões de universalidade nelas presentes” (IAMAMOTO, 2001, p. 14), me propus a desenvolver uma pesquisa de caráter empírico, com dimensões quali-quantitativas.

A teoria social crítica fundada em Marx é a referência teórico-metodológica tomada para conduzir este empreendimento investigativo. Considera-se nesta teoria, enquanto crítica da sociedade burguesa e desmistificação do modo de produção capitalista, os seguintes eixos que a compõe: o método do materialismo

histórico e dialético; a teoria do valor-trabalho; e a perspectiva da revolução. Esse percurso analítico busca sustentação tanto na análise marxiana quanto nos teóricos que se situam no quadro da literatura crítica contemporânea, especialmente no contexto do Serviço Social.

Enquanto profissão na sociedade contemporânea, o Serviço Social tem sido analisado a partir de distintos ângulos no interior da tradição marxista. Nesse sentido, em que pese às diferentes visões em torno do presente debate sobre o Serviço Social, enquanto uma profissão situada nas relações sociais da sociedade sob a hegemonia do capital, o referencial na abordagem empreendida ao longo desta construção analítica, tem a seguinte concepção da profissão: Serviço Social como “trabalho”, como especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais.

Reitera-se, assim, a opção de análise que está ancorada nas atuais Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS/1996<sup>3</sup>, cujo significado dado à profissão é “a acepção do Serviço Social como trabalho e sua prática inserida em processos de trabalho”.

Assim, a busca pela apreensão do Serviço Social no seu efetivo exercício foi conduzida por uma perspectiva crítica “admitindo-se que esta se encontra intimamente ligada à estrutura de classes, sofrendo a determinação estrutural e conjuntural da sociedade, ultrapassando o conceito de ‘neutralidade’” (BRAVO, 1996, p. 14).

Dito isso, atesto a incidência da tradição marxista no exercício profissional do Serviço Social com base na seguinte reflexão de Iamamoto:

Se a tradição marxista fosse viável apenas para analisar o que se denominam “grandes determinações da sociedade”, não sendo capaz de elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade, ela, de fato, não teria sentido, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica para a explicação do processo histórico da sociedade capitalista e suas transformações [...]. Esse é um tema que desafia a agenda de produção de conhecimentos nessa área (IAMAMOTO, 2008, p. 238).

Nessa perspectiva, foi realizada uma abordagem da *lei geral de acumulação do capital*, para subsidiar o entendimento sobre as contradições básicas do processo

---

<sup>3</sup> Destacamos que as Diretrizes Curriculares oficiais, elaboradas pelo MEC, estão aquém da proposta da ABEPSS (1996).

de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista – onde se encontra a raiz da *questão social* nessa sociedade e a partir da qual as políticas sociais caracterizam-se como forma de resposta do Estado no enfrentamento desta questão.

Para capturar as complexas relações da realidade onde se situa o trabalho dos assistentes sociais – o movimento de contradições com suas respectivas determinações –, utilizou-se como instrumento a entrevista com os assistentes sociais inseridos nos espaços ocupacionais de Tanguá. Apostou-se neste recurso como necessário à uma aproximação e confronto com as questões relacionadas ao exercício profissional dos sujeitos da profissão. Dentre os vários tipos de entrevista, foi empregada a que articula a “entrevista do tipo dirigida ou padronizada” à “entrevista centrada” de acordo com a formulação de Thiollent:

A entrevista dirigida ou padronizada, [...] consiste em aplicação de um questionário predeterminado, com uma maioria de perguntas fechadas [...]. A entrevista centrada (*focused interview*), na qual dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado (THIOLLENT, 1987, p. 35).

Outros instrumentos complementares foram fundamentais na realização das entrevistas. O primeiro foi o “Termo de Consentimento” (Apêndice A)<sup>4</sup> para assegurar uma interlocução livre e esclarecida com os profissionais contatados para participar da pesquisa. De acordo com o Termo, o entrevistado foi informado previamente sobre o objetivo da pesquisa e a vinculação com a pós-graduação em Serviço Social e com a Instituição de Ensino Superior que aprova o estudo. Com esse instrumento, foi empenhado o compromisso com o sigilo sobre sua participação e a disponibilização de uma cópia assinada do presente documento para cada profissional que se dispôs a participar da entrevista.

O segundo instrumento foi um “Formulário de Apoio” (Apêndice B), utilizado durante as entrevistas, contendo perguntas abertas, semi-abertas e fechadas que possibilitaram a coleta de dados quali-quantitativos. As questões foram organizadas a partir dos seguintes eixos temáticos: perfil dos entrevistados, formação profissional, condições de trabalho, inserção nas políticas públicas e espaços de

---

<sup>4</sup> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido refere-se ao “SRQ (*Self-Reporting Questionnaire*)”, instrumento indicado pela Organização Mundial de Saúde para avaliação de desempenho na área de saúde. Para a presente pesquisa, esse instrumento passou por uma adaptação para se adequar ao seu contexto e objetivo.

controle social, conhecimento da realidade e das demandas dos usuários, instrumentos e recursos utilizados na ação profissional.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e alimentaram um Banco de Dados que instrumentalizou a organização dos dados colhidos que possibilitaram uma ampla visão do trabalho do assistente social no Município. Pela amplitude dos dados coletados durante a entrevista e o contato direto com o campo de pesquisa, foi constatada a impossibilidade de abordá-los em sua totalidade no limite deste trabalho, assim, foi necessário selecionar apenas alguns dados para compor este trabalho conclusivo do mestrado.

Para resguardar o sigilo, conforme compromisso assumido no Termo assinado, cada assistente social recebeu um código de identificação, registrado no formulário de entrevista. Como critério para codificar as entrevistas, houve a escolha de uma letra do alfabeto que não tivesse coincidência com nenhuma das iniciais dos nomes dos catorze profissionais entrevistados.

Durante os contatos e a realização das entrevistas, diversas vivências ficaram marcadas, como a receptividade dos assistentes sociais e a importância que deram à pesquisa, tão logo tomaram conhecimento sobre a mesma, o que pode ser traduzido pelos seguintes depoimentos:

[...] eu gostei, achei interessante você ter um olhar direcionado a esse trabalho, que é um trabalho novo fazer esta pesquisa. Acho que de certa forma você está valorizando o trabalho do Serviço Social no município de Tanguá, mesmo que se tenham críticas sobre ele, depois você vai avaliar isso, né!? (AS-g).

Gostei muito de participar desta pesquisa com esta entrevista. Para o município é muito importante, ele ganha muito, porque a gente não tem muitos trabalhos acadêmicos que demonstrem isso, pessoalmente, específico do Serviço Social. A gente sente falta disso, sente falta também do conhecimento do trabalho dos outros assistentes sociais, porque você (a pesquisadora) vai acabar tendo uma visão do todo, a visão que a gente não tem (AS.h)

Enquanto você vai perguntando a gente vai refletindo um pouco, mas acredito que é isso mesmo e serve até pra gente pensar um pouquinho na entrevista, colocar um pouquinho o que realmente a gente está fazendo pra ver como a gente está aqui e tudo (AS.x).

A entrevista foi muito boa pra gente porque muitas vezes a gente não reflete no que faz e ela despertou para muita coisa sobre nosso cotidiano, né? (AS.z).

Enfim, a aproximação a essa realidade possibilitou um conhecimento mais apurado do Serviço Social e dos assistentes sociais em seu efetivo exercício e amadurecer as dimensões assumidas nesse trabalho. Nesse sentido, os dados empíricos foram fundamentais e tornaram obrigatória a investigação dos

fundamentos teóricos e o esclarecimento de pontos importantes para o trajeto e compreensão do estudo.

Na análise dos dados obtidos pela observação do trabalho concreto dos assistentes sociais do Município de Tanguá, pudemos perceber que a pesquisa empírica desafia o pesquisador a articular sua análise do universal ao particular, exigindo um recurso da teoria não apenas previamente, mas em todo o processo de análise dos dados. Esse momento foi o maior desafio encontrado no percurso desse trabalho investigativo, pois os dados da realidade nos tomaram de surpresa, exigiram novas pesquisas e fundamentações teóricas. O pouco tempo disponível para conclusão e apresentação comprometeu a possibilidade de um mergulho à altura que esta etapa requereria, pois inumeráveis foram os desafios encontrados no confronto entre realidade explorada e no aprofundamento da análise sobre essa mesma realidade.

O resultado dessa etapa exploratória da pesquisa foi organizado em quatro capítulos que articulam os alicerces teóricos aos dados da realidade pesquisada. Como será possível observar, alguns dados empíricos que expressam características da experiência de trabalho dos assistentes sociais de Tanguá, foram extraídos e organizados por eixos temáticos, distribuídas e analisadas no final de cada capítulo.

No primeiro capítulo – *Tanguá: das engrenagens da Indústria Açucareira aos impactos da Indústria Petroquímica* – evidenciam-se os dados da realidade tomada como espaço amostral dessa pesquisa – reconstituição histórica do cenário onde o trabalho dos assistentes sociais se realiza por meio da caracterização do município. Inicialmente traçaremos um levantamento com dados gerais da história de produção e reprodução das relações sociais deste município, realizando um movimento, com base nos dados da realidade atual, de ir ao passado marcado pelas engrenagens da indústria açucareira que impulsionaram a migração de trabalhadores operários para a produção do açúcar e do álcool neste local, no início do século XX. E, depois, retornar ao processo de hoje marcado pela implantação do Projeto Comperj que vem produzindo profundos impactos neste município e favorecendo a um novo fluxo migratório de vários segmentos de trabalhadores ao local, em especial os da construção civil. Encerramos o capítulo analisando os dados empíricos que ajudam a identificar o perfil dos assistentes sociais atuantes nesta realidade e a identificar seus espaços de trabalho e respectivos empregadores.

No segundo capítulo – *Trabalho que se expressa na sociabilidade do capital: o Serviço Social como trabalho* – destaca-se a discussão, à luz da teoria social de Marx, sobre os fundamentos do trabalho no processo capitalista de produção e reprodução das relações sociais e as contradições sociais oriundas na lei específica do modo de produção capitalista. O Serviço Social é situado neste contexto e o exercício profissional do assistente social é analisado enquanto especialização do trabalho coletivo na sociabilidade do capital. A análise dos dados empíricos da pesquisa enfatiza o conhecimento das condições de trabalho e da formação acadêmico-profissional dos assistentes sociais na pequena municipalidade.

No terceiro capítulo – *Questão Social, Estado e Serviço Social: tendências contemporâneas da Política Social no Brasil* – aponta-se para uma breve discussão sobre o Serviço Social que se configura como uma profissão interventiva no âmbito da *questão social*. Parte-se da perspectiva de que o reconhecimento da centralidade da *questão social* é essencial para o exercício e a formação profissionais do Serviço social. Situam-se ainda o papel que o Estado desempenha no enfrentamento da *questão social* e a instituição da política social brasileira. A análise de alguns dados empíricos salienta primeiramente a compreensão que os assistentes sociais têm da população usuária, evidenciando o perfil dessa população receptora dos serviços sociais, as expressões da *questão social* nessa realidade, e a inserção profissional nas políticas descentralizadas executadas no município.

No quarto capítulo – *O “fazer da profissão” no cotidiano de um pequeno município: provocações e desafios* – analisam-se alguns eixos que expressam algumas características do trabalho dos assistentes sociais e que foram recorrentes nos relatos e traduzem peculiaridades da processualidade do trabalho em Tanguá: a) condições técnico-operacionais da ação profissional; b) Inserção profissional nos espaços de controle democrático e o desafio da mobilização popular; c) a atuação profissional diante da cultura política local e desafios; d) Comperj e a questão da migração: reflexão sobre a centralidade dos sujeitos no cotidiano profissional. Situa-se, assim, as relações sociais que atravessam o cotidiano profissional, relações que expressam a cultura política local marcada por fortes tendências à concepção do direito como uma concessão, e da ingerência do poder institucional no trabalho cotidiano desses profissionais. Esse conjunto de dados traduz algumas das nuances percebidas através da observação do trabalho concreto do assistente social nessa municipalidade

Importa observar, enfim, que o exercício profissional ao ser analisado a partir da observação do trabalho concreto, nele está sendo considerada a seguinte constatação:

É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair – ou deles fugir –, pois tecem a trama da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

## 1 TANGUÁ: DAS ENGRENAGENS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA AOS IMPACTOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”.  
Este se percebe não nos pormenores de sua história,  
mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais  
que a constituem num largo período de tempo [...].  
É isto que se deve, antes de mais nada,  
procurar quando se aborda a análise da história de um povo,  
seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa,  
porque todos os momentos e aspectos  
não são senão partes, por si só incompletas, de um todo

*Prado Junior*

O propósito deste primeiro capítulo é o conhecimento da realidade onde se realiza o trabalho dos assistentes sociais do Município de Tanguá. Tem-se em vista que a análise do exercício da profissão não se dá de forma essencialista e descolada da realidade. Com esse propósito, apresentamos, a seguir, algumas características do município tais como: sua história, suas principais atividades econômicas, a abrangendo a indústria canavieira e a conjuntura atual a partir dos impactos gerados pela implantação do COMPERJ na região, as principais questões advindas pelo fluxo migratório de trabalhadores atraídos pela possibilidade de trabalho nesse Pólo Petroquímico, bem como um breve mapeamento do Serviço Social e dos assistentes sociais que atualmente trabalham nesta realidade.

É importante esclarecer que resgatar alguns aspectos da história de um município, cujos registros históricos estão ainda muito incipientes, constitui-se um grande desafio. Das produções as quais tive acesso, a perspectiva desta investigação nem sempre estava contemplada nos registros disponíveis, os quais, muitas vezes, se apresentavam de forma excessivamente descritiva, sem dar a devida atenção aos sujeitos vivos, sua organização e formas de resistência. Outrossim, defrontei-me com uma *história política tradicional voltada para os grandes acontecimentos da história e para a reprodução da vida dos grandes homens e dos grandes heróis*. Frente à dificuldade de se conseguir subsídio para este estudo, recorri a alguns recursos da história oral<sup>5</sup>, utilizando depoimentos de

<sup>5</sup> De acordo com Gomes (1988) “a utilização de fontes orais constitui um procedimento especialmente enriquecedor [...] é próprio dos depoimentos orais vivificar os fatos do “passado” de forma muito particular, dando-lhes uma nova dimensão. Afinal, o “passado”, que para o pesquisador é uma questão a ser

alunos da EJA<sup>6</sup> e depoimentos de antigos moradores do município<sup>7</sup>, cujos registros encontram-se em Oliveira (2000).

Assim, o presente capítulo foi construído a partir de pesquisas de campo e documental e se propõe a introduzir o leitor no universo empírico da pesquisa tendo em vista o movimento crítico-dialético: que começa pelo concreto, partindo do real para o abstrato e, a partir daí, chega-se às determinações do concreto pensado (MARX, 1999, p. 39).

### 1.1 Tanguá: “*de sesmaria a município*”

Tanguá<sup>8</sup> é um dos 92 municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro e está localizado na Região Metropolitana Fluminense, ocupando uma área total 146,623 km<sup>2</sup> de acordo com as informações do IBGE/2008. Sua história acha-se vinculada à de Itaboraí, município do qual era sede distrital até 1995 quando alcançou sua emancipação, dada com a edição da Lei Estadual n.º 2.496 e instalação em 1º de janeiro de 1997. Com uma população que atinge 30.139 habitantes, segundo estimativa do IBGE/2008, o município é constituído por

---

compreendida, para os depoentes é a vida vivida e, no caso, sofrida sem glórias ou reconhecimento”. Privilegia-se assim, “as tradições orais familiares, as memórias individuais, as autobiografias, as correspondências, os diários, as entrevistas orais ou escritas, os depoimentos de vida e a chamada cultura material: fotos, objetos e demais gamas de material relacionado diretamente com o campo de produção ou atividade profissional do biografado” (GOMES, *ibid.*, p. 7-8).

<sup>6</sup> Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um Programa desenvolvido pela Secretaria de Educação do Município de Tanguá que visa a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos. Quando gravaram diversos depoimentos sobre a história de Tanguá, os alunos eram da turma de 2005. Do projeto de resgate da história do município pelos próprios moradores mais antigos, resultou uma Exposição e um Documentário organizados pelo próprio programa que, à época, era fruto de uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Associação Missionária do Coração de Maria, instituição social na qual estava vinculada profissionalmente à época.

<sup>7</sup> As pesquisas realizadas pelos historiadores Oliveira (2000) e Natalino (2004) são aqui consideradas como instrumentos de fundamental importância para o resgate dos fundamentos da história de Tanguá. A pesquisa de Oliveira é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Educação e o Centro Universitário Augusto Motta tendo em vista o registro da história de Tanguá logo após sua emancipação político-administrativa. Este autor busca entrevistar os moradores mais antigos do lugar e, a partir dos depoimentos, reconstrói a história local. Já a pesquisa de Natalino (2004), situa-se no contexto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área de História, apresentado à UERJ, enfatizando o processo de municipalização no Brasil e apresentando um Tanguá como um estudo de caso. Esse TCC foi publicado posteriormente pela Câmara Municipal de Tanguá.

<sup>8</sup> Segundo Teodoro Sampaio, estudioso de línguas indígenas, o topônimo que batiza o município é originado da língua TUPI, onde TAN quer dizer “formiga” e GUA significa o verbo comer. Portanto, ao pé da letra, Tanguá significa “comer formiga” ou “papa-formiga. Os habitantes ou naturais do município são designados pelo gentílico *tanguaense*.

segmentos da classe trabalhadora cuja atividade econômica principal é a agricultura, comércio e indústria.

O município é cortado pelo leito da antiga Estrada de Ferro da Leopoldina, fator determinante na sua formação social. Atualmente, o principal acesso à cidade é realizado através da BR-101 (Rio-Campos) que alcança Itaboraí, a oeste, e Rio Bonito, a leste. A sede do Município fica a 65 km da capital do estado, a Leste da Baía da Guanabara, tendo como municípios limítrofes Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Saquarema e Cachoeiras de Macacu, como podemos observar no mapa abaixo:

**Mapa do Município de Tanguá**



Fonte: <http://www.tangua.org.br>, acesso em 01/12/2009.

Tanguá, entre os municípios do Estado, tem um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M) ocupando a octogésima quarta (84ª) posição no Estado, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2000). Nos indicadores de desenvolvimento municipal, com base no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que enfatiza temas de competência municipal, ponderando igualmente emprego/renda, educação e saúde, Tanguá classificou-se em 3.061º lugar no *ranking* nacional e ficou em nonagésimo primeiro (91º) lugar entre os municípios fluminenses, numa variação de menos três posições no *ranking* estadual entre 2000 e 2005.

A história de Tanguá em seus primórdios, com base em Oliveira (2000), se insere na história de Santo Antônio de Sá e na de Itaboraí, que foram as unidades

político-administrativas a que pertenceu Tanguá no passado recente e no remoto. Inicialmente, habitada pelos índios Tamoios, a região passou a pertencer à Capitania de São Vicente que, desmembrada, constituiu a Capitania do Rio de Janeiro. Na metade do século XVI, essas terras foram divididas em sesmarias, posteriormente cedidas aos jesuítas que visavam catequizar os índios. Está ainda relacionada com os fatos ocorridos no Recôncavo Guanabarrino e no Brasil como um todo (Oliveira, 2000, p. 9). Segundo dados da pesquisa de Oliveira sobre a primeira referência de Tanguá na história oficial, há a seguinte informação:

A primeira referência a Tanguá data de **1670, quando foi doada ao Alferes Henrique Duque Estrada uma sesmaria** de nove léguas em quadra. Com o tempo foram concedidas outras sesmarias [...] A exploração econômica da área fazia-se, principalmente, através do cultivo da cana de açúcar, da mandioca, do milho e do feijão e da produção de açúcar, aguardente e farinha. (OLIVEIRA, 2000, p. 49 – grifo nosso).

Em 17 de março de 1878, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Tanguá, marcando a chegada da primeira composição de trens vinda da Estação de Porto das Caixas, distante 18 km, que se transformou em embarcadouro dos produtos da região, num período em que ali havia grandes fazendas (NATALINO, 2004)<sup>9</sup>.

Dentre as diversas transformações ocorridas no século XX, a elevação do povoado de Tanguá à condição de distrito de Itaboraí em 1924 e de município em 1995, após consulta plebiscitária favorável a sua criação, foi uma experiência marcante em sua história<sup>10</sup>. Portanto, Tanguá é um Município praticamente recém-

<sup>9</sup> De acordo com depoimentos de alunos da EJA/2005, havia escravos nestas fazendas em Tanguá até o início do século XX, inclusive, na Serra do Barbosão, podemos encontrar um antigo cemitério de escravos.

<sup>10</sup> Sobre o **ideal emancipacionista em Tanguá**, com base em Oliveira (2000) e Natalino (2004), apresentamos a seguinte síntese: este ideal é cultivado desde 1952, quando Manoel João Gonçalves Filho divulgou desejo de tornar o então quinto distrito de Itaboraí em um município. Por ocasião do fechamento da Usina em 1970, a população, pela primeira vez, começou a expressar seu desejo de autonomia, imaginando que os problemas socioeconômicos vivenciados na ocasião poderiam ser superados ao transformar Tanguá em município. Em 1986, vereadores, líderes comunitários e algumas tradicionais famílias de Tanguá, tomados pela insatisfação de ver o lugar em situação de abandono por parte de Itaboraí, apesar de sempre ter Tanguá expressiva representação política na Câmara dos Vereadores, iniciaram uma discussão sobre a real necessidade de administrar os recursos financeiros arrecadados neste distrito. Por ser Tanguá o distrito mais desenvolvido de Itaboraí, totalizando 40% da arrecadação, causava indignação aos moradores o fato de a maior parte do imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações não ser aplicada no distrito com obras e serviços. Surgia, assim, a idéia de um governo autônomo e próximo, que poderia tirar Tanguá do esquecimento em que se encontrava, pois, para os moradores do lugar era *melhor um pequeno município do que um grande distrito*. Na primeira tentativa para realização do Plebiscito, o então Prefeito de Itaboraí trabalhou veementemente contra, temendo a perda da arrecadação gerada pela CIBRAN, Embratel e Mineradoras. Em 1990, nova tentativa para realização de plebiscito mobilizou Tanguá, embora o governo do Estado, na época Brizola, junto com o PDT, se mostrasse contrário à “febre” de emancipação de distrito e bairros e, ainda, ter um grupo significativo de moradores organizados e mobilizados numa campanha para derrubar a proposta do plebiscito, pois eram também contrários à sua realização. A consulta foi realizada em 1990, porém permeada de muitas controvérsias e a própria Comissão Organizadora solicitou anulação à Justiça eleitoral justificando-se pelo

emancipado tendo sua primeira gestão administrativa eleita para o pleito de 1996 a 2000.

Seu processo de emancipação político-administrativa expressa o processo de municipalização no Brasil no final da década de 1980 e durante os anos 90. A descentralização do Estado é compreendida como parte das alternativas que se colocaram para a crise que atravessou o mundo capitalista nas décadas de 1970 e 80 e que impôs uma profunda reestruturação econômica, bem como um reajustamento social e político, configurando um novo modelo de acumulação de caráter mais flexível (SOUZA, 2007).

Natalino (2004) narra o processo histórico da constituição política e administrativa do município no Brasil, tomando como campo de estudo o município de Tanguá. Ao fazer um retrospecto da história do município no Brasil, Natalino traz elementos de análise desde a República Romana, ressaltando que o papel do município na organização dos serviços públicos se diversificou em estrutura e atribuições. Assim, os municípios organizam-se ora por normas próprias, ora sendo organizados pelo Estado, que lhe regula a autonomia e o número de incumbências administrativas no âmbito local. Lembra o autor, que a organização do município a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) passou a ser competência do próprio município ficando estabelecidos os quatro atos distintos que podem ensejar sua criação: *desmembramento* (separação de parte de um município para integrar-se em outro ou constituir um novo município), a *anexação* (junção da parte desmembrada de um território a um município já existente), a *incorporação* (reunião de um município a outro, perdendo um deles a personalidade, que se integra na do território incorporador) e a  *fusão* (união de dois ou mais municípios que perdem, todos eles, a sua primitiva personalidade, surgindo um novo município) (NATALINO, 2004, p. 33). No contexto de Tanguá, seu despontar enquanto município situa-se no *desmembramento* de uma parte de Itaboraí, e esta nova constituição municipal inicia-se repleta de desafios, principalmente em sua agenda orçamentária.

## 1.2 “Tanguá: *sinônimo de usina*”

---

comportamento da prefeitura de Itaboraí que na sua campanha pelo “não” havia feito uso indevido de recursos, o que comprometeu o resultado da consulta plebiscitária. Somente em 15 de novembro de 1995 foi realizado, com sucesso, o segundo Plebiscito que elevou Tanguá à condição de município, isso após longo processo de preparação e articulações. Após a aprovação, travou-se outra etapa da luta para que o Governador do Estado, Marcelo Alencar, assinasse a lei de criação do município até 31 de dezembro do mesmo ano, a fim de que Tanguá pudesse realizar sua primeira eleição, como município, em 1996.

O processo de produção e reprodução da vida através do trabalho<sup>11</sup> é, para Marx, a atividade humana básica, a partir da qual se constitui a “história dos homens”. Assim, apreender o processo de expansão das agroindústrias canaveiras, que envolvem o cultivo da cana-de-açúcar e sua agroindustrialização na região Itaboraí e adjacências no final do século XIX e início de século XX, atentando particularmente para a unidade produtora em Tanguá - que incorporou um significativo contingente de trabalhadores, operários da cana -, é nosso desafio inicial. Com esta abordagem, pretendo dar a devida importância à influência que a “Usina Tanguá”<sup>12</sup> exerceu sobre a economia e o mercado de trabalho em Tanguá e região, tanto em relação às expectativas de emprego quanto as condições de trabalho no início do seu processo de constituição enquanto povoado.

É importante sinalizar que trabalho aqui é compreendido como condição fundamental de sobrevivência e de reprodução das famílias trabalhadoras que dão vida a este lugar; trabalho que tem *centralidade* na vida desses indivíduos sociais. Neste sentido, *o cenário da produção de açúcar é revelador das condições materiais e sociais em que se realiza o trabalho* (IAMAMOTO, 2001), como podemos perceber no seguinte depoimento:

Quando cheguei a Tanguá encontrei a usina funcionando. Meu marido trabalhou na usina cortando cana, embaixo de sol e chuva e, ainda, enchia as carretas de cana para o trator transportar para a usina. Eu não cortei cana, meus irmãos trabalharam dentro da usina ensacando açúcar, todos trabalhavam muito, A usina fechou em 1971 (MARTA - Embaixo de sol e chuva<sup>13</sup>)

Sendo o açúcar um produto valorizado na Europa e o principal produto de exportação do Brasil até o século XIX, as regiões que o fabricavam alcançavam grande importância. Neste sentido, devido à lavoura da cana de açúcar, o município de Itaboraí, do qual Tanguá se originou, tornou-se um dos municípios mais importantes da Província do Rio de Janeiro. Como monocultura de grandes

<sup>11</sup> Trabalho é uma categoria central no pensamento marxista. Segundo Frederico, a centralidade do trabalho, em sua posição estratégica de primeira forma de objetivação, abre perspectivas revolucionárias para o pensamento marxiano (FREDERICO, 1995, p. 182).

<sup>12</sup> A Usina Tanguá funcionou no período de 1920 a 1930. Após a crise mundial de 1929, foi leiloada e passou a ser denominada Empresa Agrícola e Industrial Fluminense S.A. cujo funcionamento ocorreu nas décadas de 1930 a 1970, sendo fechada no período de outra crise do capitalismo mundializado. A usina estava localizada em Tanguá, que na época era o 5º Distrito de Itaboraí.

<sup>13</sup> Martha chegou à localidade de Tanguá em 1963, gravou este depoimento quando aluna da EJA/2005.

extensões, a cana de açúcar destacou-se nas primeiras fases da história de Itaboraí, porém, ainda naquele século, a cana de açúcar enfrentou uma grande crise devido à utilização do açúcar da beterraba que transformou países europeus de consumidores em produtores e mais, em exportadores, o que causou prejuízos à exportação brasileira (OLIVEIRA, 2000, p. 45). Esta oscilação no mercado do açúcar levou os agricultores a experimentar o café, no início do século XX<sup>14</sup>. Assim, o café surgiu como cultura paralela, despretensiosamente, conforme registrado Martins:

... os senhores de engenho fluminense, habituados a plantar a cana de açúcar, não se dispunham a nova cultura do café. Nem mesmo recebendo instruções das autoridades, que acenavam com a importância do produto, incentivando seu plantio e criando para isso condições favoráveis (MARTINS, 1993<sup>15</sup> apud OLIVEIRA, 2000, p. 45).

Com o tempo, na região de Itaboraí e adjacências, foi retomada a monocultura canavieira, levando ao abandono a produção de gêneros alimentícios como feijão, milho e mandioca, uma vez que os preços do açúcar eram mais compensadores. Inicia-se, assim, o processo de industrialização da cana, o que reflete o processo de industrialização no Brasil que só se consolidou tardiamente no século XX (IANNI, 1965). No caso da cana, favoreceu o abandono das pequenas propriedades e dos engenhos, que não conseguiram adaptar-se aos novos métodos de produção (OLIVEIRA, 2000, 46-7). Este foi um período em que maior importância teve a introdução das usinas e Tanguá foi uma das últimas localidades da região onde estas transformações chegarem. Isso se deu no início da década de 1920 quando foi instalada a Usina Tanguá, de propriedade da Empresa Brandão Filho, que propiciou profundas modificações na localidade, elevando Tanguá a quinto distrito de Itaboraí.

A história da agroindústria canavieira tem suas raízes na instalação dos engenhos centrais, que expressam a centralização industrial, é um setor produtivo sob o controle dos mesmos agentes sociais: *no passado os senhores de engenho e hoje os usineiros*. Iamamoto (2001) nos lembra que a industrialização canavieira foi antecedida da instauração jurídica da propriedade privada da terra e da abolição da escravidão, impulsionando a formação de um mercado livre de terras e de força de

---

<sup>14</sup> A expansão do café no Brasil levou o país a ocupar o espaço deixado pelo maior produtor de café, o Haiti, que se encontrava numa longa guerra pela independência, não podendo assim suprir o mercado internacional (OLIVEIRA, 2000, p. 45).

<sup>15</sup> MARTINS, Ana Luiza. Império do café, a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890. 7.ed. São Paulo:Atual, 1993.

trabalho. Estavam assim dadas algumas das precondições essenciais para a acumulação de capitais, a constituição da renda capitalista e a subordinação do trabalho (IAMAMOTO, 2001, p. 113).

Na realidade de Tanguá, a instalação de uma usina de açúcar foi determinante para introduzir um processo de mobilização dos trabalhadores da agroindústria para o local. A chegada do trem, neste período, é reconhecida como um *divisor de águas* na economia de Itaboraí e de Tanguá, pois sua contribuição foi fundamental na formação social nesses lugares. Através do trem era transportado o açúcar e o álcool produzidos na Usina Tanguá e se movimentava um grande número de operários que saía dos seus lugares de origem em busca de trabalho nas safras do cultivo da cana.

Não existem muitas informações sobre a “Usina Tanguá” nos primeiros tempos. Sabe-se, entretanto, pelo depoimento de alguns munícipes mais antigos do lugar, que a mesma foi criada por volta de 1920, gerou expressivas transformações sócio-econômicas e foi determinante no inevitável fluxo migratório de trabalhadores em busca de empregos. E, ainda, que a única destilaria de álcool anidro existente no Brasil até 1933 era a Usina Tanguá (OLIVEIRA, 2000, p. 50).

Sobre a importância da usina e sua representativa imagem na dinâmica da agroindústria canavieira, Ianni tem a seguinte reflexão:

A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. **Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital agrário e industrial aparecem conjugados, subsumidos um ao outro.** De longe, vista no campo, a usina parece engolida pela canavieira; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria canavieira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário as suas cores e matizes. Na usina, a cana de açúcar é industrializada, transformada em açúcares e alcoóis, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressai a máquina e o andamento maquinizado. **Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial.** Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais. É verdade que a cana de açúcar se faz segundo o andamento da natureza, nas suas estações. Mas esse andamento pode acelerar-se algum pouco e aperfeiçoar-se, segundo determinações, provenientes da usina. É nesse movimento que se aplicam e propagam o fertilizante, o defensivo, o trator, a queima das folhas, a intensidade do corte, a velocidade do transporte, a intensificação da força de trabalho. **Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana de açúcar.** (IANNI, 1976, p. 36-37<sup>16</sup>, apud IAMAMOTO, 2001, p. 115- grifo nosso).

<sup>16</sup> IANNI, O. A classe operária vai ao campo. Cadernos Cebrap, n. 24. São Paulo: Brasiliense, 1976.

A “Usina Tanguá”, que movimentava a vida do pequeno povoado, foi adquirindo grandes extensões de matas e canaviais para prover seu próprio fornecimento, uma quantidade muito superior à utilizada pelos engenhos que existiam. Neste sentido, a Usina Tanguá era proprietária de várias fazendas que tinham como atividade principal o cultivo da cana-de-açúcar e operava em sistema de moagens anuais, em que a maioria da população trabalhava no plantio e no corte da cana. Além dos altos investimentos em equipamentos, a concentração de terras é uma das características deste tipo de produção conforme descreve Iamamoto:

A produção canavieira tem como característica a exigência de altos investimentos em capital fixo, porém sua depreciação também é alta em função dos intensos desgastes a que são submetidos pelo uso intensivo. Demanda ainda **a necessidade de imobilização de capital em terras, tendo em vista garantir às usinas o suprimento autônomo de matéria-prima**, constitui-se um requisito imprescindível tanto para a produção de cana própria, como para a incorporação de cana de fornecedores sem terra – que cultivam nas áreas das usinas – para alimentar o processamento industrial (IAMAMOTO, 2001, p. 115 – grifo nosso).

De acordo com depoimentos registrados por Oliveira (2000), sobre a manutenção do capital fixo da Usina, podemos extrair a seguinte informação:

as peças para uso na Usina precisavam algumas de manutenção, outras de substituição. Havia a prática de manter algumas peças em estoque, mas o alto preço de muitas e o tempo de uso prolongado não justificavam tamanho empreendimento e risco. As peças eram compradas, quando não encontradas no Rio de Janeiro, em Campinas, Ribeirão Preto e Piracicaba, no Estado de São Paulo. Também se comprava em Campos. A Usina não funcionava ininterruptamente todos os dias do ano. Parava por quatro meses. Sua manutenção se dava nesse período. Vinham técnicos de Ribeirão Preto e Piracicaba para fazer a montagem. Havia a troca de peças gastas por peças mais sofisticadas (OLIVEIRA, 2000, p. 54).

Os produtos da Usina seguiam de trem para Niterói – então capital do Estado do Rio de Janeiro – e também para o Estado da Guanabara, atual município do Rio de Janeiro, onde eram comercializados nas grandes Refinarias e Usinas Nacionais. A Usina Tanguá atendia ainda ao comércio local e aos municípios vizinhos. (OLIVEIRA, 2000, p. 54).

Nesse período, nas primeiras décadas do século XX, quando a economia brasileira apresentou diversas transformações e novas relações de produção e trabalho, em especial, o fortalecimento do processo de industrialização -, a economia de Tanguá contou com um acelerado processo migratório de trabalhadores da agroindústria canavieira vindos da região nordeste-fluminense do

Estado do Rio de Janeiro<sup>17</sup> e do Espírito Santo, onde havia muita oferta de mão e obra. Este tipo de indústria rural, dependente do ciclo de produção da cana de açúcar, sua matéria prima fundamental, exigia uma demanda específica de mão de obra, ou seja, de trabalhadores que:

livres” dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para a obtenção dos meios de vida/para prover a reprodução da unidade familiar.

Não conseguem assegurar o tempo de trabalho necessário para a autosobrevivência e da família, a não ser pela mediação da produção de um tempo de trabalho excedente realizado na órbita da empresa capitalista.

Esses trabalhadores só conseguem produzir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da unidade familiar pela mediação da produção do tempo de trabalho excedente sob a órbita do capital. (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Essa desafiante realidade do trabalho na indústria canavieira revela a grande exigência que se recaía sobre os operários. Em um dos depoimentos à Oliveira, reconhecia-se que o trabalho nas fazendas e na usina era árduo, pois a agricultura requeria grandes esforços<sup>18</sup>.

Esta vivência do trabalho “extrapolava o ambiente da produção e se espalhava para outras dimensões da vida dos operários, envolvendo suas relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, duração da vida e os limites da noite e do dia” (IAMAMOTO, 2001, p. 17). No entorno da usina homens e mulheres construíam suas casas, formavam vilas, construíam alojamentos provisórios ao longo do ano agrícola.

Porém, uma crise abateu o capitalismo no mundo. E o processo de *crescente concentração e centralização de capitais, acompanhado dos elevados índices de concentração fundiária verificados no país*, já não mais consentem a esses trabalhadores sobreviverem exclusivamente nem como produtores familiares pauperizados, nem como operários (IAMAMOTO, 2001, p. 16). A crise do comércio

---

<sup>17</sup> A linha de trem Macaé-Campos que servia aos municípios de Itaboraí e passava dentro de Tanguá e Rio Bonito, entre outros lugarejos, com trens de passageiros e de carga, favoreceu a mobilização de trabalhadores num intenso fluxo migratório para esta região.

<sup>18</sup> Com base nos depoimentos colhidos por Oliveira, sabemos que a usina funcionava durante as vinte e quatro horas do dia no período da safra e condicionada à colheita. No período da safra, trabalhava-se em turno de doze horas, dia e noite, incluindo sábados e domingos. No período da entressafra o expediente era de oito horas, incluindo os sábados, com folga aos domingos (Id. *ibid.*, p. 54).

internacional de 1929<sup>19</sup> será um marco importante na trajetória da sociedade brasileira, pois todos os segmentos da sociedade serão profundamente afetados por essas transformações, refletindo principalmente na exportação das mercadorias e na superprodução interna, impondo a necessidade de redefinição da política econômica, através de uma série de medidas destinadas a garantir a acumulação.

Os efeitos internos do colapso econômico internacional de 1929 alcançaram as Usinas de açúcar da região e a Usina Tanguá também foi afetada o que a levou a ser objeto de um leilão organizado pelo Banco do Brasil em 1930. Adquirida por Manoel João Gonçalves<sup>20</sup>, a Usina Tanguá passou a ser denominada Empresa Agrícola e Industrial Fluminense S.A., período em que a mesma se encontrava com instalações precárias e desviadas de suas funções, era uma usina tradicional, arcaica, com transporte de cana em lombo de burro. Assim, para que a produção de açúcar fosse viável, foram efetuadas várias modificações na área industrial (OLIVEIRA, 2000, p. 51-2). A Usina, sob o comando da Empresa Agrícola e Industrial Fluminense S.A esteve em atividade até a década de 1970<sup>21</sup>, época em que ocorreu uma nova crise do capitalismo mundial.

Das fontes pesquisadas que abordam as décadas de 1930 a 1970, período em que Tanguá esteve sob a influência da atividade canavieira, não encontramos registros relacionados à organização política dos operários da usina. Há uma pequena nota em Oliveira informando uma ocorrência na década de 1960, mencionando a presença do “Sindicato da Indústria de Açúcar e Álcool de Sampaio

---

<sup>19</sup> A crise mundial de 1929, de acordo com a literatura especializada, caracteriza-se como uma das maiores crises da história do capitalismo. O desencadeador desta crise foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, dentro de uma conjuntura nunca vista antes, cujo modelo de acumulação capitalista, o fordismo, ao longo de alguns anos se transformou numa crise de superprodução, o que determinou uma reconfiguração do cenário econômico mundial.

<sup>20</sup> Há grande centralidade na figura de Manoel João Gonçalves nos registros encontrados e no cotidiano atual do Município. Vindo de Portugal, M. J. Gonçalves chegou ao Brasil em 1911 e em Tanguá no início da década de 1930 quando fundou a Empresa Agrícola e Industrial Fluminense S.A. Seu quarto filho, Manoel João Gonçalves Filho, que já vinha trabalhando na administração da Usina de Carapebus, em Macaé, em 1936 assumiu a Empresa em Tanguá, administrando-a até seu fechamento em 1970. A família Gonçalves exerceu influência em Tanguá e Região durante décadas. Grande parte dos espaços públicos ou pertencentes à igreja católica foi doação dessa família, o que mereceu homenagens das mais diversas expressões, o que mereceria uma análise específica sobre sua influência na cultura política local, o que não cabe neste breve estudo.

<sup>21</sup> Num dos depoimentos apresentados por Oliveira (2000), um antigo morador comenta que “Tanguá, em 1954, vivia em torno da usina. O comércio no centro contava apenas com uma padaria, um armazém e um armazém. Carros, só havia dois. Não tinha asfalto. As compras eram feitas em ‘armazéns’, os ‘barracões’, onde os empregados pelo sistema de ‘caderneta’ faziam suas compras de alimentação para pagamento quando do recebimento do salário” (ibid., p. 55-6). É interessante enfatizar que no final deste depoimento há o seguinte comentário: “os armazéns estabelecidos nas fazendas visavam atender as pessoas que trabalhavam com a cana, evitando o deslocamento dessas pessoas, o que retardaria a produção” (Id. ibid., p. 56).

Correia e Tanguá” que representou uma oposição ao sistema de cartão adotado como forma de pagamento, informando que 1964 marcou o fim desse sistema e o início da forma de pagamento em dinheiro, através de recibo (OLIVEIRA, 2000, p. 56). Este autor utiliza um único depoimento sobre esta questão:

Com relação ao Sindicato e o questionamento das relações entre patrões e empregados, o que gerava muitos descontentamentos, havia diversos empregados da Usina que aí atuavam. O Diretor do Sindicato na filial em Tanguá, por exemplo, Otavio Alonso da Costa, era carpinteiro da Usina, dentre outros. Cabe registrar que não houve pressão por parte do proprietário quanto a esse acúmulo de atividades e posições, por vezes contrária à política de trabalho adotada pela Usina (OLIVEIRA, 2000, p. 56).

Nesse setor da agroindústria, embora algumas melhorias nas condições de trabalho dos operários tenham sido difundidas como benesse dos usineiros, como aparece em alguns depoimentos de antigos trabalhadores da Usina Tanguá (OLIVEIRA, 2000), na realidade, havia como pano de fundo uma legislação que os obrigava a viabilização de determinadas serviços para o operariado, como podemos conferir nas exigências do Estatuto da Lavoura, tratado mas adiante, num processo histórico de “intervencionismo estatal que predominou no período colonial, no império e em todo período republicano, passando pelas ditaduras varguista e militar” (BARRETO, 2009).

Entre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, está a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930, iniciando uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional, tornando dessa forma permanente a intervenção federal nesse setor. De acordo com Oliveira, a criação do IAA pelo Estado foi uma resposta às solicitações dos usineiros de vários estados com vista a defender o produto de suas fábricas, obtendo reduções de tarifas alfandegárias relativas à importação de maquinário e objetivando também controlar o preço do produto no mercado interno (OLIVEIRA, 2000, p. 51).

Todavia, conforme análise apresentada por Bray, Ferreira e Ruas (2000, s.p.), sobre a fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional e a participação estatal neste setor, o IAA surge com o objetivo de

[...] contribuir com a melhoria das condições da agroindústria açucareira nacional, e resolver o excedente da produção de açúcar como fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos

equipamentos para as destilarias destinadas à produção do álcool (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, s.p.).

Consequentemente, o IAA assume outra perspectiva,

[...] contribuir com os usineiros tendo por finalidade melhor capitalizá-los e capitalizá-los e aparelhá-los, na busca contínua do crescimento produtivo das usinas através da ampliação da capacidade das moendas. Assim, os usineiros se aplicariam no crescimento e modernização do setor industrial e a produção de cana-de-açúcar caberia principalmente a uma maior participação dos fornecedores (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, s.p.).

Cabe destacar ainda que, de acordo com Barreto (2009), os direitos dos trabalhadores canavieiros estabelecidos em lei não foram cumpridos pela classe patronal, já que seus principais interesses sempre estiveram voltados para a ampliação da produção.

Em sua, de acordo com Iamamoto (2001), os vários aspectos implicados nessa vivência do trabalho pelos operários da cana do açúcar e do álcool que condicionam as formas de organização, gestão e remuneração do trabalho, expressando o desenvolvimento desigual nesse ramo de produção, nesse sentido, vejamos:

um dos setores de peso da produção capitalista agroindustrial, fartamente acobertado por subsídios públicos na sustentação da taxa média de lucro dos empreendimentos, recria um padrão de consumo da força de trabalho fundado na desmedida extensão da jornada e em mecanismos favorecedores de intensificação do trabalho, acompanhados da precária observância dos direitos trabalhistas e sociais reguladores das relações de trabalho. (IAMAMOTO, 2001, p. 104).

Na década de 1940, foi instituído pelo governo varguista o “Estatuto da Lavoura Canavieira”, por intermédio do Decreto-Lei nº. 3855, de 1941, tendo como objetivo regulamentar as relações entre os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, além de estabelecer um salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro<sup>22</sup>.

<sup>22</sup>O Estatuto da Lavoura teve para a agroindústria canavieira importância semelhante à da Consolidação das Leis Trabalhistas para os trabalhadores urbanos (Iamamoto, 2001, p. 125). Assim, como exemplo de cumprimento desta legislação, podemos citar a construção do hospital da Usina e das vilas operárias em Tanguá, iniciativas fundadas no Art. 7º deste Estatuto: “Nos contratos tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios: a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família; b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior; c) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador; d) assistência médica e hospitalar; e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar; f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador. Parágrafo único. A usina deverá entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato tipo”.

Este documento, com força de lei, é parte de uma política de redistribuição de renda em benefício dos fornecedores e trabalhadores da cana. Visava *disciplinar as relações entre os usineiros e lavradores de cana*, representando uma resposta, no campo político, às tensões decorrentes de movimentos de greves e revoltas. Tais orientações político-econômicas do Estado para o setor canavieiro, no período 1950-1964, são parte do processo de construção de novas bases para a acumulação (IAMAMOTO, 2001, p. 127).

As relações de trabalho no campo brasileiro apresentam-se de forma complexa e são marcadas pelas conseqüências das mudanças produtivas que prevaleceram na agricultura no país. Apenas em 1963, com a publicação do “Estatuto do Trabalhador Rural” (Lei 4214, de 02/03/63) é que os rurícolas obtiveram uma amplificação desses direitos, com a determinação legal de aplicabilidade deste texto.

A eclosão da II Guerra Mundial criou para a agroindústria canavieira do Brasil uma situação bem diversa da que havia prevalecido anteriormente. De acordo com Szmrecsányi e Moreira (2009), contrariamente ao que teria sido de se esperar, ela *não* provocou um aumento das exportações de açúcar e deu origem a algumas dificuldades que, embora não tivessem sido completamente inesperadas, deixaram de ser previstas com a precisão que teria sido necessária para se poder evitá-las de uma forma mais satisfatória

A vasta expansão então prevista para a agroindústria canavieira do Brasil foi incorporada num programa governamental de longo prazo, o *Plano de Expansão da Indústria Açucareira*, cuja execução teve início em meados da década de 1960. Todos esses estudos e projetos foram, porém, abruptamente interrompidos pela eclosão de uma nova e intensa crise de superprodução, cujo impacto atingiu a agroindústria canavieira do Brasil na segunda metade dos anos 60. Os primeiros sintomas dessa crise já haviam surgido em 1964, com um forte declínio dos preços do açúcar no mercado livre mundial, um declínio que não poderia ser compensado pelos preços mais favoráveis que vigoravam no mercado preferencial norte-americano. A redução da demanda e dos preços do açúcar nos mercados internacionais coincidiu no tempo com a forte recessão instaurada no mercado interno do Brasil, em decorrência da política econômica da então recém-inaugurada ditadura militar (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 2009, s.p.).

O início da década de 1970 apresenta graves indícios de esgotamento após um período pós Segunda Guerra Mundial em que as economias industrializadas experimentaram um longo período de crescimento, baseadas no modelo fordista-keynesiano de acumulação capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos (HARVEY, 1993, p. 119)<sup>23</sup>. Esta crise foi agravada a partir de fatores externos como a crise do petróleo, em 1973, que tem seu preço elevado em resposta à queda da produtividade<sup>24</sup>. A relativa saturação do mercado consumidor dos países capitalistas centrais e a concorrência cada vez mais acirrada conduziram a um novo paradigma para reconstituição das bases de valorização do capital<sup>25</sup>.

Para Antunes (1999, p. 36), essa crise estrutural fez com que, entre tantas outras conseqüências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo que afetou fortemente o mundo do trabalho.

Na pequena Tanguá, a Usina enfrentou vários problemas como a concorrência que somente seria resolvida com novos investimentos e modificações nos processos de produção. A nova realidade econômica, tecnológica e social do país impunha uma nova reorganização. O mercado exigia um aumento no rendimento da produção, exigia contínuo processo de modernização, inovações tecnológicas para poder competir no mercado. Não investindo em sua capacidade

---

<sup>23</sup> Antunes (1999) faz uma síntese deste quadro crítico da década de 1970 apresentando os traços mais evidentes, a saber: 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção [...]; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital) dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava [...]; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *welfare state* ou do "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ANTUNES, 1999, p. 29).

<sup>24</sup> Simultâneo a esta nova crise do capitalismo mundial, novas estratégias de gestão no processo de reestruturação do capital em crise estão sendo processadas e difundidas. Trata-se do modelo toyotista sob a liderança do Japão.

<sup>25</sup> Na década de 1970, houve a reconstituição das bases de valorização do capital mediante restauração das condições materiais e políticas do domínio do capital financeiro e industrial internacionalizado e do controle sobre o trabalho e a subsunção deste aos imperativos das modalidades de enfrentamento da crise (ABREU, 2002, p. 167).

industrial, a usina “*ia morrendo aos poucos* e com ela toda uma estrutura econômica e social” (OLIVEIRA, 2000).

A obrigatoriedade dos direitos trabalhistas para os operários canavieiros implicou no encarecimento da mão de obra para os usineiros acostumados ao contrato desta força de trabalho sem as conseqüências que as obrigações de tais direitos envolviam. Assim, os usineiros passam a se confrontarem com as novas exigências legais no campo e a atribuir a falência das usinas à inviabilidade do elevado da mão de obra.

Esse argumento é reproduzido em Tanguá e na literatura específica como problema que condicionou de forma determinante o fechamento da usina. Afirma-se, assim, que “sem condições de investir no solo que apresentava esgotamento e com a força de trabalho muito onerosa”, muitos fazendeiros que produziam cana de açúcar encerraram essas atividades e passaram a buscar alternativas econômicas mais rentáveis, conforme veremos a seguir. Muitos moradores também tiveram que buscar opções de trabalho em outros municípios, o que provocou o deslocamento de muitas famílias da região. A questão econômica levou a uma crise social<sup>26</sup>.

### 1.3 Tanguá na década de 1970: (re)configurando sua identidade econômico-social

Por que faliu? Por que faliu!  
Quando mudei para Tanguá não tinha nada,  
só tinha mato, cana e usina.  
O burro que carregava as canas para a usina,  
a gente cortava cana e levava para a usina para ela pesar.  
E outra coisa: a usina faliu:  
por que faliu? Por que faliu! (AQUILINA)<sup>27</sup>

O fechamento da Usina pôs fim à influência por mais de 50 anos da produção agroaçucareira em Tanguá e municípios vizinhos, de um modelo de cultivo da monocultura açucareira e sua concentração de terra. Nessa época, com o fim dessa

<sup>26</sup> De acordo com os recenseamentos realizados desde 1920, percebe-se a instabilidade no crescimento populacional de Tanguá que, por conta das mobilizações dos trabalhadores que migram conforme as ofertas de trabalho há em alguns períodos um decréscimo na taxa de crescimento populacional segundo dados do IBGE.

<sup>27</sup> Aquilina também é aluna da EJA, chegou a Tanguá em 1958.

atividade, a população do distrito, que majoritariamente era formada por segmentos de trabalhadores que vendiam sua força de trabalho a essa empresa, passou por muitas dificuldades para garantir a reprodução social dos núcleos familiares.

Com o fim da Usina na década de 1970, que marca o fim das atividades da agroindústria canavieira em Tanguá, as antigas terras aos poucos vão sendo loteadas, dando origem à área urbana do município. O processo de loteamento das fazendas deu início à formação dos bairros que, até hoje, são em grande parte frutos do desmembramento das fazendas da Usina e os seus nomes estão relacionados a essas antigas fazendas. Essas terras passaram a ter alto valor comercial, o que incentivou a expansão imobiliária e favoreceu a criação de tais loteamentos. Com o passar do tempo, novas opções econômicas foram surgindo em Tanguá, como as que passamos a apresentar a seguir.

Uma das alternativas econômicas para os fazendeiros foi a extração de areia para abastecer a construção da Ponte Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), uma vez que o acesso era facilitado pela BR-101. Esta atividade econômica de extração de areia até hoje é muito comum na região.

Desde a década de 1960 há o plantio da laranja na região sul de Tanguá, atividade que tem sido responsável pela melhoria das condições de vida dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais. O cultivo da laranja se fortaleceu com a queda da cultura canavieira, quando muitos fazendeiros e pequenos produtores rurais passaram a ocupação deste tipo de atividade por depender de menor número de trabalhadores (OLIVEIRA, 2000, p. 64). A cultura da laranja é tradicional na região, tendo, inclusive, uma festa em seu nome: “Festa da Laranja”<sup>28</sup>. Atualmente Tanguá é conhecido como circuito da laranja, é o único município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que vive da agricultura e o segundo maior produtor de laranja de mesa do Estado, ocupando lugar de destaque na economia agrícola fluminense. Neste sentido, afirma-se que a agricultura é uma vocação natural de Tanguá que tem nesta atividade sua base econômica. Dos 146,623 km<sup>2</sup> do município, 80% são de terras agricultáveis<sup>29</sup>. O cultivo de cocos se

---

<sup>28</sup> Durante a Festa da Laranja acontecem concursos gastronômicos, premiação para a melhor safra, eleição da Rainha da Laranja, danças folclóricas, exposição de implementos agrícolas e artesanato, palestras, rodadas de negócios e barracas com comidas e bebidas típicas, principalmente receitas elaboradas a base de laranja. Dados extraídos do Jornal Rural – a voz do campo – Ano IV – n. 22 – novembro/dezembro de 2007.

<sup>29</sup> Dados extraídos do Jornal Rural – a voz do campo – Ano IV – n. 22 – novembro/dezembro de 2007.

soma à produção da citricultura e torna a agricultura uma atividade fundamental na economia do município.

Neste universo rural, também se junta a criação e a engorda de gado de corte que marcam a economia local e dos municípios vizinhos até a metade da década de 70, absorvendo pouca mão de obra, ou seja, um homem para cada 250 cabeças, de acordo com Oliveira (2000). Esta atividade ainda ocupa uma parte da mão de obra rural do município na atualidade.

Na década de 1970, é descoberta em Tanguá uma das maiores reservas de fluorita do Brasil<sup>30</sup>. Este mineral, como o calcário, representa uma das maiores riquezas minerais do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente há duas mineradoras, no município onde se encontram as reservas de fluorita: uma produz flúor para a indústria químico-farmacêutica incorporando aproximadamente cinquenta trabalhadores; a outra possui nefelinacianeto, rocha alcalina que supre as necessidades da indústria cimenteira e siderúrgica, empregando aproximadamente 25 trabalhadores. Ambas as mineradoras são alvos de campanhas populares e intervenções do Estado por conta das devastações que provocam na natureza.

A CIBRAN (Companhia Brasileira de Antibióticos) foi uma empresa vinculada à indústria farmacêutica que teve grande importância na história de Tanguá. Instalou-se no mesmo prédio da Usina de Açúcar, na década de 1980, chegando a ter 900 funcionários. Nos fins da década de 1990, contava apenas com 400 funcionários (OLIVEIRA, 2000). Atualmente está totalmente desativada, com declaração de falência, porém o prédio está impedido de ser utilizado para outras atividades tendo em vista as pendências na justiça do trabalho, já os funcionários reclamam direitos trabalhistas e muitos integram a massa falida da empresa. Na década de 1970, a CIBRAN foi considerada o maior parque de fermentação da América latina.

A Clínica de Repouso Ego, empresa privada que atua na área da saúde mental, vem funcionando em Tanguá desde 1971, atendendo usuários das Regiões Metropolitanas e Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, além dos atendimentos particulares, mantém convênio com o SUS.

A Estação Terrena de Comunicações por Satélite da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) está instalada em um dos bairros do município e foi

---

<sup>30</sup> Fluorita é um mineral quebradiço, de brilho vítreo, que se apresenta em variadas cores.

Inaugurada em 1969. De acordo com Oliveira, a Embratel tem difundido o nome de Tanguá no cenário nacional e internacional, atraindo, inclusive, milhares de visitantes anualmente, gerando impostos e mais de 100 empregos diretos e indiretos. Além de oferecer condições climáticas favoráveis, Tanguá foi escolhido para sediar esta Estação, após trabalhosa investigação entre várias localidades no Estado do Rio, por ser afastado dos grandes centros, evitando-se desta forma fontes indesejáveis de interferência nas comunicações e rotas aéreas. A implantação desta Estação possibilitou que a paisagem de extensos canaviais fosse alterada. Com área urbanizada de 180 mil metros quadrados no terreno de um milhão de metros quadrados, a estação funciona diária e ininterruptamente, com supervisão local e remota. Instalada estrategicamente no município de Tanguá, na rodovia Rio-Campos, a Estação tem localização privilegiada para operar, pois pode direcionar suas 12 antenas para qualquer satélite que tenha cobertura no Brasil<sup>31</sup>.

Atualmente acredita-se na possibilidade de transformar a região num referencial de Turismo Rural. A cidade já vem ministrando cursos de qualificação para a população na área de turismo e também como empreendedor nesse setor<sup>32</sup>. Além disso, a Festa da Laranja segue um roteiro com visitação aos principais pontos turísticos, fazendas pomares, onde os turistas fazem degustação de laranja e refeições com pratos típicos nos restaurantes que integram esse projeto. Em matéria de natureza, Tanguá também possui uma grande área remanescente da Mata Atlântica localizada em ilhas de florestas como a Serra do Barbosão; uma região que é cenário de trilhas, motociclismo e vôo livre<sup>33</sup>. Dentre os atrativos para o turismo rural em Tanguá, destacam-se os rios, as cachoeiras, as montanhas, os haras, as fazendas, os engenhos de farinha e as estradas de terra. Na cidade, há construções históricas como a Igreja Nossa Senhora do Amparo, referência por sua arquitetura moderna e a Igreja de Santana; a estação ferroviária de 1978; a antiga Usina de Açúcar e as instalações da Embratel com suas gigantes antenas parabólicas. Enfim, o turismo é uma das apostas atuais do município tendo em vista que algumas

---

<sup>31</sup> Toda a área é protegida contra descargas atmosféricas e interferências eletromagnéticas. O teleporto dispõe de sistema próprio de energia, com quatro geradores de 400 kVA, dois nobreaks de 150 kVA e três fontes de corrente contínua.

<sup>32</sup> Dos cursos em andamento nesta área podemos apontar o curso *Aprender e Compreender Hotéis e Pousadas* e o curso *Sensibilização para o Turismo*, todos voltados para a qualificação dos moradores locais.

<sup>33</sup> Informações com base na Revista do Turismo – Ano VII – 2006 – n. 49 – Edição Nacional.

fazendas, pousadas e sítios se reorganizaram para esta atividade, se constituindo em atrativos para turistas, individuais e grupos, que desejam retirar-se para atividades religiosas, acadêmicas e de lazer.

Se por muitos anos, principalmente entre meados do século XVIII até final do século XIX, Tanguá foi um dos municípios mais importantes do Estado, conforme pudemos ver nos relatos sobre a concentração e escoamento da produção de açúcar e outros gêneros agrícolas destinados principalmente à exportação; tendo passado por ciclos econômicos importantes, como: cana-de-açúcar, café, produção de laranja e o advento da indústria do barro (olarias), na atualidade o município não dispõe de uma atividade econômica expressiva, pois sua economia se transformou num aglomerado de pequenos negócios ligados ao comércio varejista (alimentação e construção civil) sendo ainda utilizado por grande parte da população como cidade-dormitório devido à proximidade com a capital, onde as oportunidades de emprego são maiores<sup>34</sup>.

#### 1.4 O Projeto COMPERJ e seus impactos: os trabalhadores migrantes em Tanguá

O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade,  
mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente.  
Quando eu olho para a história,  
vejo que as cidades foram regidas pelo capital,  
mais que pelas pessoas.  
Assim, nessa luta pelo direito à cidade  
haverá também uma luta contra o capital

*David Harvey*

É na segunda metade da primeira década deste início do século XXI, sob a hegemonia do capital financeiro<sup>35</sup>, que o Presidente Lula da Silva anunciou em 2006 que Itaboraí seria a sede para a implantação do Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro –, com início de operação previsto para 2012. Este projeto é fruto

---

<sup>34</sup> *Ibdem.*

<sup>35</sup> De acordo com Harvey (2009) “As economias modernas criaram um novo conceito de riqueza. Não se trata mais de dispor de valores de uso, mas de ampliar abstrações numéricas. Busca-se obter mais quantidade do mesmo, indefinidamente”. De acordo com o autor, dentre todos os conceitos criados por Marx para dar conta da realidade capitalista, talvez não haja conceito mais importante para interpretar a crise atual do que o de *capital fictício*.

da parceria da Petrobras com o Grupo Ultra<sup>36</sup> e o BNDES e sua instalação, construção e implantação se darão numa área de 45 km<sup>2</sup>, localizada no município de Itaboraí.

Segundo informações da própria Petrobras, a iniciativa de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Comperj trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região. Trata-se de um empreendimento considerado, em termos monetários e em infra-estrutura, como um dos maiores investimentos, brasileiro, feito pela indústria de petróleo, o maior empreendimento individual da história da Petrobras em uma única planta.

Os onze municípios fluminenses da região impactada pelo processo de instalação do Comperj que compõem o Conleste (Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense), conforme detalhado na tabela abaixo, abrange cerca de 2,5 milhões de habitantes:

QUADRO 1: MUNICÍPIOS FLUMINENSES QUE INTEGRAM O CONLESTE

Nº	Municípios <sup>37</sup>	Área Influência Comperj	Habitantes <sup>38</sup>	Distância da Capital <sup>39</sup>
01	<b>Cachoeiras de Macacu</b>	Diretamente Afetada	56.529	97km
02	<b>Casimiro de Abreu</b>	Influência Indireta	29.811	128km
03	<b>Guapimirim</b>	Diretamente Afetada	49.456	84km
04	<b>Itaboraí</b>	<b>Sede</b>	225.309	40km
05	<b>Magé</b>	Influência Direta	270.940	50km
06	<b>Maricá</b>	Influência Indireta	119.231	60km
07	<b>Niterói</b>	Influência Indireta	479.384	10,9km
08	<b>Rio Bonito</b>	Influência Direta	54.596	80km
09	<b>São Gonçalo</b>	Influência Direta	982.832	25km
10	<b>Silva Jardim</b>	Influência Indireta	22.158	Não disponível
11	<b>Tanguá</b>	Diretamente Afetada	30.139	65km

Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

<sup>36</sup> O Grupo Ultra é o idealizador do Comperj e esteve na parceria com a Petrobrás e o BNDS desde o início do projeto, porém, no decorrer de 2009 o grupo anunciou não garantir mais sua participação ativa no Comperj devido às dimensões tomadas neste empreendimento, bem maiores do que as planejadas inicialmente, gerando aumento de custo.

<sup>37</sup> A partir da **Divisão geográfica atual do Estado do Rio de Janeiro**, podemos situar os onze municípios que integram a área de abrangência do Comperj nos seguintes conjuntos de municípios: Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá - último município da Região Metropolitana); e a Região das Baixadas Litorâneas (Cachoeiras de Macau, Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Silva Jardim).

<sup>38</sup> Estimativa da População para 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> acesso em 27/12/2009.

<sup>39</sup> Idem IBGE.

O RIMA/Comperj (Relatório de Impacto Ambiental do Comperj) classifica os impactos do empreendimento que ocupará a área de 45Km<sup>2</sup> em: *Área de Influência Indireta* (AI): Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, que abrange toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e é composta de 18 municípios e somava 2 milhões de pessoas em 1990. Esta área abrange Niterói, Maricá, Casimiro de Abreu e Silva Jardim; *Área de Influência Direta* (AID): Raio de 20km medido do ponto central do COMPERJ, equivalente à área de 1.256 km<sup>2</sup>, calculada na forma circular apenas para fins comparativos. O estudo levou em consideração a capacidade de diluição dos componentes poluentes no ar e prevê uma população de 380.000 em 2010; abrange Rio Bonito, São Gonçalo e Magé; *Área Diretamente Afetada* (ADA): Raio de 10Km medido do ponto central do COMPERJ. Prevê-se que será a área que sofrerá diretamente o impacto das obras, mais intensamente nos municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macaú, Guapimirim e Tanguá, abrangendo, ainda, parte dos municípios do Rio Bonito e São Gonçalo. Se calculado em forma de círculo, a ADA é de 314Km<sup>2</sup>.

De acordo com Lobo (2009), a petroquímica é um dos setores industriais mais recentes da história da humanidade. Seu aparecimento data do final do século XIX, quando uma resina foi desenvolvida para substituir o marfim na produção de bolas de bilhar. O primeiro produto petroquímico fabricado em escala industrial foi o álcool isopropílico, em 1920.

A indústria petroquímica é uma subdivisão da indústria química, que a utiliza a nafta (derivado do petróleo, obtido através do refino) ou gás natural, como matéria-prima básica. Inserida no amplo segmento petrolífero, a petroquímica utiliza, principalmente, nafta (subproduto do petróleo) e gás etano para produzir as matérias-primas que, após sucessivos processos industriais, serão transformadas em artigos tão diversos como medicamentos, utilidades plásticas, tintas, tubulações, vestuário, defensivos agrícolas e computadores<sup>40</sup>. A Petrobras é a fornecedora exclusiva de nafta no Brasil, atendendo à demanda com a produção de suas refinarias e com importações.

---

<sup>40</sup> O COMPERJ está estruturado em diversas “fábricas” e outras instalações são agregadas em blocos maiores chamadas Unidades, além das resinas plásticas, o COMPERJ vai produzir PTA, etilenoglicol, benzeno, estireno e butadieno, que serão vendidos para outras indústrias químicas. Esses produtos darão origem a pneus, fibras sintéticas, embalagens de alimentos, de remédios, de cosméticos, entre outros.

A tradição tecnológica é possivelmente a característica principal da petroquímica, o que obriga a existência de uma ampla base econômica e financeira para financiá-la. Trata-se de uma atividade que, internacionalmente, caracterizada por grandes empresas e grandes unidades produtivas. O padrão competitivo do setor está extremamente vinculado a escalas elevadas de produção e à necessidade de aplicação intensiva de capital, um setor em que “a demanda cresce regularmente enquanto a oferta avança aos saltos”, gerando desajustes estruturais de efeitos graves nos preços e na rentabilidade das empresas<sup>41</sup>.

De acordo com Rodrigues (2009), a indústria petroquímica brasileira tem suas origens no governo militar, mais precisamente na década de 1970, quando foram construídos no país o Pólo Petroquímico de São Paulo em 1972, posteriormente o Pólo de Camaçari (BA) em 1978 e logo em seguida, já na década de 80, foi construído o Pólo de Triunfo (RS) em 1982. A primeira fase da consolidação deste setor foi marcada pelo sistema “tripartite” que se consolidou efetivamente na central de matérias-primas Copene. Neste sistema cada empresa teria 1/3 do capital em mãos da iniciativa privada nacional, 1/3 com a estatal Petroquisa e 1/3 com uma empresa privada estrangeira, que normalmente tinha o *know-how* tecnológico.

Na análise de Lobo (2009) a petroquímica brasileira é uma indústria de capital intensivo, em sua primeira e segunda geração. Entretanto, a indústria de transformação plástica possui características diferentes, como, entre outras: é intensiva em mão-de-obra, depende menos de economia de escala, produz bens diversificados e diferenciados, utiliza tanto a tecnologia avançada como a tradicional, tem porte menor, e nela há grande quantidade de empresas de capital nacional. Exceto para esse setor, o alto volume de investimentos é imprescindível para a obtenção e desenvolvimento de tecnologias avançadas ou de mão de obra qualificada, a fim de assegurar a competitividade das indústrias petroquímicas.

Além disso, no Brasil, a indústria petroquímica apresenta elevada concentração geográfica das indústrias de segunda geração, em função principalmente das dificuldades técnicas e do alto custo de transporte de seus produtos para longas distâncias, em função das condições especiais necessárias

---

<sup>41</sup> Para se precaverem, as principais companhias vêm buscando mecanismos de proteção: internacionalização comercial e industrial, com produção descentralizada; compartilhamento de capacidade produtiva com outras empresas; lançamento de produtos diferenciados, menos sujeitos a flutuações de preços; e constituição de fontes de renda mais perenes, como o licenciamento de tecnologias (Fonte: <http://adeiltonprimotecnologia.blogspot.com/2010/10/o-que-e-industria-petroquimica.html>).

para a produção das centrais de matérias primas. Isto se torna outro fator de investimento, ou seja, o da concentração geográfica de indústrias de primeira e segunda geração em pólos petroquímicos, normalmente próximos aos locais onde estão instaladas as refinarias da Petrobras, com vistas a promover maior integração de fornecedores e clientes<sup>42</sup>. Enquanto que a totalidade das plantas de primeira e segunda gerações freqüentemente ficam localizadas nos pólos, a maioria das indústrias de terceira geração se apresenta distribuída por outras regiões, mesmo afastadas.

A indústria petroquímica mundial, segundo Rodrigues (2009) está passando por um profundo processo de reestruturação e busca cada vez mais se internacionalizar, mediante alianças estratégicas, aquisições, fusões e incorporações, tornando a competição cada vez mais acirrada. Em termos globais, o desenvolvimento das empresas do setor resultou num grande dinamismo tecnológico e na sua expansão e, atualmente este setor conta com empresas de elevado faturamento e produção diversificada.

De acordo com d'Ávila (2009), nos últimos doze anos, vem decrescendo continuamente a ação coordenadora e o apoio estatal ao setor petroquímico, expressas no período de implantação da indústria na forma de financiamentos de bancos oficiais, da participação da Petroquisa, subsidiária da Petrobras, nos empreendimentos e do fornecimento de nafta em condições favorecidas. O autor lembra que as privatizações dos anos 90, iniciadas no governo Collor, acompanhadas pela abrupta abertura comercial e pelo encolhimento das proteções tarifárias, não favoreceram novos investimentos na indústria petroquímica, cujo crescimento praticamente estagnou durante a década.

O Comperj, sendo o maior empreendimento em petroquímica do Brasil e o quinto maior do mundo, gerará uma economia de aproximadamente dois bilhões de dólares anuais para o Brasil em decorrência da redução da importação de fontes de matéria-prima petroquímica e da redução da exportação de petróleo pesado e trará, aproximadamente, 50.000 empregos diretos e 212.000 empregos indiretos na fase de construção civil. Pós-fase do refino e com a produção em larga escala de

---

<sup>42</sup>Neste sentido, o Comperj vai ainda viabilizar e utilizar o Arco Metropolitano, obra viária que fará a ligação entre Itaboraí ao Porto de Itaguaí – um antigo e importante projeto do estado do Rio de Janeiro que cortará ao todo oito municípios e os principais eixos rodoviários da região. Ao centro do Arco, no município de Duque de Caxias, há planos de expansão para indústrias como a Riopal e a Reduc.

matérias-primas petroquímicas, serão gerados novos empregos, com as chamadas empresas de segunda e terceira geração<sup>43</sup>.

O principal objetivo do Comperj é aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional proveniente da Bacia de Campos (Campo de Marlim). Por sua dimensão, o Comperj transformará o perfil socioeconômico da região de sua influência e consolidará o Rio de Janeiro como grande concentrador de oportunidades de negócios no setor de petroquímicos. Sua produção estimulará a instalação de indústrias de bens de consumo que têm nos produtos petroquímicos suas matérias-primas básicas<sup>44</sup>.

Aos municípios que compõem o Conleste, prevalece o interesse em estabelecer uma geração de riqueza através do emprego direto de “mão de obra”, com a garantia de emprego em um sistema de reserva com capacitação da mão de obra. Interessa, ainda, que o Sistema de Reserva com capacitação garanta o emprego na fase de construção civil do empreendimento<sup>45</sup>.

Os empregos ocorrerão em três momentos. Primeiro momento - fase da construção civil: esta se constitui a grande chance para os municípios que estão no raio de 10 e 20 kms do empreendimento, pois serão gerados em torno de 50.000 empregos diretos. Segundo momento - fase de operação do Comperj a partir de 2012, com as empresas de primeira e segunda geração: utilização de mão de obra de alta qualificação, gerando aproximadamente 3000 empregos diretos. Terceiro momento - fase de implantação das empresas de terceira geração: serão criados em torno de 720 empresas, segundo o relatório RIMA/Comperj.

---

<sup>43</sup> De acordo com Lobo (2009), são três os estágios, ou gerações, da atividade petroquímica: a) as indústrias de primeira geração, petroquímica básica (etapa inicial), responsáveis pela produção dos insumos principais: eteno (cuja produção brasileira, em 2002, representa 3% da mundial), propeno, butadieno etc.; b) as indústrias de segunda geração que transformam os produtos básicos, através de processos de purificação e adição de outros materiais em produtos petroquímicos finais, a exemplo do polipropileno, polivinilcloro, poliésteres etc.; c) as indústrias de terceira geração, onde os resultantes da indústria de segunda geração são quimicamente ou fisicamente modificados, dando origem a produtos de consumo. Hoje, no Brasil, existem três pólos petroquímicos em funcionamento: Capuava/SP, Camaçari/BA e Triunfo/RS. Neles estão instaladas três centrais de matérias-primas, denominadas “empresas-mãe”. Além dos três pólos, existem novas iniciativas de concentração representadas por dois grandes projetos de investimento no setor: Pólo Petroquímico de Paulínea/SP e o Complexo Gás-Químico do Rio de Janeiro/Bacia de Campos (RJ). A indústria do plástico é o setor que movimenta a maior quantidade de produtos fabricados com materiais petroquímicos.

<sup>44</sup> Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/petrobras/portugues/comperj.asp> - acesso em 19/09/2008.

<sup>45</sup> Idem, nota 40.

Como se estima que sejam gerados 50.000 empregos diretos na atual fase, a proposta é que 50% destes sejam reservados para os municípios do Conleste. Municípios que serão duramente impactados, ambientalmente, socialmente e economicamente, além do que, esta é a fase onde exatamente os municípios do Conleste poderão contribuir com a força de trabalho pouco competitiva, visto que, na fase de operação da petroquímica, o grau de exigência na contratação dos empregos será maior.

Atualmente, os critérios ou pré-requisitos para contratação, tanto da Petrobras como do Ministério de Minas e Energia (MME) são:

- a) **Candidato seja alfabetizado;**
- b) **Comprovar residência de pelo menos seis meses no município;**
- c) Documentos habituais como: preencher ficha cadastral, foto, identidade, CPF, carteira do trabalho, entre outros;
- d) Estar em dia com suas obrigações militares e eleitorais;
- e) Não deverá haver cobrança de taxa de inscrição;
- f) Os cursos de capacitação deverão ser realizados sob orientação da Petrobras, cabendo as prefeituras disponibilizarem locais;
- g) Somente após a conclusão dos cursos é que serão realizadas as provas seletivas referentes às matérias ministradas às respectivas funções;
- h) Os candidatos aprovados deverão ser convocados de acordo com o sistema de reserva destinado a cada município.
- i) É preciso entender que a Petrobras não constrói nada, cabe à empresa **contratar um consórcio de grandes empreiteiras privadas** com experiência para construir o empreendimento;
- j) É simples a gestão da contratação da mão de obra do sistema de reserva. Para cada uma mão de obra contratada pelo consórcio construtor privado, haverá uma outra contratação, feita também pelo consórcio, só que em cima do sistema de reserva de cada município;
- l) A distribuição da contratação desta mão-de-obra oriunda do sistema de reserva entre os municípios que compõem o Conleste deverá seguir alguns critérios: atente-se para a **importância da prioridade que deve ser dada ao município de Itaboraí e aos municípios que são fronteiriços** ao empreendimento, **visto que estes serão duramente atingidos e penalizados pelo impacto ambiental (poluição e outros), impacto social e econômico** (FIGUEIREDO, 2009, s.p.).

Um grupo de trabalho, criado pelos municípios do Conleste, a Petrobras e o MME, elaboraram critérios complementares, tais como;

- m) sugestão complementar, as prefeituras, de posse do cadastro daquela mão-de-obra, não absorvida no empreendimento, em parceria com a Petrobras, aproveitariam o ensejo para fazer capacitação e preparação da mesma, de acordo com as novas necessidades que surgirão na área do comércio e serviços, aproveitando assim as potencialidades e vocações do município (FIGUEIREDO, 2009, s.p.).

Para o enfrentamento dos impactos que são previstos no empreendimento, foram pensadas algumas ferramentas: o Conleste, a Agenda 21, o Centro de Integração do Comperj e o Centro de Informações do Comperj.

O Conleste surge como um instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais entre os onze municípios destacados anteriormente, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do Comperj e minimizar seus aspectos negativos. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos onze municípios com vista a “*acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do Conleste*”.

A Agenda 21<sup>46</sup>, outra ferramenta que vem sendo utilizada para minimizar os impactos negativos do Comperj, propõe um diálogo permanente através de reuniões locais e regionais. Visa a ser um espaço onde a comunidade conversa, discute e propõe soluções para os problemas que estão surgindo. Segundo o Ministério do Meio Ambiente:

A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades [...]. O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desemprego (AGENDA 21, 2009, s.p.).

O Centro de Integração do Comperj, em funcionamento no Município de São Gonçalo, é responsável pela realização da qualificação e capacitação de cerca de 30 mil profissionais. O primeiro Ciclo de Qualificação Profissional teve início em maio de 2007, oferecendo cursos na área de construção civil. Um novo ciclo foi iniciado em abril de 2008, destinado à qualificação de Operadores de Grandes Equipamentos, utilizados na etapa de terraplenagem do Comperj.

Os profissionais capacitados pelo Centro de Integração farão parte de um banco de dados de candidatos a empregos no Comperj e nas empresas que serão atraídas para a região. A idéia é fazer do Centro de Integração um grande articulador local, capaz de contribuir para o desenvolvimento social e industrial na área de abrangência do Comperj.

---

<sup>46</sup> Aprovada na RIO 92, - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) - a Agenda 21 é um instrumento para definição das bases de um plano de ação participativo para a sustentabilidade em nível global, nacional e local, de forma gradual e consensuada. A necessidade que as pessoas e organizações assumam papel protagonista do seu próprio futuro de forma estruturada levou à proposta de construção da Agenda 21 Comperj. Os Fóruns da Agenda 21 Comperj utilizarão a metodologia da Agenda 21 como um roteiro estruturado para o diagnóstico sócio-participativo e proposição de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que expresse o consenso das preocupações e potencialidades econômica, social e ambiental, de governantes, empresários, lideranças da sociedade civil e cidadãos.

Atualmente os Municípios vêm investindo na qualificação profissional de moradores locais e da região para absorção das vagas de emprego que estão surgindo com o Comperj. Percebe-se a importância da Qualificação Profissional e da Escolarização dos moradores locais tendo em vista que somente empresas que possuam o ISO 9.000 poderão prestar serviços ao COMPERJ e estas exigirão dos empregados contratados a qualidade total no serviço.

O Centro de Informações do Comperj, como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento, será responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região. Este projeto implementado pela Petrobras é considerado pioneiro no mundo; seu objetivo é o monitoramento dos impactos de sua atividade industrial sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)<sup>47</sup> na região do Conleste.

Diante desse cenário, o grande desafio que se coloca é entender os rebatimentos desse processo, não só do ponto de vista ambiental e econômico, mas, sobretudo, no que se refere a alta demanda de empregos, como estes serão gerados, quais as condições de trabalho e assalariamento daqueles que já estão empregados e dos que serão inseridos neste processo de disputa no âmbito da relação capital e trabalho.

No contexto deste gigante empreendimento que tem o potencial de transformar o perfil da região<sup>48</sup>, a questão territorial e a renda fundiária também geram preocupação, pois o Pólo Petroquímico, como expressão do grande capital, exerce influência sobre o território fluminense com possibilidades, de acordo com Caetano, de ressignificar os espaços, e redefinir o papel da região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, no conjunto regional do estado (CAETANO, 2008).

Harvey (2009) nos lembra que, na história recente, ao longo dos últimos 30 anos, houve muitas crises financeiras e o que é interessante é que muitas dessas crises financeiras têm sua origem na urbanização.

---

<sup>47</sup> Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de **8 Jeitos de Mudar o Mundo, a saber**: 1. Acabar com a fome e a miséria, 2. Educação de qualidade para todos, 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher, 4. Reduzir a mortalidade infantil, 5. Melhorar a saúde das gestantes, 6. Combater a Aids, a malária e outras doenças, 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Disponível em <http://www.objetivosdomilenio.org.br/> acesso em 27-01-2010.

<sup>48</sup> Em Tanguá, há a previsão de que grande parte da área rural seja urbanizada e cortada por novas estradas que ligarão o município à Itaboraí onde se situa a sede do Comperj.

A partir dos impactos das transformações recentes no capitalismo contemporâneo, debate-se hoje sobre as recomposições urbanas. Segundo Telles (2007),

As lógicas da produção flexível, da financeirização da economia e do papel do terciário de ponta alteram a anterior organização da “cidade fordista” e produzem rearticulações dos territórios por onde circulam capitais, bens, mercadorias, serviços e também populações em situações diversas de emprego, desemprego e exclusão do mercado de trabalho (TELLES. 2007, p. 19).

Neste ângulo de visão, Telles analisa que as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis que nos levam a algumas indagações:

De que modo as novas realidades do trabalho (e do não-trabalho) redesenham os espaços urbanos e seus territórios, redefinem práticas sociais e os circuitos que articulam moradia, trabalho e serviços? As circunstâncias do desemprego prolongado, do trabalho intermitente e incerto ou do não-trabalho redefinem tempos e espaços da experiência social, desfazem ou refazem em outros termos as referências traçadas entre trabalho e moradia e que pautam ritmos cotidianos e tempos sociais (TELLES, 2007, p. 20).

As necessidades do desenvolvimento capitalista no Brasil exigiram um contingente significativo de trabalhadores para sua expansão e reprodução. Este é um elemento chave quando se tenta compreender o aumento populacional brasileiro. Nesse sentido, percebe-se que a vivência do trabalho foi determinante na constituição da cidade de Tanguá, desde sua origem.

Numa rápida retomada histórica sobre a constituição dessa municipalidade, verifica-se que o trabalho foi determinante em sua constituição enquanto território. Ciclos de migração marcam esta formação populacional, fato comum na Região de Itaboraí, município onde Tanguá tem sua origem.

Na atualidade indaga-se sobre como ficará Tanguá no decorrer deste novo processo migratório determinado pelo Comperj, já que, na condição atual, o município tem grandes índices de pobreza/desigualdades e, ainda, não tem uma rede de proteção social constituída que dê conta das expressões da *questão social* que ali se apresentam.

Enquanto projeto governamental e expressão do grande capital, o Comperj contém alguns aspectos que repercutem nas municipalidades sob sua influência, como é o caso de Tanguá. Dos onze municípios do Conleste, Tanguá é o que vem sofrendo maior impacto nesta primeira etapa de implantação do Comperj, que consiste na terraplanagem e vem demandando um perfil específico de

trabalhadores: trabalhadores da construção civil, a maioria do sexo masculino, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional.

Esse pequeno município está sendo uma referência para concentração da força de trabalho empregada pelas empresas terceirizadas, já que dispõe de área, tem um custo de vida favorável e de fácil acesso, o que facilita a migração de trabalhadores para a cidade<sup>49</sup>. Atualmente há uma mobilização interna por parte das autoridades locais e de entidades representativas tendo em vista acolher os esses trabalhadores com suas respectivas famílias, cujo fluxo migratório já começa a acontecer nessa primeira etapa de implantação do Comperj e a alterar o perfil da população.

Há estudos geopolíticos locais que apontam o crescimento triplicado da população dos municípios da área de influência do Comperj, assim como ocorreu na Baixada Fluminense e na Região Norte do Estado, em especial o Município de Macaé<sup>50</sup>

Percebe-se, assim, a ocorrência do fenômeno das migrações temporárias descritas por Martins (1988) que, ao analisar esse tipo de migração partindo da categoria “temporário”, também relaciona a migração à aceção de *ausência*:

---

<sup>49</sup> Nos meses de agosto e setembro (2009), por ocasião da coleta dos dados empíricos da pesquisa, tivemos a oportunidade de realizar um contato mais direto com o intenso processo migratório que vem ocorrendo na cidade. Observamos que nos finais da tarde, os ônibus da CTC (Consórcio Terraplenagem Comperj, responsável pela execução do Projeto de Terraplenagem, Drenagem e Anel Viário do Comperj) chegam em Tanguá para deixar os trabalhadores após mais um dia de trabalho. Estes trabalhadores se espalham pela cidade chamando atenção tanto pela quantidade (alguns agrupados nos barzinhos ou pracinha, outros perambulando pelas ruas), quanto pelos uniformes que estão trajando, logo se percebendo que são pessoas estranhas à cidade. Por atuarem nas regiões Sudeste e Nordeste, estas empreiteiras promovem um verdadeiro processo migratório para a região onde o complexo está sendo implantado, em especial para Tanguá. De acordo com os assistentes sociais que atuam nas políticas de assistência social, habitação e saúde, grande parte destes trabalhadores tem famílias em seu local de origem, porém muitos estão constituindo famílias paralelas em Tanguá; há a formação de alguns pontos de prostituição na cidade envolvendo inclusive adolescentes. Os trabalhadores que são dos municípios vizinhos, a fim de comprovarem residência no município, trazem suas famílias que, em pouco tempo, se transformam em novos usuários para o serviço social, pois passam a residir em moradias irregulares e em áreas de risco. Algumas famílias chegam com a promessa de trabalho e, não conseguindo realizar o sonho do emprego, acabam permanecendo na cidade ou buscando o Plantão Social para conseguirem recursos para o retorno às suas cidades de origem ou para se manterem no município. No capítulo quatro detalharemos melhor os impactos do Comperj na percepção dos assistentes sociais que atuam neste município. Conforme análise de Martins sobre a migração temporária no Brasil “*as situações mais significativas de migração temporária que podem ser encontradas no Brasil mostram que a migração temporária é, contraditoriamente, um modo de desatar os laços de família e, ao mesmo tempo, um modo de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar*” (MARTINS, 1988, p. 50).

<sup>50</sup> Ao analisar a migração no município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro, com base em artigos de jornais do período de 2003 a 2006 Gomes (2009) expõe o seguinte fragmento de uma entrevista com o prefeito do município: “Devido às migrações, o crescimento populacional de Macaé é o dobro da média nacional. Em 30 anos, o número de habitantes triplicou [...]. Com isso, aumentam também os gastos da prefeitura em setores de saúde, educação, saneamento e infra-estrutura”.

Se, em termos demográficos, a duração – o *temporário* – é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de *ausência*. **É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar”, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente [...]** Se a *ausência* é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: **a *dessocialização, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização, nas relações sociais de “adoção”****. Ele se mantém, pois, na **duplicidade de duas socializações**, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que *vai voltar a ser* e não o que é (MARTINS, p. 1988, p. 50 – grifo nosso).

Nestas migrações, afirma Martins, há um definido universo social:

Mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas (MARTINS, 1988, p. 45).

Ao estudar esta realidade no Brasil, Martins identifica alguns tipos mais significativos de migrantes temporários e, nesse elenco de situações, o autor identifica três modalidades de migrações temporárias:

De um lado, as migrações cíclicas, com seu tempo certo de saída e retorno, com ritmo definido [...]. Envolvem desde o camponês até o bóia fria.

Uma segunda modalidade de migração temporária é regulada pelo calendário agrícola da lavoura do próprio migrante, no lugar de origem. No lugar de destino, porém, na grande cidade, na indústria, na construção civil, o processo de trabalho já é dominado pelo tempo linear do capital, contínuo – se um operário sai, é substituído por outro; não há estações nem há dia ou noite, pois o capital já subjugou o tempo.

Finalmente, há as migrações dominadas pelo ritmo irregular das grandes obras, públicas ou privadas, como a construção de barragens e estradas. Esses grandes projetos tornaram-se mais comuns depois de 1970. São obras que empregam milhares de trabalhadores, não precisam obedecer a nenhum ciclo natural e, do mesmo modo que criam grande número de empregos a curto prazo, também criam muito desemprego em pouco tempo (MARTINS, 1988, p. 49).

Assim, com base em Martins (1988) podemos situar o processo migratório que vem ocorrendo em Tanguá sob o impacto do Comperj como uma migração temporária, dominada pelo ritmo irregular de uma grande obra, com etapas diferenciadas que demandarão diferentes tipos de trabalhadores, com qualificações específicas ou nenhuma, a depender do desenvolvimento do projeto.

Esta característica do Comperj vem preocupando as autoridades locais e as organizações da sociedade civil, como a associação dos comerciantes, as Igrejas, ONGs, tendo em vista o fim desta etapa de criação de grande número de emprego

para este segmento de trabalhadores sem qualificação e escolaridade. Há a previsão da existência de uma massa de desempregados e a aceleração do processo de favelização nestes municípios, em especial os pequenos municípios.

Assim, com base em Martins (1988) podemos situar o processo migratório que vem ocorrendo em Tanguá sob o impacto do Comperj como uma migração dominada pelo ritmo irregular de uma grande obra, por isso uma migração temporária, com etapas diferenciadas que demandarão diferentes tipos de trabalhadores, com qualificações específicas ou nenhuma, a depender do desenvolvimento do projeto.

Esta característica do Comperj vem preocupando as autoridades locais e as organizações sociais locais, representadas pelos trabalhadores do comércio, igrejas, das ONG's e diversos programas sociais, tendo em vista o fim desta etapa de criação de grande número de emprego para este segmento de trabalhadores sem qualificação e escolaridade. Prevêem uma massa de desempregados e a aceleração do processo de favelização nestes municípios, em especial os pequenos municípios.

Na atualidade, conforme já abordado, verifica-se o processo de migração temporária motivada pela implantação do Comperj na fase atual o que vem implicando mais trabalho vivo, principalmente na construção civil, com perspectivas de, na fase posterior, haver a prevalência de capital morto devido a demanda por tecnologia e conhecimento técnico e científico, vindo a prevalecer o crescimento do capital constante em detrimento do capital variável. Diante desse quadro, a constituição destes municípios tem a marca de dois importantes processos migratórios, partes das metamorfoses que a classe trabalhadora vem sofrendo: o da indústria canavieira e o da construção civil. São os dois grandes fortes concentradores de trabalhadores que absorvem quem só tem a força de trabalho para vender, se encontra com baixa escolaridade e não tem qualificação profissional. Ao completar a etapa de trabalho que o moveu àquele lugar, ou ao não encontrar o que buscava, não retorna mais à sua origem. Martins analisa esta particularidade do migrante temporário que deseja retornar, porém se defronta com o seu processo social:

Migrante temporário é aquele que vai e volta e o processo social que ele vive é o de sair e retornar. Porém, retornar para onde? Para quem? Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, lugar de cada um. O que

encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo (MARTINS, 1988, p. 45).

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 intitulado “*Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humano*”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (RDH/2009), vem com o desafio de enfrentar os estereótipos negativos acerca dos migrantes, procurando alargar e reequilibrar as percepções que existem da migração, buscando analisar os múltiplos impactos da migração junto de todos aqueles por ela afetados – não só os que partem, mas também os que ficam:

Não é possível traçar o perfil típico dos migrantes de todo o mundo. Apanhadores de fruta, enfermeiras, refugiados políticos, trabalhadores da construção civil, acadêmicos e programadores informáticos – todos se incluem nos quase mil milhões de pessoas que se encontram em migração dentro dos seus próprios países ou para o exterior. **Quando as pessoas se deslocam**, quer atravessarem ou não fronteiras internacionais, **embarcam numa viagem de esperança e de incertezas**. A maioria parte em busca de melhores oportunidades, na esperança de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais directa, que frequentemente os acompanha ou os segue. Comunidades locais e sociedades no seu todo também obtiveram os seus benefícios, tanto nos locais de origem como nos destinos. A diversidade destes indivíduos e as regras que governam a sua deslocação fazem da mobilidade humana uma das questões mais complexas que hoje o mundo enfrenta, especialmente agora que se encontra em plena recessão (RDH/2009).

Enfim, quando o mundo ainda discute saídas para a última crise do capitalismo que tem início em 2008, Tanguá se defronta com os desafios de enfrentar o aumento da população advinda do empreendimento da Petrobrás na região, uma “superpopulação” que se soma à população de origem demandando serviços básicos e implementação e/ou ampliação de diversas políticas públicas.

Na reta final desse primeiro capítulo que contextualiza o município de Tanguá, apresentamos ainda um conjunto de informações que possibilitam identificar os assistentes sociais que atuam nessa municipalidade, seus respectivos empregadores com as áreas de atuação, bem como um mapeamento das condições de vida e de trabalho da população atendida pelos assistentes sociais.

Neste sentido, podemos tomar a conclusão de Santos (2000) quando afirma:

Torna-se praticamente impossível dissociar fluxo migratório do mercado de trabalho, uma vez que este tanto fixa quanto expulsa, dependendo das necessidades colocadas, em momentos concretos, pela dinâmica assumida pelo capital no atual período de sua mundialização (SANTOS, 2006, s.p.).

A migração dos trabalhadores – agroindústria e petroquímica, de ontem e de hoje –, expressam sua estratégia de (sobre)vivência, porém, enquanto os trabalhadores se mobilizam pra vender sua força de trabalho – migrando para sobreviverem – o capital avança e precariza as relações de trabalho.

O quadro de pobreza e desigualdade apresentado revela que o município ainda espelha a marca da subalternidade de sua população que não usufruiu das riquezas naturais de suas terras. Mesmo com tantas riquezas naturais, Tanguá é hoje conhecido como um dos municípios mais pobres do Estado do Rio de Janeiro. O maior empregador do município ainda é a Prefeitura, o que depõe contra si mesmo, pois, devido às condições e relações sociais em que estão sendo realizadas as atividades econômicas locais, elas tornam-se *meio de produzir riqueza para outros e de reproduzir a pobreza* desta população. Desse modo, revela-se o descompasso entre as conquistas no campo econômico e os avanços no campo social.

Em síntese, podemos afirmar que da formação agroindustrial à formação da indústria petroquímica em Tanguá e no seu entorno, revela-se na realidade socioeconômica deste município o que Marx (2002) chamou de desenvolvimento desigual. Percebe-se que a *questão social*<sup>51</sup>, que *condensa um conjunto de desigualdades*, se torna evidente, nesta realidade, tendo presentes diversas situações que expressam aspectos fundamentais das relações sociais que perpassam essa questão. Nas condições e relações sociais em que se ergueu a cidade, percebe-se o paradoxo do desenvolvimento desigual<sup>52</sup>, que se revela como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais ao mesmo tempo, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital (MARX, 2002, p. 19).

---

<sup>51</sup> De acordo com as análises marxianas, a base para a compreensão do surgimento da *questão social*, bem como suas conseqüências ideológicas e políticas, está em desvelar os fundamentos da ordem social burguesa. Nossa compreensão, nesse sentido, funda-se na análise de lamamoto (2008) que apresenta a *questão social* como um fenômeno específico da “ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam”, devendo ser apreendida como “expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes” (id. *ibid.*, p. 162).

<sup>52</sup> De acordo com lamamoto (2008), a noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção clássica por Marx que discorre sobre a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista.

### 1.5 O Serviço Social no Município de Tanguá: conhecendo os assistentes sociais e seus espaços ocupacionais

A incorporação do Serviço Social enquanto profissão em Tanguá, a partir da chegada dos primeiros assistentes sociais, está determinada pelas condições de vida e de trabalho do lugar. Esse começo, porém não desfruta de registros com dados específicos sobre o trabalho realizado, o que dificulta identificar o período em que seus agentes se inserem nos espaços ocupacionais desta municipalidade.

A partir de vagos registros encontrados na Associação Missionária do Coração de Maria<sup>53</sup>, pudemos extrair algumas informações fundamentais para situar o Serviço Social neste contexto. Na constituição do povoado operário da agroindústria açucareira, o trabalho social era realizado pelo voluntariado católico, cuja expressão era impregnada de um caráter caritativo e assistencialista. Assim, na época da usina, nos registros sobre o trabalho social, consta que entidades de confissão religiosa eram responsáveis pelo acompanhamento sócio-assistencial dos operários e suas respectivas famílias.

Na década de 1980, a partir do *Programa do Leite* implementado pela Fundação Leão XIII, para atendimento de famílias trabalhadoras cadastradas no programa, alguns assistentes sociais iniciam sua atuação em Tanguá de forma muito pontual. O trabalho ininterrupto destes profissionais no município se dá a partir da implantação de programas descentralizados do governo federal e, de forma mais regular e acentuada, após a emancipação político-administrativa de Tanguá, na metade dos anos 1990.

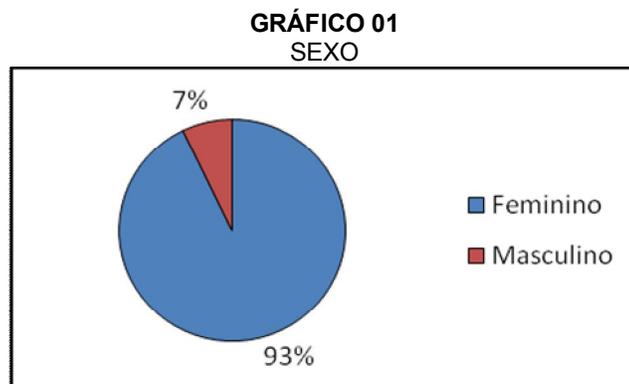
Para a identificação dos atuais assistentes sociais que trabalham em Tanguá e o conhecimento do mercado de trabalho que absorve sua força de trabalho nesta municipalidade, utilizamos os seguintes indicadores: sexo, etnia autodeclarada, idade, tempo de formação, religião, empregadores, localização da residência, campos e áreas de atuação.

O primeiro indicador diz respeito ao sexo que, de acordo com a amostra, revela que quase a totalidade dos 16 assistentes sociais de Tanguá, dos quais 14

---

<sup>53</sup> A Associação Missionária do Coração de Maria é uma organização privada, de confissão religiosa, prestadora de serviços sociais no município de Tanguá e na região vizinha desde a década de 1950, sendo uma das mais antigas do lugar.

foram entrevistados, é do sexo feminino (**93%**), apenas 01 assistente social do sexo masculino (**7%**) conforme anotado no gráfico abaixo.



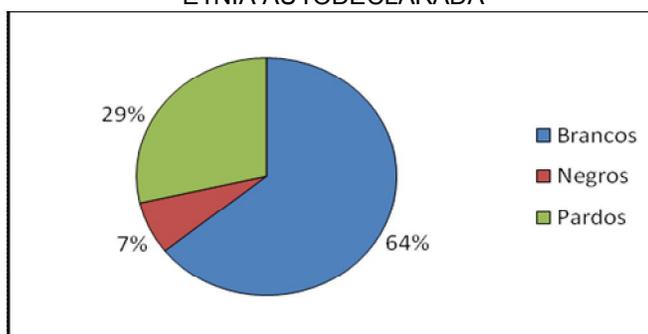
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Esse dado é uma expressão da chamada “feminilização da profissão”, tendência no Brasil desde sua origem e que, na atualidade, ainda se mantém, como confirma a pesquisa do CFESS (2005) cuja categoria ainda aparece com esse perfil, pois conta com apenas 3% de homens.

Esse recorte de gênero na história da profissão tem suas raízes no apostolado social da Igreja Católica, em que majoritariamente eram as mulheres que desenvolviam atividades de atenção aos “problemas” advindos da classe operária. Esse aspecto tem a ver com os fatores do capitalismo em relação à divisão sexual do trabalho, pois o início da profissão é paralelo ao período de incorporação da mulher à força de trabalho urbana (CARVALHO, 2007 Apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Assim, essa condição feminina que demarca a identidade da profissão frente ao universo masculino do assistente social, expressa uma das armadilhas do capital que historicamente se utiliza deste *exército de reserva* como estratégia para ampliar a produção. Essa condição na profissão é apontada por lamamoto (2008) como um dos *determinantes-chave* para decifrar o trabalho do assistente social.

Do grupo entrevistado, **64%** se autodeclararam brancos, **29%** pardos e **7%** negros. Esses dados contrastam-se com a condição étnica da população usuária que, segundo dados apresentados pelos próprios entrevistados a respeito da população usuária dos serviços, há uma incidência maior de negros e pardos conforme poderemos constatar no Quadro 03 no terceiro capítulo.

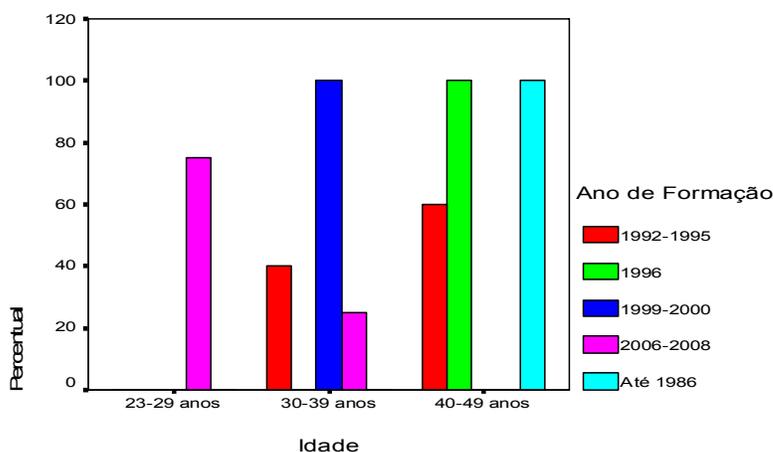
**GRÁFICO 02**  
ETNIA AUTODECLARADA



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Em relação à idade dos assistentes sociais que trabalham em Tanguá, a concentração maior está na faixa dos 30 a 39 anos que abrange **43%** do grupo, seguido de **36%** na faixa de 44 a 48 anos e **21%** na idade entre 23 e 29 anos. Portanto, o grupo apresenta um perfil mais maduro e seu tempo de conclusão da graduação varia conforme a idade, pois alguns se formaram relativamente jovens e outros ingressaram na profissão de forma tardia, conforme observa-se no Gráfico abaixo.

**GRÁFICO 03**  
IDADE/TEMPO DE FORMADOS



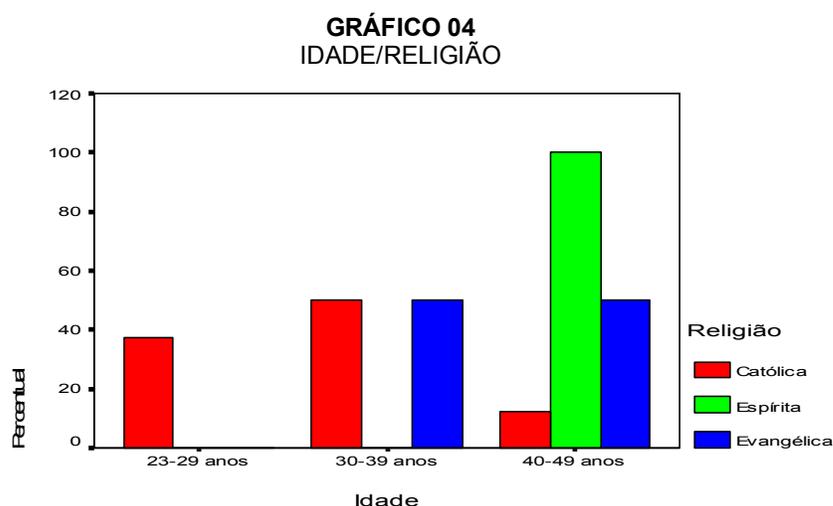
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Há uma frequência acentuada de profissionais que se formaram na década de 1990, constituindo-se um grupo com mais de 10 anos de experiência profissional, ou seja, dos catorze assistentes sociais, 08 são formados entre 1992 a início 2000 e

estão na faixa dos 30 a 39 anos de idade. Temos, assim, **50%** dos profissionais formados há dez anos ou menos.

O grupo mais jovem constituído de 04 assistentes sociais na faixa dos 20 a 29 anos de idade, é praticamente recém formado, alguns fazendo a experiência do primeiro emprego. Desse grupo, três assistentes sociais se formaram em 2008 e um em 2006, portanto, com apenas alguns meses de experiência profissional. Em outra ponta, podemos observar que 02 assistentes sociais se formaram na década de 1980, e são profissionais com mais de quarenta anos de idade.

Sobre a expressão religiosa do grupo, a entrevista propiciou uma declaração espontânea, revelando que **57%** do grupo se declaram católicos, **29%** evangélicos e **14%** espíritas. Em relação aos dados sobre a religiosidade, Vasconcelos (2007) analisa sua importância em relação ao exercício da profissão ressaltando que “em vários momentos, os profissionais tomam como referência os valores religiosos, não só nas suas análises e avaliações, mas no encaminhamento das ações com usuários” (VASCONCELOS, 2007, p. 295).

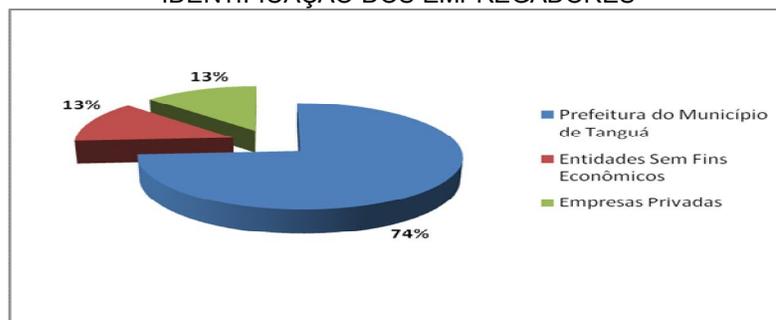


Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

É interessante observar que, no cruzamento dos dados da religião e idade, o grupo dos evangélicos é relativamente novo em relação as duas demais denominações religiosas, a católica e a espírita. Dado que exprime o processo histórico do surgimento das religiões no Brasil que tem a prevalência dessas duas expressões religiosas desde a sua formação social.

Em relação aos empregadores dos assistentes sociais em Tanguá, o poder público tem a hegemonia na contratação desta força de trabalho.

**GRÁFICO 05**  
IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREGADORES

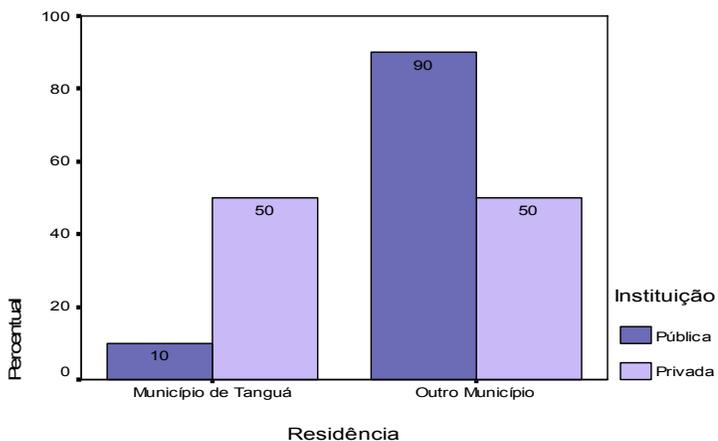


Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A Prefeitura do Município de Tanguá emprega **73%** dos assistentes sociais, dado que expressa tendência brasileira que tem no Estado o maior empregador desta categoria. Já na esfera privada, **7%** dos assistentes sociais estão inseridos em Entidades sem fins econômicos e **7%** em empresas privadas que, em sua maioria, são instituições que mantêm convênio com o Estado, nos três níveis de governo.

Quanto à localização da residência desses profissionais, observa-se no gráfico, a seguir, que a maioria dos assistentes sociais não reside na mesma municipalidade onde trabalha.

**GRÁFICO 06**  
LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA



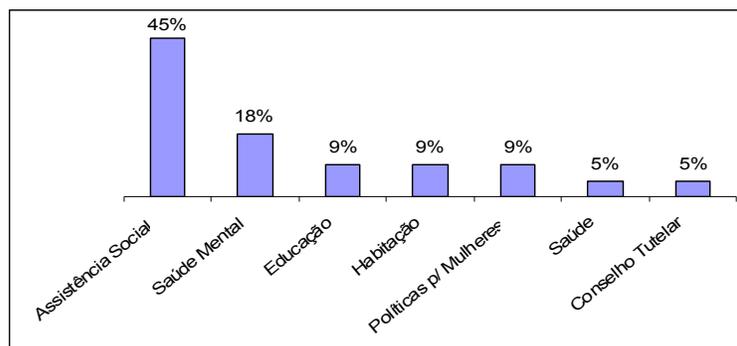
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

De acordo com os relatos, **79%** residem em municípios vizinhos – Rio Bonito, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, abrangendo inclusive o Município do Rio. Apenas **21%** dos assistentes sociais são provenientes do próprio município de Tanguá onde têm sua residência estabelecida. Este percentual equivale a três assistentes sociais entre os 14 entrevistados<sup>54</sup>, e abrange os profissionais mais jovens do grupo.

Este dado sobre o vínculo de trabalho em Tanguá revela a tendência atual de mobilização/migração dos profissionais que, de modo geral e em função de concursos e da própria oferta de trabalho, se deslocam cada vez mais do seu município de origem para inserir-se no mercado de trabalho, na busca pelas condições de compra de sua força de trabalho.

As áreas de atuação profissional dos assistentes sociais são as políticas públicas descentralizadas, com prevalência da política de assistência social, presentes no município conforme demonstra o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 07**  
ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Estas políticas são absorvidas tanto pelo setor público quanto o privado, desdobrando-se em vários programas e projetos cujo detalhamento é mapeado no quadro abaixo, sendo totalizados quinze espaços sócio-ocupacionais para três tipos de empregadores e catorze assistentes sociais<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> No Diagnóstico Social de Tanguá, realizado em 2005 pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) financiado pelo FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e apoiado pela Prefeitura do Município de Tanguá, apareciam 09 assistentes sociais residentes no município de Tanguá, dos quais 06 estavam empregados e 03 encontravam-se em situação de desemprego. Nesta pesquisa, porém, não havia dados sobre os espaços onde estes profissionais estavam inseridos e quantos estavam incorporados nos espaços ocupacionais do próprio município de Tanguá.

<sup>55</sup> Entre os 14 assistentes sociais entrevistados, um profissional mantinha vínculo com dois empregadores dentro do próprio município.

QUADRO 02: EMPREGADORES/CAMPOS DE ATUAÇÃO

<b>Município de Tanguá</b>	<b>Função do AS</b>
<b>Prefeitura do Município</b>	
CIES - Centro Integrado de Educação Especial	Integrante da Equipe Multidisciplinar
Conselho Tutelar	Técnico
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social	Coordenação e Técnico
Coordenadoria de Políticas para Mulheres	Coordenação
PBF – Programa Bolsa Família	Técnico
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Coordenação
Plantão Social – SEMASTH	Técnico
Programa Casas Populares/ Socorro Emergencial	Técnico
CAPs – Centro de Apoio Psicossocial	Coordenação
Centro de Saúde Tanguá (ou Clínica Tanguá)	Coordenação Geral de Setor de Saúde
<b>Associação Pestalozzi de Tanguá</b>	
Entidade com serviços voltados para Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs)	Técnico
<b>Hosp. da Ordem Terceira (HOT)/ Assoc. Arco Iris do Amor (AIDA)</b>	
Abrigo para Crianças e Adolescentes	Técnico
<b>Construtora conveniada c/ Estado/Prefeitura</b>	
CEHAB – Comp. Estad. de Habitação/PAC- Progr. de Aceleração do Crescimento	Técnico
<b>Clínica de Repouso Ego Ltda</b>	
Hospital Especializado em internação Psiquiátrica/convênio c/ SUS	Integrante da Equipe Multidisciplinar

Fonte: NEVES, A. M. O trabalho dos assistentes sociais do município de Tanguá - FSS/UERJ/2009.

No próximo capítulo daremos atenção às condições nas quais se realiza o trabalho dos assistentes sociais nesses espaços ocupacionais e em sua relação com os empregadores. Pois, ao buscar atribuir visibilidade às formas assumidas pelo trabalho no âmbito do Serviço Social, buscamos sintetizar um esforço de apreender o trabalho desta categoria profissional enquanto trabalho concreto e socialmente útil e como trabalho abstrato gerador de valor.

Assim, o próximo capítulo busca situar a constituição do ser social e do trabalho em Marx e, ainda, situar o trabalho que se expressa na sociabilidade do capital. Essa contextualização nos possibilitará pensar o Serviço Social enquanto profissão desafiada a acompanhar e apreender o processo histórico, mas também como parte das transformações históricas processadas nas necessidades sociais, expressas nos processos e relações de trabalho, sendo demandado para atuar nas 'seqüelas' da *questão social*.

## 2 TRABALHO QUE SE EXPRESSA NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO

A reprodução das relações sociais  
na sociedade capitalista,  
nos marcos da teoria social crítica,  
é entendida como reprodução da totalidade concreta  
desta sociedade,  
em seu movimento e em suas contradições

*Marilda lamamoto*

O estatuto do Serviço Social, enquanto profissão na sociedade contemporânea, tem sido analisado a partir de três diferentes ângulos, no interior da tradição marxista, o que vem expressando as polêmicas em torno do debate sobre as três posições presentes no Serviço Social: a concepção do Serviço Social como “trabalho” cujo fundamento se busca em Marx; o Serviço Social como “ideologia”, tendo Lukács como referência em sua fundamentação teórica; e o Serviço Social concebido como “práxis”, cuja influência em sua base teórica vamos encontrar em Gramsci<sup>56</sup>.

De acordo com lamamoto (2008, p. 215-16) “a força do trabalho do assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato que preside a sociabilidade capitalista”; neste sentido, a autora recorda que o dilema aparente desta polêmica, quando o trabalho profissional passa a ser tratado unilateralmente na sua particularidade enquanto valor de uso, não se resolve ao se decifrar a sua qualidade, ou seja, se o Serviço Social é ideologia, práxis ou trabalho. Para a autora, é da indagação feita sobre esta questão que depende suas respostas, e isto tem a ver com *o universo categorial e metodológico que preside a análise*.

Ao reconhecer a importância de tais polêmicas no debate brasileiro sobre o Serviço Social, busco extrair para minha análise a perspectiva do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais.

---

<sup>56</sup> Não é nossa intenção aqui aprofundar tais polêmicas, apenas sinalizá-las a fim de situar o referencial de análise da profissão no interior da reflexão marxista que dá sustentação à posição assumida no presente estudo. Para um aprofundamento deste debate, indicamos alguns autores que marcam a literatura do Serviço Social na atualidade com sua participação neste debate: lamamoto (2007 e 2008); Cardoso (2000); Lessa (1999 e 2007); Holanda (2002); Araujo (2008), entre outros.

Para lamamoto, “trata-se de uma das ópticas de abordagem da profissão, ao lado de outras, que enriqueceram o debate acadêmico plural na consideração das particularidades do Serviço Social [...]” (2007, p. 84).

Esta perspectiva analítica nascida na década de oitenta<sup>57</sup>, no dizer de Granemann (1999), é “herdeira de toda uma polêmica – diferenciada, sinuosa e entrecruzada – que somente foi possível edificar a partir da interlocução com a tradição marxista”.

Assim, a partir desse referencial para pensar o Serviço Social, calcado na teoria social de Marx, onde “trabalho” é considerado categoria fundante do ser social, é que nos propomos a atribuir uma atenção específica ao processamento do trabalho profissional cotidiano do assistente social em suas condições de realização. Considerando-se, por conseguinte, que a atividade desenvolvida por este profissional constitui-se uma expressão do trabalho social.

Na primeira parte do capítulo, desenvolvida a seguir, uma breve análise sobre o trabalho na sociedade capitalista será apresentada, servindo de chão para sedimentar a análise subsequente que trata o Serviço Social como trabalho e o assistente social como trabalhador.

## 2.1 Trabalho na sociedade capitalista

### 2.1.1 Trabalho e a constituição do indivíduo como ser social

Na análise marxiana sobre indivíduo, parte-se da premissa de que *o indivíduo social é um produto histórico*, portanto, toma-se como ponto de partida a produção dos indivíduos determinada socialmente.

Esta é uma questão fundamental para a compreensão do pensamento de Marx, pois é um pressuposto que rompe com a idéia de que o indivíduo social não é um dado da natureza, tal como pensado por Locke, Smith e, Ricardo<sup>58</sup>, mas o

---

<sup>57</sup> Na publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil em 1982* (lamamoto/Carvalho, 2005) lamamoto sustenta que o Serviço Social é uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social. A autora faz uma interlocução com os textos de Marx no Serviço Social.

<sup>58</sup> Segundo Marx (1999), tais autores do século XVIII viam o indivíduo “não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam um indivíduo conforme a natureza – dentro da

resultado de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade (MARX, 1999, p. 25-6). Segundo Marx, essa ilusão tem sido partilhada por todas as novas épocas, até o presente, ou seja, a produção do indivíduo isolado fora da sociedade, o que para ele *é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si* (MARX, 1999, p. 26).

Portanto, com base na questão acima, podemos afirmar que é na vida em sociedade que ocorre a produção e para Marx, quando se trata de produção “trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (MARX, 1999, p. 26), porque em sua análise, a cada forma histórica temos uma produção diferente<sup>59</sup>, uma nova produção do ser humano, sendo o trabalho, portanto, o ponto de partida do processo de humanização do ser social.

Nessa direção, remetendo-nos à reflexão de Granemann (2009) ao sinalizar a seguinte formulação:

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana (GRANEMANN, 2009, p. 225).

De acordo com Marx, ao abordar a essência humana nas Teses sobre Feuerbach, “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1977, p. 127), neste sentido, para Marx, a constituição social da essência humana é inseparável da noção de indivíduo *social, pois* “a essência humana na análise marxiana não se resolve em traços imutáveis e eternos, independentes do processo histórico em curso, mas como um vir a ser no movimento das relações entre os indivíduos sociais por eles criadas ao longo do curso da história” (IAMAMOTO, 2008, p. 353). Portanto, para Marx e Engels, o pressuposto é partir de indivíduos reais:

---

representação que tinham de natureza humana –, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza” (id., *ibid.*, p. 26 – grifo nosso).

<sup>59</sup> O trabalho concreto, formador de valores de uso, é condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade. É atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente. Assim, segundo Tavares e Soares (2007, p. 17) “o trabalho, pressuposto para a existência do homem, assume, historicamente, formas diferentes. No escravismo, o trabalho escravo. No feudalismo, o trabalho servil. No capitalismo, o trabalho assalariado”.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história (MARX; ENGELS, 1977, p. 39).

Assim, os homens necessitam garantir seus meios de existência e para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção estabelecem determinados vínculos e relações mútuas dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza.

A especificidade do *ser social enraizado no trabalho* foi desenvolvida por Lukács a qual denominou de *ontologia do ser social*. A partir de Iamamoto (2008), podemos extrair a seguinte elucidação da noção de trabalho em Lukács:

o pressuposto é o homem, **criatura natural**, dotado de uma base orgânica, em que encontram inscritas infinitas capacidades e possibilidades. Para prover suas necessidades, interage com objetos de natureza orgânica e inorgânica. Ainda que parte da natureza, suas atividades vitais diferenciam-se, pelo *trabalho*, dos demais seres naturais, que se limitam a consumir **diretamente** os objetos dados no meio natural. **Sendo o trabalho a atividade vital específica do homem**, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, produzindo valores de uso. O homem é um **agente ativo, capaz de dar respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, através da atividade laborativa** (LUKÁCS, 1972<sup>60</sup>; 1978<sup>61</sup> apud IAMAMOTO, 2008, p. 349 – grifo da autora).

Sobre esta particularidade da relação do homem com a natureza, é importante o alerta de Marx: “considerar a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza – em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social” (MARX, 2004, L. 1, v. 1).

Assim, o trabalho, quaisquer que sejam as formas de sociedade, como criador de valores de uso, como trabalho útil, indispensável à existência *humana*, possui algumas características distintivas que se constituem condições objetivas do trabalho vivo e que vão se expressar em todas as épocas históricas. Como elementos componentes do processo de trabalho, Marx vai apontar: “1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho,

<sup>60</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1972.

<sup>61</sup> LUKÁCS, G. *As bases ontológicas da atividade humana*. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1-19, 1978.

o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 2004, p. 212. L.1, v.1).

Assim, o primeiro componente do processo do trabalho humano, a dimensão teleológica, marca a diferença entre o ser social e o ser natural, portanto, do trabalho que é ontologicamente constitutivo do ser social frente aos demais seres vivos existentes. Marx ilustra esta característica do trabalho sob forma exclusivamente humana, com o seguinte exemplo:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (MARX, 2004, p. 211-12).

Sobre esta ação consciente, Marx vai ainda afirmar que se pode distinguir os homens dos animais pela consciência e esta, desde o início, é um produto social (MARX; ENGELS, 1977, p. 27 e 37).

O segundo componente do trabalho apontado por Marx trata-se do *uso e da criação de meios de trabalho*, sob os quais se interpõem entre o homem e o objeto, e servem para dirigir sua atividade conforme *objetivos antecipados*. Segundo Marx,

o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2004, p. 214. L.1,v.1).

O terceiro componente refere-se ao trabalho que também é *criação de novas necessidades* e, neste sentido, é um ato histórico (MARX; ENGELS, 1977, p. 40). A concepção de trabalho em Marx aponta para o processo de autocriação humana, pois ao atuar sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo o homem modifica sua própria natureza, ou seja, *o homem é modificado pela atividade a que deu vida*. Assim, o trabalho implica mudanças também *no sujeito – homem – e não só no objeto-natureza*. Esta perspectiva sobre o trabalho, segundo Yamamoto, envolve uma relação do homem com a natureza:

**Sob o ângulo material**, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material. **Sob o ângulo subjetivo**, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas

necessidades. Enfim, **é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana** (IAMAMOTO, 2008, p. 350-51 – grifo nosso).

Porém, esta dimensão genérica do ser social dada pelo trabalho – o indivíduo compreendido como um ser social –, torna-se possível como atividade coletiva, pois o próprio ato individual do trabalho é essencialmente *histórico-social*. Neste sentido, afirma-se *a historicidade do homem em sua existência humana*, existência essa que não se limita à esfera da produção material, mas engloba sua *atividade vital completa*: a ciência, a filosofia, a arte, a religião” (IAMAMOTO, 2008, p. 353).

### 2.1.2 Trabalho e processo capitalista de produção

Se é o capital que gera a força de trabalho necessária para acumular,  
criando também os meios de vida para sua subsistência,  
é o trabalho que dá vida ao capital,  
produzindo o excedente necessário para sua reprodução e expansão

*Lúcio Kowarick*

É no processo de produção e organização do trabalho<sup>62</sup>, segundo propõe a análise marxiana, onde encontramos a raiz das contradições sociais do capitalismo. Sendo o trabalho o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, no processo capitalista de produção, o capital também é uma relação social de produção que se caracteriza não apenas como *uma soma de produtos materiais*, mas como *uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais* (MARX, 2004, p.83-85. L. 1, v.1).

O modo como mundialmente se organiza a produção capitalista vem traduzindo uma longa história de exploração do homem pelo homem, a construção de relações sociais determinadas pelo antagonismo de classes. Os produtos nesse modo de produção vão assumir historicamente a forma de mercadoria porque são produtos de trabalhos privados que necessitam ser trocados, pois, segundo Marx, “para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai

---

<sup>62</sup> Foi na Inglaterra, local de muitos anos de exílio, que Marx foi buscar as bases históricas para desenvolver seus estudos sobre o modo de produção capitalista, pois neste contexto as relações de produção e circulação estavam mais desenvolvidas. Assim, Marx constrói a *Teoria do Valor*, fundamentando que a sociedade se explica e tem como eixo ontológico o trabalho (o que faz o ser humano se diferenciar dos demais seres na natureza).

servir como valor de uso por meio da troca<sup>63</sup> (MARX, 2004, p. 49). E, ainda, de acordo com Marx,

a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores (...) **a atuação simultânea de grande número de trabalhadores**, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria **sob o comando do mesmo capitalista constitui, historicamente e logicamente o ponto de partida da produção capitalista** (MARX, 2004, p. 375 – grifo nosso).

O capitalismo, portanto, vai criar o que Marx chama de “trabalhador coletivo”, que consiste em indivíduos como membros agrupados pelo esforço conjunto de produzir mercadorias. Assim, o capital além de criá-lo, também o agrega como conjunto de trabalhadores em torno de um mesmo processo de produção, que é o trabalho coletivo e combinado. O trabalhador coletivo é pressuposto do regime capitalista de produção que não existe sem a cooperação.

Para o capital ativar seu mecanismo de acumulação, a forma de trabalho individual é insustentável, somente a partir do trabalho coletivo, segundo Marx, é possível estabelecer relações sociais, visto que, quando os trabalhadores estão interligados, não produzem para si, mas para outros, tornando-se um movimento revolucionário para a valorização do capital:

A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulsão entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou para realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, **a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho produtivo social** (MARX, 2002, p.382. L.1,v.2 – grifo nosso).

Assim, o desenvolvimento e concentração que intensifica o trabalho coletivo, possibilitando o crescimento da “grande indústria”, expressa as novas condições de dominação, “o caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (MARX apud TAVARES, p. 247).

Para Marx, o produto do trabalho é resultado de uma forma de sociabilidade, de convivência, de relações entre os homens que se expressa através de coisas.

---

<sup>63</sup> Só na troca é que o trabalho privado se confirma como trabalho social/transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato.

Daí o caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria: “por encobrir as características sociais do próprio trabalho humano, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 2004, p. 94. L.1, v.1). A isso Marx chama de *fetichismo* da mercadoria, ou seja, as relações aparecem invertidas, o ocultamento da relação social entre os trabalhos individuais dos produtos e o trabalho total: “o seu trabalho assume a forma social: a forma mercantil” (IAMAMOTO, 2008, 362-63).

A reprodução contraditória das relações de classes é resultado das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas, pois a ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo (IAMAMOTO, 2008, p. 67) Assim, a relação mercantil vai aparecer na esfera da circulação em que os trabalhadores, enquanto possuidores de mercadorias vão ao mercado para trocá-las com os capitalistas<sup>64</sup>. De acordo com Marx, estes passam agora a se defrontar com a nova condição: o capitalista como “capital”, o produtor direto como “trabalho” e a sua relação está determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza.

Portanto, as relações sociais de produção alteram-se ao longo do tempo, transformam-se na medida em que acontecem a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, a que Marx e Engels denominam de *forças de produtivas*. Elas resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho, composto pelos meios de produção (instrumentos, máquinas, matéria prima, etc) e força de trabalho, que envolve os conhecimentos básicos e experiências acumuladas ao longo da história para a produção de sua existência. Assim, os homens produzem instrumentos para melhorar a produtividade do trabalho, modificando-os e aperfeiçoando-os, fazendo crescer a produtividade do trabalho e, em decorrência desta produtividade do trabalho, vão determinando a forma como se organizam para trabalhar<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> O simples ato de troca individual do produto não caracteriza uma relação capitalista, mesmo sendo mediada pelo dinheiro, pois este ato fica na esfera da circulação simples. É a mercadoria produzida sob o domínio do capital que vai constituir um processo mais complexo, que pode ser traduzido no ciclo produção-circulação-consumo, que a lógica da acumulação impõe seja ininterrupto. Assim, a porção de trabalho não-pago – mais valia – contida na mercadoria vai se transformar em dinheiro para, o mais rapidamente possível, voltar ao processo de acumulação de capital (TAVARES, 2009, p. 244).

<sup>65</sup> Tavares (2009) apresenta um breve mapeamento sobre as transformações que assinalam o estabelecimento da sociedade capitalista burguesa, a trajetória dessas transformações se expressão em três formas de produção de mercadorias: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. Na terceira forma a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário para ser uma aplicação tecnológica da ciência.

Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas vai determinar a divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, são definidas por elas, pois, de acordo com Marx e Engels, “o quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 1977, p. 28). Ou seja, no processo progressivo da divisão do trabalho, como consequência do desenvolvimento social a estrutura da sociedade é determinada. Assim, a divisão do trabalho e, com ela, a emergência da propriedade privada geram a repartição desigual do trabalho e de seus produtos (MARX; ENGELS, 1977, p. 45-6) Logo, deduz-se que as forças produtivas ao determinarem a divisão do trabalho, ao mesmo tempo, são definidas por ela, por conseguinte, o grau de desenvolvimento atingido pelas forças de produtivas pode ser reconhecido a partir do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho.

Neste contexto da divisão do trabalho vê-se implícito a contradição envolvendo o *interesse do indivíduo singular* e o *interesse coletivo de todos os indivíduos*, a desigualdade entre sujeitos é percebida como expressão da desigualdade fundamental entre classes. Trata-se da divisão de trabalho de estrutura histórica determinada, na qual o indivíduo encontra-se determinado pela sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 419).

Sobre o caráter extremamente contraditório implícito na divisão capitalista do trabalho, percebe-se que, se por um lado, há este desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e a riqueza, por outro lado, há o espriar do empobrecimento dos trabalhadores. É o que veremos na parte seguinte, quando analisaremos o ato de trabalhar na sociedade capitalista, identificando os processos e as contradições inerentes e os elos que ligam o indivíduo social à produção da vida social.

### 2.1.3 Trabalho Livre e o processo de gerar mais-valia

Na sociedade capitalista, de acordo com a análise empreendida por Marx, a organização do processo produtivo supõe, desde o princípio, uma separação essencial entre proprietários dos meios de produção e livres proprietários da força de trabalho. Sendo o capital uma relação social, este supõe o outro extremo desta relação que é o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital.

Assim, a vinculação estabelecida entre capitalista e trabalhador passa a ser uma relação de compra da força de trabalho de que este trabalhador dispõe, mediante um contrato livremente acordado:

Na realidade, o que **os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho**. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E, depois de comprá-la, utiliza-a fazendo com que os operários trabalhem durante o tempo estipulado [...] **A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria**, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança (MARX, 2006, p. 34 – grifo nosso).

Para o trabalhador, há um caráter contraditório em sua condição de assalariado, pois, de um lado, há a aparente liberdade ao tornar-se *livre* proprietário da sua força de trabalho<sup>66</sup>; de outro, uma vez destituído de qualquer propriedade que não seja a sua força de trabalho, esta força só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos proprietários do capital. Assim, o trabalhador livre, converte-se em pressuposto da existência do capital: “o capital tem origem nas condições do trabalhador livre”<sup>67</sup>.

[...] o trabalhador ‘livre’ só existe no momento da compra/venda da força de trabalho, na esfera da circulação, quando o capital se confronta com o trabalho individual juridicamente livre. No segundo momento, na esfera da produção, o trabalho perde o caráter individual juridicamente livre e só pode confrontar-se com o seu opositor como trabalho coletivo (TAVARES, 2009, p. 247).

Neste contexto do processo de valorização do capital, revela-se uma falsa igualdade uma vez que, no momento da circulação, os indivíduos se relacionam como livres e iguais, porém, no momento da produção, estes se relacionam em condições distintas, dada a separação entre trabalhador e capitalista. Este último sai

<sup>66</sup> Kowarick (1994) analisa a constituição do mercado de mão de obra livre no Brasil, situa o contexto histórico do país em que a escravidão foi a forma dominante de trabalho até épocas tardias do século XIX. A formação de um mercado de mão de obra livre, neste contexto brasileiro, foi um longo e tortuoso percurso histórico marcado, na maioria das vezes, por intensa coerção e violência. Para o autor, no Brasil, antes da Abolição, os livres e pobres só realizavam as tarefas que os escravos não podiam fazer e, depois de 1888, couberam-lhes as atividades mais degradadas e mal remuneradas. Ou seja, no regime de trabalho escravo, era considerado natural que a população livre encarasse o trabalho como alternativa mais degradada da existência, transformando-se em ralé, antes de se submeter às modalidades de exploração, cujo *paradigma estava alicerçado nos grilhões e chibatadas das senzalas*. Por outro lado, os imigrantes foram canalizados para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria em São Paulo, onde se concentrava a maior expressão do capitalismo nascente no Brasil. Ali, a massa de livres nunca deixou de crescer, durante o século XIX, e a ela iria se somar o contingente de imigrantes que chegou nas vésperas da Abolição. Com o deslanchar das relações de produção, que levaria à universalização do trabalho livre, parte da mão de obra disponível foi cooptada pelo capital e engajada na disciplina do trabalho.

<sup>67</sup> Trabalhador livre enquanto livre dos vínculos extraeconômicos, independente e livre enquanto inteiramente despossuído ao não ser proprietário de sua força de trabalho e capaz de vendê-la a esse mercado. Assim, a idéia de liberdade é bastante restrita e voltada ao sujeito enquanto indivíduo, ultrajando a satisfação coletiva.

desta relação como proprietário da mais-valia produzida pelo primeiro, durante o processo de trabalho. A visão paradisíaca da sociedade burguesa, cujas relações entre os indivíduos aparecem como regidas pela *liberdade*, aparece na seguinte análise de Iamamoto:

**A apropriação das mercadorias prescinde de qualquer violência**, uma vez que os indivíduos se reconhecerem como livres proprietários, os quais, mediante um ato de vontade, trocam suas mercadorias, cuja expressão jurídica é o contrato. Não se vêem submetidos a qualquer coação externa, apenas movidos pelas suas diferentes necessidades e impulsos, aos quais são indiferentes os demais. Portanto, **cada um aliena livremente sua propriedade** (IAMAMOTO, 2008, p. 371 – grifo nosso).

Sob a ordem do capital, a força de trabalho é a mercadoria essencial para fazer aumentar a riqueza. Colocada em ação torna-se trabalho que produz valor. No corpo desta mercadoria há sempre a personificação do trabalho humano abstrato que é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato (MARX, 2004, p. 80). De acordo com a lei do valor em Marx, todo trabalho tem um duplo caráter:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de **trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias**. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de **trabalho útil e concreto, produz valores de uso**” (MARX, 2004, p. 68 – grifo nosso).

Assim, a consolidação do capitalismo pressupõe a existência do trabalhador livre, que vende sua força de trabalho – *ou uma medida determinada de seu tempo de vida* - por uma determinada quantia no mercado. Como nos recorda Kowarick,

a apropriação privada de meios e instrumentos de produção, ao gerar lucros por meio da confecção de bens para o mercado de consumo, constitui condição necessária para o surgimento do capitalismo. Mas, para que ele se concretize, esses processos de produção precisam estar articulados de modo a criar excedentes mediante uma modalidade específica de subjugar o trabalhador: **este deve ser livre e expropriado, de forma que sua liberdade não encontre outra alternativa senão submeter-se ao capital** (KOWARICK, 1994, p. 11 – grifo nosso).

Neste processo, o capitalista compra a capacidade de produzir mercadorias úteis à sociedade, sendo a categoria processo de trabalho recuperada por Marx como responsável pela mediação do processo de produção de mercadoria e valorização do capital. O capitalista se apropria da energia e dos conhecimentos adquiridos pela experiência do trabalhador e, em troca, paga um salário, pois a força

de trabalho, como qualquer outra mercadoria, tem um valor – o tempo de trabalho envolvido em sua produção é seu preço<sup>68</sup>. Assim, o salário é a quantidade de dinheiro pago por ela e a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução:

**o valor da força de trabalho é determinado**, como o de qualquer outra mercadoria, **pelo tempo de trabalho necessário à sua produção** e, por conseqüência, **à sua reprodução**. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado (MARX, 2004, p. 200. L. 1. V. 1 – grifo nosso).

A acumulação de capital constitui-se uma das principais características do capitalismo que o diferencia dos outros modos de produção. Nessa formação social, a produção não é dominada pelo valor de uso, cujo objetivo é o consumo, uma vez que a maior parte da mais-valia “extorquida dos trabalhadores” não é consumida, seu objetivo não é o valor de uso e sim o crescimento incessante do próprio capital<sup>69</sup>; o trabalho, como trabalho assalariado, é partícipe do processo de acumulação capitalista, pois no processo de trabalho na sociedade capitalista, o fim não é a satisfação das necessidades, mas o crescimento do capital, a produção da mercadoria. E, portanto, processo de trabalho é meio de processo de valorização. Assim, o trabalho como gerador de valor tem uma função imprescindível no sistema capitalista:

para que esse processo não seja interrompido, é necessário que o capitalista continue a comprar a força de trabalho e dela continue retirando o mais-trabalho (trabalho excedente), na produção e reprodução do capital. Esse mais-trabalho é retirado na forma de mais-valor, perdendo assim a forma visível de exploração/apropriação, facilmente percebida em modos de produção anteriores (TAVARES; SOARES, 2007, p. 20).<sup>70</sup>

<sup>68</sup> O preço da força de trabalho na sociedade capitalista tem que ficar sempre abaixo do seu valor, nunca cobrindo tudo aquilo que é necessário para sua reprodução e a reprodução da família. A reprodução do trabalhador, assim, envolve não só o salário, não só o tempo de trabalho, não só a sua própria reprodução, mas de sua família.

<sup>69</sup> Assim, a mais-valia tanto financia o padrão elevado de vida do capitalista, como também é investida na produção para ampliar a escala da acumulação.

<sup>70</sup> Seguindo este raciocínio, Tavares e Soares (2007) afirmam que a lógica teórica interna da tese que afirma o fim do trabalho perde consistência, pois parece não ser possível pensar na produção capitalista e na acumulação de capital sem o trabalho como gerador de valor. Quanto a lógica externa, os autores afirmam que “a mesma tese afirma que a lei do valor-trabalho tem perdido importância na produção da riqueza, o que pode ser comprovado pela redução da oferta de emprego por parte dos capitalistas. Nessa perspectiva, a redução da oferta de emprego seria representativa da pouca importância que tem o trabalho na produção das mercadorias na sociedade contemporânea. Verifica-se, no entanto, a partir de evidências empíricas, que o número de empregados (trabalhadores assalariados) não tem diminuído” (TAVARES; SOARES, 2007, p. 20). Seguidamente a esta afirmativa, os autores apresentam dados sobre o número de trabalhadores na produção da riqueza com base nos estudos de Coggiola (*O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, Ed. Pulsar, 2002).

A produção da mais-valia é necessária ao desenvolvimento capitalista, sendo apresentada por Marx para explicar a reprodução das relações entre as classes:

Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário exija seis horas de trabalho médio para a sua produção [...]. Se ele trabalhasse seis horas diárias, ele produziria um valor suficiente para comprar a quantidade média de artigos de primeira necessidade, para se manter como operário. Portanto, digamos que irá fazê-lo trabalhar 12 horas diárias, ou seja, além das seis horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras seis horas, a que chamarei "horas de sobretrabalho", e esse sobretrabalho se traduzirá em uma "mais-valia" e em um "sobretrabalho. **Ao se repetir**, diariamente, tal operação, o capitalista adiantará três xelins por dia e embolsará seis xelins. **Esse tipo de troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho assalariado e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista** (MARX, 2006, p. 112-15, grifo nosso).

Neste sentido, a taxa de mais-valia dependerá da proporção entre a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o excedente de tempo, ou sobretrabalho, realizado para o capitalista, isso se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis (MARX, 2006).

Essa parte do trabalho, a mais-valia, expressa a produtividade capitalista do trabalho cuja *força de trabalho é produtiva pela diferença entre seu valor e o valor que gera*<sup>71</sup>. Contudo, no interior deste processo capitalista de produção, coexistem como faces de uma mesma unidade o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo<sup>72</sup>.

Embora o trabalho improdutivo seja necessário também ao processo de reprodução do capital, pois é importante no processo de valorização do valor, este trabalho não produz diretamente mais-valia, assim, "o trabalho que não produz mais-valia é trabalho não produtivo, no sentido de que não produz, ou seja, não produz nada que seja relevante na situação historicamente dada" (NAPOLEONI, 1981, p. 98-99 apud TAVARES; SOARES, 2007, p. 24). É nesse sentido que, com a

<sup>71</sup> Neste sentido, o salário pressupõe sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não-pago por parte do trabalhador: Se cresce a quantidade do trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora e acumulado pela classe capitalista, com um acréscimo extraordinário de trabalho pago, haverá então uma elevação de salário e, não se alterando as demais condições, decrescerá proporcionalmente o trabalho não-pago (MARX, 2002, p.724).

<sup>72</sup> Para Marx "só é *produtivo aquele trabalho* – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que *seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital" (MARX, 1978, p. 70). E ainda, "Um trabalho de idêntico conteúdo pode ser, portanto, produtivo e improdutivo" (Idem, p. 75). Na análise de lamamoto (2008) a questão não é a qualidade dos serviços prestados que determina se é produtivo ou não, mas caracteriza-se como sendo trabalho produtivo ou improdutivo no contexto das relações sociais onde se está prescrito o profissional.

acumulação do capital, desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista. E, com ele, a acumulação do capital:

Aí a natureza específica do processo capitalista aparece em toda a sua simplicidade: valor que gera valor. O objetivo é a produção da mais-valia, que compreende a conservação do valor adiantado e seu crescimento quantitativo como fim e resultado do processo capitalista de produção (IAMAMOTO, 2008., p. 64).

Para Marx, existem dois modos pelos quais os capitalistas podem aumentar a taxa de mais-valia, um comum a todos os modos de produção, o outro específico do capitalismo. Esses modos correspondem respectivamente à produção de *mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa* e expressam a dupla exploração do trabalhador.

Para Marx, a mais-valia absoluta é obtida mediante o prolongamento da jornada de trabalho que, por sua vez, reduz o tempo de trabalho que o trabalhador necessita para a reprodução da sua vida material pessoal, de modo que ele possa oferecer trabalho não pago ao capitalista. Ou seja, este tempo necessário que do trabalhador se reduz, aumenta o tempo de trabalho não pago, o tempo de trabalho excedente.

Já a mais-valia relativa é o que aumenta a mais-valia pela intensificação do trabalho mediante o revolucionamento na forma de produzir, com a introdução de novas tecnologias que torna o trabalho mais produtivo. Nesse caso, produz-se mais em menos tempo e, conseqüentemente, reduz-se o tempo de trabalho necessário do trabalhador se reproduzir e amplia a jornada, o tempo de trabalho não pago.

Ao analisar o caráter alienado da relação do capital, situando o capital financeiro que assume o comando do processo de acumulação na atualidade, lamamoto (2008) vai discorrer sobre a dimensão da relação capital e trabalho. Para a autora, a radicalização do obscurecimento do caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, a partir do capital que rende juros, que faz com que o dinheiro apareça como “fonte misteriosa, como coisa autocriadora de juro, *dinheiro que gera dinheiro (D – D)*, *obscurece as cicatrizes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital*, que Marx denomina de *capital fetiche*” (id. ibid. p. 93 – grifos da autora). Ainda de acordo com a autora, a hegemonia definitiva do capital financeiro, que sintetiza a concentração de capitais de diversas origens e

frações<sup>73</sup>, tem sua relação social consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo, ou seja, *sua forma sem conteúdo*<sup>74</sup>.

Nas relações de produção capitalista, fundadas no conceito de mais-valia, revela-se a face contraditória do que ocorre na sociabilidade capitalista e explica-se a *questão social* como fenômeno específico da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam.

#### 2.1.4 Contradições sociais oriundas na lei específica do modo de produção capitalista

O fato de haver abundância de braços, desde que material e culturalmente expropriados, cria condições para deteriorar os salários. Cria, ademais, condições para desarticular a resistência da mão de obra, pois acirra a concorrência intertrabalhadora

*Lúcio Kovarick.*

Ao analisar a influência que o aumento do capital – em seu processo de acumulação – tem sobre a sorte da classe trabalhadora, Marx (2002, L. 1, v. 2) toma como referencial a composição orgânica do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação. Esta composição do capital conforme exposição de Marx possui dois aspectos:

**Do ponto de vista do valor**, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários.

**Do ponto de vista da matéria** que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; (MARX, 2002, p. 715, grifo nosso)

Essa composição, segundo Marx, é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Marx chama a primeira de “composição segundo o valor, e

<sup>73</sup> Sobre a mistificação do regime capitalista de produção e os segredos do seu processo de produção, Iamamoto analisa que na atual fase do capitalismo financeirizado há uma radicalização da forma como são apresentadas as formas de rendimento. É como se elas fossem autônomas, pois as fontes de rendimento são apresentadas como se fossem correspondentes a esferas distintas, não relacionadas entre si, expressando três conexões impossíveis: a) capital-juro, b) terra-renda c) trabalho-salário. (IAMAMOTO, 2008, p. 68-69).

<sup>74</sup> Segundo Iamamoto, o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. (IAMAMOTO, 2008, p. 101).

a segunda, de composição técnica” (MARX, 2002, p. 715 - grifo nosso). Logo, a composição orgânica do capital é a composição do capital de acordo com o valor na medida em que esta é determinada pela composição técnica e expressa as suas modificações.

Seguindo a lógica de análise de Marx, os numerosos capitais empregados num determinado ramo industrial diferem mais ou menos entre si tanto pela sua composição<sup>75</sup> quanto também pela transformação técnica da produção. E a média geral das composições médias (técnicas e de valor) de todos os ramos de produção nos dá a composição do capital social de um país. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas altera cada vez mais as relações entre as partes constantes e variáveis do capital, o que determina a formação da superpopulação relativa.

Neste movimento contraditório do capital, ao mesmo tempo em que cria a maior quantidade factível de trabalho, reduz o trabalho necessário a um mínimo, manifesta-se a tendência de aumentar a população trabalhadora e colocar uma parte da mesma como superpopulação. É nessa direção que a acumulação é geradora de contradições, “cuja raiz é a reprodução incessante do capital dos capitalistas, por um lado, e a miséria dos operários, por outro” (TAVARES; SOARES, 2007, p. 26).

Para Marx, o *exército industrial de reserva* - população trabalhadora que fica desempregada ou parcialmente desempregada – é condição do capital para dinamizar seu processo de acumulação, ou seja, é “[...] o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado...” (MARX, 2002, p.735, v. 2).

A produção de desempregados é, portanto, resultado da lógica de funcionamento do sistema capitalista que necessita deste exército de reserva para manter a oferta da força de trabalho o suficiente para impedir que seu preço aumente acima do seu valor; ela deve estar disponível para ser explorada de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> É a composição orgânica do capital, que é a composição técnica e de valor, ou seja, o quanto que vai para capital constante e quanto que vai para capital variável, e isso vai se expressar tecnicamente no emprego dos meios de produção e no emprego da força de trabalho, porque a composição do ponto de vista técnico vai se expressar nos objetos, nos recursos materiais dos quais ela é empregada, seja a força de trabalho seja os meios de produção, e do ponto de vista do valor é essa mesma composição pensada na lógica do valor que é pago à força de trabalho e ao conjunto dos meios de produção.

<sup>76</sup> A maior acumulação requer mais trabalho, mas não mais trabalhadores empregados. O capitalista procura extrair o máximo de trabalho de um menor número de trabalhadores. Para isso, ele tomará várias medidas,

Assim, esta superpopulação é uma condição essencial do regime capitalista. Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, pois a existência de um exército industrial de reserva fortalece a posição do capitalista, e torna-lhe mais fácil aumentar a taxa de mais-valia.

Esta população torna-se excedente, supérflua porque ultrapassa as necessidades médias de expansão o capital. É uma população que ao mesmo tempo em que é supérflua é também produto necessário do processo de acumulação, funcionando como um meio de regulação dos salários da classe trabalhadora em ação:

durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona sobre o exército dos trabalhadores em ação e, durante os períodos de superprodução e paroxismo, modera as exigências dos trabalhadores (MARX, 2002, p. 742, v. 2).

Como todos os preços de mercado, os salários flutuam em resposta aos aumentos e quedas na oferta e na demanda de força de trabalho. Portanto, o mecanismo da produção e acumulação capitalista ajusta constantemente seu exército industrial de reserva, em detrimento da miséria da classe trabalhadora. Essa é a condição: o capital somente se reproduz produzindo miséria humana. Marx descreve, assim, que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 2002, p. 734, v. 2). Esta é a lei específica desse modo de produção.

Assim, em seu ciclo vicioso, a lei geral da acumulação capitalista determina a existência da *superpopulação relativa* ou exército industrial de reserva que desempenha uma função dentro desta lógica de acumulação do capital.

Após discorrer acerca desse processo de produção da superpopulação relativa, Marx prossegue sua análise apontando que, além das formas principais que se reproduzem periodicamente, dependendo das fases alternadas do ciclo industrial, esta *superpopulação relativa* possui continuamente algumas formas fundamentais de existência identificadas por Marx (2002, p. 744-747, v.2) como flutuante, latente, estagnada e também o pauperismo.

---

como a compra de força de trabalho menos hábil, substituição da força de trabalho adulta pela jovem e mobilizando as forças de trabalho inferiores expulsando as de nível superior (MARX, Id. Ibid., p. 739, v. 2).

Na forma *flutuante*, encontra-se aquela fração da força de trabalho disponível que resulta da absorção e repulsão do processo de reprodução ampliada do capital à medida que atrai ou repele trabalhadores que gravitam ao redor dos grandes centros industriais modernos.

Na forma *latente*, encontra-se uma população trabalhadora do campo que foi expulsa devido a expansão das relações capitalistas; é uma reserva que continuamente disponibilizará toda uma força de trabalho para o proletariado urbano, a qual não é contrabalançada por nenhum movimento de atração.

Na forma *estagnada*, encontra-se a parcela de trabalhadores com ocupações totalmente irregulares e que constitui a maior parte do exército industrial de reserva.

Por fim, “*o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo*”, esta última forma de superpopulação relativa Marx a subdivide em três outros grupos: os aptos para o trabalho, os órfãos e filhos de indigentes e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. Sua produção, segundo Marx, constitui condição de existência da própria produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Para o autor,

[...] quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2002, p. 748, grifo nosso).

Em suma, a causa do aumento da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva é o próprio capital, pois o aumento da composição orgânica do capital faz decrescer a demanda relativa de força de trabalho, a diminuição da taxa de lucro leva a taxas de crescimento cada vez mais lentas, o que significa um menor poder de absorção da força de trabalho disponível. Como bem traduz Tavares (2009, p. 253), “qualquer mercadoria em excesso tem o seu preço rebaixado. Não é diferente com a força de trabalho”.

É observando o que Marx denominou de *superpopulação relativa* que podemos apreender a natureza da nova precarização da força de trabalho, que assume uma dimensão objetiva: a perda de direitos historicamente conquistados, ficando a classe trabalhadora cada vez mais a mercê do acaso e da incerteza e, neste sentido, não restando outra alternativa que não a de recorrer às políticas sociais. Ao mesmo tempo, assume uma *dimensão subjetiva* como identificado por

Sennet (2006) como sendo a *corrosão do caráter*, um aspecto da precarização da subjetividade, com implicações ético-psicológicas, que atinge a *personalidade viva* da força de trabalho<sup>77</sup>.

As investidas do capital financeiro (ou que porta juros), uma forma contemporânea de elevar a produtividade do capital, tenciona ao mesmo tempo as possibilidades de organização da classe trabalhadora em vista da *superação dessa condição de desumanização do trabalho e dos trabalhadores*.

À medida que as desigualdades sociais vão se refletindo sobre os sujeitos coletivos, reações são tecidas pela classe trabalhadora em torno de questões cotidianas que afetam sua reprodução e a reprodução de sua família.

De acordo com Iamamoto, o processo de produção como reprodução ampliada de relações sociais recria, simultaneamente, a consciência como alienação e a possibilidade de rebeldia por parte daqueles que vivem do trabalho ou dele são excluídos. Seu fundamento concreto está

na tensão entre o trabalhador coletivo como objeto do capital, porquanto expressão do capital variável – nesse sentido, sua propriedade –, e o trabalhador como sujeito criativo vivo e “livre”, capaz de reagir ao castigo do trabalho, de lutar contra a sua alienação no processo de sua afirmação como sujeito político-coletivo” (IAMAMOTO, 2008, p. 394)

A perspectiva da organização e mobilização da classe trabalhadora frente à super exploração capitalista é um imperativo na perspectiva de superação desta ordem. Seu papel, enquanto sujeito coletivo, que identifica interesses comuns e opostos ao da classe burguesa, desenvolvendo e expressando uma dada consciência de classe (MATTOS, 2009)<sup>78</sup>, é determinante numa conjuntura em que se preconiza o fim do ciclo de lutas da classe trabalhadora<sup>79</sup>.

<sup>77</sup> Para Sennet (2006), o ambiente de trabalho moderno não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam uma narrativa coerente para suas vidas. As formas de trabalho que se expressam no capitalismo contemporâneo impedem a formação do caráter. Se antes, na *regidez das organizações hierárquicas* se importava com o senso de caráter pessoal, atualmente a *reengenharia das corporações flexíveis* que valoriza o trabalho em rede e equipes que trabalham juntas, importa é que cada um seja capaz de reinventar a toda hora. O autor sugere que é preciso recriar tanto o caráter da comunidade quanto o do indivíduo para que possamos enfrentar uma economia baseada no princípio de *sem comprometermos a longo prazo*.

<sup>78</sup> Mattos (2009) analisa que não se pode afirmar com segurança que o ciclo de lutas da classe trabalhadora iniciado com as greves do ABC em 1978 tenha chegado ao fim. Segundo o autor, “se são visíveis múltiplas e diferenciadas mobilizações de frações da classe, tais lutas se dão de forma extremamente fragmentada, sem maiores articulações e na ausência de qualquer direção unificada legitimada pelos movimentos (ibid., p. 36-7).

<sup>79</sup> Abreu (2002) em “Serviço Social e a organização da cultura”, a partir do referencial gramsciano sintetiza de forma brilhante a perspectiva emancipatória das classes subalternas, apresentando a organização da cultura como constituinte do movimento histórico real de organização dessas classes como *classe para si*.

No contexto de tudo o que até aqui foi exposto sobre a constituição do ser social e do trabalho em Marx, o trabalho que se expressa na sociabilidade do capital, em sua fetichização nos dias atuais, a partir do capital que rende juros, podemos pensar o trabalho do assistente social como um profissional desafiado a acompanhar e apreender o processo histórico, mas também como parte das transformações históricas processadas nas necessidades sociais, expressas nos processos e relações de trabalho, sendo demandado para atuar nas ‘sequelas’ da *questão social*.

Na primeira parte deste segundo capítulo, vimos como a reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os envolva. Assim, com base em Iamamoto (2008), concluímos que “o desafio então é romper com a *naturalização da noção de reprodução*<sup>80</sup>, sendo necessário, ainda, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da *questão social* e suas múltiplas expressões, que são objeto de trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2008, p. 54).

Ao buscar atribuir visibilidade às formas assumidas pelo trabalho no âmbito do Serviço Social e vividas pelos sujeitos como *alienação e rebeldia*, busco sintetizar, no próximo item deste capítulo, um esforço de apreender o trabalho dos assistentes sociais enquanto trabalho concreto e socialmente útil e como trabalho abstrato gerador de valor.

## 2.2 Serviço Social: um tipo de trabalho na sociedade

Na análise da profissão na atualidade, conforme pressupõe o núcleo intelectual do debate sobre o Serviço Social como trabalho, há a compreensão da profissão como um tipo de trabalho na sociedade, sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que foge ao controle dos assistentes sociais e impõem

---

<sup>80</sup> Iamamoto (2008), com base em H. Lefebvre (“A re-produção das relações sociais de produção, de 1973) discorre que as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se ampliam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais” (Id. Ibid., p. 49-50).

limites socialmente objetivos à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Esta concepção de Serviço Social busca romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos<sup>81</sup>.

Nessa segunda parte do presente capítulo, pretendemos desenvolver alguns referenciais do trabalho do assistente social, na perspectiva de análise contemplada nas atuais Diretrizes Curriculares para o Serviço Social, cujo significado dado à profissão é a acepção do Serviço Social como especialização de trabalho e sua prática inserida em processos de trabalho.

Nesse sentido, buscamos pensar o Serviço Social pela ótica da necessidade de compreendê-lo nas relações sociais capitalistas, buscando capturar as mediações que vinculam a profissão ao conjunto de transformações contemporâneas e que impõem uma série de desafios ao desenvolvimento de sua atividade cotidiana.

### 2.2.1 A condição assalariada do assistente social e o exercício da profissão

O exercício profissional do assistente social, ao ser qualificado como trabalho, não escapa das determinações sociais, pois ao ingressar no mercado de trabalho, condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho: *uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário*. (IAMAMOTO, 2008, p. 217).

Neste sentido, de acordo com lamamoto, a condição assalariada envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, caracterizando as exigências impostas pelos distintos empregadores. Esta condição assalariada revela o assistente social como

---

<sup>81</sup> Na análise empreendida por lamamoto por ocasião da publicação de Serviço Social na Contemporaneidade, que teve a primeira edição publicada em 1998, a autora já apontava a existência de certa endogenia na análise da profissão (IAMAMOTO, 2007, p.20) o que constituía um dos desafios para o Serviço Social. Na análise empreendida uma década depois (2008, p. 240) esta autora tece a seguinte conclusão: “O Serviço Social rompeu com a endogenia na análise da profissão, defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu desempenho, sendo necessário agora realizar a “viagem de retorno à profissão” para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como “concreto pensado”.

um trabalhador, “sujeito de classe”, que o coloca frente a certa posição no espaço profissional do conjunto da sociedade.

O trabalho do assistente social, como parte do trabalho coletivo – resultado de um trabalho combinado e cooperativo –, se realiza dentro de uma coletividade. Como parte de um processo coletivo de trabalho, o assistente social não tem seu próprio processo de trabalho enquanto profissional assalariado; o processamento da sua *prática* é parte constitutiva do processo de trabalho geral. Assim, o assistente social encontra-se inserido numa divisão e organização coletiva do trabalho.

Dependendo do contexto em que sua atividade profissional estiver inserida, esta poderá ser caracterizada como um trabalho produtivo ou improdutivo, no sentido se ele contribui para a produção da mais-valia, dentro da lógica da acumulação do capital. Haja vista que o trabalho do assistente social não resulta apenas em serviços úteis, pois tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia<sup>82</sup>

O sentido do trabalho do assistente social não é totalmente dado por ele, tendo em vista que, ao vender sua força de trabalho, quem passa a organizar e dar a lógica a este processo é o seu empregador. Os diferentes sujeitos sociais que conformam esta lógica, que condicionam as relações sociais do trabalho profissional do assistente social são o Estado – atualmente o maior empregador –, os organismos privados que prestam serviços públicos, as Empresas capitalistas e as Organizações da Sociedade.

As circunstâncias deste exercício profissional não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. De acordo com lamamoto, “para além dos acordos previstos no contrato de trabalho –, e, considerada a bagagem acadêmico-profissional do assistente social – o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho” (2008, p. 424).

Como todo trabalho, o trabalho do assistente social é uma ação que tem objeto ou matéria-prima, instrumentos e o trabalho em si, sendo este um dos ângulos do processo de trabalho.

---

<sup>82</sup> Por exemplo, segundo lamamoto (2007, p. 24), “na empresa, o assistente social pode participar do processo de reprodução da força de trabalho coletivo, produtivo de mais-valia. Já na esfera do Estado, no campo da prestação de serviços sociais, pode participar do processo de redistribuição da mais-valia, via fundo público”.

De acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996, a *questão social*, em suas múltiplas manifestações, apreendidas no interior do processo de reprodução da relação entre capital e trabalho, passou a ser considerada objeto de intervenção do Serviço Social – matéria-prima do trabalho do assistente social segundo análise de lamamoto (2007, p. 62).

Na realização do seu trabalho, o assistente social tanto agrega as condições institucionais com seus meios e recursos, quanto aciona os recursos técnico-profissionais e intelectuais, adquiridos através de sua formação profissional especializada. De acordo com lamamoto (1998), embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o assistente social não dispõe de todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho, o que revela sua *relativa autonomia*.

A possibilidade de *imprimir uma direção social* ao exercício profissional do assistente social – *moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo* – decorre da relativa autonomia de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Porém, resguardar a relativa autonomia na condução do exercício profissional supõe *potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade* (IAMAMOTO, 2008, p. 219-20).

O trabalho do assistente social pensado em seu valor de uso ou em seu valor, ou enquanto trabalho concreto em relação ao seu trabalho abstrato, não se caracteriza por uma transformação direta da natureza. Sendo o trabalho um processo crescente da relação do homem com a natureza e, nesse processo, sua construção histórica vai se realizando, é necessário considerá-lo em seu duplo caráter, ou seja, em sua forma concreta e abstrata, em sua unidade contraditória expressa na forma de mercadoria como valor de uso e valor de troca. A partir desse duplo caráter do trabalho, analisa lamamoto:

O exercício da profissão tem sido abordado em sua dimensão de trabalho concreto: em seu valor de uso social [...]. O que não dispõe de centralidade nessa mesma literatura é a identidade do trabalho do assistente social, enquanto trabalho abstrato, com o trabalho social médio: como parte alíquota do trabalho total socialmente produzido. **As implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor –, da produção e distribuição do valor e da mais valia –, não são tratados, como se a “forma valor fosse mero cerimonial” na sociedade do capital fetiche.** Ainda que a citada produção reconheça o fato do assistente social ser um trabalhador assalariado –, e, enquanto tal, vivendo uma situação comum a todos os

demais assalariados – não erige essa característica como central (IAMAMOTO, 2008, p. 418, grifo nosso).

Assim, estamos aqui considerando o valor de uso como uma referência para pensar o trabalho do assistente social que tem uma função social – *enquanto ação orientada a um fim, como resposta às necessidades sociais*. Porém, que se expressa também como uma unidade contraditória da mercadoria força de trabalho, já que se trata de uma quantidade de trabalho investido, ou seja, de trabalho humano. Neste sentido, o trabalho do assistente social – enquanto dispêndio de energia humana - é um trabalho abstrato, a substância de valor, podendo ser pensado na sua quantidade e medido pelo tempo: *tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção (elemento histórico-social) condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho*.

Ao considerarmos a compra da força de trabalho do assistente social, pressupomos igualmente que os seus conhecimentos acumulados, a partir de sua formação profissional e de sua experiência constituem valores úteis e necessários para a sociedade. Sua capacidade de trabalho, assim, constitui-se uma mercadoria sujeita a ser *remunerada, trocada e consumida*. Segundo Iamamoto,

Esse **processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor**. A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade. Participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 24, grifo nosso).

O assistente social enquanto trabalhador situa-se num *terreno denso de tensões e contradições sociais*. As imposições do mercado de trabalho que tendem a inclinar-se à prioridade do mercado no sentido liberal conduzem a uma mera adequação do trabalho profissional, às exigências que lhe são estranhas, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao *trabalho alienado*.<sup>83</sup>

Assim, o Serviço Social como profissão situada na divisão social e técnica do trabalho coletivo, nas sociedades em que as relações sociais são estabelecidas a

<sup>83</sup> A divisão social do trabalho não é só uma divisão qualitativamente do trabalho, cujos variados trabalhos satisfazem variadas necessidades do ponto de vista do valor de uso dos produtos ou serviços trocados; supõe relações de classes, supõe a propriedade, supõe uma forma histórica e científica do trabalho [...] na sociedade capitalista e na forma de propriedade privada que lhe corresponde, o trabalho humano é expressão da atividade humana num contexto de alienação e a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação (IAMAMOTO, 2008, p. 420).

partir da necessidade do capital, carrega alguns limites e está polarizado pelos fios que tecem as relações e interesses sociais. Portanto, participando tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto das atividades, das respostas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (IAMAMOTO, 2009).

Yazbek (2009), ao analisar a atuação profissional na divisão social do trabalho, ressalta que esta atuação do assistente social

se modifica e sofre redefinições com as mudanças dos contornos da questão social, mas se trata de uma atuação sempre referida aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social da vida dessas classes (YAZBEK, 2009, p.135).

Algumas reflexões se traduzem em indagações e impulsionam a busca pela construção de um trabalho pelo assistente social que, ainda que ele seja assalariado e esteja subalternizado necessariamente às condições impostas pelo empregador, seja consciente e crítico, orientado pelos interesses e necessidades dos segmentos dos trabalhadores – usuários dos serviços.

Assim, falar da *relativa autonomia* do assistente social nos remete ao seu reverso; a condição assalariada deste profissional cujo trabalho não é determinado simplesmente por seu próprio plano de ação, projetado por ele, mas sim por condições e relações sociais que atravessam o exercício desta profissão, que extrapolam seu universo cotidiano e determinam importantes dimensões do seu trabalho tais como condição assalariada, relação institucional, relação com usuários, inserção nos programas de governo, entre outros. Se este profissional não dispõe de condições para reverter esta realidade de trabalho, qual o potencial que dispõe o efetivo exercício da profissão neste contexto *de trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho?* Estas indagações remetem aos dilemas apresentados por Iamamoto quando vem apontando sobre o *estado de permanente tensão* entre projeto profissional e a condição assalariada:

Verifica-se uma **tensão entre projeto profissional**, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; **e a condição de trabalhador assalariado**, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2008, p. 416, grifo nosso).

No exercício profissional cotidiano do assistente social, a complexidade desses dilemas é mais palpável constituindo-se em desafios ou possibilidades.

A inserção do assistente social nos diversos processos de trabalho encontra-se profunda e particularmente enraizada na forma como a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social. É a partir desse processo, como organizam seus objetivos institucionais, que se voltam a intervenção sobre essas necessidades (ABEPSS, 1996).

O universo de trabalho dos assistentes sociais não se resume, neste sentido, ao *contato profissional-usuário-instituição*, pois conhecer a sociedade na qual se inscreve seu trabalho, ultrapassando a esfera individual e situando-se em relações de classe é um desafio colocado para este coletivo profissional.

Na literatura sobre o trabalho do assistente social, aparecem perspectivas de análises que apontam que o profissional pode assumir atitudes ora *fatalistas*, ora *messiânicas* em seu cotidiano; ambas são dignas de reflexão como aponta lamamoto:

As primeiras superestimam a força e a lógica do comando do capital no processo de (re)produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades. Com sinal trocado, no viés voluntarista, a tendência é silenciar ou subestimar os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício de uma profissão deslocando a ênfase para a vontade política do coletivo profissional que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu* (IAMAMOTO, 2008, p. 417).

Mesmo que o assistente social esteja subjugado à condição assalariada, as significativas possibilidades e alternativas de ação estão presentes na realidade social, sendo possível e necessário achar saídas. O projeto ético-político da profissão referenda possibilidades de trabalho, fortalecendo o movimento de defesa e luta da classe trabalhadora. Assim, é na defesa de sua relativa autonomia, nos mais diversos espaços ocupacionais que o assistente social pode contar com aquilo que está a seu favor, conforme aponta lamamoto:

sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

## 2.2.2 Formação acadêmico-profissional e condições de trabalho dos assistentes sociais no Município de Tanguá

Na finalização do presente capítulo, que vem abordando o trabalho na sociedade capitalista e o Serviço Social enquanto profissão e expressão do trabalho social, apresentamos alguns dados empíricos que enfatizam a formação acadêmico-profissional e as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais que trabalham no Município de Tanguá. Com o Gráfico 08 abordamos, inicialmente, a opção profissional dos assistentes sociais e os fatores que influenciaram sua escolha profissional.

**GRÁFICO 08**  
FATORES QUE INFLUENCIARAM NA ESCOLHA PROFISSIONAL



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A motivação religiosa está presente em **25%** do grupo entrevistado, constituindo um fator de maior incidência nas respostas. Esta perspectiva é permeada pelas variáveis “sentimento de ajuda”, muito presentes na experiência dos profissionais que relataram sua passagem pelo “movimento vicentino” da Igreja Católica. Nesta mesma direção, aparece o “compromisso com os pobres”, que tem como referência a inserção nos movimentos influenciados pela “Teologia da Libertação”, fator impulsionador de uma perspectiva de relação com os pobres que ultrapassa a relação de caridade<sup>84</sup>.

<sup>84</sup> As perspectivas religiosas que influenciam a escolha profissional constituem fatores que reportam a uma dimensão não tanto racional, mas a uma escolha motivada pelos princípios de uma determinada comunidade religiosa, campo onde prevalecem valores como “compaixão”, “conforto” e ainda o impulso à crença em valores sociais. No Brasil, a ação pastoral se pautou por esta complexa disposição e visão de mundo, adotando a

Tais perspectivas marcam o início da profissão em sua vinculação com o movimento de “reação católica” e da divulgação do pensamento social da Igreja Católica, expressão do engajamento desta instituição na dinâmica dos antagonismos de classe da sociedade na qual está inserida (CARVALHO apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). A associação da profissão com o *ideal de ajuda* remete a duas preocupações: a *questão social* não é enfrentada com políticas públicas neste contexto e a condição de trabalhador do assistente social não é assumida a partir das relações sociais estabelecidas.

É importante frisar que os profissionais que apresentaram este fator religioso, também expressaram que o processo de formação acadêmica colaborou para uma revisão deste ideal inicial o qual os impulsionou na escolha pelo Serviço Social. Tal revisão, no entanto, não foi capaz de superar o “conservadorismo” presente na profissão e que se expressa em situações cotidianas que nos remetem às respostas conservadoras presentes no terceiro capítulo que analisa os dados referentes ao conhecimento da população atendida e suas respectivas demandas.

Daí que, ao ser superada a perspectiva voluntarista do início da profissão na década de 1930<sup>85</sup>, quando os agentes desta profissão passaram a ser reconhecidos como profissionais liberais<sup>86</sup>, a qualidade desta formação e a direção social que nela vai se construindo tem uma relação direta com o exercício da profissão nos diversos espaços ocupacionais onde se insere o assistente social.

Com percentual de **20%**, a perspectiva de estudar numa universidade pública, tomando o Serviço Social como um trampolim para o acesso ao ensino público, tem significativa concentração de resposta e revela uma falsa idéia sobre a profissão. Ou seja, uma profissão cujo curso de formação não exige grande investimento

---

tríade: presença (junto aos “desfavorecidos”), denúncia (enquanto indignação ao sofrimento humano e descaso com o projeto divino) e anúncio (enquanto possibilidade da justiça social) (Revista Espaço Acadêmico (2006).

<sup>85</sup> A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos e nas particularidades desses processos no Brasil se evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica que terá particular importância, sendo responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros (YAZBEK, 2009, p. 129-135). Assim, até a década de 1940, quando o Estado passa a incorporar a profissão, era o laicato feminino da Igreja católica, movido pelo espírito apostólico e pela perspectiva voluntária que se mobilizava na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja em face da “questão social”.

<sup>86</sup> Conforme já abordado, embora esteja regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal, pois o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 63).

intelectual – concepção do primado da profissão sobre o saber –, concepção que requer a necessidade de esclarecimentos sobre a imagem social da profissão. De acordo com dados apresentados em jornais especializados, como a *Folha Dirigida*<sup>87</sup>, atualmente mudanças vêm ocorrendo tendo em vista que a profissão vem ganhando visibilidade na sociedade e sua imagem social passa a ser alterada, havendo um aumento no percentual de candidato/vaga nos vestibulares.

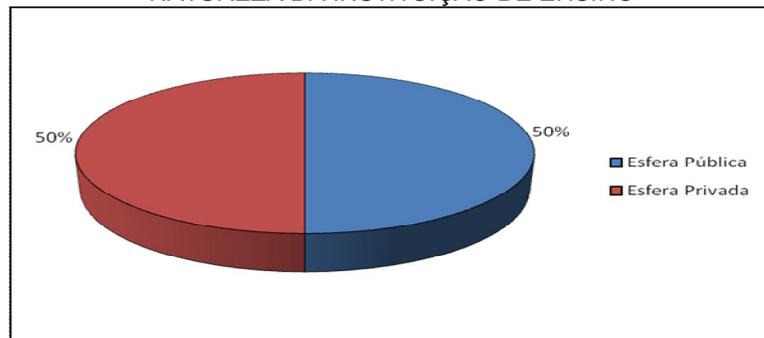
Percebe-se que nas respostas referentes a “pesquisas sobre a profissão” (10%), que remete também à experiência de testes vocacionais, a escolha profissional reporta ao entendimento sobre um público que chega à academia com critérios mais apurados, revelando critérios mais técnicos em sua escolha profissional. Alguns foram influenciados pelo “exemplo de profissionais” (10%) cuja atuação despertou interesse pela profissão, ou pela “presença de assistentes sociais na família” (10%) que também exerceram certa influência na escolha da carreira profissional. Por fim, os que tiveram como fator de influência em sua escolha profissional a possibilidade oferecida pela profissão no que se refere ao “trabalho com o público” (10%) no sentido de estar em contato direto com o público; e ser uma profissão mais próxima ao que já fazia na instituição “trabalhava em setor de benefícios/ONGs” (10%); bem como “atuar na questão da desigualdade social” (5%), retomam fatores que, de modo geral, remetem à relação com o mercado de trabalho e à perspectiva de intervir na *questão social*.

Em relação às instituições formadoras dos assistentes sociais, percebe-se que existe uma proporcionalidade de 50% entre os que se formaram em instituições de caráter público e privado.

---

<sup>87</sup> O Jornal *Folha Dirigida* abordou nos meses de outubro/2008 e maio/2009, no Caderno de Educação “Especial Carreira” alguns dados sobre o Serviço Social que foi a profissão escolhida para documentário especial deste período. Além das informações fornecidas por profissionais da área, convidados para entrevista, entre eles a presidente do CRESS/RJ, o jornal ressaltava o Serviço Social como uma profissão que cresce no mercado profissional tendo em vista o crescimento das políticas públicas de valorização dos direitos do cidadão. Assim, com o grande aquecimento da área no mercado, o número candidato/vaga tem aumentado, o que proporciona maior grau de acesso principalmente nas universidades públicas.

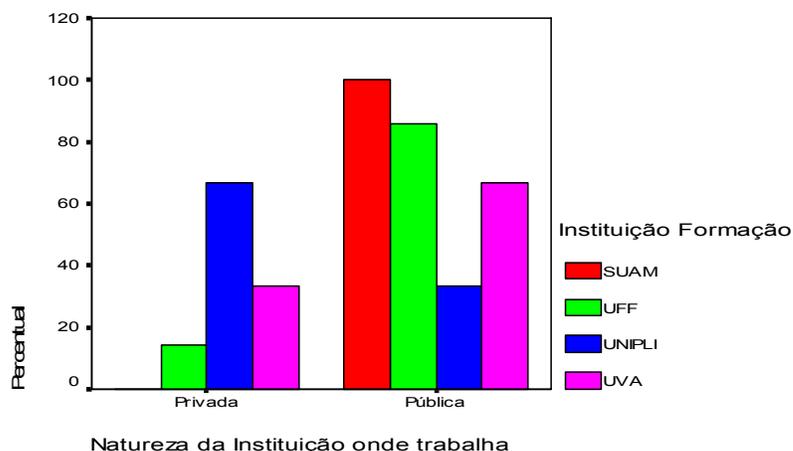
**GRÁFICO 09**  
NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Os dados em relação à distribuição dos assistentes sociais de Tanguá por unidade de formação em relação à natureza da instituição na qual trabalham revelam que a formação acadêmico-profissional é oriunda de instituições de ensino da rede pública e privada igualmente.

**GRÁFICO 10**  
UNIDADES DE ENSINO/TRABALHO NO SETOR PÚBLICO/PRIVADO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Por se tratar de um grupo heterogêneo na idade/formação, alguns assistentes sociais cursaram sua graduação num período em que não havia oferta de cursos de Serviço Social pela rede privada na região e próxima às suas moradias. Isso levou alguns a cursar sua graduação na capital, em unidades de ensino como a Universidade Veiga de Almeida (UVA), Universidade Augusto Motta (UNISUAM) e Universidade Gama Filho (UGF). O grupo com idade intermediária (30-39 anos) é o que passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF), um estabelecimento de

ensino público que absorve um grande número de alunos da região leste fluminense onde se situam os municípios de origem desses assistentes sociais. Seguida da Universidade Plínio Leite (UNIPLI), de natureza jurídica privada, que mais recentemente implantou o curso de Serviço Social e tem absoluta influência na formação dos assistentes sociais mais jovens do município.

Portanto, temos na formação desse grupo de assistentes sociais, a participação de apenas um estabelecimento de ensino cuja natureza jurídica é pública e três estabelecimentos de natureza jurídica privada. De fato, percebe-se que nas últimas décadas houve um acelerado incremento no que concerne aos cursos de Serviço Social originados de instituições da rede privada.

Essa expansão do ensino privado situa-se no contexto de uma conjuntura mundial e nacional que aponta para as contradições do capitalismo e sua ofensiva na área da educação, em especial no ensino universitário, e as graves implicações que vem trazendo para o Serviço Social. Nesse sentido, o tema formação acadêmico-profissional do assistente social passou a figurar com prioridade na pauta de preocupações da categoria nos últimos tempos e, no contexto destas demandas acadêmicas e sua repercussão no exercício da profissão é que

**pensar o trabalho do assistente social** em tempo de capital fetiche **requer também tratar o processo de formação** dessa força de trabalho qualificada no âmbito do ensino universitário, sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas da prevalência dos interesses do grande capital e de seus centros estratégicos mundiais (IAMAMOTO, 2008, p. 432, grifo nosso).

Essa dupla face da profissão, trabalho e formação do assistente social, nos impulsiona a refletir sobre esse cenário tão controverso, permeado pelas investidas do capital que insiste em tornar a universidade *um centro de formação de mão de obra para as necessidades imediatas do mercado* (IAMAMOTO, *Ibidem*). E, na área do Serviço Social, impõe-se uma forte ofensiva ao projeto profissional com vista a submetê-lo a esta lógica. Assim, se faz necessário aprofundar as várias dimensões que dão sustentação a esta profissão, de acordo com a perspectiva coletiva construída pela categoria ao longo dos últimos trinta anos.

É ponto convergente entre o núcleo intelectual que debate sobre a formação profissional no Serviço Social, que existe uma conexão entre a formação e o exercício da profissão, considerando-os inseparáveis e complementares. Outro aspecto que se relaciona à formação profissional no Serviço Social é a inseparável

conexão entre as transformações societárias e a necessidade de atualização dos processos de formação profissional que, de acordo com Koike (2009), a princípio parece uma relação óbvia, no entanto, essa vinculação pode obscurecer mais do que revelar, pois

Mistificadas em suas origens e desdobramentos, as vertiginosas alterações que se verificam na sociedade contemporânea dizem-se, em geral, decorrentes da globalização, da crise do Estado, da crise da modernidade ou dos paradigmas. **Não mencionam o capital nem a relação que ele representa e o que é efeito aparece como determinação** (KOIKE, 2009, p. 202, grifo nosso).

Tais interpretações que, segundo Koike (2009), escondem a centralidade do trabalho, têm profundas implicações nas concepções hegemônicas de educação e de sociedade. Uma das características do capitalismo, em sua fase atual, é a brutal ofensiva sobre os direitos do trabalho e, em decorrência disso, as profissões vêm sofrendo alterações em suas áreas de intervenção, nas condições de trabalho e suas perspectivas teóricas. Frente às mudanças, de um lado, há um processo de adequação do sistema educacional às necessidades de respostas do capital à sua crise contemporânea. Por outro lado, o mercado e a inovação tecnológica referenciam a reforma educacional. Esta lógica que ganhou força no Brasil e tem definido o rumo do Ensino Superior no país, respaldando, inclusive, a processo de Reforma Universitária<sup>88</sup>, através dos Decretos de número 5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituindo a educação a distância (EaD) e o de número 6.096, de 24/04/2007, que estabelece o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI)<sup>89</sup>.

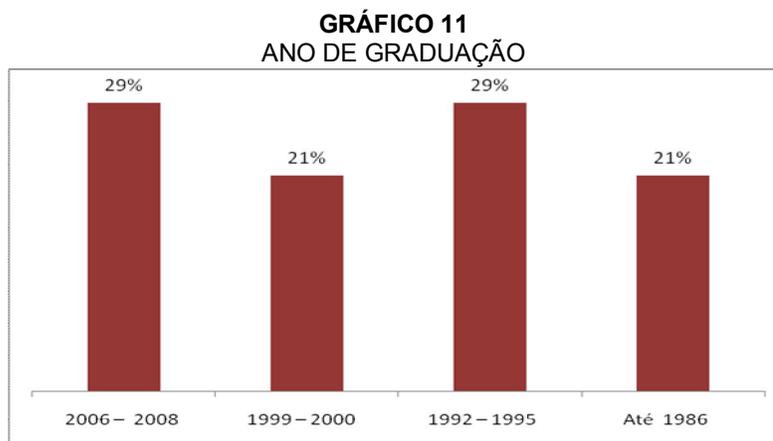
---

<sup>88</sup> A respeito da Reforma Universitária, Netto (2007) resgata a história das universidades brasileiras, recordando que elas possuem uma das trajetórias mais tardias das Américas, visto que os cursos superiores no Brasil só surgem no século XIX e, apenas no século XX, é que se constrói a idéia de universidade. Lembra ainda que o conceito de universidade aconteceu na seqüência direta da derrota dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932, ocasião em que as classes dominantes tiveram clareza que era necessário criar intelectuais orgânicos. Ainda de acordo com Netto, esse processo foi aprofundado com a reforma universitária comandada pela ditadura militar, a partir de 1968, o que possibilita afirmar que no Brasil a universidade tem uma origem anti-popular e aristocrática. Desse modo, historicamente foi um instrumento para formar quadros a serviço das elites. A reforma atual confirma o que vem ocorrendo desde final de 1960: massificação do ensino superior, transformando-o uma área de investimento do capital privado. Neste sentido, para Netto "é preciso combater a flexibilização e a desregulamentação do ensino superior".

<sup>89</sup> Koike, 2009, p. 205-06.

As perspectivas norteadoras de tais decretos, de acordo com Iamamoto (2008), empurram a Educação para a esfera mercantil, pois promovem uma subordinação da educação à acumulação do capital<sup>90</sup>.

Em relação ao ano de conclusão da graduação dos assistentes sociais de Tanguá, também existe uma proporcional concentração por décadas, como podemos observar a seguir.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

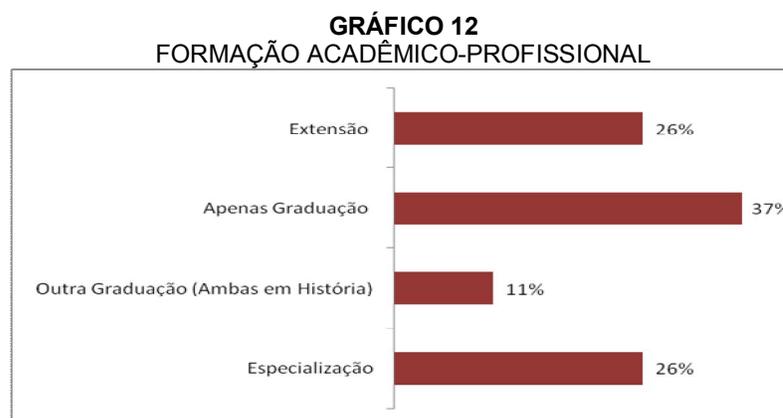
Há uma freqüência acentuada de profissionais que se formaram na década de 1990, com percentual de **50%** ao juntarmos os formados entre 1992 a início 2000, chamando atenção também para outro grupo com **29%** de profissionais recém formados, alguns fazendo a experiência do primeiro emprego. Desse grupo, três assistentes sociais se formaram em 2008 e estão na faixa dos vinte e poucos anos de idade. O que significa supor a influência da perspectiva de *intenção de ruptura* em seu processo formativo.

Ao todo, **79%** dos assistentes sociais de Tanguá foram formados entre 1992 e 2008, período em que no Serviço Social brasileiro se construiu e consolidou o Projeto de Ético-político da profissão. Isso pressupõe uma direção social para a formação profissional desse significativo grupo a partir de um projeto que defende o exercício da profissão na perspectiva da defesa dos direitos da classe trabalhadora e comprometido com a construção de uma “nova ordem social”.

<sup>90</sup> E é neste sentido o foco da crítica à reforma universitária, pois a mesma compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública e, ainda, “gera o desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza e desqualifica a docência universitária ante as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípuas da universidade (IAMAMOTO, 2008, p. 436-37).

Em outra ponta, podemos observar que **21%** dos assistentes sociais se formaram na década de 1980; estes se situam no período que antecede o Código de Ética de 1986 e se formaram na perspectiva do currículo antigo do Curso de Serviço Social, o que revela que estes profissionais tiveram a possibilidade ou não de contato com a Lei de Regulamentação da profissão e com o Código de Ética, ambos da década de 1990.

Na perspectiva de que a formação profissional é um processo contínuo e demanda uma dinâmica de permanente atualização, indagamos ainda sobre o processo formativo, conforme podemos observar a seguir.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Ao perguntarmos se o profissional havia feito algum outro curso, além da graduação, como forma de aperfeiçoamento profissional, tiveram maior incidência os cursos *lato sensu* (**26%**). Foram destacados os cursos de especialização nas áreas de gestão de recursos humanos, políticas públicas e movimentos sociais, políticas públicas e serviço social, gerontologia e administração pública. Destacam-se ainda os cursos de extensão (**26%**) que apareceram com grande importância na experiência relatada.

Em suma, o conhecimento específico e direcionado à área de atuação profissional vem impulsionando esses profissionais a um tipo de estudo voltado ao conhecimento instrumental. De modo geral tais cursos relacionam-se à gestão e a administração com ênfase nas políticas públicas e setoriais, bem como em recursos humanos.

Num primeiro momento se entende que os entrevistados não investiram na formação continuada, pois **37%** aparecem com apenas a graduação como

preparação para o exercício da profissão. Porém, ao se considerar que, conforme visto anteriormente, **29%** acabaram de se formar não havendo tempo hábil para outro curso, esse percentual fica relativizado, mas não deixa de chamar atenção num momento em que se propaga a expansão dos cursos de pós-graduação no país.

Entre os **11%** que têm outra graduação, duas observações podem ser feitas. Primeiramente em relação à motivação pela escolha de curso superior. Quem escolheu o Serviço Social como segunda graduação, o fez como preenchimento de algo que faltava na vida profissional; quem escolheu outra graduação já sendo assistente social, o fez como formação complementar e uma forma de cultivar relação com academia.

É fundamental observar que o aperfeiçoamento profissional apareceu como uma preocupação dos assistentes sociais, porém, acompanhado de certo conflito entre possibilidades concretas de viabilização desta perspectiva de investimento profissional e as dificuldades encontradas. Alguns profissionais demonstraram seu incômodo por não terem apresentado nenhum avanço nos estudos após a conclusão da graduação, expressando sua avaliação na oportunidade da entrevista, concluindo que esta foi como uma “cutucada” para despertá-lo em relação à sua formação. Este conflito vivenciado pelos assistentes sociais é exemplificado nos depoimentos que se seguem:

Essa é minha realidade por morar até mesmo no interior. É muito complicado, porque para me deslocar para ir para o Rio (capital) fazer uma Especialização eu vou ter que sair de um emprego (AS-f).

No meu dia a dia eu tenho um desejo de continuar a estudar, me falta é tempo, porque hoje em dia para o Serviço Social você faz uma opção: ou você trabalha pra ganhar dinheiro e se manter ou você estuda (AS-f).

Hoje você tem muito mais condições de estudar, tem muito mais opção de mestrado, de pós-graduação, muito mais diversidade do que na época que eu estava na faculdade (AS-i).

Tais relatos expressam alguns dos desafios colocados à profissão na atualidade no que diz respeito à atualização permanente, tais preocupações são percebidas nas análises de Iamamoto (2008), Netto (1996), Koike (2009) e Teixeira & Braz (2009). Para Borgianni (2007),

O mercado de trabalho do assistente social foi ampliado, a *questão social* é muito abrangente e hoje áreas como meio ambiente já contam com profissionais que

fazem estudos de impacto ambiental entre outros projetos profissionais. O mercado traz novas exigências e requer especialização em alguns campos [...] os profissionais mal preparados podem gerar graves danos à sociedade em curto prazo (BORGIANNI, 2007).

O projeto de formação profissional para os cursos de Serviço Social tem um caráter generalista no Brasil, conforme definição nas diretrizes curriculares. Nesse sentido, coloca-se como um desafio hoje o saber lidar com a existência de um projeto de formação especialista, que tende a dar respostas às demandas imediatas do mercado, haja vista que “a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social” (ABEPSS,1986). E, por isso, a função de qualificar a atuação profissional se volta à intervenção sobre essas necessidades.

Ainda relacionado à formação continuada, apresentaremos no Gráfico 12 a percepção dos profissionais com relação aos incentivos institucionais em vista do seu aperfeiçoamento profissional.

**GRÁFICO 13**  
INCENTIVO INSTITUCIONAL PARA APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

É interessante observar que **30%** dos assistentes sociais incorporam a participação em eventos, quando convocados a representar a instituição onde trabalham, como possibilidade em sua formação continuada. Já **19%** consideram que os incentivos à formação são oportunizados por ocasião das atividades relacionadas à área de atuação na instituição, ou seja, os próprios programas têm seu mecanismo de formação. Nesse sentido, fica evidente ao grupo que atua na assistência social o processo formativo, haja vista a realização de conferências e diversas atividades em vista da implantação do SUAS e de seus equipamentos que

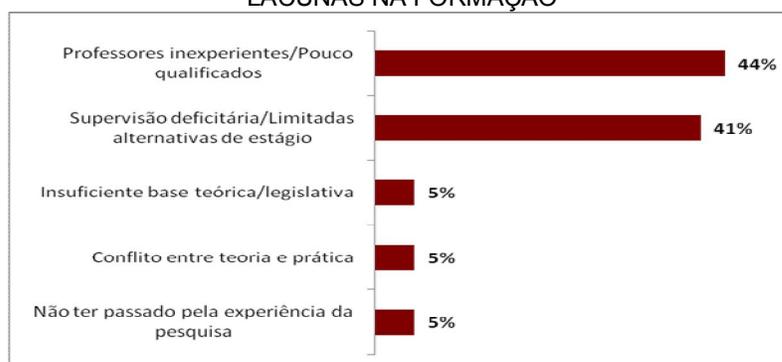
garantem a efetivação da política. Desse grupo, fica evidente ainda a preponderância do *conhecimento instrumental* que serve à demanda específica do campo de atuação profissional.

Um terceiro grupo, que concentra **15%** dos profissionais, aponta que não existem incentivos diretos, a instituição expressa seu apoio quando, ao ser solicitada, autoriza a liberação do profissional para participação em atividades como congresso, curso, seminário, entre outros, ou seja, é do profissional esta responsabilidade pela própria formação.

Os demais profissionais sinalizam que há uma diversidade de circunstâncias que cerca seu cotidiano no que diz respeito aos incentivos ao aperfeiçoamento profissional e a participação da instituição empregadora: depende de quem está na gestão e também das condições financeiras (**11%**), pouco ou nenhum incentivo (**7%**), não sabe, porque tem pouco tempo na instituição (**7%**), dificuldades de acesso à formação por residir no interior (**4%**), e os que não responderam a esta questão (**7%**).

Em relação à qualidade da formação acadêmica e sua relação com a preparação para o mercado de trabalho, foram apontadas algumas lacunas que levaram grande parte dos entrevistados a considerar o processo formativo insatisfatório no que se refere ao quadro docente, estágio, relação teoria/realidade e o acesso à pesquisa. Tais questões têm ampla incidência sobre a preparação para o exercício da profissão e da difusão ou não da herança conservadora do Serviço Social.

**GRÁFICO 14**  
LACUNAS NA FORMAÇÃO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A preocupação em relação à formação dos docentes (44%) teve maior preponderância entre os assistentes sociais entrevistados. Alguns assistentes sociais relataram que passaram pela graduação sem ter a oportunidade de estudar professores com experiência profissional como assistente social, como relatado a seguir:

*Além do contato com a prática, não ter tido nenhum professor com experiência de trabalho como assistente social foi a grande lacuna na minha formação (AS-b).*

Nesse relato percebe-se uma tendência a culpabilizar o profissional tirando a responsabilidade do sistema educacional que se precariza e torna a educação uma mercadoria no contexto das relações sociais sobre a órbita do capital, conforme análise feita anteriormente. Nessas circunstâncias, a condição a qual o docente realiza seu trabalho é pungente, sem pesquisa, sem aperfeiçoamento, alta carga horária, turmas superlotadas e salários que não correspondem ao grau de exigência institucional. Na prática, a visão relatada pelos profissionais entrevistados remete a uma concepção subjetivista da formação, colocando a experiência do sujeito acima do saber e das relações sociais da sociedade capitalista e da lógica que a preside.

As questões relacionadas à experiência de Estágio Supervisionado é a segunda grande lacuna (41%) indicada pelos profissionais que problematizaram a supervisão, definindo-a como deficitária, desarticulada dos fundamentos teórico-metodológicos apreendidos em sala de aula, sem conexão entre academia e campo de atuação profissional, além das limitadas alternativas de estágio. Alguns profissionais relataram que todas as etapas do estágio ocorreram numa determinada área de intervenção da qual não se identificavam. Essa realidade se expressa nos depoimentos abaixo:

*acho que o que ficou vago foi realmente estar inserindo a gente com mais qualidade no campo de trabalho... E a gente aprende muito na teoria, mas a gente não é preparada para atuar na profissão, no atendimento ao usuário [...]. **A gente não é preparada para os desafios da prática** (AS-g).*

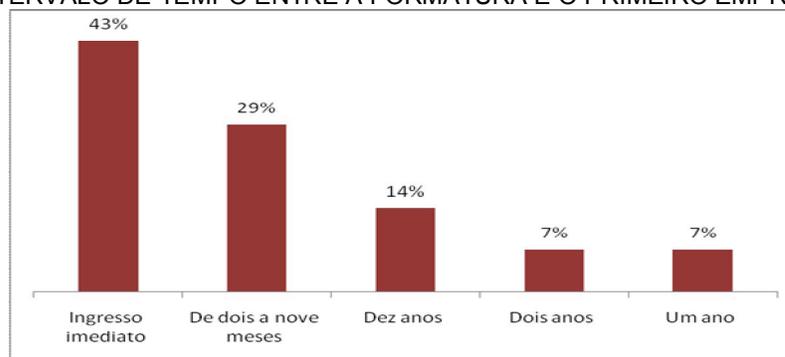
*mas quando eu fui para o campo de trabalho eu senti uma diferença muito grande do que eu ouvi em sala de aula, então eu acho como tudo na vida, **a teoria está muito distante da sua realidade**, então existe realmente um choque e o que eu vivo hoje nessa realidade, o que eu estou aprendendo nessa realidade, quer dizer o que eu aprendi na faculdade ela só me dá a diretriz, mas tudo que eu vivo aqui é o aprendizado do dia-a-dia, então a teoria só me dá a diretriz como eu vou começar, mas a desenvoltura disso é o seu dia-a-dia (AS-i).*

*eu acho que a faculdade ela te dá um caminho, agora você que vai buscar o aperfeiçoamento e vai dar conta do seu aprendizado (AS-n).*

Das três lacunas apontadas com menor incidência, avaliamos que cada uma tem sua relevância e remetem ao conteúdo da “prática” profissional, merecendo uma atenção a formação dos profissionais, não só de Tanguá como a de toda a categoria, ou seja: a “*falta de incentivo à Pesquisa*” (5%), a “*insuficiente base teórica*” (5%) associada ao “*conflito entre a chamada ‘teoria e prática’*” (5%). Atualmente busca-se criar a cultura, por exemplo, da pesquisa como aliada fundamental do processo formação e exercício da profissão. Para lamamoto (2007, p. 274), “a formação profissional deve-se constituir uma indissolúvel aliança entre teoria e realidade, necessariamente alimentada pela pesquisa”. Assim, tanto a construção de saber quanto a vida prática devem interagir neste processo<sup>91</sup>.

É importante não perder de vista que, de acordo com lamamoto (2007; 2008), a pesquisa torna-se um *instrumento imprescindível para apreender a questão social e também de assimilar como os sujeitos a vivenciam*.

**GRÁFICO 15**  
INTERVALO DE TEMPO ENTRE A FORMATURA E O PRIMEIRO EMPREGO



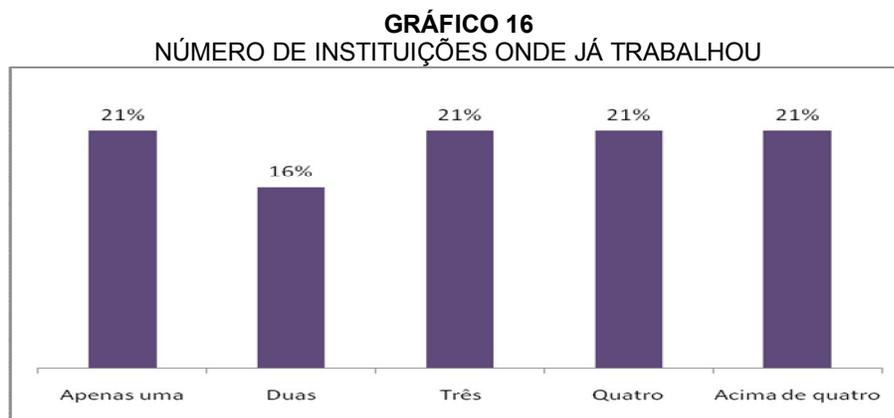
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

O intervalo de tempo entre a formatura e o primeiro emprego é consideravelmente pequeno na média geral, como podemos observar no gráfico acima. De acordo com os relatos, **43%** tiveram a experiência do ingresso imediato, seguido de um grupo de **29%** que ingressou no mercado de trabalho com menos de

<sup>91</sup> A preocupação com a relação “teoria e prática” esteve presente nos depoimentos de todos os assistentes sociais que, enfaticamente, colocavam essa articulação ora como entrave, ora como desafio assumido. Mas todos vislumbravam esta conexão como meta no exercício profissional. Para Vasconcelos (2007), estudiosa nessa abordagem temática, “[...] é determinante a articulação entre áreas de prática (meio profissional) e espaços de formação (academia), na medida em que não há projeto de formação que prescindida da realidade, assim como não há projeto de profissão que prescindida da teoria. Um Serviço Social consciente dos seus objetivos e do seu projeto de profissão está determinado pela relação teoria/prática. Há, assim, que se restabelecer as bases daquilo que o Serviço Social tem condições de ser, das possibilidades objetivas contidas e a ser captadas na realidade” (VASCONCELOS, 2007, p. 115).

um ano de formado, ao passo que apenas **14%** tiveram longo tempo de espera, o que foi justificado pelos próprios profissionais pela inserção em outra atividade profissional ou opção pelas relações familiares. O restante (**14%**), levou de um a dois anos no intervalo entre a formatura e o primeiro emprego como assistente social.

Observa-se que se trata de um grupo de assistentes sociais recém formados, que encontra no município um mercado de trabalho aquecido, principalmente pelo processo de descentralização das políticas sociais. O gráfico 16, a seguir, evidencia-se o processo de rotatividade nos empregos.

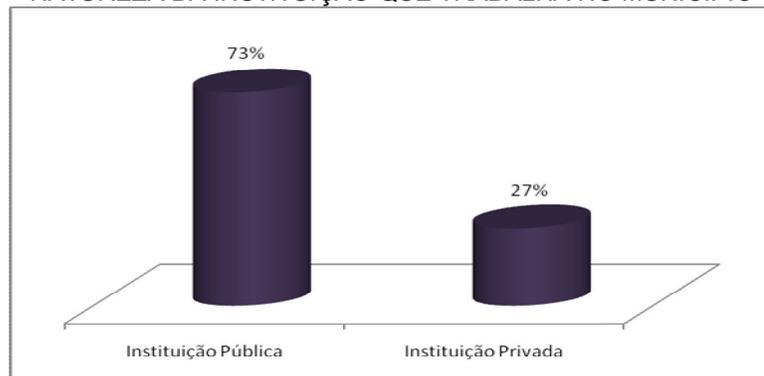


Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A partir dos relatos torna-se clara a elevada rotatividade entre um emprego e outro, pois alguns assistentes sociais chegaram a trabalhar quatro (**21%**), ou em sete ou oito instituições diferentes (**21%**). O que revela a condição instável de sua inserção no mercado de trabalho, com contratações flexíveis e as incertezas que vêm movimentando as tentativas de tapear a precarização. Por outro lado os relatos de experiência de um (**21%**), dois (**16%**) e três (**21%**) referem-se aos profissionais mais jovens que estão se lançando no mercado de trabalho.

Em relação à natureza das instituições empregadoras em Tanguá, aparecem **73%** do setor público seguido de **27%** do setor privado.

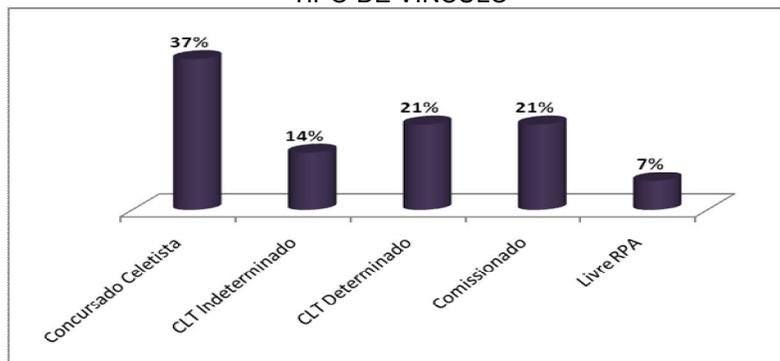
**GRÁFICO 17**  
NATUREZA DA INSTITUIÇÃO QUE TRABALHA NO MUNICÍPIO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Nos dados coletados acerca do vínculo empregatício, identificamos cinco formas contratuais de emprego da força de trabalho dos assistentes sociais, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 18**  
TIPO DE VÍNCULO



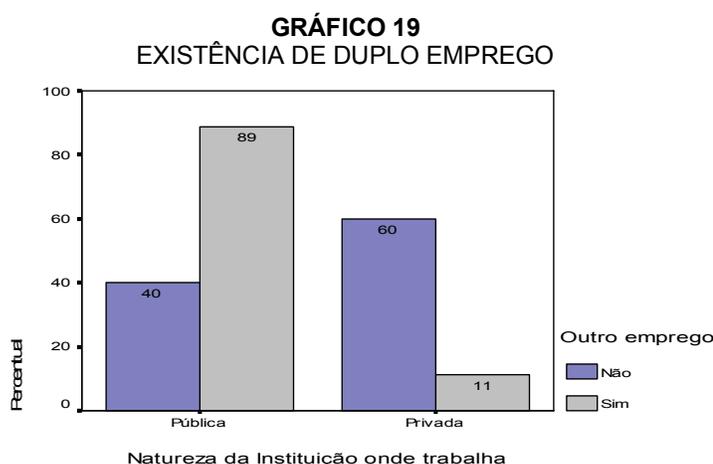
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Com um percentual de **37%**, o concurso público é o vínculo empregatício que concentra o maior número de assistentes sociais, porém destituído do parâmetro estatutário que o servidor público historicamente conquistou. Os profissionais concursados são celetistas, o que vem confirmando a dilapidação da imagem deste tipo de trabalhador.

Outro grupo é o de profissionais celetistas não concursados (**14%**), com contratos por tempo “indeterminado”, abrangendo tanto o servidor público quanto o funcionário da rede privada. Como também um grupo de profissionais celetistas com contratos por tempo “determinado” (**21%**) que também envolve os setores públicos e privados. Pelos depoimentos percebemos ainda a existência de contratos

temporários em regime de comissionado (21%) e autônomo (7%) entre os profissionais que atuam no âmbito público, portanto, estão sob o regime de livre contratação e/ou prestação de serviços. De acordo com Serra (1998) estas relações de trabalho vêm revelando capacidade de utilização flexível da força de trabalho no Serviço Social (ibid., p. 45), uma expressão da precarização que vem ocorrendo no país.

A situação de duplo vínculo ou mais é uma realidade prevalente entre os assistentes sociais, como veremos no próximo gráfico.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Entre os que revelaram sua dupla vinculação empregatícia (40%) alguns possuem até três diferentes vínculos de trabalho. Esses consideram o trabalho em Tanguá como o principal, tendo em vista as vantagens oferecidas em relação aos demais municípios e/ou empregadores no que se referem às relações mais próximas com colegas, empregadores e usuários. Já os que preferem o emprego em outro município justificam-se pelo vínculo estatutário, o que não ocorre em Tanguá, conforme mencionado anteriormente. Nos depoimentos abaixo, podemos perceber que, para os assistentes sociais, Tanguá oferece um ambiente de trabalho que favorece seu desempenho profissional, conforme podemos ver nos seguintes depoimentos:

De todos os três empregos que tenho esse aqui é o menos pior [...]. Mas também está longe do ideal. A insatisfação é muito grande (AS-f).

Coloco Tanguá como principal, porque, por causa das grandes possibilidades (AS-n).

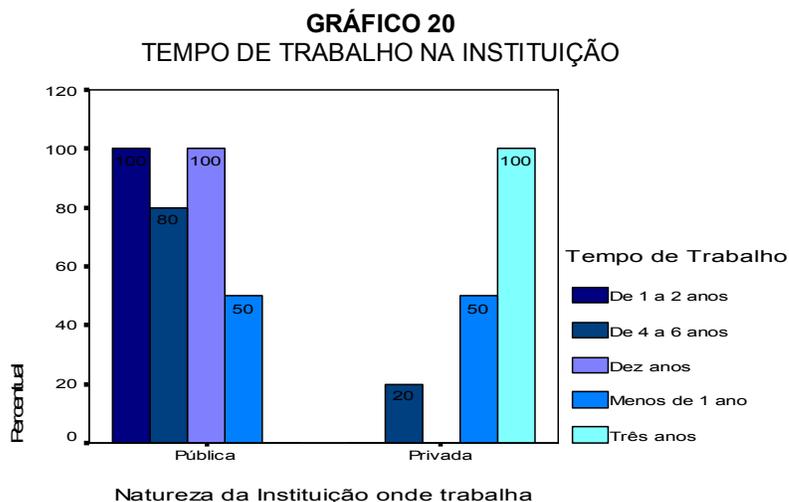
eu me sinto uma assistente social de verdade no município de Tanguá. Aqui que eu aprendi, onde eu conheci a comunidade, foi onde eu criei uma estratégia de trabalho, planejamento (AS-t).

Em Tanguá o Serviço Social é mais “valorizado”. Eu destacaria a visão que as pessoas têm do Serviço Social. Porque tudo vem buscar no serviço social, até as outras secretarias vem até o Serviço Social (AS-n).

A questão salarial é sempre ruim por isso a gente tem que pular de galho em galho, ter “milhões” de emprego, e eles não aceitam isso, questionam “ah, mas você tem um monte de emprego”, [...] a gente não é valorizada. Acho isso é um grande peso para mim na profissão, é sempre cobrado, cobrado, mas valorização!!! (AS-f).

Contudo, percebe-se certa condescendência em relação à imagem social da profissão, reforçando a característica polivalente dos agentes profissionais do Serviço Social, tachados como o profissional “faz tudo”.

Os profissionais que têm apenas um vínculo (**60%**), são os que têm carga horária de trabalho mais elevada, especialmente os que atuam em coordenações e, ainda, os assistentes sociais recém formados que estão na experiência do primeiro emprego.



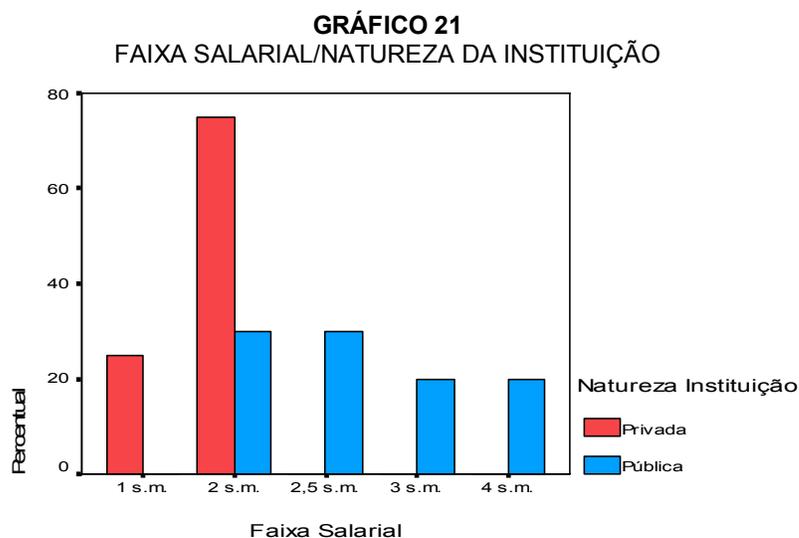
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Dos 14 entrevistados, há um grupo recém chegado que está iniciando sua primeira experiência de trabalho e têm “menos de um ano” de inserção no local (**29%**); outro grupo representa os que têm entre “um a dois anos” (**21%**); e os que já têm mais tempo (**50%**) e estão “acima de 4 anos” de tempo de trabalho no município. Portanto, há uma maior concentração de assistentes sociais que alcançaram mais de quatro anos na instituição, alguns com dez anos de atuação no local; estes profissionais mais antigos estão todos atuando na esfera pública

municipal. Já o grupo com menos tempo de trabalho em Tanguá está distribuído nas duas esferas.

Identificamos quatro assistentes sociais que têm como competência profissional a coordenação de Programa e/ou de Setor; os demais realizam atribuições voltadas ao atendimento direto dos usuários, constituindo-se *executores terminais* das políticas sociais. Nesse sentido, é interessante observar que o Serviço Social é uma profissão que gera competências para o profissional atuar em várias frentes de trabalho. Entretanto, é comum achar que, quando o profissional está realizando determinadas funções na instituição contratante não o é reconhecendo imediatamente como assistente social, e por realizar atividades mais genéricas que podem ser também assumidas por outros profissionais de nível superior, incorre-se no erro de achar que, nesse momento, esse profissional não é assistente social. Inclusive, de acordo com alguns relatos de profissionais por ocasião das entrevistas, mencionavam no passado sua atividade de assistente social por pensarem que naquele momento não atuavam como tal.

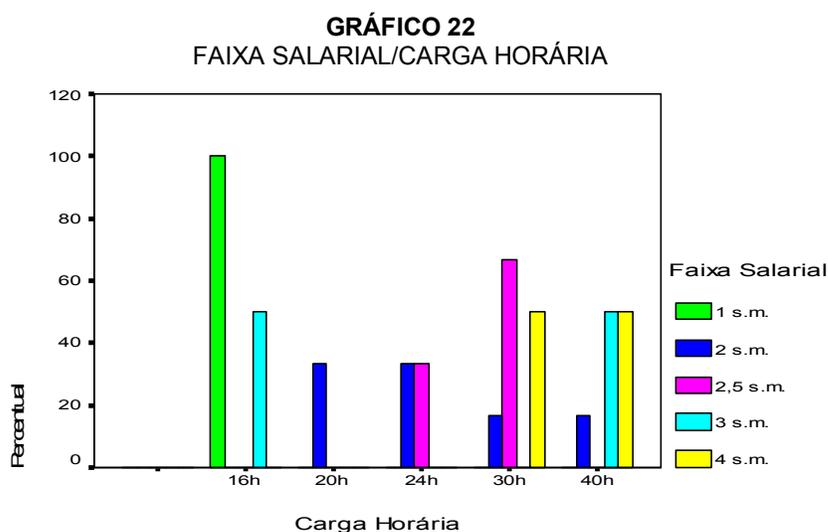
Em relação à condição assalariada da categoria profissional, observa-se que a média geral da remuneração está na faixa de dois a dois e meio salários mínimos, sendo que a maioria dos profissionais que atuam tanto na esfera pública quanto na privada recebem dois salários mínimos.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

O mesmo não acontece com as remunerações que alcançam de três a quatro salários mínimos, são específicos para profissionais da Prefeitura, em sua maioria os que desenvolvem competências relacionadas à função de coordenação. Já a remuneração no valor de um salário mínimo aparece apenas na esfera privada. Portanto, a esfera privada tem remuneração pior que a esfera pública.

No gráfico a seguir, relacionamos o salário com a carga horária e pudemos perceber que a carga horária mínima é de 16 horas por semana, abrangendo profissionais das duas esferas, havendo profissionais que distribuem esta carga horária em dois dias (8h/dia) e outros em três dias na semana (aproximadamente 6h/dia). Logo, tomando por base a carga horária relatada, percebe-se que a jornada de trabalho não é tão extenuante para um significativo número de assistentes sociais dentro do município de Tanguá, porém o salário situa-se na faixa de um ou três salários mínimos, conforme dados do Gráfico 22.



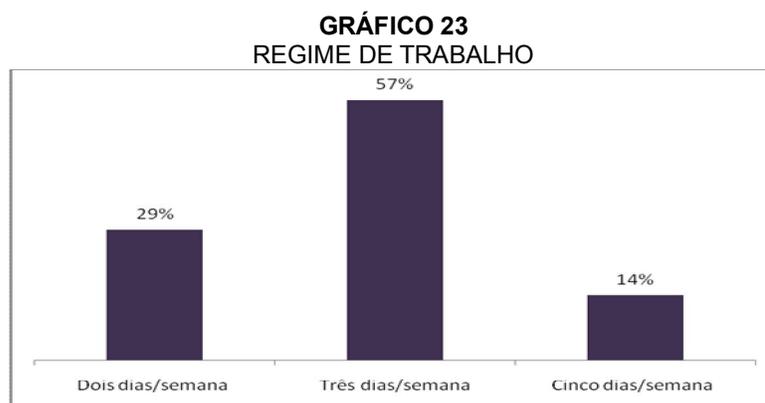
Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A carga horária de 40h na semana, exigindo dedicação por tempo integral, abrange os profissionais que atuam na coordenação, portanto, o grupo que trabalha nesse regime de horas é relativamente pequeno. Porém, com o salário proporcionalmente maior, exceção para os profissionais da esfera privada, cuja elevada carga horária não interferiu na remuneração que permaneceu na faixa de dois mínimos. O maior número de profissionais se concentra na carga horária de 24h a 30h semanais e são os que têm remuneração entre dois e dois e meio salários mínimos.

Desse modo, observa-se que a esfera privada oferece remuneração mais baixa se comparada com a pública; a remuneração dentro do município em geral varia entre um e quatro salários mínimos e a carga horária de trabalho de 16h a 40h semanais. A remuneração é um fator considerado satisfatório para alguns assistentes sociais ao equipará-lo à realidade de municípios da região que têm uma remuneração inferior à Tanguá. Porém, essa questão do tempo de trabalho tem certa relação ao jeitinho de reduzir a carga horária para compensar o salário baixo, comum nesta realidade e em várias partes do Brasil. Em face ao enfrentamento público das expressões da questão social, esse “jeitinho” pode significar uma forma de “sucateamento” dos serviços prestados, já que num regime de como esse, geralmente o trabalho é fragmentado, comprometendo a continuidade dos atendimentos.

É importante atribuir visibilidade a esta questão num momento em que se busca clarear e afirmar as competências profissionais que, em muitas realidades como nos pequenos municípios, se desconhece. Na atualidade, a jornada de trabalho e o piso salarial constituem um dos grandes desafios para a categoria que, junto com os órgãos representativos, busca construir saídas<sup>92</sup>.

Em relação ao regime de trabalho, **57%** do grupo entrevistado trabalham no regime de três vezes na semana, seguido de **29%** para os que trabalham dois dias na semana e **14%** para cinco dias num regime de tempo integral.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

<sup>92</sup> Por exemplo, o PLC - Projeto de Lei da Câmara, nº 152 de 2008, que “Fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho do Assistente Social; garante aos profissionais com contrato de trabalho em vigor, na data de publicação desta Lei, a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário”. Esse projeto expressa a realidade de trabalho da categoria que há anos luta pela redução de sua carga horária tendo em vista a preservação da saúde e a segurança dos trabalhadores, já que o trabalho do assistente social leva rapidamente à fadiga física, mental e emocional.

O grupo entrevistado relatou ainda sobre a existência de controle para o cumprimento da carga horária que vem sendo feito por meio de “Cartões de Ponto”, “Livros ou Folha de Pontos”. É um controle feito de uma forma muito velada, por meio de telefonemas para verificar a presença do profissional em seu posto de trabalho, ou na recepção durante a entrada de funcionários. Houve relato sobre a não exigência do pleno cumprimento da carga horária, mas sim pelo atendimento da demanda. Nesse sentido, o que pode ocorrer é que, não sendo definida a carga horária pelo tempo necessário para realização do trabalho, o profissional acaba se envolvendo nas demandas cotidianas e relativizando tempo ocupado. Gerando, assim, sobrecarga de trabalho e, muitas vezes favorecendo o prolongamento da jornada em domicílio ao ter que levar trabalho para concluir em casa.

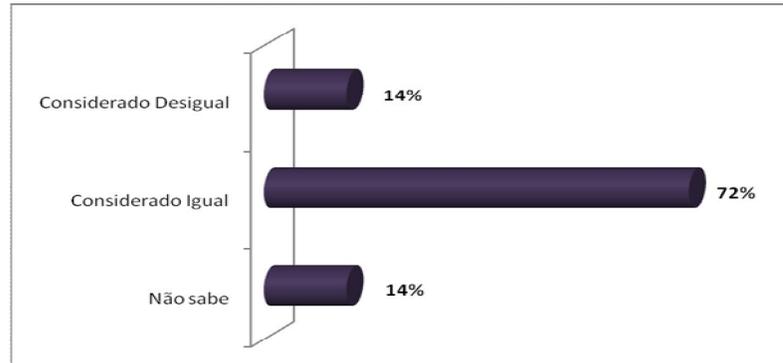
Somada a esta questão sobre controle de carga horária, **64%** informaram que não há exigência de produtividade no local de trabalho, com estabelecimento de metas a cumprir.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Dentre os **36%** que responderam que vivenciam a exigência de produtividade, a maioria associou produtividade com a exigência de relatórios com dados quantitativos dos atendimentos nos programas, tendo em vista a prestação de contas aos órgãos competentes. Neste contexto, teve inclusive assistente social que mencionou a necessidade de ter coordenação específica para o Serviço Social no município em Tanguá, a fim de realizar esse acompanhamento.

**GRÁFICO 25**  
REGIME DE TRABALHO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS  
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Em relação aos demais profissionais de nível superior, **72%** do grupo entrevistado relataram que o regime de trabalho é igual para todos; **14%** informaram desconhecer as condições de trabalho dos demais profissionais; e **14%** consideram desigual, porém uma desigualdade que favorece o Serviço Social. Por exemplo, a flexibilização da carga horária para equiparar-se ao salário foi mencionado por alguns como sendo específico para o Serviço Social, o mesmo não acontecendo para os psicólogos e pedagogos. Porém, ficou evidente que essa desproporção tem uma relação com o vínculo estabelecido, já que os profissionais citados mantêm relação precarizada na prestação dos serviços, o que dificulta a negociação em vista de melhores condições de trabalho. Vejamos um dos depoimentos acerca do regime de trabalho dos assistentes sociais em relação aos demais trabalhadores de nível superior:

O salário é igual, creio até que o Serviço Social acaba sendo privilegiado porque não existe tanta cobrança na carga horária. É o profissional mais solto dentro do município, solto assim, com autonomia. Os outros profissionais têm, mas ainda são cerceados, ou se vêem cerceados (AS-n).

O fator “ter outro emprego” constitui um argumento na hora de negociar a redução da carga horária, como relatado por vários profissionais, esta flexibilização é “um jeitinho” que se dá, é uma “questão de boca” onde “cada um se ajesta como pode”. Assim se estabelece um acordo informal entre trabalhador e empregador ou chefia direta.

Em relação à sobrecarga no trabalho, **79%** manifestaram que se sentem sobrecarregados no trabalho em Tanguá e **21%** não compartilham dessa

experiência. Dentre os que relataram que se sentem sobrecarregados no trabalho, as exaustivas demandas burocráticas e a necessidade de levar trabalhos para casa foram fatores de maior predominância para o profissional expor sobre sua sobrecarga de trabalho, seguido da constatação de um número insuficiente de profissionais, o que favorece a concentração de demandas.

Eu faço muito atendimento. Meus dias de plantão eu tenho cravado uns 30 atendimentos por dia. Atendimentos como se fosse um plantão social da saúde. E com isso, quando eu falo que precisa de mais gente...é essa questão, quando eu atendo e a questão burocrática tem que fazer em casa, eu não consigo fazer um parecer aqui na clínica, não faço, não consigo (AS-t).

não é questão de carga horária não, porque aqui a gente é o “faz tudo”, as pessoas falam que estão sobrecarregada porque tem dois vínculos. Aqui você faz uma coisa, daqui a pouco neguinho pede pra você fazer outra. Isso é que sobrecarrega (AS-q).

Ainda que a maior parte dos profissionais trabalhe com 16h por semana, houve queixas de sobrecarga de trabalho. Ainda que a “AS-q” afirme que não é o fato de se ter dois vínculos que o profissional se sente sobrecarregado, em nossa reflexão esse é um fator fundamental para pensar essa questão. Nesse sentido, a sobrecarga não está associada ao trabalho em si realizado no Município de Tanguá, mas, principalmente, por conta do duplo vínculo ou mais que os assistentes sociais são obrigados a manter por questão de sobrevivência frente às precárias relações de trabalho. Por outro lado, mesmo que alguns profissionais sintam-se sobrecarregados, somente o aumento quantitativo de profissionais, mencionado pela “AS-t”, não será suficiente para o atendimento da demanda, pois o impositivo anterior é a ampliação da jornada trabalho associada ao aumento salarial. Isso sim repercutiria no processo de enfrentamento das expressões da questão social que não se desvincula das relações de trabalho dos profissionais contratados como parte das estratégias para este fim, o que evitaria a fragmentação nos atendimentos aos usuários e garantir-se-ia a continuidade do trabalho.

Em suma, observa-se no geral que, por parte da prefeitura, não há exigência do cumprimento de metas, exige-se pouco dos profissionais, paga-se pouco muito embora sua remuneração seja maior que do setor privado. Os fatores cansaço mental, tomadas de decisão e enfrentamento de desafios, exigências no cotidiano de trabalho, o acirramento dos “problemas sociais” que demanda o aumento de trabalho, a cultura assistencialista, sobrecarregam o profissional e a relação salário/cobranças. Todos esses aparecem nos relatos abaixo,

Aqui estou muito sobrecarregada não fisicamente, mas mentalmente. Aqui eu trabalho muito mais, não vou mentir para você não. Tem dia que saio daqui e a mesa está cheia de relatório para fazer. Então assim, eu saio daqui e vou para casa pensando no que tenho que fazer no dia seguinte e nos próximos dias (AS-e).

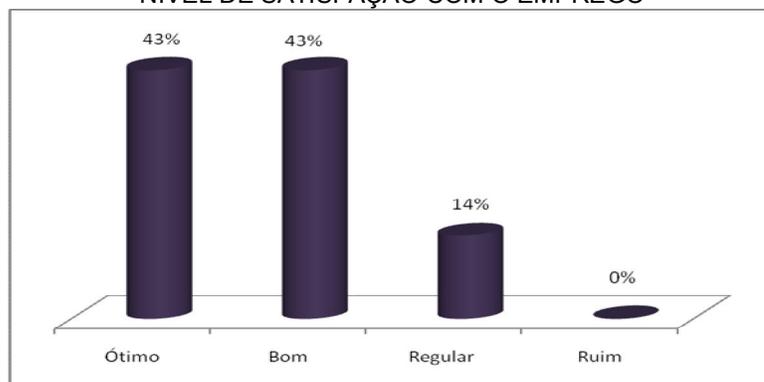
Às vezes esta sobrecarga, como uma coisa prazerosa, às vezes eu não consigo sentir prazer, tanto que eu tenho sempre que reorganizar as minhas atividades para não me sentir assim. Mas, acredito que hoje qualquer assistente social se sente, com os problemas sociais que você vê, a demanda aumentando o trabalho da gente (AS-h).

Tanto é que agora a gente colocou um limite. O meu coordenador colocou um horário. A gente atende até três e meia, depois a gente fica por conta dos relatórios (AS-e).

Aqui às vezes me sinto sobrecarregada no trabalho quando tem projeto em andamento, aí é uma loucura (AS-f).

Entretanto, embora haja uma visão crítica frente às condições de trabalho, no questionamento sobre o nível de satisfação com o emprego, **43%** aparecem apontando-o como “ótimo” e o mesmo percentual (**43%**) é atribuído para o conceito “bom”. Isto revela um ótimo nível de satisfação com o empregador.

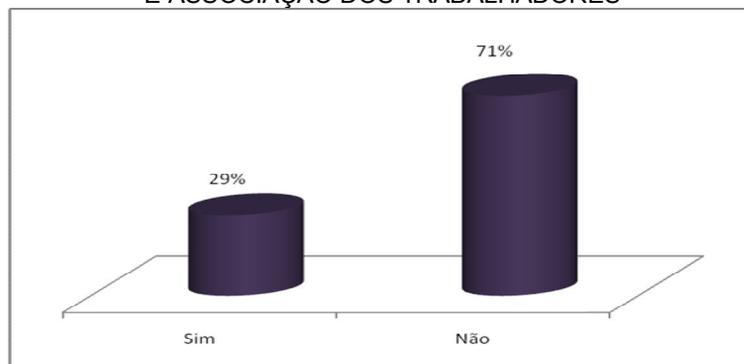
**GRÁFICO 26**  
NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O EMPREGO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Na soma desses dois conceitos temos o nível de satisfação que se eleva para **86%** entre os que se declaram satisfeitos com o emprego, contra apenas **14%** os que se colocaram como parcialmente insatisfeitos, não tendo nenhum profissional manifestando nesta questão seu desagrado em relação ao seu emprego.

**GRÁFICO 27**  
PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DA CATEGORIA  
E ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

De acordo com os depoimentos, **71%** não mantêm nenhuma articulação com seu órgão representativo, nesta particularidade trago a referência de Vasconcelos (2007), que analisa este aspecto contraditório no interior da profissão, ao situar a relação do assistente social com o Sindicato e o Conselho (VASCONCELOS, 2007, p. 321-22).

Esta questão, a princípio, não surtiu o efeito esperado, pois o resultado nos trouxe dados confusos. Assim, dos que responderam que sim, participavam de algum espaço coletivo de representatividade da categoria, o CRESS foi o que teve uma concentração maior de respostas, porém, a forma de participação não expressa uma forma de militância, restringe-se à participação nas atividades formativas promovidas pela entidade. Neste contexto, alguns assistentes sociais expressaram sua queixa, por não conseguirem participar mais dos eventos, devido aos horários coincidirem com o expediente de trabalho.

Muitos responderam que sua participação era apenas através do pagamento das anuidades, inclusive alguns expressando insatisfação quanto a esta obrigatoriedade para o exercício profissional. E ainda, a denúncia apareceu como forma de participação, como expresso no depoimento de uma entrevistada: “eu sou uma daquelas que quando vê alguma coisa errada eu denuncio ao Conselho [...] duas vezes eu já fiz denúncia ao Conselho, uma irregularidade”, mas lamentou que seu movimento de denúncia não tivesse sido bem sucedido, pois nenhum retorno obteve.

Apenas um assistente social manifestou já ter participado do SASERJ, mas, no momento, estava afastado devido a falta de tempo, o que reforça o grupo que responde que não participa de nenhum órgão da categoria por não ter tempo.

Diversos aspectos envolvem as estruturas do mercado de trabalho do assistente social em geral, em pequenos municípios somam-se outros aspectos com particularidades específicas em seu cotidiano, este se constituem temas para os próximos capítulos. Assim, no capítulo terceiro, a seguir, apresentaremos a questão social e as políticas públicas como forma de enfrentamento das mesmas expressões dessa questão e como campo de trabalho dos assistentes sociais.

### 3 QUESTÃO SOCIAL, ESTADO E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

A inserção do Serviço Social nos diversos processos de trabalho encontra-se profunda e particularmente enraizado na forma **como a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social**. É a partir desse processo, como organizam seus objetivos institucionais, que se voltam à intervenção sobre essas necessidades.

ABEPSS

No presente capítulo partimos da perspectiva de que o reconhecimento da centralidade da *questão social* é essencial para o exercício e formação profissionais do Serviço social. Sendo assim, a análise sobre a sociedade capitalista apresentada anteriormente no segundo capítulo embasa nosso entendimento sobre a existência de uma indissociável relação entre produção material e reprodução das relações sociais, nessa relação situa-se intrinsecamente o exercício profissional do assistente social. A *questão social* nesse contexto das relações sociais sob a órbita do capital que a (re)produz de forma ampliada, atravessa e determina o cotidiano do trabalho do assistente social. A clareza sobre esses fundamentos é indispensável a esses agentes profissionais, tanto do ponto de vista da sua formação quanto da sua intervenção profissional. Situaresmos ainda o papel que o Estado desempenha no enfrentamento da *questão social*, a instituição da política social brasileira e a atuação dos assistentes sociais nesse campo e, em especial, na experiência do Município de Tanguá.

#### 3.1 Serviço Social: uma profissão interventiva no âmbito da questão social

Desde finais da década de 1970, quando o Serviço Social passa a ser analisado como uma profissão que se gesta e se desenvolve tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, o entendimento sobre a *questão social* vem sendo considerado como um determinante para se pensar a atuação do assistente social.

De acordo com Iamamoto (2009), o Serviço Social constitui uma ação orientada a um fim, e situa-se como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais de segmentos sociais das classes subalternas, na singularidade de suas vidas, tanto dos indivíduos e suas famílias quanto grupos com recortes específicos. Tais necessidades estão sintetizadas nas múltiplas expressões da *questão social*.

Nessa perspectiva, a *questão social* vem sendo considerada como um fenômeno específico da “ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam”, desta forma,

*a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).*

Portanto, a partir da emergência da questão social no Brasil, compreendida como indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas forças vitais, (IAMAMOTO, 2001, p. 16), considera-se que a questão social tem sua gênese na apropriação privada do trabalho e está relacionada ao conjunto das expressões das desigualdades sociais enraizadas na sociedade capitalista.

Sendo assim, pode-se afirmar que a gênese da questão social está na maneira com que os indivíduos sociais se organizam para produzir e reproduzir-se socialmente em dado momento histórico e, de acordo com Netto (2007), se expressa em suas *refrações*.

O tema *questão social* tem assumido diferentes direções no contexto dos estudos das políticas sociais no Brasil. Ianni (1989, p. 145) afirma que em torno da *questão social* giram variadas denominações e aspectos que têm sido objeto de interpretações divergentes. Sobre essas controvérsias, o autor sinaliza que uma primeira interpretação sobre a *questão social*, a considera como algo “disfuncional, anacrônico, retrasado, em face do que é a modernização”; inclusive, nesta perspectiva, fala-se em “dualismo, dois brasis”; há os que encaram as manifestações da questão social como “ameaça à ordem social vigente, à harmonia entre o capital e o trabalho, à paz social”; e há os que a “focalizam como um produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa”, esta última afinada com a compreensão que aqui estamos afirmando. Para Ianni estas

diferentes interpretações mostram como a questão social está na base dos movimentos da sociedade<sup>93</sup>.

De acordo com Behring e Boschetti (2008), as interpretações da *questão social*, como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, têm como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes – o que envolve a política social como um elemento central; e isso tem algumas implicações (ibidem, p. 53). Como observa as autoras, as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da *questão social* no capitalismo; sua raiz se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Em suma, o trabalho encontra-se no centro da *questão social*, pois no dizer de Ianni (ibidem, p. 153) “sim, a história da questão social no Brasil pode ser vista como a história das formas de trabalho. Com uma reiterada apologia do trabalho”.

Dessa forma, o que está subentendido acerca das manifestações concretas da *questão social* é o processo de acumulação do capital que historicamente vem sustentando esta *questão*. No atual momento do desenvolvimento do capital, segundo análise de Iamamoto, as novas condições históricas “metamorfoseiam a *questão social* inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais historicamente produzidas, e impõem o desafio de elucidar o seu significado social no presente” (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

Uma das hipóteses da autora é que “na raiz do atual perfil assumido pela *questão social* encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo. A *questão social* é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”, pois ao desconsiderar os processos sociais contraditórios – dimensão de totalidade – corre-se o risco de cair na fragmentação das inúmeras “questões sociais”, atribuindo unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas” (IAMAMOTO, 2008). Neste sentido, as fragmentações da questão social passam a

---

<sup>93</sup> Desvelar a compreensão da *questão social* e as polêmicas que cercam o seu entendimento como matéria do Serviço Social é um desafio que não faz parte da nossa pretensão neste estudo. Sabemos que a compreensão desta “categoria” não é unívoca entre os autores e, no interior da profissão seu entendimento tem repercussões nas formas de enfrentamento dessa questão no cotidiano profissional. Para um aprofundamento da concepção diferenciada da aqui apresentada, sinalizamos os autores que partem do debate europeu como Rosanvallon (1998) e Castel (1997; 1998). Iamamoto (2008, p. 155-208) busca dialogar com diferentes interpretações sobre a questão social presentes no universo acadêmico e profissional do Serviço Social, dando ênfase à produção francesa e à parcela representativa desse debate no universo do Serviço Social no País.

ser o principal alvo dos programas focalizados de combate à fome e à miséria, perdendo a dimensão coletiva e o recorte de classe da questão social, o que leva alguns analistas do tema a afirmar que há uma “nova” questão social.

Para Yamamoto, há duas armadilhas na análise da questão social: na primeira armadilha, a *questão social* vem sendo tratada como se fosse isolada ou autonomizada, ao ser reduzida aos chamados processos de exclusão<sup>94</sup> e integração social. Na segunda armadilha, a análise está aprisionada em um discurso genérico, que redundava em uma visão unívoca e indiferenciada da *questão social*, prisioneira das análises estruturais, segmentada da vida dos sujeitos sociais e esvaziada das particularidades históricas (2007, p. 165-167).

A *questão social* é ainda um tema caro na área do Serviço Social, uma vez que fundamenta um dos pilares dos Parâmetros Curriculares da Formação Profissional dos Assistentes Sociais (ABEPSS, 1996) e, desde o início da década de 1990, a *questão social* passou a ser considerada objeto de intervenção dos profissionais desta área:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como **uma profissão interventiva no âmbito da questão social**, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

**A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência** – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

**O agravamento da questão social** em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, **determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social [...]**. (ABEPSS, 1996).

Portanto, a *questão social* é o elemento que dá *concretude à profissão* e, em suas expressões particulares, como matéria do exercício profissional. No entanto, sua compreensão tem sido alvo de indagações no processo de avaliação pela ABEPSS, ao sinalizar a seguinte questão: “estaria ocorrendo um reducionismo nessa incorporação, a partir da negação da perspectiva de totalidade que supõe a leitura da *questão social* como resultante da contradição capital/trabalho?” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 268), já que, conforme análise das autoras,

<sup>94</sup> O conceito “exclusão social” é alvo de debates, na atualidade, dada as controvérsias que cercam o sentido do termo. Para Martins (2002, p. 18), o “conceito” de exclusão social, não ganha compreensão nos conceitos históricos de operário e de classe operária. Os que se batem pela centralidade conceitual da categoria “exclusão”, em suas demandas e em suas pelejas, para compreender e superar as anomias da sociedade contemporânea, batem-se ao mesmo tempo, sem o saber, pela anulação política da classe operária e pelo acobertamento de sua contradição histórica com o capital”.

numa perspectiva reducionista e positivista, em geral, a questão social aparece como problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 268).

E, nesse sentido, a questão social ainda “apareceria fragmentada em disciplinas que tratam das suas expressões” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 268).

Conforme vimos até aqui, o trabalho dos assistentes sociais não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam. É importante lembrar, que a *questão social* será determinante na criação de políticas sociais e, nesse contexto, são demandadas algumas profissões para atendê-las. O Serviço Social situa-se neste campo tendo em vista que “o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado em face das sequelas da *questão social*”. As políticas sociais, portanto, constituem mediações fundamentais do trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2007; 2008).

Em relação à atuação dos assistentes sociais nas políticas públicas sociais, partimos do pressuposto de que é a *questão social* que determina a necessidade da implementação de uma política por parte do Estado, como forma de interferir na realidade e garantir às classes subalternas as condições para sua reprodução social. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão, é demandado como uma das profissões para atuar no enfrentamento da questão social, ou seja, nas tentativas de dar respostas às expressões da *questão social* por meio da política social.

Na análise de Behring e Bochetti (2008), a conexão entre Política Social e Serviço Social no Brasil tem sua origem no incremento da intervenção estatal pela via de processos de *modernização conservadora* no Brasil, a partir dos anos 1930. Essa expansão do papel do Estado, em sintonia com as tendências mundiais após a grande crise capitalista de 1929, envolveu a área social, tendo em vista o *enfrentamento das latentes expressões da questão social*, e foi acompanhada pela profissionalização do Serviço Social, porém a introdução desta discussão no currículo só aconteceu de fato em 1970, em plena ditadura militar, ou seja, a partir de um viés tecnocrático de abordagem do tema (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 13-22)

As autoras recordam que com a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, na década de 1980, há um amadurecimento do debate profissional sobre

política social e novas referências são buscadas com destaque para Gramsci. Essa interlocução crítica, realizada nos anos 1990, fez avançar ou precisar melhor os termos da discussão conceitual sobre política social e também a compreensão da natureza da ação política e profissional dos assistentes sociais nesse campo.

De acordo com as análises marxianas, a base para a compreensão do surgimento da *questão social*, bem como suas conseqüências ideológicas e políticas, está em desvelar os fundamentos da ordem social burguesa. De acordo com lamamoto (2008, p. 156), “a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche”.

De acordo com lamamoto, as estratégias de enfrentamento da questão social são tensionadas por projetos societários, direcionados por diferentes interesses de classe informando as propostas e condução das políticas econômicas e sociais. Porquanto, o enfrentamento da questão social realizada pelo Estado configura uma fragmentação e parcialização, negando sua essência contida na relação capital e trabalho. E, enquanto intervenção do Estado, a política social é convertida necessariamente em políticas sociais específicas, nas quais as expressões da questão social são fragmentadas como problemáticas particulares, e assim enfrentadas.

Dessa forma, de acordo com Netto (2007, p. 28) “a questão social é atacada em suas refrações”, a minimização das políticas sociais e sua pouca efetividade, está articulada à lógica de aprofundamento da acumulação capitalista contemporânea.

Enfim, na abordagem a seguir sobre a população receptora dos serviços sociais e o conhecimento que os assistentes sociais têm sobre os usuários, traz elementos que expressam a população pobre, vítima da miséria, convertida em assistida, marginal, problematizada, incapaz, entre outras conforme análise tecida por Yazbek (2001).

### 3.2 Conhecimento da população atendida e das expressões da questão social pelos profissionais

A partir da perspectiva de análise que aqui nos propomos desenvolver, partimos do pressuposto de que é impossível pensar no indivíduo isolado, desconectado do trabalho, da economia, da política e da desigualdade. Nesse sentido, a necessidade de compreendermos os determinantes sócio-históricos que condicionam a dependência de um determinado segmento de classe às políticas sociais públicas no quadro das relações mais gerais da sociedade capitalista. É neste contexto que podemos situar as demandas originadas pela condição de reprodução social dos segmentos de trabalhadores que forçará o Estado a implementar políticas sociais para atendê-las.

Ao situar o Serviço Social em seu efetivo exercício no município de Tanguá, na conjuntura própria de uma realidade onde a *questão social* se manifesta em suas múltiplas expressões – tendo em vista sua história e os impactos do Comperj na atualidade do município –, apresentamos alguns aspectos das condições de vida e trabalho da população e das demandas que determinam a presença e ação profissionais dos agentes do Serviço Social.

Nesse intuito, elaboramos um conjunto de questões em vista a levantar dados de Tanguá que conduzissem o processo de conhecimento da realidade sócio-econômica e das demandas da população usuária dos serviços prestados pelos assistentes sociais do município. Passamos a apresentar os resultados sintetizados nos gráficos e nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa.

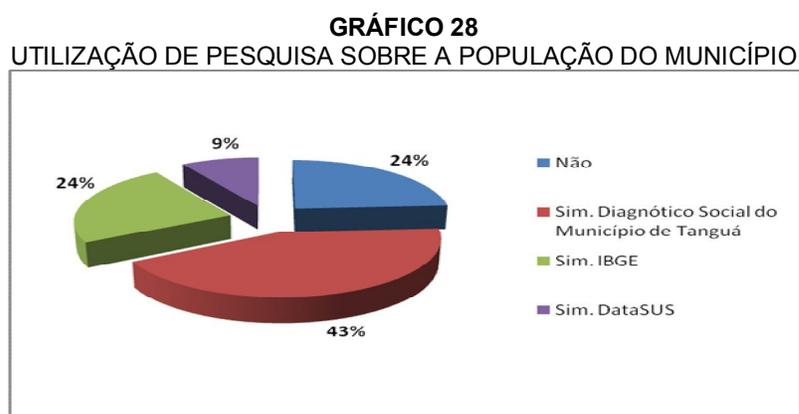
Em relação ao conhecimento da população usuária, **86%** dos assistentes sociais se dizem conhecer a população e **14%** ainda não tiveram tempo de estabelecer esse conhecimento tendo em vista o pouco tempo de inserção no local. Sobre este processo referente ao conhecimento da realidade, ressaltamos os seguintes depoimentos:

Hoje em dia eu posso dizer que conheço bastante a população. Já sei quem é quem – sei o caso –, pois aqui, como é pequeno, um sabe da vida do outro (AS-e).

Então, eu conheço em parte a população, porque eu atendo mais a população que vem a mim, do que eu vou até a população. Eu conheço conforme a visita domiciliar, é onde eu conheço um pouco mais da realidade deles (AS-u).

As coisas que acontecem chegam aos nossos ouvidos. Acredito que já estou conhecendo bastante, mesmo tendo pouco tempo aqui (AS-e).

O conhecimento que os profissionais dizem ter sobre a população, conforme os relatos acima, expressa características das relações sociais estabelecidas numa realidade de pequeno município. Porém, indagamos se esse conhecimento apóia-se em algum estudo ou pesquisa específica sobre a realidade local, já que, conforme vimos, **86%** se dizem conhecer seus usuários. O Gráfico 28, a seguir, mostra os instrumentos que a maioria dos profissionais de Tanguá utiliza para conhecimento da realidade onde trabalham e as demandas populares.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Dos 14 profissionais entrevistados, **91%** utilizam algum indicador para conhecimento da realidade, sendo que **43%** utilizam os dados específicos apresentados nas pesquisas do IBGE sobre o município de Tanguá; **24%** utilizam o Diagnóstico Social do Município de Tanguá<sup>95</sup>; e mesmo percentual para o DATASUS e **9%** não utilizam nenhum tipo de pesquisa.

Diante desses dados sobre o uso de indicadores e de uma postura investigativa, indagamos se isso revela alguma tendência da profissão de romper com a empiria e de buscar respaldo em dados técnicos fundados em estudos e

<sup>95</sup> Além do que já foi mencionada na nota número 55 sobre o Diagnóstico Social do Município de Tanguá (2005), é importante acrescentar que na composição do CMDCA, Conselho responsável pela realização da pesquisa em questão, havia a presença de dois assistentes sociais, dois quais eu representava a sociedade civil e outra profissional representava o poder público. Durante a coleta dos dados da presente pesquisa, muitas respostas dos entrevistados foram respaldadas neste Diagnóstico, inclusive alguns ressaltaram a importância deste instrumento no cotidiano profissional, inclusive sua relevância no embasamento de dados para elaboração de projetos. Esse Diagnóstico, de acordo com a informação de alguns profissionais entrevistados, está sendo avaliado tendo em vista sua atualização já que está completando cinco anos desde sua realização.

pesquisas ou se tem muito mais a ver com o perfil e se constitui uma característica dos assistentes sociais de Tanguá.

Sobre o perfil da população receptora dos serviços, as respostas foram condensadas nos dados do Quadro 03 e nos gráficos posteriores.

QUADRO 03: PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELOS ASSISTENTES SOCIAIS<sup>96</sup>

<b>SEXO</b>	Predominância sexo feminino 71%	Ambos os sexos 29%	<b>Total 100 %</b>		
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 salário 86%	Entre 1 e 2 salários 14%	<b>Total 100 %</b>		
<b>IDADE</b>	Diversificada 64%	Crianças e adolescentes 21%	Adultos 14%	<b>Total 100%</b>	
<b>ETNIA</b>	Negros 57%	Pardos 29%	Branco 7%	Etnias variadas 7%	<b>Total 100 %</b>
<b>ESCOLARIDADE</b>	Ensino Fund. Incompleto 64%	Analfabetos 27%	Ensino Médio 5%	Ensino Superior 5%	<b>Total 100 %</b>

Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

De acordo com os relatos durante as entrevistas, há a prevalência de pessoas adultas, do sexo feminino e de etnias diversificadas. Em relação à renda familiar, é importante observar que mais de **80%** da população atendida pelo Serviço Social sobrevive com menos de um salário mínimo.

Sobre os dados de escolarização, **64%** não concluíram o Ensino Fundamental e **27%** não são alfabetizados. Esses dados revelam uma condição de subalternidade dessa parcela da população do município que ainda não teve acesso à educação; apenas **5%** tiveram acesso ao Ensino Médio e **5%** ao Ensino Superior<sup>97</sup>.

A questão da educação foi o dado que mais se sobressaiu na análise dos assistentes sociais, pois a maior parte da população ativa tem menos de quatro anos de escolaridade e com alta incidência de analfabetismo. Dentre os depoimentos colhidos sobre a percepção dos assistentes sociais acerca desse quadro de baixa escolaridade, observamos duas reações. A primeira de culpabilizar o sujeito pela sua condição escolar a partir de análises como as que seguem:

<sup>96</sup> O quadro 03 sintetiza diversos aspectos sobre o perfil da população atendida. Os dados coletados durante as entrevistas foram categorizados e apresentados na sequência horizontal do quadro.

<sup>97</sup> Esse percentual de acesso ao Ensino Superior é relativo à área da saúde mental e se refere a casos, por exemplo, de profissional de nível universitário que foi acometido de um surto.

as pessoas estão desmotivadas a estudar, a ter uma profissão, eles não têm esse querer (AS-f).

Eles trabalham hoje para comer amanhã. Se amanhã tiver comida eles não trabalham, nem correm atrás. E quando a gente faz visita, a gente pergunta aos pais ‘mas por que seu filho não está na escola, por que não matriculou? – principalmente na Educação Infantil, né, não é obrigatório?’ – E aí eles respondem ‘pra quê?’ Ou então mandam para a escola para poder comer, mas não têm aquela valorização do estudo (AS-f).

A falta de qualificação dessas pessoas, essa falta de informação, de interesse pela formação é uma coisa que empobrece mesmo o município, embora, por exemplo, o município de Tanguá tenha muita escola, o nível escolar é baixo da população. As crianças aqui freqüentam as escolas do município fora da faixa etária da série que estão fazendo, entendeu? Então isso aqui é uma coisa que vem da população (AS-i).

É uma preocupação que se estende na coletividade:

Nas nossas reuniões a gente sempre coloca isso: como sensibilizar as famílias que elas precisam estudar, que já tem o EJA, já tem as escolas, tem os cursos, eles precisam ir também. A Prefeitura oferece cursos, às vezes a Prefeitura perde os cursos porque não tem turma formada (AS-h).

Uma segunda reação, que não se distancia do posicionamento que se expressa na primeira, é condicionada à visão de que essa situação escolar da população choca a dignidade da classe trabalhadora, fere os princípios constitucionais de direito a educação e isso se torna matéria de trabalho que desafia o Serviço Social na municipalidade: *“Essa questão da escolaridade é uma coisa que quando cheguei a Tanguá fiquei chocada. Eu falei que a gente primeiro tinha que trabalhar isso”* (AS-f).

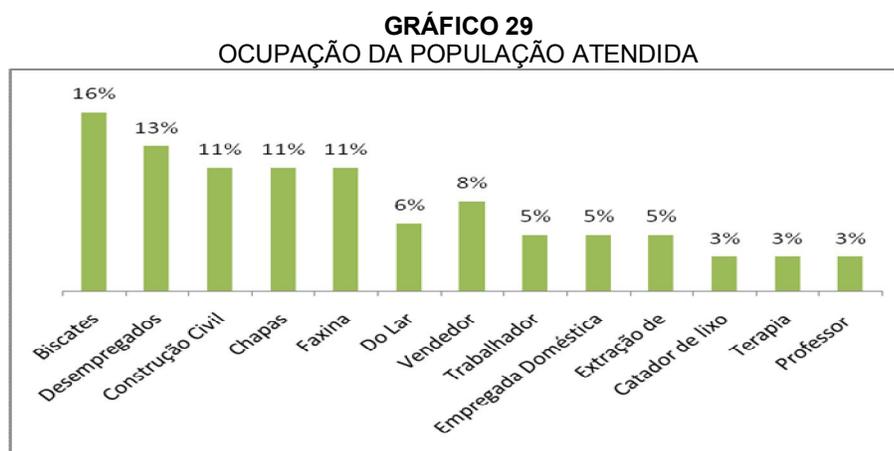
Em outro relato essa condição analfabeta nas famílias interfere na educação dos filhos como podemos observar: “não freqüenta reuniões escolares por vergonha de não localizar o nome dos filhos” (AS-n). De acordo com um assistente social, “a questão da baixa escolaridade, o analfabetismo, não dá parâmetro nenhum para seguir em frente” (AS-q).

De fato, a educação escolar é uma dimensão complexa e histórica da vida social, é expressão da própria *questão social* tendo em vista que, sendo a educação pública um direito social conquistado através das lutas sociais, não é respeitada na realidade de vida da classe subalternizada, como retratado neste breve mapeamento sobre a população usuária, atendida pelo Serviço Social em Tanguá.

Esta realidade da educação escolar básica não está desconectada do mundo da produção conforme observação de Almeida (2005). Nos países capitalistas ela

representa uma etapa na consolidação do próprio modo de produção capitalista, que tem a educação como valor universal e como condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, em Tanguá, os dados acerca do trabalho denunciam a realidade de uma população que não teve acesso a esse tipo de educação. Ao juntarmos todos os ofícios compreendidos na categoria “trabalho informal” do Gráfico 29, temos um percentual de **86%** da população usuária que estão nesta condição de informalidade ou sem nenhuma ocupação provisória, portanto, sem desfrutar das condições do trabalho formal com direitos trabalhistas e previdenciários.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Um dos assistentes sociais, ao analisar a situação de trabalho da população de Tanguá, assim a definiu: “uma população escrava. Tem trabalhadoras domésticas que trabalham o mês todo para receber só 80 reais” (AS-n). E ainda sobre essa condição: “vive de ‘bico’, faz um bico aqui e ali, entendeu? Não vive, sobrevive, porque na realidade viver de bico não é viver é sobreviver. A renda familiar é nesse caso, menos de um salário mínimo” (AS-o).

Outro assistente social conclui que: “não tem como implementar uma rede de empregos aqui pra essa população semi-analfabeta, serão sub-empregos” (AS-q).

Portanto, essa relação entre trabalho e educação escolar está presente no cotidiano e se manifesta nos diversos depoimentos que, mais uma vez, culpabilizam os usuários,

Porque Tanguá, sendo um município pequeno não tem, eu até repasso isso “pros” usuários, ele (o município) não tem condição de acolher, dar emprego a todos do

município e, às vezes, isso eu percebo também na população (...), os usuários, é que eles também, em sua maioria não querem sair do município, trabalhar fora do município, aí isso dificulta mais ainda (AS-u).

A demanda maior é essa do desemprego, mas por outro lado, eles não querem retornar a escola pra aumentar a escolaridade, pra uma maior oportunidade de emprego, não querem sair do município pra trabalhar, aí fica complicado, aí dificulta ainda mais (AS-u).

[...] só que são pessoas que são excelentes profissionais, motoristas, mas que não vão muito longe. Algumas empresas estavam preferindo trabalhadores de Tanguá [...], mas cadê a qualificação? Cadê o segundo grau? Salário altíssimo requer qualificação (AS-n).

E é uma luta, você tem até profissionais que são moradores do lugar trabalhando na prefeitura como comissionados, mas com o primário. Na sua grande maioria eles não conseguem perceber que daqui a pouco até para a prefeitura vai ser exigida a qualificação desses profissionais; a restringir o acesso através do perfil (AS-n).

Por fim, em relação às preocupações conferidas nos depoimentos acerca da relação trabalho-educação, há ainda outro aspecto desse complexo conforme podemos ver no depoimento a seguir:

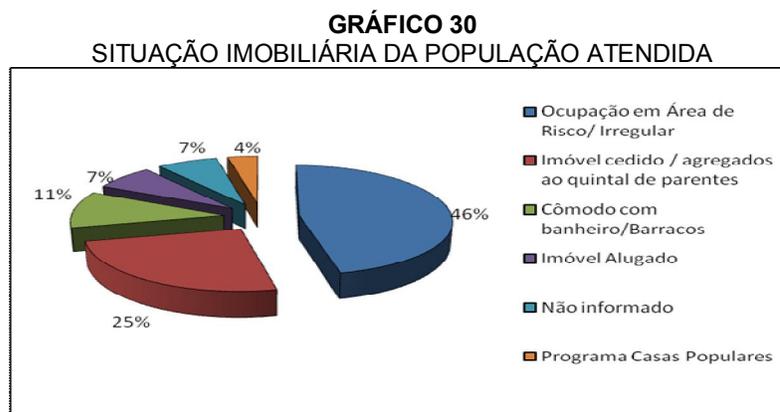
Vão vir pessoas de fora bem qualificadas e para o morador daqui vai ficar o subemprego, talvez nem isso, porque acho que até lá vão exigir o curso de Ensino Médio completo, até para o subempregado, entendeu, a população não está conseguindo ter essa visão (AS-q).

No discurso dos profissionais há uma tendência à reprodução do discurso de que a “empregabilidade” é uma responsabilidade do indivíduo; discurso que, segundo Mattoso (2007), “transfere riscos e responsabilidades aos mais fracos”, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade por meio de formação profissional, requalificação etc. De acordo com o autor, Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, é importante, mas, em sua opinião, é uma contribuição tipo “salve-se quem puder”<sup>98</sup>. A chamada empregabilidade, portanto, é um termo que vem ofuscando os interesses estruturalmente antagônicos, entre capital e trabalho.

No Gráfico 30, há um detalhamento acerca da situação imobiliária da população atendida pelos assistentes sociais. De acordo com depoimentos, **46%** estão residindo em áreas de risco e áreas irregulares, **25%** em moradias cedidas e

<sup>98</sup> Na análise de Mattoso, no discurso do governo e dos empresários, há dois eixos básicos: o primeiro “relaciona a possível criação de empregos com a redução do custo do trabalho e com a deterioração dos empregos existentes [...] buscando, paralelamente, caricaturar os renitentes defensores dos contratos claros e formais, negociados ou legais, como privilegiados ou corporativos”. O segundo eixo do discurso “tenta romper com a tradição que identifica cidadania com o exercício de um trabalho. Nesta tradição, o emprego é um direito do cidadão e, na sua ausência, cabe ao Estado assegurá-lo. Agora empresas e Estado buscam se libertar dos encargos com o emprego e fazem do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado” (MATTOSO, 2007, p. 20).

agregadas ao quintal de parentes, **11%** em imóveis precários de um cômodo e/ou sem banheiro porém não caracterizam a situação de pertencimento imobiliário; **7%** em imóveis alugados, **4%** estão incluídos em programas de Casas Populares, sendo que **7%** referem-se a dados não informados.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Para o enfrentamento do déficit habitacional no município, há a ampliação de programas voltados para a política de habitação, tendo em vista a construção de casas populares e a retirada das famílias que moram em áreas de risco, como nas margens dos rios e beiras de linha férrea. Atualmente, com a implantação do Comperj, que estimulou o crescimento populacional, a questão da habitação vem se tornando central em Tanguá. Evidenciamos algumas situações, a partir dos relatos que expressam ora a condição de vida da população, ora a forma de apreensão do real por parte dos profissionais entrevistados:

A maioria possui um cômodo com banheiro. Não é uma casa, é um barraco. E tem gente que tem cômodo e nem banheiro tem como já vimos em alguns casos (AS-e).

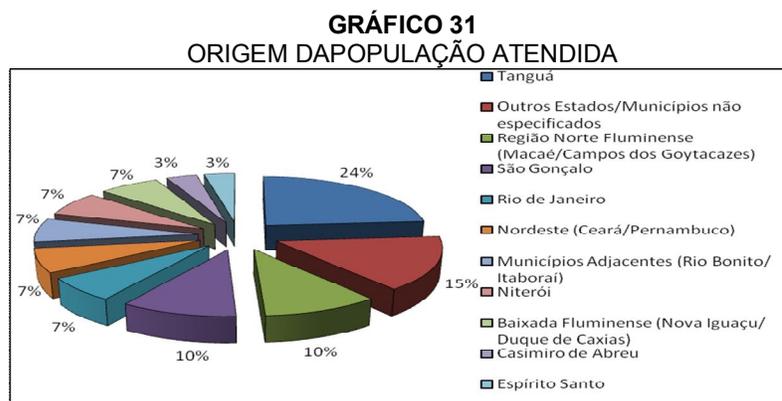
E temos uma característica muito grande, muito significativa, do municípe: ou ele é posseiro ou ele é invasor (apesar de não gostarem da palavra, mas ele é invasor). Isso significa que o município arrecada menos no recurso orçamentário (AS-n).

São sempre assim, imóveis em áreas de risco, em beira rio. Pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, que estão beirando a vulnerabilidade extrema mesmo (AS-t).

Em relação à origem da população, os assistentes sociais detêm uma visão da mobilidade da população residente e migrante pelos dados cadastrais de atendimento, como observa um assistente social no seguinte relato:

Na ficha, no cadastro a gente pergunta e eles sempre tem uma história para contar sobre sua origem 'Eu vim não sei de onde'. Acredito que já esteja de forma balanceada. Tem muita gente que veio de outro lugar para morar aqui, veio até de outro Estado (AS-e).

No Gráfico 31 observa-se que a maior parte da população atendida (**24%**) é oriunda do próprio lugar, das famílias mais antigas que se estabeleceram. Temos, assim, **76%** da população migrante vinda de outros estados (como Fortaleza, Pernambuco e Espírito Santo), de outros municípios tais como: adjacentes à Tanguá (Rio Bonito, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói), como também de outras regiões do Estado (Rio de Janeiro, Macaé/Campos dos Goytacazes, Baixada Fluminense/Nova Iguaçu/ Duque de Caxias e Casimiro de Abreu).



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Tendo em vista as exigências da maioria dos programas, cujo atendimento é exclusivo para famílias residentes no município, os assistentes sociais observam que a *priori* todos são de Tanguá, pois chegam ao atendimento como moradores, apresentam-se sempre como munícipes a fim de garantirem seu atendimento. Portanto, é durante o atendimento que se vai tomando ciência da história e da condição de recém chegado ao lugar. Porém, a incorporação desse dado na ficha de acolhimento e/ou cadastro como fator importante para conhecimento da população é um procedimento apenas de alguns profissionais.

Os dados sobre a percepção das expressões da questão social no cotidiano de trabalho condensam a visão dos profissionais entrevistados sobre o tema. Assim, a baixa escolaridade e a visão de que a população é desmotivada para investir nos estudos tem a maior incidência (**24%**), seguido da realidade de Desemprego e a desproteção previdenciária (**17%**).

**GRÁFICO 32**  
EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

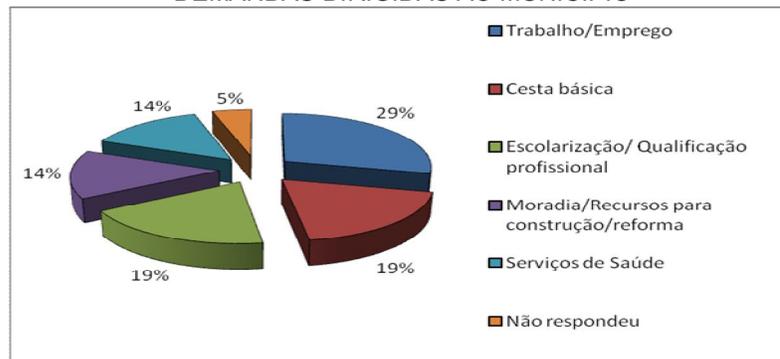
A situação de alcoolismo e uso de drogas com percentual de **14%**, o mesmo para a fome, como expressão do empobrecimento da população. As epidemias de verminose e escabiose relacionadas às condições precárias de moradia aparecem com **10%**. A situação de qualificação profissional juntamente com a falta de informação e de perspectiva de vida com percentual de **7%** cada um, seguidos de **3%** para as situações de gravidez na adolescência e de violência doméstica.

Tendo em vista a realidade do município, cujas expressões da questão social têm se ampliado, a constituição da chamada “rede de proteção social” foi colocada como insuficiente. Serviços básicos estão por ser implantados, sendo destacados: o aumento de unidades do CRAS, ampliação de serviços do tipo creche e PET, em vista do afastamento do risco social de crianças e adolescentes cujas mães têm que trabalhar e pela situação do trabalho infantil em áreas rurais, como crianças que estão colhendo a laranjas e sendo prejudicadas na escola.

Os equipamentos sociais atuais não são suficientes para atendimento das demandas populares. Do que já existe, a maioria é da parte governamental e com a população aumentando tornam-se insuficientes.

Com relação às demandas da população, dirigidas ao município, os assistentes sociais destacaram que são voltadas para questão de trabalho, emprego e geração de renda (**29%**), alimentação, como cesta básica (**19%**), e com o mesmo percentual para escolarização e qualificação profissional. Demandas voltadas para moradia e recursos para construção e reformas de imóveis tem um percentual de **14%**; mesma proporção para serviços de saúde. Apenas **5%** não responderam esta questão.

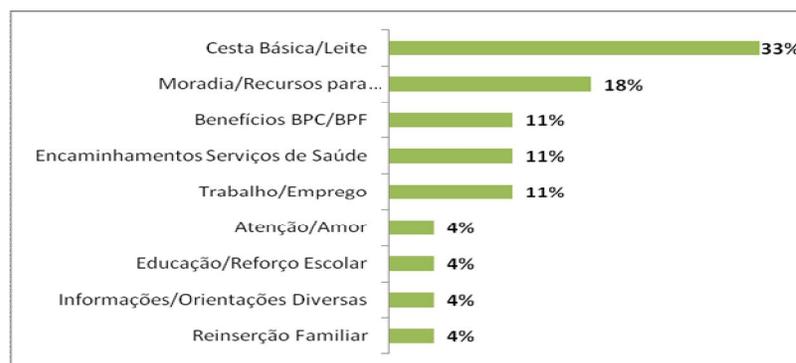
**GRÁFICO 33**  
DEMANDAS DIRIGIDAS AO MUNICÍPIO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Em relação às demandas da população dirigidas, especificamente, ao Serviço Social, o percentual maior é para alimentação (**33%**) e, em segundo lugar, recursos de moradia (**19%**).

**GRÁFICO 34**  
DEMANDAS DIRIGIDAS AO SERVIÇO SOCIAL



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Em terceiro lugar são as demandas voltadas para execução de programas federais, como viabilização de Benefícios BPC/PBF. As demais demandas, com percentuais variando entre **11%** e **4%** são especificadas como: encaminhamentos para serviços de saúde, Trabalho/Emprego, Educação/Reforço Escolar, Informações/ Orientações diversas, Reinserção familiar. Chamando a atenção a percepção sobre a “atenção e amor” como sendo demanda do usuário, o que revela o discurso profissional que vai na contramão dos princípios que vêm norteando o trabalho da categoria e, ainda, sustenta a visão da “moça boazinha” dos primórdios da profissão.

Conforme os relatos, a população dirige-se ao Serviço Social para pedir: “pede por mania de pedir” e ainda, “Eles vêem a gente como porta-voz deles, ele pensam que ou é com a gente para conseguir alguma coisa ou ninguém consegue”. Em um dos depoimentos, uma assistente social relatava sobre sua angústia em relação à alta demanda por viabilização de cestas básicas:

Eu sei que o trabalho do assistente social não é dar cesta básica, mas não sei se antes funcionava assim, se sempre foi assim; sei que eles vêm até a gente mais pela procura da cesta básica, por isso que te falei a questão da fome. Tem muitas famílias que não tem renda nenhuma, muitas famílias vivem por causa do CRAS. A gente atende aqui pessoas que vem todo mês, no dia certo, por conta da comida. Elas vêm querendo a cesta básica (AS-e).

**GRÁFICO 35**  
EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO ATENDIDA



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

O depoimento acima expressa bem a expectativa da população que, segundo dados do grupo pesquisado, **35%** espera do serviço social a viabilização de algum recurso ou algum tipo de ajuda; **20%** vêem os profissionais como agentes que têm obrigação de viabilizar algum tipo de recurso; **15%** esperam do Serviço Social uma resposta imediata aos seus “problemas”; **10%** vêem os assistentes sociais como os únicos profissionais que “vêm” e “escutam” suas necessidades. Do grupo entrevistado, **15%** não responderam a esta questão e **5%** declararam tratar-se de uma população que não tem expectativas nenhuma.

Esse conjunto complexo de dados sobre a população com o qual trabalham os assistentes sociais de Tanguá revela que a *questão social*, no contexto da mundialização do capital que a (re)produz de forma ampliada, atravessa e determina o cotidiano do trabalho do assistente social o que torna fundamental o conhecimento da realidade, principalmente, diante da agudização das diferentes expressões da

questão social onde o profissional atua ou vai atuar, sem, porém, perder de vista que este local se insere em relações macrossociais.

Assim, mapear o terreno sobre o qual se trabalha e detectar as tendências que se apresentam na realidade é fundamental para se elaborar um diagnóstico das exigências a serem respondidas pela profissão naquele local é condição *sine qua non* para o exercício da profissão. Trata-se até de pressuposto do exercício da profissão. Portanto, e de acordo com Couto (2009), é essencial que o assistente social esteja respaldado por dados da realidade que assegurem a legitimidade de sua proposta e lhe confirmem qualidade, pois,

toda e qualquer leitura da realidade que prescindir do reconhecimento de que o trabalho do assistente social se coloca na tensão direta entre trabalho e capital corre o risco de produzir um conhecimento pragmático, descritivo, desconectado da sociedade e com as condições para a culpabilização individual de sujeitos, famílias e grupos sobre as mazelas produzidas pela sociedade capitalista (COUTO, 2009, p. 652-53).

### **3.3. A questão do Estado e das investidas de contrarreforma: a trajetória da política social no Brasil**

O Estado, que tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção (IAMAMOTO, 2008, p. 120), vem suscitando diversos debates ao longo da história tendo em vista a compreensão e interpretação sobre sua função nas relações sociais, sobre seu papel regulador e intermediador dessas relações de classe.

Ao traçar um panorama geral sobre os pensadores clássicos do Estado burguês, Gruppi (1980) recorda que só quando se formam os Estados, no sentido moderno da palavra, é que nasce também uma reflexão sobre o Estado, tendo Maquiavel como referência para uma primeira reflexão no começo de 1500. Desde seu nascimento, o Estado moderno apresenta alguns elementos que o diferem dos Estados do passado: sua autonomia, essa plena soberania do Estado, a qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade; a distinção entre Estado e sociedade civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da burguesia; e a distinção entre o Estado moderno em relação àquele da Idade Média.

Na Idade Média, de acordo com Gruppi, a sociedade e o Estado (poder político) são inseparáveis, estão entrelaçados, são transmitidos juntos. Já na sociedade burguesa moderna esses dois aspectos são separados, pois na sociedade civil existe a transmissão da propriedade, mas não há transmissão do poder político (GRUPPI, 1980, p. 15-16).

Para Carnoy (2007), a teoria clássica do Estado surgiu a partir da mudança das condições do poder econômico e político na Europa do século XVII e a teoria do Estado liberal surgiu através de uma série de importantes mudanças. Essas mudanças refletem as lutas políticas que aconteceram à medida que o capitalismo, inglês e francês, se desenvolveu. Nesse sentido, não há verdadeiramente um método adequado para balizar a discussão de tal Estado, já que qualquer mudança na teoria tem suas raízes em escritos anteriores e numa reação frente à realidade política (CARNOY, 2007, p. 22-23).

Behring e Boschetti (2008) observam que os pensadores que sucederam Maquiavel viam o Estado como *mediador civilizador*, idéia resgatada pelas perspectivas que preconizam, no século XX, um Estado intervencionista – para o pensamento liberal emergente “era um mal necessário” que continua sendo para os liberais do presente. Para as autoras, com a decadência da sociedade feudal e da lei divina, como fundamento das hierarquias políticas, por volta dos séculos XVI e XVII, ainda no contexto da chamada acumulação primitiva do capital, foi desenvolvida uma discussão sobre o papel do Estado. Neste sentido, desde Maquiavel, tem-se a busca de uma abordagem racional do exercício do poder político por meio do Estado.

A construção do pensamento crítico sobre o Estado está situada na emergência das teorias sociais que buscam dar respostas às contradições colocadas no período em que a teoria social original de Smith e Ricardo entra em crise. Assim, as soluções para estas crises assumirão direções diferenciadas, dentre elas o caminho posto por Marx que, retomando a tradição da Economia Clássica, elabora uma Teoria Social unitária a partir da crítica da economia política: só reconhecemos como ciência a ciência da história (MARX; ENGELS, 1977, p. 39-53).

A crítica a essa concepção burguesa do Estado começa logo depois da Revolução Francesa, com o comunismo utópico, que demonstra que essa liberdade ou igualdade de que falava a Revolução Francesa não eram universais (GRUPPI, 1980, p. 26).

Frente aos antagonismos da ordem burguesa, a partir do final do século XVIII, quando tem início a manifestação das crises cíclicas do capitalismo, iniciando um período crítico para o pensamento burguês, Marx teve como questão principal se debruçar sobre a sociedade burguesa, pois as contradições sociais não podiam mais ser explicadas como passageiras.

De acordo com Harvey (2005), Marx teve a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. Suas concepções sobre o Estado estão difundidas em todos os seus textos e, com a ajuda dos trabalhos mais volumosos de Engels, é possível reconstruir uma versão da teoria marxista do Estado (HARVEY, 2005, p. 79). Para Harvey, esse renascimento do interesse pelo Estado demorou muito para acontecer. Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado. No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia (HARVEY, 2005, p. 79). Para Harvey, depois de se ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação de instituições estatais, que prepararam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas. Assim, é bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido (HARVEY, 2005, p. 92).

Gramsci representará no pensamento crítico *um ponto de inflexão*, no dizer de Coutinho (1994), pois será responsável pelas formulações mais sistemáticas de uma “ampliação” da teoria do Estado. Os Cadernos do Cárcere, obra composta por mais de trinta cadernos escolares que evidenciam os fundamentos de seu pensamento crítico, marcam o verdadeiro ponto de inflexão no desenvolvimento da teoria marxista do Estado e da revolução. Estabelecendo uma interlocução crítica com importantes autores e teorias da sua época, Gramsci constrói o conjunto de reflexão que congrega uma dialeticidade com conceitos como sociedade civil, Estado, disputa por hegemonia e direção, dialética coerção/consenso e, ainda, cultura, economia, história, ideologia, senso comum, classes sociais, democracia,

revolução; categorias essenciais para se pensar as novas determinações da realidade contemporânea.

A obra de Gramsci é expressão da teoria de um intelectual e de um político militante de amplas dimensões. Representa uma *superação dialética* da teoria marxista, pois, segundo Coutinho,

os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx, Engels e Lênin (ou seja, o caráter de *classe* e o momento *repressivo* de todo poder de Estado), mas o *repõem e transfiguram* ao *desenvolvê-lo* através do acréscimo de novas determinações (COUTINHO, 1994, p. 53 – grifo do autor).

Nesse sentido, ao ampliar o pensamento de Marx, Engels e Lênin, Gramsci acredita na extinção progressiva do Estado-força e dos elementos de coerção exterior, na medida em que, de acordo com Semeraro (2001),

emerge a capacidade de autodeterminação do ser humano, a liberdade, a responsabilidade, o consenso interior e socialmente construído, a organização de grupos progressivos capazes de operar a ‘síntese catártica’ que permite a passagem da fase ‘econômico-corporativa’ à fase ‘ético-política’ [...] evitando assim a separação entre economia e política, aparelho administrativo e participação popular (SEMERARO, 2001, p. 50).

Em suma, a relação entre Estado e sociedade civil, enquanto relação orgânica, tem uma centralidade no pensamento gramsciano, cuja análise sobre os processos revolucionários, na diversidade das sociedades de tipo “oriental” e “ocidental”<sup>99</sup>, de acordo com Abreu (1999), “apreende a sociedade civil como a base histórica do Estado (sociedade política) de onde emana o seu conteúdo ético”.

As mudanças verificadas nas sociedades modernas criaram novos e complexos problemas para o Estado capitalista, como por exemplo, a eclosão da *questão social* na segunda metade do século XIX no contexto da revolução industrial. O Estado capitalista tornou-se, desde o final deste século, parte visivelmente interessada nos conflitos entre capital e trabalho, agudizados pelo processo de industrialização, assumindo um forte papel regulador, dando origem ao chamado *Estado de Bem-estar Social*.

<sup>99</sup> Ao utilizar o binômio oriente/ocidente, não como uma questão geográfica, mas morfológica, Gramsci expressa seu convencimento acerca da necessidade do abandono da mentalidade da *guerra de movimento*, referindo-se que “No oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa”; no ocidente havia uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, e ao vacilar do Estado percebia-se logo uma robusta estrutura da sociedade civil” (SEMERARO, 2001, p. 61).

A direção política do Estado, a partir das suas relações com as classes fundamentais e com as determinações sociais implicados nestas relações, é um imperativo no aprofundamento de políticas de cunho social como mediação da reprodução social. Nesse sentido, é determinante conhecer a lógica na qual o papel do Estado e o conjunto que determina as políticas públicas com seus respectivos programas e requisitos para sua implementação estão situados.

Em linhas gerais, o surgimento da política social no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central, sendo que, até 1887, não se registra nenhuma legislação social. Somente no ano de 1888 há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública e, posteriormente, o ano de 1923 torna-se chave para a compreensão do formato da política social brasileira<sup>100</sup>.

Este sistema previdenciário implantado a partir de 1930 só sofrerá alteração significativa no período da ditadura implantada com o golpe militar de 1964, período caracterizado por alguns autores como revolução passiva. A partir de 1964, registra-se que a repressão contra as classes subalternas - repressão que servia aos interesses do grande capital, garantindo uma superexploração da força de trabalho - impediu manifestações organizadas dos trabalhadores em favor dos seus direitos. Desta forma, a política previdenciária, mas também as políticas sociais em geral, foram utilizadas *como moeda de troca*: a extensão de alguns direitos sociais tinha como objetivo buscar legitimidade para um regime essencialmente coercitivo<sup>101</sup>.

Contudo o Estado, embora desde a década de 1930 tenha atuado na perspectiva do enfrentamento das seqüelas da *questão social*, chegou aos anos 80 sem desenvolver uma política específica na área social; neste sentido, há uma atuação por parte do Estado muito tardia no Brasil.

---

<sup>100</sup> Aprova-se a Lei Eloy Chaves que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores. As CAPS são consideradas as formas originárias de previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAPS) (BEHRING ; BOSCHETTI, 2008, p. 80).

<sup>101</sup> Em vista de entender as políticas no pós-30, Santos (1998) utilizou o conceito de *cidadania regulada* em sua análise do histórico da interferência governamental na regulamentação das relações sociais no Brasil, do estilo de sua práxis liberal, o que para o autor, não se afasta do padrão revelado pela experiência de outros países (id., ibid., p. 67). Assim, a extensão da cidadania à classe trabalhadora no Brasil expande-se a partir da Revolução de 1930, que direciona o Estado para o atendimento de direitos sociais dos trabalhadores. Nesta ótica, são entendidos como cidadãos aqueles cujas ocupações são reconhecidas e definidas legalmente. A cidadania embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal (1998, p. 105).

Situada nos anos 1980 – conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas –, a Constituição Federal de 1988, fruto de um processo de mobilização, instituiu uma concepção de Seguridade Social inovadora com um aceno a mudanças: a construção de um padrão público universal de Proteção Social<sup>102</sup>. Trata-se de uma Constituição, chamada de *Constituição cidadã*, que estabeleceu um conjunto significativo de Direitos. Constituiu e assegurou direitos coletivos a todos os cidadãos brasileiros, com ampliação de novos benefícios, precisando porém de um conjunto de provimentos para garantir sua viabilidade<sup>103</sup>.

Assim, sob o *signo do projeto democrático-popular*, foi inserido na Constituição de 1988 um complexo de direitos sociais que, ao menos formalmente, tinha como paradigma o Estado de Bem-Estar Social criado na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Este complexo de direitos sociais recebeu o nome de Seguridade Social, visando a ações articuladas para garantir direitos nas áreas de previdência social, saúde e assistência social, inclusive diversificando suas fontes de financiamento. O princípio central da Seguridade Social expresso na Constituição passou a ser a universalização dos direitos sociais, incorporando antigas demandas das classes trabalhadoras. Os princípios de tal arcabouço constitucional se erguem no final do séc. XIX – no enfrentamento da *questão social* –, e no Pós Segunda Guerra Mundial – com a reformulação do padrão de proteção, a partir do modelo *beveridgeano*.

---

<sup>102</sup> A definição de tal padrão na Constituição Federal situa-se nos artigos 193 a 195 do Título VIII, Da Ordem Social, da qual ressaltamos o artigo 194 que *aponta os novos princípios orientadores da seguridade social pública no Brasil*:

"A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.  
Parágrafo Único: Compete ao Poder Público, nos termos da Lei, organizar a Seguridade Social, com base nos seguintes objetivos:  
I – Universalidade da cobertura e do atendimento;  
II – Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;  
III – Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;  
IV – Equidade na forma de participação no custeio;  
V – Diversidade da base de financiamento;  
VI – Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados" (Constituição Federal de 1988).

<sup>103</sup> A Seguridade Social foi regulamentada pelas Leis da Seguridade Social (1991), Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei Orgânica da Saúde (1991). O Processo de regulamentação não garantiu a materialização de todos os princípios previstos na Carta Magna (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 157).

No entanto, com quarenta anos de atraso, tal conceito de seguridade brasileira é caracterizado como *restrito e acanhado, se comparado com o esquema concebido por Beveridge, em 1942* (PEREIRA, 1998), pois envolve somente três políticas: Saúde, Previdência e Assistência Social. Em outros países, inclui direitos de habitação, educação entre outros, além do tripé brasileiro<sup>104</sup>. Assim, constitui um desafio brasileiro a ampliação, não só do conceito de Seguridade Social, como também sua base e seu orçamento.

Apesar de seu avanço constitucional, a seguridade social não é capaz de assegurar proteção social aos trabalhadores pobres excluídos do acesso ao trabalho e ao emprego, e sua forma de organização é injusta, provocadora e reprodutora de desigualdades sociais (BOSCHETTI, 2004).

Os direitos assegurados na Constituição de 1988 ainda não puderam ser implantados totalmente. A partir dos anos 1990, os governos brasileiros puseram em prática uma política abertamente neoliberal, onde não tem havido espaço para a incorporação das demandas das classes trabalhadoras. Um dos principais objetivos do neoliberalismo no Brasil vem sendo o de alterar a Constituição de 1988, expurgando-a dos direitos sociais conquistados num momento em que a correlação de forças era mais favorável às classes que vivem do seu trabalho.

Segundo Behring (2008), a contra-reforma do Estado é enfatizada visando a uma adaptação brasileira à lógica do capitalismo mundial. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernização”. A partir de perspectiva crítica, histórica e da teoria de valor, Behring (2003) afirma que a “contra-reforma do Estado” foi conservadora e ocorreu sob os argumentos regressivos dominantes nos anos noventa, particularmente na vigência do governo FHC. Seu conteúdo foi profundamente ideológico e significou perda total do sentido de nacionalidade.

Esta política neoliberal, especialmente nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), adotou todas as medidas propostas pelo chamado

---

<sup>104</sup> A Seguridade Social brasileira é considerada extremamente condicionada e limitada pela condição do mercado de trabalho no Brasil: *a saúde incorporou o princípio da universalidade, a previdência destina-se apenas aos contribuintes e a assistência é restrita aos pobres em situações de extrema vulnerabilidade*. Portanto, os princípios constitucionais se aplicam de forma diferenciada a cada uma das políticas que compõem a seguridade social; não instituíram um sistema homogêneo, integrado e articulado.

“Consenso de Washington”, isto é, um programa macroeconômico de estabilização e “reforma” das economias dos países periféricos, chancelado pelos principais organismos financeiros internacionais. Este programa neoliberal, entre suas primeiras medidas, propõe uma reestruturação radical dos sistemas previdenciários, que devem deixar de ser públicos - ou seja, obrigação do Estado - para se tornarem mais um campo de atuação do mercado, sobretudo através da ação dos chamados fundos de pensão. Inicia-se, desta forma, uma ampla contra-reforma no setor previdenciário (e não só nele!), através da qual se busca revogar os direitos sociais conquistados no passado, pelas classes subalternas, ainda que muitos deles por meio de processos de revolução passiva (MOTA, 2008a, p. 82).

Portanto, tais mudanças podem ser caracterizadas como uma contra-reforma, de caráter regressivo e reacionário, que transformaram grande parte da proteção social em simples mercadoria. A idéia de universalização dos direitos sociais, ainda que tardia no Brasil, tornou-se “anacrônica” frente à realidade imposta pelos ajustes estruturais próprios do neoliberalismo. Esta contra-reforma fez aumentar, significativamente, a desigualdade econômica e social que sempre caracterizou, e ainda caracteriza a história brasileira.

As políticas sociais podem ser aqui entendidas como um importante meio de controle na produção e reprodução da força de trabalho, sendo o Estado o viabilizador das mesmas e, portanto, legitimador da ordem capitalista. Existindo, desse modo, uma articulação entre a institucionalidade das políticas sociais e a manutenção das relações sociais capitalistas.

Gentil (2007), ao buscar desmistificar o suposto déficit da Previdência Social, esclarece que os números utilizados para avaliar a situação financeira não levam em consideração todas as receitas que devem ser alocadas na Previdência, conforme estabelece este artigo 195<sup>105</sup>, que versa sobre o orçamento próprio e exclusivo da Seguridade Social. Para a autora, sem incluí-las no cálculo, o resultado fere os princípios constitucionais e resulta num déficit irreal (GENTIL, 2007, p. 30), pois

---

<sup>105</sup> O Artigo 195 da Carta Constitucional de 1988 estabelece que: “A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais: I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre [...]; II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuições sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social que trata o art. 201; III – sobre receita de concursos de prognósticos; IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar”.

o uso de uma metodologia enviesada para avaliar o desempenho financeiro da Previdência baseia-se em argumentos que dissociam da análise um dos maiores avanços inscritos na atual Constituição em termos de direitos sociais: a criação de um sistema integrado de seguridade social abrangendo a saúde, a assistência social e a previdência, financiada por sólida e diversificada base de arrecadação (arts 194 e 195 da Constituição Federal de 1988) (GENTIL, 2007, p. 31).

Soares (2007) faz uma retomada do debate da reforma da Previdência Social situando-o no contexto do Governo Lula. A autora analisa que a década de 1990 foi profundamente marcada pela agenda neoliberal, cujas reformas faziam parte das chamadas “condicionalidades” dos empréstimos externos do FMI. A Previdência Social brasileira ainda é o maior sistema de seguridade da América Latina, se constituindo também o único sistema de acesso universal. O financiamento desta política continua sendo o principal argumento para a sua reforma. A autora defende a inclusão na pauta do debate sobre uma nova reforma da previdência, a perspectiva da seguridade social como sistema amplo de proteção social para todos e não apenas para os “excluídos”.

### 3.4 Descentralização da política social e exercício profissional

Na trajetória recente das políticas sociais brasileiras, em especial no final da década de 1980, a descentralização do Estado aparece como exigência praticamente compulsória, fruto do avanço democrático da sociedade brasileira, que pôs em questão a forma do governo autoritário e centralizador e, também, da crise fiscal do governo federal (JOVCHELOVITCH, 1998).

De acordo com Jovchelovitch (1998), na gênese dos municípios do Brasil, e no decorrer de sua trajetória de formação e busca de autonomia, esteve sempre presente o binômio centralidade/descentralização. Logo, a descentralização como um processo em curso no Brasil desde 1980, revela uma importante mudança na estrutura do sistema de proteção social brasileiro.

Arretche (1996) evidencia que é possível distinguir três fatores na literatura contemporânea que justificariam o processo de descentralização das políticas que vimos experimentando no Brasil hoje. São eles: *fatores estruturais*, que envolvem atributos estruturais dos Estados e municípios, sua capacidade de gasto e sua capacidade político-administrativa; *fatores institucionais*, com três variáveis

*destacadas pela autora*: o legado das políticas prévias, as regras constitucionais que normatizam a oferta de bens e serviços e a engenharia operacional inerente à sua prestação; a ação política é estruturada pelas instituições políticas” (ARRETCHE, 2000, p. 30-32). Entretanto, todo o problema para a análise dos determinantes de um problema político qualquer consiste em distinguir quais instituições, em um leque de opções possíveis colocadas pela literatura, podem e devem ser tomadas para análise: *fatores ligados à ação política* que remetem de um lado a natureza das relações entre Estado e sociedade e, de outro, as relações entre os diversos níveis de governo.

Atualmente, pode-se dizer que à exceção da previdência social, as demais áreas estão implantando mecanismos de descentralização. É certamente no campo dos *programas de saúde pública* que, segundo Arretche (1996), ocorreram os mais bem-sucedidos avanços em direção a uma reforma de tipo descentralizador.

Souza (2007) lembra que a partir dos anos 1970 explicita-se o desgaste do paradigma do Estado centralizador e intervencionista do período fordista, colocando na ordem do dia a questão da descentralização do Estado. Nesse sentido, dentre os princípios enumerados pela Constituição de 1988, o da descentralização político-administrativa demarca uma nova ordem política na sociedade brasileira (SOUZA, 2007, p. 38). A autora ressalta a importância de se estar alerta para uma concepção de descentralização de corte neoliberal, que identifica descentralização como estratégia de redução do gasto público, visando combater a crise fiscal do Estado moderno. A descentralização, nesse sentido, identifica-se com a seletividade do atendimento de demandas e necessidades e contrapõe-se às expectativas de universalização dos direitos sociais.

Sobre essa descentralização na perspectiva neoliberal, Soares (2008) faz a seguinte análise:

Em um **contexto neoliberal**, os processos de descentralização deflagrados tanto no Brasil como nos demais países da América Latina **vêm associados a processos de privatização dos serviços públicos**, trazendo graves conseqüências do ponto de vista da pulverização de recursos, da fragmentação das ações, do aumento das desigualdades regionais e, em muitos casos, da diminuição da resolutividade e eficácia das ações públicas frente ao agravamento e ao aprofundamento da complexidade da questão social (SOARES, 2008, s.p.).

Soares avalia ainda, de forma crítica, os argumentos de que os municípios estão mais próximos do cidadão, de que o controle e a participação social se

realizam plenamente se os serviços fossem geridos pelo “poder público local”. Para a autora, o “local” não é necessariamente mais democrático que o “central”. Segunda ela, as evidências demonstram que as experiências de políticas públicas bem sucedidas e verdadeiramente participativas são aquelas empreendidas por governos populares e democráticos com projetos políticos alternativos, independentemente de sua base territorial ser municipal, estadual ou federal.

Jovchelovitch também apresenta a mesma opinião de Soares no que se refere à defesa do processo de descentralização que pressupõe a existência da democracia, da autonomia e da participação, categorias entendidas como medidas políticas, que passam pela redefinição das relações de poder<sup>106</sup>.

Na análise de Duriguetto, Silva e Debórtoli (2008) sobre a descentralização e a hegemonia do ideário neoliberal na sua implantação, uma das razões centrais desta proposta é a busca da racionalidade administrativa e da eficiência na formulação e operacionalização das políticas sociais. Ao situar a descentralização nos anos 1990 como um instrumento que revela a sua verdadeira finalidade prático-política, a autora faz o seguinte balanço:

As proposições e implementações de processos de descentralização administrativa e também dos **formatos de gestão pública para a área social** passam a inserir-se nos debates referentes à alteração do paradigma da administração pública do “modelo burocrático-weberiano” para o “modelo-gerencial”. E essas diretrizes vão começar a ser materializadas nos **processos que envolvem uma reforma geral do Estado, orientada segundo os postulados do Consenso de Washington** (DURIGUETTO, 2008, p. 7).

Nesse sentido, cabe uma observação sobre a centralidade que vem se colocando para a assistência social, na atualidade, atribuindo a esta política a “função” de “garantidora” da proteção social básica. A proteção social requer, porém, um conjunto de políticas e constitui um direito de todos, sem condicionalidades, como vem ocorrendo na modalidade assistencial atualmente proposta nos programas e ações desta política no Brasil.

---

<sup>106</sup> Os princípios fundamentais do processo da descentralização, segundo descreve Jovchelovitch (1998, p. 39), são: mais flexibilidade; mais gradualismo; mais progressividade; mais transparência; mais existência de mecanismos de controle social. Constituem aspectos importantes desse processo: a) democratização do Estado; b) maior controle social sobre a administração pública de nível local; c) viabilização mais fácil de conversão de demandas sociais em programas e serviços; d) exercer papel integrador das instituições municipais; e) multiplicidade dos núcleos de poder político por intermédio do fortalecimento do poder local; f) aumento da eficácia das políticas públicas; g) atenção às demandas crescentes por participação, por intermédio das instituições representativas de nível municipal.

Ao discorrer acerca da tese da assistência social, Iamamoto (2008), ressalta que a política pública de assistência no marco da seguridade social tem sido um dos âmbitos privilegiados de atuação profissional e um dos temas de destaque no Serviço Social brasileiro recente.

Logo, em relação ao vínculo do Serviço Social com as políticas públicas no Brasil, uma das facetas do dilema dessa relação é que, de acordo com a autora,

redundou numa relação *mimétrica entre Serviço Social e política social*, submergindo a visibilidade das respostas profissionais no âmbito dessas políticas, o que repõe, em certos nichos profissionais, a regressiva identificação entre Serviço Social e assistência social (IAMAMOTO, 2008, p. 242).

O trabalho do assistente social, como uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, tem um rebatimento nas condições materiais da existência dos sujeitos por meio dos serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas, *interferindo no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras* (IAMAMOTO, 2009). Ressalta-se, nesse sentido, que a municipalização e a descentralização das políticas públicas requisitam um profissional capaz de formular projetos de trabalho e construir propostas alternativas capazes de preservar e efetivar direitos da população usuária.

Enfim, o tema da política social tem sido central para a área de Serviço Social desde os anos 1980, seja no debate profissional, na pesquisa científica e na formação profissional, cujas Diretrizes Curriculares da ABEPSS situam a discussão das políticas sociais, centrando-as no enfrentamento da *questão social* – objeto do trabalho profissional.

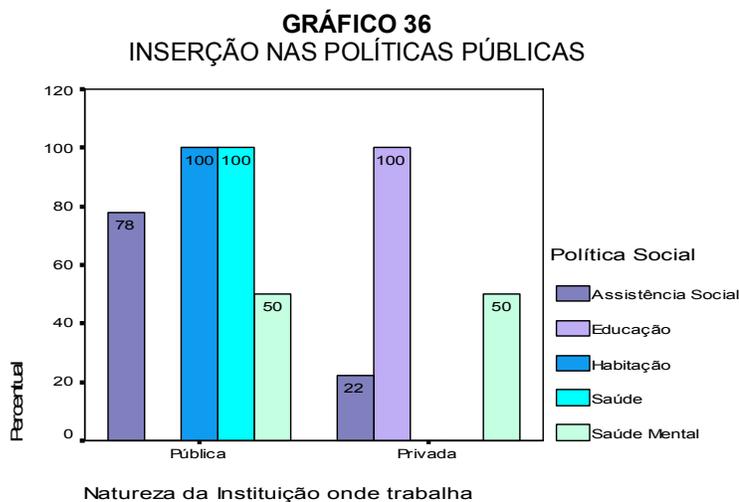
Ao situar as políticas sociais no Brasil, a partir de um pequeno município, e sua relação com o Serviço Social, firmamos a perspectiva analítica sobre a política social brasileira no âmbito das relações entre as classes com base na lei geral de acumulação do capital e o papel que o Estado vem assumindo no enfrentamento da *questão social*.

### 3.5 Atuação profissional nas políticas do Município de Tanguá

As alterações que incidem na esfera do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade atingem diretamente o trabalho cotidiano do assistente social junto às famílias trabalhadoras na perspectiva da efetivação dos direitos.

Ao situarmos o exercício da profissão em cada uma das políticas sociais públicas executadas no município, tomamos como pressuposto de que o trabalho nesse, e na atualidade, requisitam um profissional “capaz de formular projetos de trabalho e construir propostas alternativas capazes de preservar e efetivar direitos da população usuário, isto é, um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 2007).

Os assistentes sociais no município de Tanguá atuam em cinco políticas públicas, conforme demonstra o Gráfico 38. As políticas de assistência social, educação e saúde mental são assumidas pelas esferas públicas e privadas e as políticas de habitação e saúde são executadas exclusivamente pelo setor público.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

As políticas sociais públicas nas quais os assistentes sociais se inserem no cotidiano de trabalho expressam a necessidade de um sistema de proteção social que, na trajetória histórica brasileira, tem encontrando dificuldades de consolidação. Conforme visto anteriormente, somente as políticas que constituem atualmente a seguridade social brasileira não dão conta de atender as diferentes expressões da

questão social, sendo necessário um conjunto de políticas envolvendo também direitos de habitação e educação entre outros, além do tripé brasileiro.

Por trás das cinco políticas em que atuam os assistentes sociais, há um conjunto de ações que traduzem a fragmentação operada pelas políticas públicas focalizadas no atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos (IAMAMOTO, 2008, p. 459). Alguns profissionais atuam em mais de uma ação fazendo uma “dobradinha” em sua jornada de trabalho.

Os assistentes sociais do município de Tanguá têm como maior campo de trabalho os programas e ações desenvolvidos na política de assistência social que detém **53%** de sua força de trabalho nessa municipalidade.

QUADRO 04: PROGRAMAS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS	PROGRAMAS e ÁREA DE ATIVIDADES	PERCENTUAL
<b>Assistência Social</b>	Abrigo para Crianças e Adolescentes Conselho Tutelar CRAS Coordenação do Programa CRAS – Área de Risco CRAS - Centro Equipe Multidisciplinar da Guarda Mirim PBF – Programa Bolsa Família PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Plantão Social PPDs – Pessoas Portadoras de Deficiência	53%
<b>Habitacional</b>	Programa de Casas Populares	11%
<b>Política para Mulheres</b>	Coordenadoria de Políticas para Mulheres	11%
<b>Saúde/Saúde Mental</b>	Coord. do Setor Social de Saúde no Município. Coord. Geral do Prog. de Saúde Mental no Município Integrante da Equipe Técnica Multidisciplinar.	14%
<b>Educação</b>	CIES - Centro Integrado de Educação Especial	11%
<b>TOTAL</b>		100%

Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá - FSS/UERJ/2009.

A área de assistência social apresenta um paradoxo do ponto de vista da profissão, pois na divisão social e técnica do trabalho, o assistente social tem sido demandado como um dos agentes “privilegiados” pelas instituições geridas diretamente pelo Estado, ou por ele subvencionadas, para efetivar a assistência (SPOSATI, 2003, p. 23). Historicamente, a assistência vem absorvendo um grande número de profissionais de serviço social, porém há certa resistência da categoria em assumi-la, tendo em vista a sua construção histórica e a sua expressão no contexto brasileiro que confunde a ação profissional com a prática assistencialista.

Nessa política, o assistente social, reconhecido historicamente como o “profissional da assistência”, insere-se no interior dos equipamentos sócio-assistenciais como mediador entre Estado, instituição e classes subalternas no atendimento aos segmentos empobrecidos e subalternizados da sociedade. Participa, junto com outros agentes, na criação de condições para a ‘reprodução social das classes subalternas’ por meio da viabilização de serviços sociais e de uma ‘atuação sócio-educativa’ junto a essas classes, implementando políticas sócio-assistenciais.

Em Tanguá, são executados diversos programas federais como Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); funcionam alguns equipamentos do SUAS como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e são realizadas ações voltadas aos segmentos específicas como mulheres, crianças e adolescentes e pessoas com deficiência. As atividades desenvolvidas neste campo consistem na realização de trabalhos em grupo, reuniões sócio-educativas com as famílias, visitas domiciliares e diversas ações voltadas para encaminhamentos com vistas ao atendimento das demandas apresentadas pela população usuária dos serviços, tais como contatos e visitas institucionais e articulação da “rede sócio-assistencial”. Algumas competências como a elaboração de relatórios, projetos, pareceres sociais entre outros, as quais alguns profissionais mencionaram como sendo demandas burocráticas, absorvem grande parte do tempo dos assistentes sociais.

Em suma, se a área de assistência social foi responsável pela abertura de novos postos de trabalho no país, principalmente pelo processo de descentralização e municipalização presente na proposta de reforma do Estado e pela implantação do SUAS, isto se reflete no município de Tanguá. Uma realidade que contribui para reforçar o equívoco que é resumir a profissão à área da política de assistência social. O que gera um empobrecimento dessa profissão que tem múltiplos campos de atuação e historicamente vem contribuindo com todas as áreas que atuam na defesa por direitos. Ao mesmo tempo, *equalizar políticas sociais com a política de assistência* é um grande equívoco já que direitos sociais, pela Constituição de 1988, abrangem educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados; neste sentido, o exercício da profissão abarca todas essas políticas para garantir os princípios constitucionais.

A política de saúde é um campo que absorve **14%** da força de trabalho dos assistentes sociais no município de Tanguá, atendendo as demandas voltadas para avaliações sociais em vista da concessão de medicamentos controlados, encaminhamentos a exames especializados, além do plantão de rotina com atendimento social. Especificamente na área da saúde mental, o quantitativo de profissionais é maior, sendo uma área absorvida parcialmente pelo setor privado que atua com internação psiquiátrica, demandando assistentes sociais para compor equipe interprofissional. No setor público, o município ainda está estruturando os serviços no campo da saúde mental e o serviço social atua tanto no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), compondo equipe interprofissional, como atua na coordenação geral do mesmo programa.

De acordo com Bravo (1998), a saúde é um dos setores significativos para a atuação do serviço social visto que é uma área que esta diretamente relacionada com as condições de vida e trabalho da sociedade, articulando e sofrendo as determinações da estrutura social. Suas atividades profissionais, referenciadas pela proposta da Seguridade Social inscrita na Constituição de 1988 e pelo projeto profissional, buscam estar pautadas pelos interesses das classes trabalhadoras.

Apesar da consolidação do conceito de saúde como direito do cidadão e dever do Estado e das conquistas jurídico-institucionais (Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica da Saúde – Leis 8.080/90 e 8.142/90), a política de saúde no Brasil, na década de 1990, passa por momentos distintos em relação à Reforma Sanitária. Num primeiro momento, as proposições de saúde como direito social e o SUS são questionados pela ideologia conservadora e, num segundo, aparecem propostas de normalizações visando consolidar a contra-reforma na saúde (BRAVO; MATOS, 2001).

Essa direção influencia diretamente na organização e conseqüentemente no acesso da população aos serviços de saúde. Na perspectiva de um conceito de saúde amplo, os assistentes sociais, após muitas lutas, conseguiram integrar-se às profissões de saúde. O Conselho Nacional de Saúde, em 1997, ao respeitar a “integralidade das ações” e afirmar a “importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde”, reconheceu como profissionais de saúde de nível superior os assistentes sociais dentre outras categorias profissionais.

As políticas de habitação, educação e para as mulheres abrangem igualmente cada uma 11% da força de trabalhos dos assistentes sociais dentro desta pequena municipalidade.

A política de educação é um campo relativamente novo de trabalho dos assistentes sociais, um espaço ocupacional que ainda está sendo construído no Brasil. De acordo com Almeida (2005), a presença dos assistentes sociais nesta área é expressão de

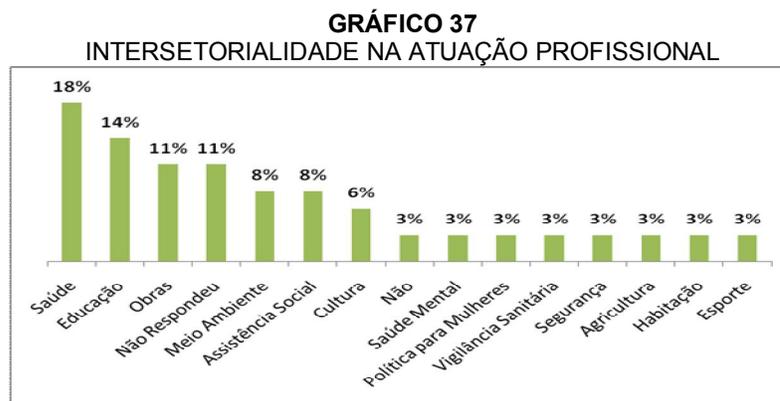
uma tendência da compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam a educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial" (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Dentre as diversas áreas da educação formal, a atuação do assistente social tem se voltado para aos espaços intra-escolares, como é o caso da experiência em Tanguá. Integrando equipes interprofissionais, os assistentes sociais desenvolvem atividades que contribuem para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade.

A política de habitação tem uma demanda crescente no município de Tanguá considerando os impactos do Comperj no crescimento populacional. Os agentes do serviço social compõem uma equipe dentro de um recém criado departamento que atende especificamente a área habitacional, originado no bojo da pressão da conjuntura atual do município. Atuam em programa federal de implantação de casas populares e em apoio e ações especiais em casos de emergências e calamidades, como enchentes, ocupações irregulares que coloquem em risco a segurança da família. Nesta política pública de habitação, cuja perspectiva fundante é norteadada pelos princípios constitucionais que destaca o direito à moradia digna, o trabalho do assistente social está voltado para ações técnicas e políticas na pressão que envolve o cotidiano de ocupação do solo e na garantia ao acesso à moradia legal. Ainda que haja oficialmente a imposição de condicionalidades aos usuários deste programa, a atuação do assistente social se volta a ações que caracterizem esta perspectiva.

Ao situar o trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais públicas do Município de Tanguá, consideramos o Serviço Social no Brasil que, na contemporaneidade, vem se afirmando como uma das categorias profissionais que desenvolve competências tais como formulação, implementação, execução e avaliação de políticas sociais. Sua atuação tem em vista a busca e a consolidação de uma política social ampla e garantida de direitos.

De acordo com relatos, na relação intersetorial os assistentes sociais, em sua maioria atuantes na assistência social, apontaram que a área da saúde (19%) é a mais demandada nos encaminhamentos, seguida pela educação (14%) e obras (11%). As demais áreas são complementares nos atendimentos realizados.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A articulação intersetorial de ações entre programas permite potencializar o desempenho da política pública, exigindo que cada ação supere o isolamento e garanta uma intervenção conjunta e totalizante. Assim, a interlocução foi um grande destaque nos depoimentos dos assistentes sociais de Tanguá que enfatizaram a necessidade desta prática como complemento na efetividade de cada política dentro do município, o que caracteriza uma demanda específica e um desafio na atuação dos assistentes sociais situados nas várias secretarias municipais. Sobre esta experiência vejamos o relato de um dos profissionais:

para atuar na Habitação eu articulo com outras políticas, tenho que estar ligada à secretaria de obras, tenho que estar ligada a meio ambiente, tenho que estar ligada à [...], então eu tenho que entender um pouquinho de tudo, inclusive das legislações específicas de cada uma (AS-f).

Conforme vimos ressaltando, com os processos de descentralização das políticas sociais no Brasil, os municípios acabam assumindo a responsabilidade pela execução dessas políticas, porém articulado com os outros níveis de governo. Assim, de modo geral, ao Estado compete o co-financiado, a capacitação e a fiscalização e à esfera federal o planejamento e financiamento, competências que variam nas diferentes políticas.

Assim, em síntese, **69%** dos assistentes sociais, somadas cada particularidade das respostas que confirmam esta relação, atuam em programas que envolvem os três níveis de governo.

**GRÁFICO 38**  
**RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E AS**  
**POLÍTICAS NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO**



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Esta relação de trabalho envolve repasse de recursos, capacitações e parcerias com várias características. Sobre essa questão **31%** dos profissionais não souberam se manifestar.

Assim, ao considerarmos que transitar da análise da política social para a profissão em seu efetivo exercício agrega um *complexo de novas determinações e mediações* (IAMAMOTO, 2008). Dentre as questões que estão relacionadas ao exercício profissional dos assistentes sociais na esfera da seguridade social, com a particularidade do exercício profissional do assistente social em cada uma das políticas ou no campo da proteção social na contemporaneidade, destacam-se: a defesa da Seguridade Social brasileira pública: serviços públicos de saúde, previdência e assistência social para todos, de qualidade e de real distribuição social; a defesa da Política Social com caráter universal e redistributivo; a defesa da atuação profissional em consonância com o projeto ético-político; o fortalecimento da

*direção social* proposta pelo projeto ético-político profissional: ótica do direito social e da cidadania do trabalhador usuário; o fortalecimento do papel do assistente social nas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social – com *competências e atribuições privativas*; f) a intensificação do processo de articulação com setores intra e extra-institucionais na defesa das políticas da Seguridade Social; g) e capacitação técnica e teórica contínua.

No próximo capítulo serão analisados alguns aspectos que foram muito recorrentes nos relatos dos assistentes sociais e traduzem peculiaridades da processualidade do seu trabalho na realidade de Tanguá que, no nosso ponto de vista, mereceram um recorte especial em nossa análise.

#### 4 O “FAZER DA PROFISSÃO” NO COTIDIANO DE UM PEQUENO MUNICÍPIO: PROVOCAÇÕES E DESAFIOS

A vontade move-se pela reflexão e pela paixão.  
Mas a reflexão e a paixão têm também uma determinação social,  
porque são impulsionadas por forças propulsoras que agem por detrás dos objetivos.  
Se os objetivos visados, ao nível individual e coletivo, são produto da vontade,  
não o são os resultados que dela decorrem,  
que passam por múltiplos vínculos sociais no âmbito dos quais se realiza a ação.

*Friedrich Engels*<sup>107</sup>

Com base nas características sócio-históricas do município, nas condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos nesse contexto, tendo como eixos norteadores da análise a categoria trabalho e bem como a *questão social* como determinante histórico da profissão e objeto da intervenção profissional do Serviço Social, selecionamos para análise nesse capítulo quatro aspectos que foram recorrentes nos relatos dos assistentes sociais e traduzem peculiaridades da processualidade do trabalho em Tanguá. Esses aspectos são: condições técnico-operacionais da ação profissional; Inserção profissional nos espaços de controle democrático e o desafio da mobilização popular; a atuação profissional diante da cultura política local e desafios; Comperj e a questão da migração: reflexão sobre a centralidade dos sujeitos no cotidiano profissional. Esse conjunto de dados traduz algumas das nuances percebidas através da observação do trabalho concreto do assistente social no Município de Tanguá.

##### 4.1 Condições técnico-operacionais da ação profissional

As questões que se manifestam no cotidiano do trabalho concreto do assistente social são inúmeras, e em torno de sua materialidade se questionam

<sup>107</sup> ENGELS, F. Ludwug Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. In: MARX, K. ; ENGELS, F. Textos I. São Paulo, Ed. Sociais. 1977. In: IMAMOTO, M. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social.

sobre sua identidade e função, temas comuns nos relatos dos assistentes sociais evidenciados ao longo deste último capítulo.

A Lei 8662/93<sup>108</sup> que regulamenta a profissão pode ser um ponto de partida onde, em si, encontramos respostas a esse questionamento, pois seus artigos quarto e quinto tratam sobre as *competências* e as *atribuições privativas* do assistente social. Nela constando, portanto, onze competências e treze atribuições privativas que dão sustentação ao exercício da profissão no Brasil. Esse aparato jurídico “define os requisitos e as condições legais, éticas e técnicas para o exercício da profissão”<sup>109</sup>.

De acordo com Iamamoto (2009), resguardadas por lei os (as) assistentes sociais exercem suas competências e atribuições profissionais, em seus diversos espaços ocupacionais que merecem maior atenção por parte da pesquisa acadêmica.

Esses profissionais realizam assessoria, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

Para a autora, tais atribuições e competências vêm sofrendo um processo de alterações na sociedade contemporânea e “conclamam maior investimento por parte da pesquisa na área de Serviço Social, visto não disporem da necessária visibilidade” (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

A processualidade do trabalho do assistente social, com suas atribuições e competências, requer a incorporação de diversos procedimentos *técnico-operacionais* que servem para garantir a qualidade do trabalho e para assegurar condições éticas e técnicas do exercício da profissão em seu cotidiano. Para uma análise dessa particularidade profissional na experiência de Tanguá, tomamos como referência a perspectiva sobre a importância de se forjar no Serviço Social uma *cultura profissional* que, de acordo com Almeida (2006), alimente diretamente ou

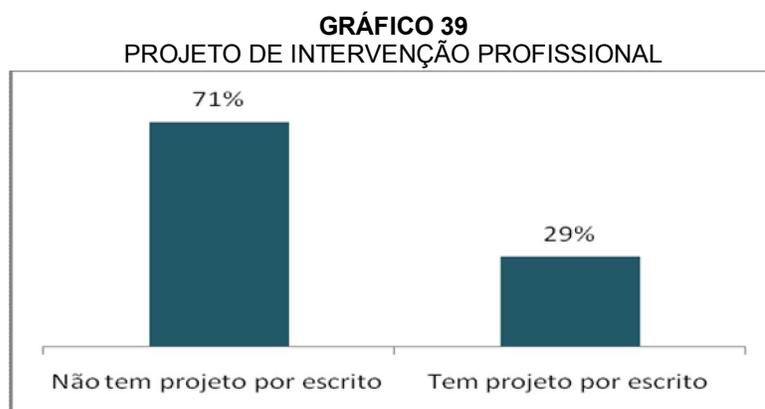
---

<sup>108</sup> A Lei 3852/57 é a primeira regulamentação do Serviço Social no Brasil que reconhece a presença da profissão na divisão social e técnica do trabalho, dando legitimidade ao seu papel social. Já na Lei atual 8662/93, que revogou a anterior de 1957, há a definição das competências e atribuições dos assistentes sociais, e sua inserção em novos campos de trabalho.

<sup>109</sup> CRESS/RJ - Espaço COFI Praxis/2008 – n° 45.

indique um papel de destaque às atividades investigativas, particularmente aos processos de sistematização do trabalho.

Assim, como ponto de partida dessa análise, atentamos para o *projeto de intervenção do Serviço Social*, um importante instrumento no cotidiano do assistente que evidencia como o assistente social, mesmo que subjugado às condições do seu empregador, almeja responder às expressões da *questão social* com as quais se depara no decorrer de sua ação e possibilita resguardar o fazer profissional. Sobre sua utilização na experiência de Tanguá observemos os dados demonstrados no gráfico 39.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Entre os assistentes sociais entrevistados, **71%** revelaram não trabalhar com projeto de intervenção profissional, portanto, não tendo este instrumento disponibilizado por escrito. Apenas **29%** o utilizam como um recurso de trabalho tendo como característica comum, em sua maioria, a elaboração individual do mesmo. Chamou nossa atenção que a maioria dos entrevistados confundia projeto de intervenção profissional do Serviço Social com o projeto específico do Programa no qual estava inserido.

De acordo com Pequeno (2007), um caminho para melhor enfrentarmos o questionamento no contexto da realidade sócio-institucional em que o profissional está inserido se apresenta por meio do projeto de intervenção profissional do Serviço Social. Para a autora, o projeto, enquanto sistematização das ações profissionais a serem realizadas, é a resposta adequada para as dúvidas acerca da profissão, cumprindo um papel fundamental de elucidar para empregadores e usuários quais são as atribuições do assistente social. Neste sentido, recomenda-se

que este instrumento seja construído e registrado por escrito, pois se trata de *uma alternativa preciosa para a defesa da profissão e do próprio profissional e para o enfrentamento dos desafios do mundo do trabalho*.

Para Couto (2009), a formulação de projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido é um dos grandes desafios colocados hoje aos assistentes sociais. Segundo a autora,

identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida (COUTO, 2009, p. 652).

Em suma, a formulação de projeto constitui um imperativo aos assistentes sociais<sup>110</sup> e deverá sintonizar-se ao projeto ético-político da profissão que, pela sua perspectiva crítica, constitui-se num instrumento, “o único capaz de permitir aos assistentes sociais uma antevisão da demanda”<sup>111</sup>.

Nas décadas de 1950 a início de 1970, o Serviço Social no Brasil assumiu uma visão “tecnoburocrática do fazer profissional”, como descreve Netto (1991) ao analisar o Documento de Teresópolis que representa este momento da profissão. Momento em que havia uma tendência à *autonomização da técnica* como reação às concepções que acentuavam o caráter político do fazer profissional (CASSAB, 1995).

Na atualidade, o Serviço Social, embora se expressando a partir de uma diversidade de avanços nas dimensões teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operacional, ainda se depara com uma tendência à valorização desse arsenal técnico na execução das políticas públicas, que cada vez mais avoluma as exigências nesta área. Neste sentido, o assistente social se vê implicado nesta exigência burocrática e limitado a *innovar/recriar* seu material técnico que não deixa

---

<sup>110</sup> Dentre os elementos constitutivos do projeto de trabalho, como base em Couto (2009, p. 655-62), podemos apontar um conjunto de possibilidades que devem estar articuladas à realidade do espaço ocupacional: 1) a identificação institucional; 2) o reconhecimento da população; 3) o reconhecimento dos demais profissionais que compartilham e/ou disputam o espaço com o Serviço Social; 4) a identificação do espaço dentro da realidade social onde o trabalho se inscreve; 5) os pressupostos teórico-metodológicos que darão concretude ao trabalho sem perder de vista o referencial dado pelo projeto ético político da profissão; 6) a elaboração escrita como materialização do projeto profissional a fim de que ele possa ser acessado, acompanhado e entendido; 7) além da formulação técnica e precisa, é necessário ainda que constitua-se um instrumento cujo produto aponte a transformação dessa realidade; 8) apontar ainda os instrumentos jurídicos formais da profissão que darão sustentação ao projeto.

<sup>111</sup> (Praxis/2009, n. 50 Espaço COFI).

de ser um recurso capaz de revelar uma apreensão do fazer profissional e contribuir para assegurar direitos aos usuários.

Dentre as diversas exigências cotidianas que o profissional convive em Tanguá, está o conjunto de instrumentos de registros. Ora criados pelo assistente social, tendo em vista conhecer a instituição, o perfil e as demandas dos usuários, bem como o planejamento e identificação das conseqüências de suas ações, ora pela própria instituição empregadora.

Nesse cotidiano local, a realização de tais registros, especialmente com dados quantitativos, tem sido uma prerrogativa fundamental para atender as exigências das instituições empregadoras, dos programas e projetos nos quais os profissionais estão inseridos<sup>112</sup>.

Porém, na experiência de Tanguá, a sistematização espontânea do cotidiano da profissão, com análise dos dados, não foi revelada em nenhum momento da entrevista, quase sempre renegada a segundo plano, justificada pelo alto nível de atendimentos. Percebe-se que a perspectiva investigativa e o processo de sua sistematização são sufocadas pelos instrumentos oficiais, ou seja, pelos instrumentos que visam assegurar dados de interesse institucional. De acordo com um dos assistentes sociais entrevistados:

É uma das dificuldades que eu observo em quase todos os locais que eu trabalho é a questão da documentação, de documentar o trabalho. Você faz muita coisa, mas nada está no projeto, nada está focado, discriminado, não está descrito, perpetuado. A perpetuação só acontece no documental, eu não consigo ver de outra forma. E aí nós não temos um projeto do Serviço Social para o atendimento não (AS-n).

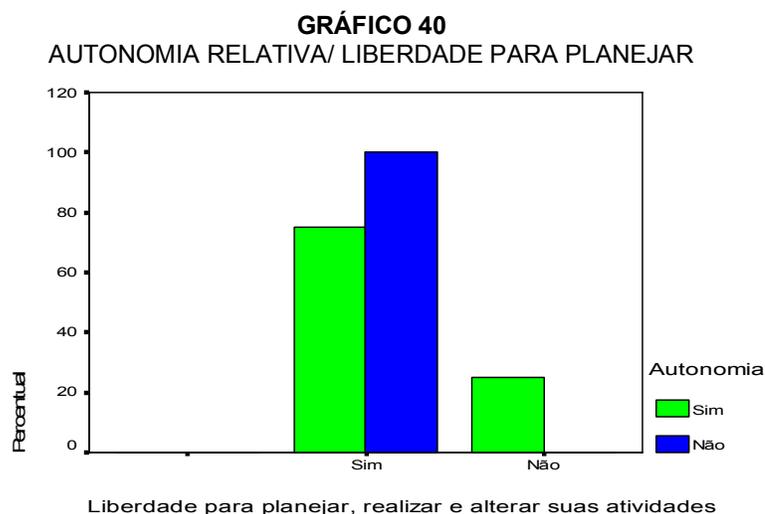
Portanto, no cotidiano dos assistentes sociais em Tanguá, não há o hábito de sistematizar e refletir em equipe sobre a intervenção profissional. Percebe-se que as demandas do trabalho em equipe se voltam à própria demanda do programa a qual atuam. Percebe-se que os profissionais não usufruem o que destaca Almeida (2006) sobre a sistematização do trabalho do assistente social que

---

<sup>112</sup> Dentre os instrumentos utilizados nos diversos registros que envolvem essa dimensão *técnico-operacional* do exercício profissional, foram enfatizados as *fichas de atendimento social* e uma diversidade de formulários para as ações de encaminhamento, desligamento, mapeamento dos atendimentos (dia/mês/ano), cadastro Institucional. Destacam-se, entre outros: *ficha de evolução social/laudo e pareceres sociais, livros de atas/relatórios, livros de ocorrências, prontuário único* e, o mais comum, o *caderno pessoal* de notações e controle do atendimento de rotina, com fins de geração de informações quantitativas do trabalho. Tudo isso preserva o cuidado, a atenção dos profissionais, a vigilância e a exigência institucionais.

antes de tudo, uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucional reconhecida para a formação de quadros nesta profissão (Almeida, 2006).

Em relação às possibilidades que o assistente social têm na realização do seu trabalho, a partir da *relativa autonomia que o mesmo dispõe*, podemos observar que todos os profissionais entrevistados identificam a existência de liberdade para planejar, realizar e alterar suas atividades no cotidiano de trabalho já que, de acordo com relatos, **100%** afirmaram essa liberdade em seus espaços de trabalho.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

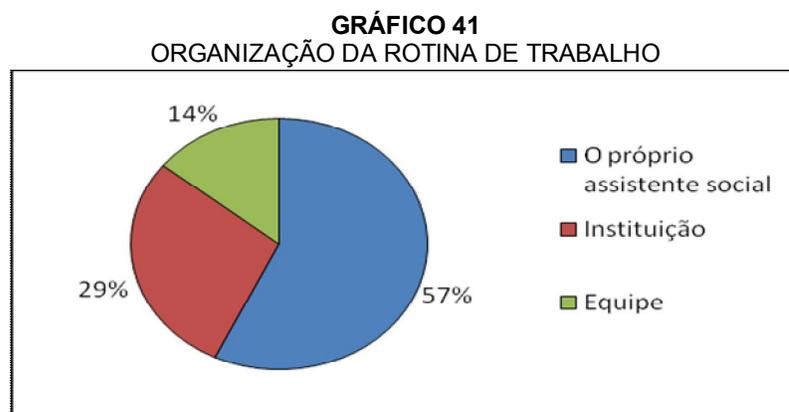
No entanto, há um paradoxo nessas respostas, como podemos observar no Gráfico 42. Ao cruzarmos os dados sobre a liberdade que os assistentes sociais dizem ter para planejar, com a existência ou não de autonomia, ou seja, a existência ou não de interferência a partir do relacionamento com colegas, chefias e empregadores, encontram-se contradições. Dos que afirmam ter autonomia, **25%** afirmam não ter liberdade para planejar, realizar e alterar suas atividades, enquanto a totalidade dos que afirmam não ter autonomia ao mesmo tempo afirmam ter 100% de liberdade para planejar, realizar e alterar suas atividades.

Essa liberdade no trabalho vem acompanhada de acordo com alguns relatos, pela seguinte ressalva: *“liberdade, porém, subordinada a uma prévia comunicação com a coordenação.”* Percebe-se ao mesmo tempo em que há uma contradição não somente em termos quantitativos das respostas, mas quanto ao entendimento que

os profissionais têm de autonomia, pois quem alega sobrecarga não pode ser autônomo.

De acordo com os relatos, e de modo geral, de um lado grande parte dos assistentes sociais afirma que a profissão é valorizada pelos empregadores e gestores institucionais. Assim, há possibilidade de propor reuniões para discussão sobre as dificuldades e proposições de ações e saídas para os problemas, com abertura para acolhimento das sugestões apresentadas. Porém, por outro lado, tendo em vista as possibilidades que tanto a formação quanto o fazer profissional oferece ao assistente social em sua capacidade propositiva e resolutiva, isso também gera tensionamentos no cotidiano de trabalho frente aos demais profissionais, embora de forma camuflada, já que não se conversa sobre isso.

A rotina de trabalho dos assistentes sociais, de acordo com os relatos, em **57%** dos casos foi organizada pela equipe de Serviço Social ou equipe do programa; em **29%** organizada pela própria instituição e pelo assistente social e em **14%**, foi organizada pelo próprio profissional individualmente.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Portanto, podemos concluir que, ao chegar ao espaço de trabalho, a maioria dos assistentes sociais em Tanguá organiza seu trabalho individualmente, sem uma inter-relação com os demais assistentes sociais, o que pode levar ao risco de restringir o atendimento a demandas isoladas e fragmentadas, e a manter a inexistência de projeto e de sistematização do trabalho, conforme vimos anteriormente. Por outro lado, se a maioria organiza seu trabalho, isso mostra a coerência com o grau de liberdade que afirmam ter e o potencial de possibilidades

que este fato coloca tendo em vista um trabalho planejado e organizado com vistas aos interesses dos usuários.

Sobre essa rotina de trabalho dos assistentes sociais, observa-se que, de acordo com as informações do Quadro 5, nas respostas se misturam funções, atividades, competências e atribuições. O Serviço Social, freqüentemente, aparece como expressão do somatório das atividades desenvolvidas e, ainda, há a “alienação da atividade que passa a ser determinada por quem encomenda o serviço (IAMAMOTO, 2008, p. 451). Sendo assim, optamos por analisar a rotina apresentada, seguindo a lógica das respostas dos entrevistados.

Das atividades indicadas e aqui apresentadas em números absolutos, as que demandam maior dispêndio de energia por parte dos assistentes sociais estão voltadas para o que os profissionais consideram de caráter “burocrático” (12). Trata-se da elaboração de pareceres, relatórios, projetos de diversas naturezas e, ainda, ofícios e correspondências diversas. De acordo com os depoimentos, esse tipo de demanda inquieta e sobrecarrega os profissionais que são obrigados a levar diversas pendências para concluir fora do horário de trabalho. Esse excedente de trabalho não ganha visibilidade institucional e é assumido pelos profissionais como uma questão individual, como podemos perceber neste depoimento: “eu tenho esses compromissos burocráticos muito grandes. Toda parte burocrática é comigo, tudo. Tudo é com o serviço social”. Percebe-se, portanto, a falta de clareza quanto às competências do profissional que são confundidas com trabalhos burocráticos e com a chamada sobrecarga de trabalho, sendo assumidas como uma questão do sujeito e não das reais condições de trabalho no local.

QUADRO 05: ATIVIDADES DE ROTINA

Atividades de Rotina	Frequencia
1 -Elaboração de Relatórios/Projetos/Parecer Social	12
2- Visitas domiciliar e institucional	10
3 - Atendimentos individual/psicossocial/plantão social	9
4 - Encaminhamentos/Articulação da Rede	8
5 - Reuniões com equipe/gestores/Conselhos/Comissões/outros	6
6 - Organização e Participação em Eventos	5
7 - Reuniões sócioeducativas/Trabalho em grupo	5
9 - Monitoração de Projetos e Programas	4
11 – Coordenação de projetos/programas/setor	2
12 - Luta cotidiana pelo reconhecimento profissional	1
13 - Assessoria aos Conselhos de Direito	1

Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Em seguida, como partes da rotina, estão as *visitas domiciliares e institucionais (10)*. As primeiras foram enfatizadas como atividades muito recorrentes no município, exceção feita para alguns que atuam na coordenação; os demais profissionais utilizam este recurso em sua rotina de trabalho quase que diariamente. A visita domiciliar é uma das atribuições mais antigas da profissão e, nesta realidade do município, ela é potencialmente valorizada. De acordo com os depoimentos, no setor público, diversos gestores requerem dos assistentes sociais esta tarefa, independentemente se o profissional está diretamente atuando em sua pasta.

Em terceiro lugar ficaram os *atendimentos individuais (9)*, aqui compreendidos como um conjunto de ações que englobam, por exemplo, o atendimento no plantão social, as entrevistas realizadas, o atendimento psicossocial integrado com a psicologia, enfim, os atendimentos diversos focados no indivíduo.

Integrando essa rotina, estão, ainda, os diversos *encaminhamentos (8)* voltados aos desdobramentos dos atendimentos realizados, tais como: viabilização dos recursos solicitados pelos usuários, articulação dos equipamentos sociais disponíveis no município e na região, que possam potencializar o trabalho institucional e garantir ao usuário o acesso aos “bens e serviços”.

As *reuniões diversas (6)*, abrangendo as de equipe interprofissional, de gestores, conselhos, comissões entre outras. Alguns assistentes sociais, em particular os coordenadores, enfatizaram que em sua rotina o que mais fazem participar de reuniões.

A *organização e participação (5)* em eventos de diversas naturezas, voltados tanto para ações pedagógicas formativas ou culturais em vista do usuário, diretamente, como também ações externas de articulação política, formação e representação. As *reuniões sócio-educativas* e trabalhos em grupo com os usuários **(5)** são atividades que aparecem freqüentemente como uma estratégia pré-definida nos programas descentralizados e, dessa forma, seguem uma rotina regular com resultados quantitativos, no que diz respeito à presença dos usuários cujos dados são registrados nos relatórios de atendimento.

De modo geral, aparece com menor freqüência a *assessoria aos Conselhos de política e de direitos (1)*, com característica de atividade assumida como um compromisso pessoal e não de iniciativa institucional, com vista ao fortalecimento da sociedade civil. Embora apenas um profissional tenha feito referência à sua atividade em conselhos, como veremos no gráfico 48 mais à frente, diversos

profissionais atuam como conselheiros e/ou em comissões, porém não foi sinalizada como parte dessa rotina de trabalho, sendo destacado somente a assessoria que se caracteriza como atividade profissional.

Da mesma forma a *coordenação (2)* que, embora exista em vários níveis no cotidiano da profissão, aqui ela está praticamente focada na função de coordenação assumida por quatro profissionais que atuam nesta função e estão envolvidos na monitoração de projetos e programas **(4)**. No contexto dessa função, destacam-se alguns depoimentos: “como coordenador (a) tenho que supervisionar minha equipe e local de trabalho”; “tenho que estar diariamente preparado(a) para apagar incêndio”. Ao mesmo tempo, o assistente social dá lugar ao profissional da gestão, com perfil tecnocrático tentando dar conta de uma enorme demanda de prestação de contas, cuja ênfase é dada aos dados quantitativos do atendimento em detrimento da informação qualitativa que requer uma análise mais cuidadosa, pois implica questões da vida do usuário.

Vasconcelos (2007) mostra que o assistente social está abrindo mão do seu papel educativo, tanto quando assume a gestão da política, como quando delega esse papel a profissionais de nível técnico, muitas vezes “treinados” por ele. Uma situação que, em vista dos interesses dos trabalhadores, é agravada pelo fato de que onde o assistente social poderia estar realizando seu papel educativo ele realiza trabalho burocrático<sup>113</sup>.

A luta pelo reconhecimento profissional **(1)**, dado não mensurável no cotidiano de trabalho, mas que demanda tempo e desgaste físico e emocional de acordo com depoimento de alguns profissionais, não está circunscrita nas atividades de rotina, porém se faz presente de forma viva neste cotidiano.

É notável que, na rotina relatada pelos profissionais, não aparecem nem o estudo nem a pesquisa como atividades de rotina, possivelmente pela inexistência de projeto de intervenção e de sistematização do trabalho, conforme analisado anteriormente tendo por referência o gráfico 41. Tais atividades são fundamentais para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da *questão*

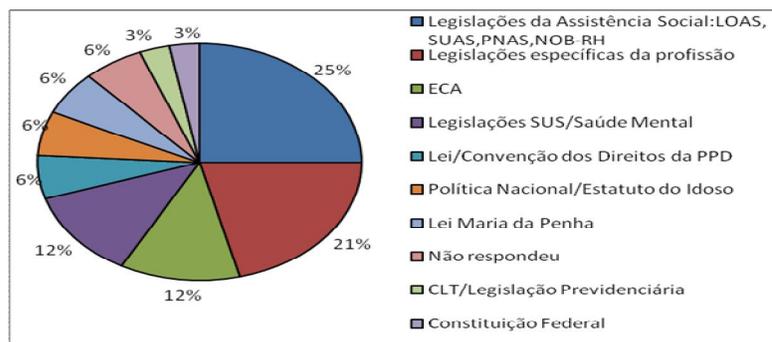
---

<sup>113</sup> Como trabalho burocrático, Vasconcelos (2007, p. 170) refere-se a “uma prática profissional burocrática que segue mecanicamente normas impostas pelo regulamento da administração, autoridade ou seu representante, e que ao priorizar um atendimento de escuta/encaminhamento e/ou preenchimento moroso e mecânico de formulários, questionários, cadastros, que viabilizam acesso a benefícios ou inscrição em programas da instituição, referenda a complicação e morosidade da coisa pública burocratizada, que objetiva dificultar ou inviabilizar o acesso dos usuários a serviços e recursos como direito social”.

*social*, que fujam à mistificação neoliberal (IAMAMOTO, 2008) e podem colaborar, inclusive, para evitar uma “prática rotineira” e estimular ações pautadas em um saber crítico e em uma conduta comprometida com as mudanças na realidade. A supervisão de estágio como veremos mais à frente, também não aparece como uma atribuição incorporada ao cotidiano do Serviço Social em Tanguá, embora exista uma rica experiência neste campo e significativa contribuição dos assistentes sociais do município na formação de alunos das unidades de ensino da região.

Em relação aos *instrumentos normativos* que norteiam as políticas as quais os assistentes sociais estão inseridos, por unanimidade, os profissionais relataram seu conhecimento sobre o aparato legal que vem dando base ao seu trabalho. Inclusive, reconhecendo que a necessidade de estudar para os concursos vem obrigando a categoria a estudar mais a legislação social.

**GRÁFICO 42**  
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REFERÊNCIA  
NO COTIDIANO DE TRABALHO PROFISSIONAL



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009

O conjunto de Leis que dá sustentação à política de assistência social é a que vem absorvendo em **24%** a atenção dos assistentes sociais em seus estudos no cotidiano de trabalho; foram destacadas a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e a legislação específica do Programa Bolsa Família. Aparecem ainda, com baixo percentual, o Plano Nacional de Política para o Idoso e o Estatuto do Idoso; a Lei e a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Lei Maria da Penha; e diversas e mais recentes legislações que atravessam não só o trabalho na assistência social como também as

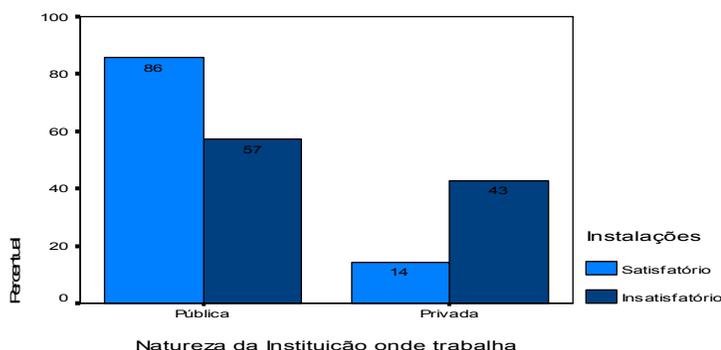
demais políticas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (12%) e o conjunto de leis que dá sustentação à área da saúde (12%) ocupam a atenção um terço dos profissionais.

Ainda sobre o suporte legal do trabalho, 21% dos assistentes sociais ressaltaram que recorrem à legislação específica da profissão, especialmente o Código de Ética e a Lei de Regulamentação. Percentual baixo frente ao empenho do conjunto CFESS/CRESS no sentido de reforçar junto à categoria a relação necessária entre o exercício profissional e apropriação do arcabouço normativo do Serviço Social, como instrumento viabilizador dos objetivos junto à população. Tais instrumentos, além de terem uma dimensão jurídica, têm uma dimensão política, na medida em que norteiam e disciplinam o exercício profissional para a defesa do Serviço Social, como profissão regulamentada, e para a qualidade dos serviços prestados aos segmentos usuários em vista do enfrentamento da questão social. No depoimento abaixo, um assistente social enfatiza sua percepção sobre a importância de se estar antenado com a legislação temática:

Mas a gente tem que ir sempre aprimorando por conta dessas leis recentes que a gente tem que estar sempre se aprofundando, porque sempre surge material recente. Na verdade o assistente social tem que estar sempre buscando (AS-g).

De acordo com os depoimentos, o nível de satisfação em relação às *condições físicas do ambiente de trabalho* está equilibrado; a metade dos profissionais manifestou-se satisfeita com seu local de trabalho. Por outro lado, alguns expressam também sua angústia, insatisfação e teceram críticas às condições do local de trabalho.

**GRÁFICO 43**  
CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES DO ESPAÇO QUE OCUPA



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

No setor público, há um nível maior de satisfação com relação ao local de trabalho e atendimento à população, porém, a maioria dos profissionais, atuantes nas duas esferas, relatou sua insatisfação sobre o espaço físico onde atende. Ficou evidente que ter um espaço específico próprio ao serviço social é coisa rara e, exclusivo para o assistente social então é quase impossível encontrar. Alguns assistentes sociais dividem o espaço com outro colega de profissão ou com outros profissionais de nível superior, em especial os psicólogos. Desse grupo, muitos assistentes sociais relataram:

Eu, por exemplo, não tenho aqui uma sala pra ficar; eu divido a sala com outro assistente social. Até quando tem outra reunião eu tenho que arrumar outro lugar pra ficar, mas até as instalações em si, eu considero ruins. Por conta do sigilo e tudo (AS-x).

O Conselho Tutelar, no sentido das condições físicas, é uma expressão do que se tem de mais precário nas condições de trabalho do assistente social na municipalidade de Tanguá. Soma-se a isso, a concepção sobre a função do assistente social e sua contribuição no conjunto de esforços que potencializa o atendimento, dentro dos princípios da integralidade, junto crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Nos depoimentos a seguir, percebe-se algumas angústias que se traduzem em insatisfações relacionadas às condições do ambiente onde o trabalho, de modo geral, se realiza; traduzem a realidade das condições de trabalho de um significativo grupo de assistentes sociais dessa pequena municipalidade:

Esta sala a gente tem encontrado dificuldade [...], porque tem feito muito calor e a gente não consegue trabalhar aqui, aí a gente fica migrando, vai para uma sala um dia e no outro dia para outra. Também esta sala não tem privacidade nenhuma. Todo mundo entra nela (AS-b).

Como você está vendo, acho que aqui falta muita coisa [...]. Uma das dificuldades que a gente está encontrando aqui na sala do atendimento [...] a gente não tem muita privacidade (AS-e).

Precárias. Mas isso aí eu estou falando tranquilamente porque já foi discutido e já estão viabilizando o espaço. Porque é o seguinte, tem uma salinha menor que essa [...] trabalha todo mundo junto, é uma salinha onde a gente divide a mesma mesa. Terrível! (AS-f).

[...] é sempre colocado na pior sala. O Serviço Social aqui não tem ar condicionado, a sala que agora a gente faz entrevistas, eu que peguei e comprei uma briga: quase que eu entrei aqui na porta e falei: aqui não (AS-f).

[...] não tem janela na sala que eu trabalho, mas eu não faço atendimento ali, quando eu tenho que fazer atendimento eu venho para cá, eu faço nesta sala

porque aquela não tem janela, o local é insalubre. Quer dizer, as pessoas não estão nem aí (AS-f).

Eu tenho essa sala que é pra atendimento, não é uma sala enorme, mas só que o problema é esse calor... Mas em relação aos outros municípios que eu passei aqui ainda é melhor (AS-u).

Diversas questões atravessam os relatos apresentados e revelam as contradições presentes na apreensão das condições e relações de trabalho, pois se de um lado há um reconhecimento sobre a valorização institucional dos profissionais, por outro, esta valorização não aparece nas condições técnicas de trabalho e no direito a privacidade no atendimento. Porém, isso expressa não só a desvalorização do trabalho do profissional, como também a forma como as expressões da questão social são tratadas no Brasil. Há, por parte de alguns entrevistados, a presença de certo conformismo, tendo em vista a concepção de que ainda existem situações piores do que a circunstanciada em Tanguá.

Um aspecto fundamental do exercício da profissão lembrado por Iamamoto (2007) afirma que, embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, o assistente social é um profissional que não detém as condições do seu trabalho, pois

na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional (IAMAMOTO, 2007, p. 63).

Assim, é importante recordar que o Serviço Social é uma profissão que se realiza nas “fronteiras institucionais”, pois está condicionada às exigências e às condições oferecidas pelo empregador, tendo sua ação regulada pela instituição que contrata seus agentes. Neste contexto, vivencia-se o desafio, como podemos constatar nas condições de trabalho em alguns espaços ocupacionais de Tanguá, da articulação de recursos que viabilizem o atendimento aos interesses dos usuários.

Sobre as condições do espaço físico, destacam-se na Resolução CFESS nº 493/2006, nos Artigos 1º e 2º que

é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico [...];

o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados (CFESS, 2006).

No compasso da importância do ambiente físico, está a situação do *material técnico de trabalho*, pois em seu cotidiano, o assistente social quase sempre produz material de registro de suas ações, com anotações referentes aos atendimentos efetivados à população e resultantes das diversas abordagens individuais, coletivas, pareceres sociais, atas de reuniões, além de uma diversidade de documentos que, muitas vezes, não tem o tratamento responsável, respeitoso e necessário em relação aos usuários que colocam suas vidas nas mãos do profissional. Frente a isso, freqüentemente, não se tem as condições institucionais para assegurar o princípio do sigilo profissional<sup>114</sup>.

Outro aspecto ressaltado nos relatos dos profissionais entrevistados refere-se ao conjunto de *recursos e equipamentos de trabalho* que contribui para gerar condições necessárias ao desempenho profissional.

Entre os recursos sinalizados como fundamentais no exercício da profissão no ambiente de Tanguá, **32%** dos assistentes sociais colocaram o computador com impressora e o acesso à Internet como recursos imprescindíveis em seu cotidiano. Prerrogativa que não se faz presente nesse cenário profissional, como se pode perceber nas seguintes declarações:

Não ter computador disponível compromete o levantamento de dados quantitativos dos usuários (AS-q).

[...] acho que precisa de **computador**, por que aqui na sala do serviço social a gente precisa utilizar o computador de outro setor; e aí, às vezes, eles estão lá usando o computador, a gente precisa fazer um relatório, precisa fazer um encaminhamento, encaminhamento é tudo feito à mão (AS-g).

Às vezes precisa-se puxar um formulário de BPC na internet e não se consegue por falta desse recurso (AS-g).

Em segundo lugar, vem o acesso privado a uma linha de telefone (**26%**) que constitui prioridade no exercício cotidiano da profissão. Uma particularidade dessa questão é que seu uso é mais em vista da articulação intersetorial e viabilização dos encaminhamentos, pois de acordo com os relatos, a maioria dos usuários não tem

---

<sup>114</sup> A Resolução CFESS n. 513/2007 delibera sobre a importância da lacração do material técnico sigiloso do Serviço Social, apontando as normas e procedimentos para garantia do caráter confidencial das informações que o assistente social vier a receber, em razão de seu trabalho, bem como do material técnico produzido.

telefone residencial, há a difusão entre eles do telefone móvel, porém as instituições empregadoras, na maioria, bloqueiam ligação para este tipo de telefone.

Telefone é muito complicado porque é muito limitado, a gente só pode fazer ligação para fixo e nem sempre os contatos que a gente necessita fazer é para telefone fixo (AS-b).

A maioria das famílias não tem telefone, então não adianta muito pra contato com a família, a não ser que seja pra contato mesmo com outras pessoas, para o intersetorial (AS-x).

[...] às vezes a gente faz um atendimento e não tem telefone aqui na sala. Vou dar um exemplo: teve um caso de uma mulher que sofreu violência doméstica e a gente precisou fazer uma intervenção, ligar para uma delegacia e não há privacidade, tem que ir até lá na recepção para a telefonista ligar (AS-g).

Falta telefone. A gente fala na recepção, às vezes a gente quer tratar um assunto do trabalho, mas não quer que todo mundo ouça fica complicado. Todas as salas têm telefone. Você pode entrar em todas as salas que terá um telefone, aqui é a única que não tem. Mas eu acho o telefone essencial (AS-z).

Outros “problemas” relacionados pelos entrevistados no enfrentamento dos limites de infraestrutura foram ressaltados, como a necessidade de veículos e arquivos documentais, entre outros, em vista da garantia de um atendimento de qualidade aos usuários.

Quanto ao *trabalho em equipe interprofissional*, de acordo com os 14 assistentes sociais entrevistados, o trabalho realizado nos diferentes espaços ocupacionais, público e privado, das cinco diferentes políticas, caracteriza-se pelo aspecto “interprofissional” do atendimento ao usuário; **79%** dos assistentes sociais atuam em equipes. Pelo Gráfico nº 45, observa-se que foram considerados os diferentes trabalhadores que interagem no cotidiano profissional do assistente social, de acordo com a experiência relatada de trabalho em equipe interprofissional.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Dentre as diferentes profissões que fazem interface ao trabalho dos assistentes sociais em Tanguá, a área de psicologia (**21%**), tem maior preponderância. Este dado tem relação com a exigência da Política de Assistencial Social, detentora da maior contratação de assistentes sociais no município, que de acordo com os parâmetros legais, requer a presenças desses dois profissionais em sua execução.

Alguns profissionais relataram sua experiência em equipe, destacando o próprio Serviço Social (**13%**), pois realizam um trabalho integrado com os próprios colegas de profissão; trata-se, neste caso, de experiência na esfera pública onde há maior concentração de assistentes sociais. Em outros depoimentos o assistente social aparece como o único profissional de nível superior na equipe. Os demais trabalhadores são da área administrativa, apoio educacional e serviços gerais (**10%**).

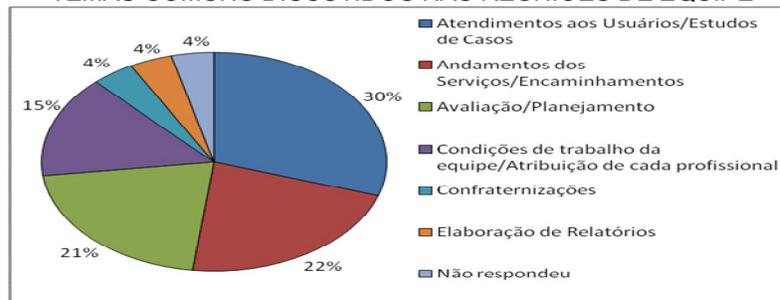
De modo geral, as profissões que compõem o cotidiano de trabalho em equipe em Tanguá são: Pedagogo (**10%**), Educador do Ensino Fundamental (8%), Coordenador/Diretor - não foi especificado o tipo de formação acadêmica (**6%**), Terapeuta ocupacional (**4%**), Fonoaudiólogo (**4%**), Nutricionista (**4%**), Fisioterapeuta (**4%**), Psiquiatra (**4%**), Enfermeiro (**2%**), Neurologista (**2%**), Educador Físico (2%), Engenheiro (**2%**), Advogado (**2%**).

De acordo com os depoimentos, há uma freqüência de reuniões na maioria das equipes, atividade considerada fundamental na dinâmica profissional. Porém, houve relatos de experiências em que não acontecem reuniões, pois este propósito se dilui no cotidiano *simbiótico* com profissionais, como da psicologia:

A reunião é no cotidiano, porque o atendimento é o tempo todo junto com a psicóloga, a reunião é o tempo todo. A gente está fazendo relatório e lembra alguma coisa; uma pergunta a outra. Ela foi uma pessoa que me deu uma ajuda imensa, sabe. Eu aprendi muita coisa aqui com ela, ela me ajudou muito mesmo (AS-e).

Os temas de grande incidência nas reuniões das equipes interprofissionais estão relacionados primeiramente aos usuários, o que envolve o atendimento e estudos de caso(**30%**), encaminhamentos e pendências(**22%**).

**GRÁFICO 45**  
TEMAS COMUNS DISCUTIDOS NAS REUNIÕES DE EQUIPE



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Em terceiro lugar (**22%**), o andamento dos serviços em geral englobando avaliação e planejamento dos trabalhos. Tem destaque, de acordo com os depoimentos, as condições de trabalho dos profissionais e as atribuições de cada um (**15%**).

Os momentos de confraternização (**4%**) foram considerados como parte integrante das reuniões de equipe, bem como a elaboração de relatórios e pareceres (**4%**). Apenas um profissional não se manifestou a respeito desta questão. Observa-se que o estudo e o planejamento não aparecem na dinâmica das reuniões em equipes interprofissionais, o que nos remete às questões anteriores.

De modo geral, os desafios apresentados pelos assistentes sociais no trabalho interprofissional giram em torno de questões comuns em atividades em equipe, pois em alguns relatos aparecem como maior dificuldade a obrigação de mostrar resultados frente aos demais profissionais e sintonizar a linguagem num grupo tão heterogêneo. Porém, dentre os desafios do trabalho em equipe interprofissional, a maior dificuldade, indicada por **37%** dos profissionais, está relacionada ao desconhecimento da profissão de Serviço Social. Os profissionais entrevistados relatam que, como consequência deste desconhecimento da profissão por parte dos demais profissionais, há a visão de que qualquer um faz o trabalho do assistente social:

A gente discute muito sobre as atribuições de cada um, a gente gosta também de fazer essa troca a fim de que cada um entenda o que cada um faz [...]. Infelizmente acontece em alguns programas que uns querem fazer o nosso trabalho (AS-g).

Têm pessoas que não entendem muito, vou falar o caso do serviço social, e acabam não respeitando muito o trabalho do serviço social, achando que qualquer um deles pode fazer (AS-b).

Quem não tem ensino superior não entende a necessidade do nosso trabalho, acha que qualquer um pode fazer. Isso gera pra gente algumas dificuldades (AS-h).

Porque nós somos os únicos profissionais que parte para trabalhar numa equipe multidisciplinar que somos propositivos. Somos técnicos que temos sempre uma proposta frente a uma ação demandada. Você tem que ter alguma coisa a mais para acrescentar, para orienta, para estabelecer (AS- n).

O enfrentamento da mentalidade de que qualquer um faz o trabalho do assistente social ultrapassa os limites de uma equipe interprofissional; esta mentalidade atravessa o cotidiano desses sujeitos e se espraia para todos os lados dentro da municipalidade.

A *supervisão de estagiários* na experiência do Serviço Social de Tanguá, embora venha sendo construída há anos, no mapeamento das atividades e atribuições de rotina, ela não foi considerada pelos assistentes sociais entrevistados. No quadro abaixo, buscamos apresentar um conjunto de informações que identificam esta experiência nesta atividade.

QUADRO 06: SUPERVISÃO DE ESTAGIÁRIOS

<b>Experiência como Supervisor</b>	Sim 86%	Não 14%	Total 100 %		
<b>Quanto tempo</b>	Entre 2 meses a 1 ano 54%	Não respondeu 23%	Entre 2 e 3 anos 15%	7 anos 8%	Total 100 %
<b>Origem dos Estagiários</b>	UNIPLI 82%	UFF 18%	Total 100 %	---	---
<b>Atualmente tem Estagiários</b>	Sim 36%	Não 50%	Não respondeu 14%	Total 100 %	---
<b>Há relação entre Campo/Academia</b>	Não 57%	Sim 21%	Não respondeu 21%	Total 100 %	---

Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

De acordo com os depoimentos demonstrados no quadro 6, **86%** dos profissionais detêm experiência nesta área, numa média de tempo de experiência que varia entre 2 meses a 7 anos, sendo que **54%** ainda estão no início, concentrados na primeira experiência nesta atribuição. Em relação aos estagiários, **82%** vêm da rede privada de ensino e **18%** do ensino público.

Atualmente, **36%** dos assistentes sociais estão acompanhando estagiários e **57%** informaram que não há relação entre a academia e o campo de estágio.

Apenas dois assistentes sociais, entre os entrevistados, passaram pela experiência de estágio na própria instituição onde atualmente trabalham, sendo imediatamente contratados pelas mesmas; neste sentido, conclui-se que há um baixo número de absorção institucional desses estagiários, ao considerar que **63%** desses profissionais não são concursados, além dos que estão na iniciativa privada,

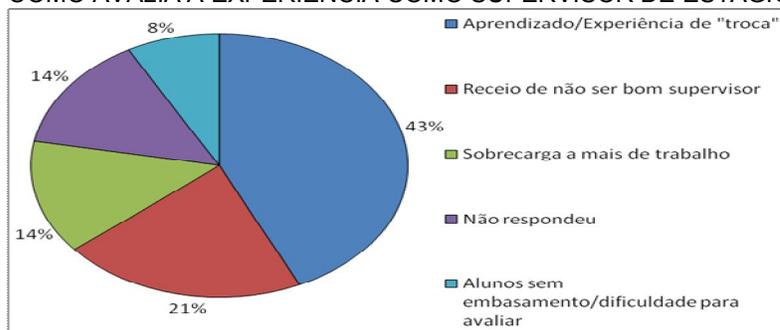
há os profissionais contratados na esfera pública cuja inserção é através de seleção interna.

Em relação à avaliação sobre a experiência de supervisão, a partir dos depoimentos, observamos que **34%** dos assistentes sociais concebem a supervisão de estagiários como uma oportunidade de aprendizagem e de troca entre profissional/aluno, conforme podemos perceber nos seguintes depoimentos:

Pesquisar algumas coisas que você não sabe ou, de repente, estar explicando alguma coisa que você já sabe [...]. Você acaba recorrendo mais à teoria, porque às vezes na prática a gente não faz isso, mas você acaba fazendo mais esse link porque o estagiário chega e acabando exigindo indiretamente (AS-x).

O estagiário conta: eu tive aula disso e daquilo, aí você vai traz um caso pra ele estar revendo ali, misturando com a teoria [...], eu acho muito interessante (AS-x).

**GRÁFICO 46**  
COMO AVALIA A EXPERIÊNCIA COMO SUPERVISOR DE ESTÁGIO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Do grupo, **24%** encaram a supervisão como uma sobrecarga a mais de trabalho, ressaltando a dificuldade para avaliar de forma honesta e ética os alunos sob sua supervisão e, ainda, que o aluno chega com muitas dúvidas e requer muita atenção do profissional; **17%** dos assistentes sociais preferem não assumir essa atribuição a ser um supervisor ruim, justificando-se, inclusive, pela experiência negativa que tiveram no período de graduação; com **7%** cada, temos os profissionais que questionaram o despreparo dos alunos ao chegarem aos campos de estágio: os alunos encontram-se destituídos de embasamento teórico e ético, o que compromete seu aproveitamento nesta etapa de formação; os profissionais que apontaram a não articulação entre a academia e o campo de estágio e os que não responderam a essa questão. Por fim, **3%** informaram sobre sua falta de identificação com a área de supervisão.

De acordo com o conjunto de parâmetros jurídicos legais que vem dando

sustentação ao Estágio Supervisionado<sup>115</sup>, o estágio é uma “atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. (ABEPSS, 1996). Supervisão que, para o profissional, é uma atribuição privativa no exercício da profissão e será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização. Assim, para que um estágio supervisionado aconteça uma das principais exigências é a presença direta e do acompanhamento de um assistente social na instituição onde o estágio se efetiva.

Pela condição de profissão, que tem um caráter interventivo, o estágio realizado durante a formação acadêmica que na proposta da ABEPSS articula de forma indissociável ensino, pesquisa e extensão, constitui uma disciplina imprescindível no processo de formação e amadurecimento do discente, possibilitando o contato e apreensão das diferentes expressões da questão social (ORTIZ, 2006). Entretanto, no cotidiano profissional a prática da supervisão constitui um dos dilemas atuais na profissão, conforme pudemos constar nos depoimentos acima.

Guerra e Braga (2009) lembram que a “supervisão em Serviço Social é uma atividade privativa desde a primeira versão da Lei de Regulamentação da Profissão, que data de 1952, sendo aprovada em 1957”. Ressaltam que existem diversas modalidades de supervisão em Serviço Social<sup>116</sup>, porém, a mesma é a mais difundida tendo em vista sua centralidade nas diretrizes da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 542).

---

<sup>115</sup> Constituem parâmetros jurídicos específicos da profissão para o Estágio Supervisionado em Serviço Social: o Código de Ética Profissional (artigos 4º e 21º); a Lei de Regulamentação da Profissão (artigos 5º e 14º), as Diretrizes Curriculares e Gerais para o Curso de Serviço Social (MEC/CFESS), a Resolução CFESS nº 533/2008 que regulamenta supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio construída pela ABEPSS, em 2009, que vem sendo discutida com a categoria, com vistas à sua aprovação. Há ainda a legislação acerca do estágio em geral: a Nova Lei de Estágio nº 11.788/2008 sancionada pelo Presidente Lula.

<sup>116</sup> Dentre as modalidades de Supervisão em Serviço Social analisadas por Guerra e Braga (2009), destacam-se a “supervisão de políticas sociais, programas e projetos”, “supervisão técnica de equipes e de profissionais” e a “supervisão de estágio em Serviço Social”. De acordo com as autoras, cada modalidade tem suas particularidades e singularidades e, em qualquer dessas modalidades há a necessidade de preparação/qualificação de modo que a supervisão passa a ser a mediação necessária na preparação de profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso (ibid. p. 532-35).

## 4.2 Inserção profissional nos espaços de controle democrático e o desafio da mobilização popular

A concepção de Estado democrático de direito constitui cada vez mais um processo contínuo e em construção. Afirma-se isso tendo em vista que a consolidação dessa experiência, de acordo com Bravo, Menezes e Pedreira (2007, p. 17-18), é um processo de longa duração principalmente o atual momento do país, que é de adoção das políticas neoliberais, políticas estas que são antidemocráticas, antipopulares. Recorda a autora que, historicamente, a categoria “controle social” foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. É nessa concepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia, remetendo a um sentido coercitivo sobre a população. Porém, com a Constituição de 1988, no marco do processo de redemocratização da sociedade brasileira, o sentido controle social passa a ser o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais.

Controle social, então, tem um sentido de participação popular na definição, no controle e na avaliação dos resultados do investimento público, que deixa de ser uma participação episódica, para tornar-se cotidiana (QUINTÃO, 2005, p.8). Uma participação que interfere na gestão pública com uma discussão coletiva, concebida como a gestão nas políticas, por meio do planejamento e da fiscalização, pela sociedade civil organizada

É nessa perspectiva de controle social que os Conselhos de política e de direito se constituem, caracterizando-se como espaços públicos estatais compostos por representantes do Executivo e de organizações representativas da sociedade civil, que, uma vez criados, não podem ser extintos por ato dos governantes. Além da função de deliberar sobre as políticas públicas, os Conselhos têm a função de controlar e acompanhar a efetivação das ações, com o papel de incidir no ciclo orçamentário com o Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Um dos sentidos da participação da sociedade civil nestes espaços é o de radicalizar a democracia de acordo com o artigo 204 da Constituição Federal. Pois é no âmbito do Estado que os direitos são assegurados, universalizados e materializados em políticas públicas e sociais, porém a qualidade política do Estado depende da qualidade política da sociedade.

Nesse sentido, o caráter deliberativo e controlador dos Conselhos<sup>117</sup> tem em vista a necessidade da democratização das decisões de governo e a possibilidade de segmentos da sociedade civil participar da construção dos planos, programas e projetos. O desafio colocado para a representação governamental é a de ter nos Conselhos de políticas e de direitos a possibilidade da construção de políticas de Estado e não tão somente do governo eleito. Um dos desafios políticos dos conselheiros é o dever de pautar o debate, a formulação, a proposição e deliberação de políticas públicas que universalizem os direitos sociais.

De acordo com Abreu (1999), os conselhos apresentam-se como uma mediação da participação da sociedade civil na esfera estatal, e sua institucionalização reflete interesses contraditórios de inscrição da sociedade civil no sistema descentralizado e participativo de gestão das políticas públicas.

Nesta mesma visão crítica, Bravo (2009) analisa que atualmente há duas vertentes que norteiam a análise dos conselhos: a primeira é fundamentada em Gramsci e tem a adesão da maioria dos estudiosos do Serviço Social. Nela, as contradições de classes são apreendidas como questão central desses mecanismos e, nesse sentido, os Conselhos são concebidos como arena de conflitos, onde estão em jogo interesses antagônicos. A segunda vertente que expressa outras áreas de estudo, concebe os Conselhos como espaços de consenso, de pacto, onde os diferentes interesses sociais convergem para o interesse de todos (BRAVO, 2009, p. 406).

Em relação à descentralização do poder federal e à democratização das políticas públicas, o município é reconhecido como ente autônomo da federação, transferindo-se, para o âmbito local, novas competências e recursos públicos capazes de fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas. Porém, de acordo com análise de Bravo, Menezes e Pedreira (2007), é comum em muitos municípios do país a criação de alguns Conselhos apenas para cumprir exigência legal, já que esta é condição para o repasse de verbas. Nesse sentido, muitas vezes não há nenhuma preocupação por parte do poder público em garantir o direito da população.

---

<sup>117</sup> Em relação ao caráter deliberativo dos conselhos, há os que defendem o seu fim argumentando que os Conselhos devem se constituir apenas como um fórum. Este posicionamento é analisado como uma expressão clara de uma negação da sociedade brasileira que, na Constituição de 1988, se pronunciou a respeito da participação popular na formulação e no controle das políticas públicas.

Em relação ao trabalho dos assistentes sociais nos espaços de controle democrático trata-se, *a priori*, de acordo com Bravo (2009), de uma categoria profissional que tem como desafio a retomada de alguns pressupostos já incorporados pelo Serviço Social, tais como: a ampliação da esfera pública, o fortalecimento de instâncias democráticas e a garantia de direitos sociais, desafios aos profissionais que têm como referência um novo projeto societário.

O envolvimento dos assistentes sociais neste campo do controle social tem como objetivo fortalecer a gestão democrática por meio do fomento à participação e mobilização da sociedade. O conjunto CFESS/CRESS, no âmbito dos Estados, vem priorizando a participação nos conselhos de direito e políticas como forma de garantir o controle social das políticas públicas.

A experiência dos assistentes sociais nos espaços de controle social, conforme análise de Bravo (2009) vem se expressando sob duas formas: como conselheiros e como profissionais. Com relação à segunda forma, há duas direções: o apoio-técnico ou técnico-administrativo e o técnico-político, envolvendo assessoria, pesquisa, socialização de informações. No entanto, ressalta a autora, a categoria não está sistematizando essas ações.

Abreu (2002) discute as funções pedagógicas e intelectuais do assistente social na constituição dos projetos societários pelas classes sociais<sup>118</sup>, na perspectiva do avanço da contribuição desta categoria na construção de uma nova sociabilidade pelas classes trabalhadoras. A autora afirma as instâncias conselhistas

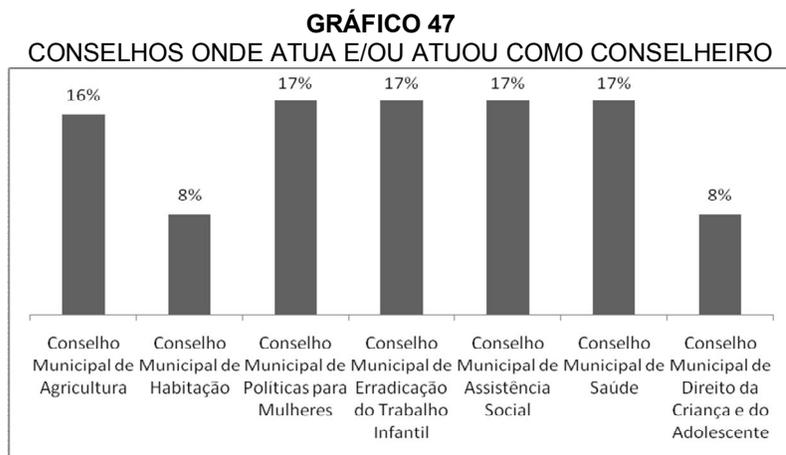
---

<sup>118</sup> Abreu (2002) discute a função pedagógica do assistente social mediada pelas políticas públicas – em especial a assistência social – e pelos processos organizativos e lutas das classes subalternas, inscrita nos processos de organização da cultura por parte das classes sociais. O Serviço Social apresenta perfis pedagógicos diferenciados ao longo da trajetória profissional: a “pedagogia da ajuda”, a “pedagogia da participação” e a “pedagogia emancipatória das classes subalternas”, que coexistem, refuncionalizadas em disputa no cenário profissional contemporâneo. A *pedagogia da ajuda* constitui o primeiro perfil do exercício profissional do assistente social caracterizada pela ajuda psicossocial individualizada, cuja função pedagógica é a formação do trabalhador “fordiano” no processo de organização do americanismo. A *pedagogia da participação* constitui o segundo perfil do exercício profissional do assistente social e caracteriza-se como uma das expressões da estratégia desenvolvimentista modernizadora, calcada nos princípios da auto-ajuda e da ajuda mútua e que teve forte impulso através do Desenvolvimento de Comunidade, um dos métodos do chamado Serviço Social tradicional. A *pedagogia Emancipatória* constitui o terceiro perfil do exercício profissional do assistente social, caracterizou-se pela contestação e ultrapassagem das políticas participacionistas integrativas e subalternizantes e pela construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas. O pressuposto é que a função pedagógica do assistente social é determinada pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais; a função pedagógica do assistente social se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos no fazer profissional. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social. A perspectiva da autora funda-se na análise gramsciana sobre a questão pedagógica, vinculando-a ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade.

como espaços profissionais legítimos para os assistentes sociais e de sua contribuição na definição dos rumos desse processo.

Quanto à experiência nesses espaços a partir do exercício profissional no município de Tanguá e a relação que os assistentes sociais têm com a temática em pauta, um conjunto de questões subsidiou a coleta dos dados. Nessa realidade, a inserção dos assistentes sociais nos conselhos de política e de direito se dá na qualidade de conselheiros representantes tanto do poder público quanto das entidades de atendimentos oriundas da sociedade civil. A condição de trabalhador assalariado do assistente social é tensionada, pois alguns empregadores tolhem a possibilidade de atuação política desse profissional que só participa se for liberado.

Dos profissionais entrevistados, **86%** relataram conhecer algum conselho ou fórum de política e ou de direitos; apenas **14%** expressaram seu desconhecimento. A metade do grupo, no momento da entrevista, estava assumindo a função de conselheiro ou atuando em comissões de algum conselho. Porém, percebemos que em alguns profissionais revelava-se certa confusão no entendimento sobre a natureza de um Conselho e de uma Conferência, confundindo participação em conselho como conselheiro e em conferência como representante institucional<sup>119</sup>.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Entre os conselhos nos quais os assistentes sociais marcam ou marcaram presença dentro do município há uma proporcionalidade de **17%** para cada um dos

<sup>119</sup> As conferências são fóruns periódicos onde diversos segmentos sociais se reúnem para avaliar a situação da política específica, definir prioridades e estratégias de ações e propor as diretrizes da política. Segundo Bravo (2007), esses espaços são importantes para que a sociedade participe da discussão, formulação e aprovação de propostas, logo é fundamental que a população esteja organizada para garantir a realização desse fórum e, assim, exercer seu direito de interferir na gestão da política pública.

seguintes conselhos: CMA (Conselho Municipal de Agricultura) CMDM (Conselho Municipal de Direitos da Mulher), CMETI (Conselho Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil), CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e CMS (Conselho Municipal de Saúde). E 8% igualmente para o CMDCA (Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente) e o CMH (Conselho Municipal de Habitação).

Ainda dentro do município, há a participação no COMETI – Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e foi ressaltada a participação no Fórum de discussão sobre política para pessoa com deficiência, um espaço organizado tendo em vista a implantação do Conselho Municipal de Direitos das PPDs.

Além da participação no âmbito municipal, alguns citaram sua participação nos seguintes espaços no nível estadual: COMPETI – Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; FEPETI – RJ – Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente do Rio de Janeiro.

O período da pesquisa de campo foi logo após a realização de algumas Conferências Municipais, inclusive a Conferência de Assistência Social estava muito marcada na memória dos profissionais entrevistados, tendo em vista a mobilização que envolveu os profissionais de várias áreas para assegurar a participação da população usuária<sup>120</sup>. As manifestações durante a entrevista estavam permeadas da emoção vivenciada na dinâmica desta Conferência, conforme podemos observar no seguinte relato:

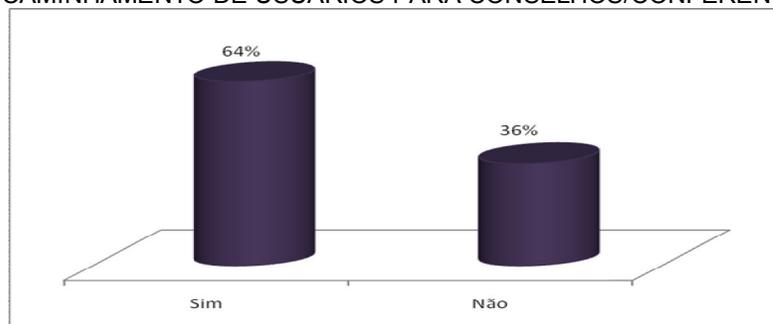
Eu fiquei surpresa recentemente com as Conferências, fiquei surpresa mesmo. A participação, o empenho praticamente da nossa equipe técnica, houve um trabalho bem bacana de a gente estar chamando a população para uma Pré-Conferência; nós chamamos a população, os CRAS chamaram seus usuários para poder explicar o que é uma Conferência, que aqui no município estaria acontecendo uma Conferência, houve uma mobilização (AS-f).

---

<sup>120</sup> É oportuno colocar que, neste ano de 2009, a temática *participação e controle social* marcou a agenda das Conferências de Assistência Social por todo o Brasil, com base no texto oficial proposto pelo CNAS. Em Tanguá, realizou-se a VI conferência de Assistência Social do município e os assistentes sociais estavam no afã desta discussão temática, pois, entre os objetivos da Conferência estava a discussão e avaliação da participação popular e o exercício do controle social no âmbito do SUAS, a definição de estratégias de fortalecimento da participação popular; discussão da atuação das entidades de assistência social e sua responsabilidade no âmbito do SUAS, na execução da política e na perspectiva do fortalecimento do controle social em todos os níveis da participação popular e da democratização de sua gestão interna, entre outras.

Em relação ao papel que compete ao assistente social de mobilização dos sujeitos, usuários dos serviços, **64%** revelaram que encaminham usuários para os espaços de controle social e **36%** manifestaram que não têm envolvimento com esta questão.

**GRÁFICO 48**  
ENCAMINHAMENTO DE USUÁRIOS PARA CONSELHOS/CONFERÊNCIAS



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

A perspectiva de mobilização popular constitui um dos grandes desafios na atualidade, pois se trata de uma temática ampla e fundamental na reconstrução da democracia no Brasil. Atualmente, a mobilização dos usuários dos programas e das políticas em vista do controle social ainda é incipiente. Nos conselhos da política de assistência social e nos demais conselhos de direito relacionados a esta política é onde se encontra o maior desafio à participação, um dilema presente em nível nacional.

Há distorções na composição dos Conselhos, pois entidades representativas vêm ocupando vagas do segmento dos usuários e isso implica no caráter paritário dos conselhos. (BRAVO, 2007, p. 32-33)<sup>121</sup>. É na participação nesses espaços de controle onde há uma tendência dos profissionais representarem ou substituírem a representação desse segmento, que tem acento garantido em legislações específicas. Essa ausência de usuários nos conselhos muitas vezes é porque os profissionais os representam, o que pode caracterizar uma falsa representação, como uma farsa, pois o assistente social atua como tutor do usuário.

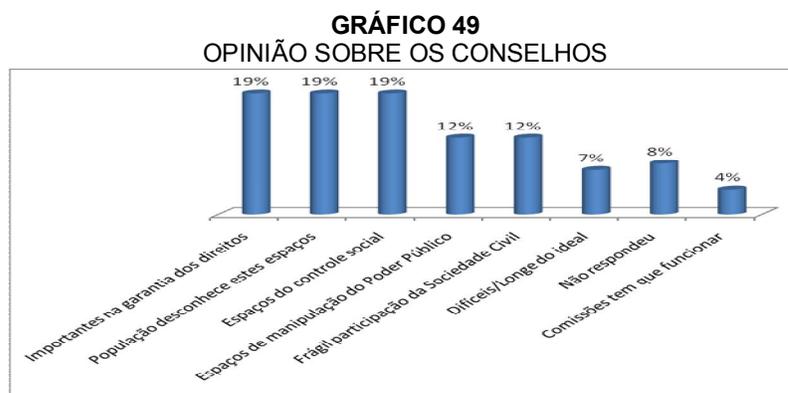
Enquanto espaço de desenvolvimento de processos sociais, as políticas públicas, desde a sua formulação, constituem-se também espaço da luta social,

<sup>121</sup> Dentre os Conselhos ativos no Brasil, a participação de usuários tem destaque maior na área de políticas para PPDs, onde os segmentos usuários historicamente têm grande participação. Sua mobilização alcança todos os níveis de atuação, desde o município até o âmbito nacional.

envolvendo mobilização e alocação de recursos. Portanto, potencializar esse espaço político com a presença de usuários é desafio que tem feito parte da agenda de muitos assistentes sociais na perspectiva socioeducativa que reforce a luta pelo direito à cidade, que deve ter a participação de seus munícipes definindo seu rumo.

Enfim, como uma das competências do assistente social, a mobilização popular em Tanguá caracteriza-se um desafio duplo, haja vista o quão contraditório é a pretensão de mobilizar uma “massa” que vive à beira do pauperismo e busca respostas imediatas às suas necessidades elementares.

Contudo, embora avaliem os conselhos como importantes espaços na garantia de direitos (**19%**) e para o controle social (**19%**), conforme demonstra gráfico 50, alguns profissionais são críticos em relação a alguns aspectos contraditórios dos Conselhos.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Observa-se que a crítica diz respeito ao fato de haver um desconhecimento por parte da população (**19%**); manipulação do espaço pelo poder público (**12%**); comissões que não funcionam (**4%**); uma frágil participação da “sociedade civil” nas reuniões (**12%**) que são muitas vezes esvaziadas, não há divulgação da agenda de suas reuniões e estas acontecem nos horários em que a população trabalha<sup>122</sup>, ou seja, em dias úteis e em horário comercial. Portanto, difíceis e longe do ideal (**7%**), o que acaba por beneficiar apenas os representantes governamentais em detrimento

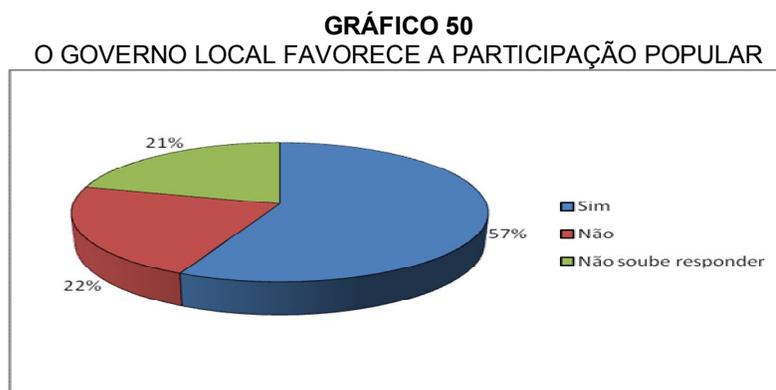
<sup>122</sup> Bravo (2007, p. 23) analisa que os Conselhos não são apenas um espaço de discussão, mas de tomada de decisões coletivas que podem mudar a direção da política. Neste sentido, a periodicidade das reuniões garante a continuidade das discussões das questões levadas ao Conselho e possibilita a implementação das deliberações, ao passo que uma reunião que acontece, apenas para atender uma emergência burocrática, compromete o processo da participação democrática. Enfim “as reuniões devem ser periódicas para que, de fato, o Conselho cumpra com o seu papel de controle social.

da participação de representantes da sociedade. Apenas **8%** não responderam a esta questão. Portanto, alcançar a paridade em que todos os sujeitos participem igualmente é um grande desafio.

Com relação à avaliação dos Conselhos como espaços de participação e atuação profissional dos assistentes sociais, **38%** vêem os Conselhos como instrumentos para efetivação do controle social e da garantia de direitos da população trabalhadora.

Nesse contexto, a percepção se o governo local favorece ou não a participação popular ficou influenciada pela recente mobilização da população para as conferências, em especial a Conferência Municipal de Assistência Social. Para esse evento o poder público dispôs de recursos para garantir a participação de representantes, colocando transporte à disposição do pessoal da área rural e/ou de difícil acesso, conforme considerações da nota 117. Tudo isso ficou permeado na análise sobre a dinâmica local de participação no processo de democratização da dinâmica das políticas públicas.

Talvez, em razão disso, **57%** reconheceram que o governo atual do município propicia a participação da população nos assuntos de interesse público exemplificando além do incentivo para participação nos Conselhos e nas Conferências, a promoção de eventos oficiais fora do Gabinete, os mutirões nos Bairros em vista da melhoria em espaços públicos.

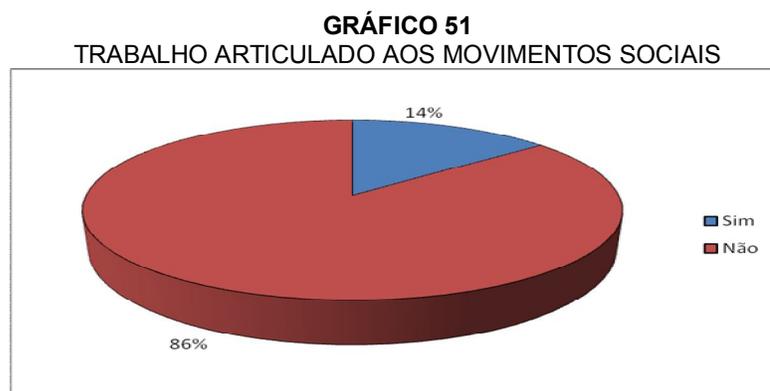


Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Do grupo entrevistado, **21%** acham que o governo local não favorece essa participação e **21%** manifestaram não saber por não atuar diretamente na realidade do município ou por estar há pouco tempo nesta realidade.

Quanto aos movimentos sociais, para Bravo, embora os profissionais de Serviço Social tenham incorporado desde os anos de 1980 a temática dos movimentos sociais na formação da profissão, nas pesquisas e na produção acadêmica, a articulação do debate com análises empíricas e sua relação com o trabalho profissional ainda é muito pequena. Com base na pesquisa realizada por Durigueto, a autora analisa ainda que a categoria tem dificuldade de tomar sua inserção frente aos movimentos sociais como trabalho profissional.

Em relação à participação dos assistentes sociais de Tanguá nos movimentos sociais, **86%** revelaram que não atuam e nem articulam seu trabalho a nenhum movimento social e político da sociedade. Somente **14%** expressaram sua participação, porém, o tipo de movimento a qual se referem está correlacionado à dinâmica do controle social institucionalizado pelas legislações das políticas públicas nas quais estão inseridos, portanto, não se tratam de movimentos sociais propriamente ditos.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

O tema dos movimentos sociais estava regado de certa obscuridade pelo grupo entrevistado, porém isto é uma expressão do quanto o assunto está distanciado na atualidade e na formação acadêmica. Durante as entrevistas, a questão da articulação com algum movimento social sempre vinha acompanhada de um “como assim?”. Inclusive, alguns fizeram uma análise crítica acerca da conjuntura atual se perguntando se ainda existe algum movimento dessa natureza. Na ocasião, se perguntava se em Tanguá e em seu entorno existia de fato algum movimento social. Nesse sentido, é importante observar que esta dimensão do

exercício profissional não teve atenção e destaque quando o grupo relatou sobre sua rotina de trabalho conforme analisado anteriormente (quadro 5).

De acordo com Gohn (2009), na atualidade há muitas ações coletivas que não são movimentos sociais propriamente ditos, sendo que várias das teorias contemporâneas estão focalizando estas ações. Ao ressaltar que a discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, a autora tece um panorama geral sobre a crise do paradigma dominante da modernidade e as novas dimensões que passaram a ser valorizadas em decorrência dessa crise. Entre as novas discussões, a autora situa o campo das políticas públicas, na forma como se elaboram as políticas institucionais que buscam normatizar e regular as relações entre sociedade civil e sociedade política.

A hipótese de Gohn sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil na atualidade, consiste em que:

eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população [...]. A sociedade civil torna-se, no imaginário popular, o centro de referência do bem e passa a ser reduzida, por muitos, à esfera das ONGs e entidades do terceiro setor. Talvez, se existir alguma resistência social, ela ocorra nos atos de desobediência civil ou em atividades “de costas para o Estado” (GOHN, 2009, p. 60).

Para Gohn, com a invasão do pragmatismo/presentismo no campo da política, no plano das ações do Estado, o sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado (GOHN, 2009, p. 64-65).

De acordo com Yamamoto (2009, p. 22) em decorrência direta das classificações efetuadas pelas políticas públicas que são estruturadas segundo as recomendações dos organismos internacionais consoantes os preceitos neoliberais, há a tendência de fragmentar os usuários dessas políticas e a transformar as classes trabalhadoras em sujeito coletivo, diluindo-se, assim, componente de classes.

Ainda de acordo com Gohn, as análises fundadas nas narrativas que estabeleciam uma clara conexão entre classes sociais e movimentos sociais, e a centralidade da classe operária como sujeito fundamental das transformações, reduziram-se em toda a América Latina (GOHN, 2009, p. 60). Uma das novidades na América Latina, do ponto de vista dos movimentos e ações coletivas, é o uso da

categoria “mobilização social”. Esta categoria, de acordo com estudiosos da área, refere-se a ativações que visam mudança de comportamento ou adesão a dados programas ou projetos sociais, envolve uma série de processos e aquisição de novos valores e, nessa acepção, mobilização é uma categoria gêmea de participação (GOHN, 2009, p. 65).

As possibilidades até aqui discutidas em vista do protagonismo dos sujeitos sociais - como a perspectiva de controle social que ainda está em construção, o desafio de mobilização, haja vista que o processo de construção da redemocratização do Brasil ainda está inconcluso, a autonomia dos movimentos sociais -, tudo isso tem uma particularidade especial ao ser situado na realidade de uma pequena municipalidade que é regada por uma cultura política local que muitas vezes caminha na contramão da noção de *Estado ampliado* ou *Estado democrático de direito*.

Assim, a questão do populismo, clientelismo, as relações de tutela e favor são um processo relacionado à cultura política e seu rompimento passa por uma maior transparência na gestão das políticas públicas e pela experiência conselhistas e de mobilização popular. É sobre esse debate que vamos tratar na próxima seção, quando enfatizamos que, no contexto da formação social e política brasileira, a relação entre as esferas pública e privada tem a forte marca do poder privado sob a faceta do *coronelismo* e *populismo*.

#### **4.3 A atuação profissional diante da cultura política local e desafios**

A cultura política brasileira aparece e aflora de uma forma muito mais presente nas relações sociais de um pequeno município, onde as relações são muito diretas, numa forte tendência ao personalismo. Assim, como a maioria dos pequenos municípios brasileiros, Tanguá carrega alguns traços característicos próprios de uma cultura política que vem sendo gestada desde o processo de formação social, político e econômico do Brasil, marcada pelo clientelismo e seus efeitos: dependência pessoal, paternalismo, compadrio, mandonismo, troca de favores, favoritismo, configurando uma forma de relação social entre partes que não detém o mesmo poder.

Com esses traços se erguem as políticas sociais brasileiras, marcadas pelo paternalismo político e funcionalidade econômica, por um clientelismo que teve parte na transformação de direitos legítimos em privilégio.

Chauí (1994) ao analisar o populismo no Brasil partindo de uma matriz teológico-política apresenta como um dos traços desse tipo de poder o seguinte conceito:

é um poder que **procura realizar-se sem as mediações políticas**, isto é, um poder que **procura afastar e que opera ativamente para afastar as instituições políticas**, tanto os partidos políticos, como formas políticas de organização da sociedade civil, quanto a própria estrutura de organização do Estado, sob a forma mediada dos três poderes republicanos. **Pretende operar numa relação direta entre governantes e governados** (CHAUÍ, 1994, p. 19, grifo nosso).

Nesse tipo de relação social, fortalece-se a idéia do Estado sem sociedade civil, portanto, sem a efetivação do controle social. As relações de poder têm uma interferência direta na vida dos sujeitos sociais e ao mesmo tempo as relações comunitárias acontecem sem intimidades; a relação público-privado é muito diluída, pois as relações são muito diretas.

O relato a seguir chamou nossa atenção, pois evidencia uma vivência que traduz claramente esse tipo de relação a qual Chauí se refere. Uma experiência narrada por um dos profissionais que ressaltou seu estranhamento, principalmente por ocasião de sua chegada a esta pequena municipalidade, onde inicialmente trabalhou no plantão social.

O prefeito me mandava bilhetinho eu dizia assim: 'Prefeito, não faz isso não, todos os bilhetes que o senhor está enviando eu vou ter que remarcar essas pessoas para atender depois, sabe por que, eu tenho vinte pessoas para atender lá fora e essas pessoas não trouxeram bilhetes. E tem pessoas indicadas que não têm o perfil traçado pelo técnico para adquirir determinadas demandas. Logo, se de repente quem o senhor me manda pelo bilhetinho e ele não apresenta, ou apresenta até o perfil, e as pessoas lá fora vão olhar para ele e não vão saber diferenciar, porque eu disse um "não" para ele e um "sim" para este. Logo, todos têm acesso e não precisam de bilhete. Isso é política contrária, e não estou falando do senhor, estou falando do geral. Por favor, não faça isso (AS-n).

Tais práticas caracterizam-se pela cultura política em geral, presente entre políticos que são conhecidos como os especialistas em "furar" os critérios públicos, com a interferência política, com o jeitinho, ao qual às vezes a própria sociedade local se acostumou. Tudo isso caminha na direção contrária às conquistas sociais preconizadas na Constituição de 1988 e fortalece a cultura do direito como concessão.

De acordo com Quintão (2005), esse tipo de relação entre políticos do executivo e do legislativo lembra a de um hospital de pronto socorro na modalidade antiga de distribuição de muletas e cadeiras de roda, de favores pessoais, pois

na medula dessa deformação, pulsa o conceito de que os “excluídos” são pessoas que devem depender do político, que precisam do seu favor, prática antípoda ao fortalecimento da organização social na conquista de direitos elementares da cidadania (QUINTÃO, 2005, p. 2).

De acordo com os depoimentos dos assistentes sociais, há no cotidiano do seu trabalho em Tanguá uma forte interferência das relações construídas pela política local, caracterizadas principalmente pela ingerência do poder institucional, especialmente na esfera pública, disso gerando conflito entre essa cultura e os princípios ético-políticos que norteiam a profissão. A apreensão da cultura política local, que atravessa seu trabalho cotidiano, aparece nos seguintes depoimentos:

[...] relação de “comadre”, muitas vezes os profissionais não têm relação não muito profissional (todos se conhecem e têm dificuldade de separar (AS-b).

E a gente percebeu aquela coisa de você ter direito, por exemplo, a clínica tem um laboratório de excelente qualidade e o exame sai em duas horas. As pessoas não iam à clínica para saber se podiam fazer o exame lá, iam ao vereador na Câmara e traziam o papelzinho, iam no candidato e traziam o papelzinho. E chegavam na porta de entrada e, esta porta, eles não tinham capacitação para dizer não, orientar, conscientizar. Essa porta dizia que não tinha nada ver com isso, mas mandava o bilhete para o laboratório. E não precisava porque o laboratório tava ali para fazer o trabalho. Entendeu? É essa reprodução do coitadinho (AS-n).

A política em Tanguá é muito viva, ainda existe muita política, tudo é política. Tudo é “*Vou falar com o prefeito agora*” [...]. Outro dia fiz uma capacitação em Campos e, com aquele tamanho todo, uma Assistente social colocou que se o usuário achar que não foi atendido bem diz “*vou falar com Rosinha agora*”. Então a gente vê isso aqui em Tanguá que tem só 30 mil habitantes, então isso é a cultura mesmo, a cultura local de Tanguá (AS-t).

[...] porque a prefeitura vai me dar uma casa; porque eu votei em fulano; porque fulano me conhece desde pequenininho; porque você tem que fazer isso porque é sua obrigação (AS-f).

porque aqui é extremamente paternalista e assistencialista e temos aquela coisa do legislativo achar que tudo pode através do “eu conheço”, através de “bilhetinhos (AS-n).

Olha só, minha casa está caindo isso e aquilo, masssssss, já falei com o prefeito e ele me disse que vai me dar. Ai você diz para ele que vai conversar, vai fazer uma visita e ele não aceita: ‘não, eu já conversei com o prefeito, quando é que você vai me dar?’. E começam a te cobrar, a te abordar na rua como se você tivesse obrigação de resolver aquilo imediatamente sem uma avaliação técnica, sem nada (AS-f).

Esse tipo de relação é um berço pronto para desabrochar a cultura assistencialista e fortalecer o que os assistentes sociais que atuam nesta localidade

chamam de “cultura da cesta básica”. Assim, o fazer da profissão também está permeado por essa realidade e, nela, a “fusão” que se faz entre o serviço social e a assistência social, e o agente da profissão confundido com “agentes da caridade” e do assistencialismo.

eu cheguei aqui era uma política assistencialista, eles não queriam que eu ficasse conversando com a pessoa não, era para liberar logo a cesta básica, eram filas imensas (AS-f).

Quando vim para cá achei que não fosse me adaptar, fiquei chocada com o trabalho, com a miséria e o assistencialismo (AS-f).

É uma população muito vulnerável, pauperizada, que precisa de muita ajuda, muita orientação, muito encaminhamento, sabe?! Ainda tem um modelo muito assistencialista, que a gente tem que ficar quebrando isso todo dia, tem que ficar explicando os direitos e os deveres deles, mostrando que tem que caminhar (AS-n).

Essa população ao invés de ir lá na saúde mental que é um direito, ir lá na casa das irmãs que é um direito porque tem um programa com esse atendimento, ela vai no vereador porque ela não sabe que tem esse direito, e nem passam essa informação. É uma cultura local **assistencialista e paternalista. Acha que o poder do bilhete é que vai determinar.** E com a ampliação da população com o Comperj, com o encarregado de obra batendo na porta o prefeito vai ter que atender? É uma questão que vai ter que repensar (AS-n).

Os profissionais de Serviço Social, nesta localidade, mesmo atuando em diversas políticas, como já situamos anteriormente, são confundidos com os profissionais da assistência, inclusive tendo como porta de entrada em sua contratação<sup>123</sup> a secretaria responsável por esta política, independente da área que o candidato queira a atuar.

Essa falta de clareza entre o profissional e a política de assistência expressa uma determinada imagem da profissão. Sobre a equalização do serviço social e a dupla assistência/assistencialismo, a literatura profissional tem algumas reflexões construídas. Para Netto, “a vinculação crítica entre o serviço social e o assistencialismo tem sido um tema privilegiado na bibliografia contemporânea da profissão” (NETTO apud Prefácio de SPOSATI et. al, 2003, p. 3).

Yazbek (1993) alerta que “assumir a vinculação histórica com a assistência é condição para que os assistentes sociais superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos e pela cidadania’ – o que expressa o caráter essencialmente político desse trabalho.

<sup>123</sup> Um modelo de organização que segue a lógica de organização do Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro - o Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS), criado em 2002 - onde todos os assistentes sociais do município estão lotados.

Para esta autora, os usuários não querem assistência, querem trabalho, condições para sua reprodução social a partir do trabalho. O núcleo central do seu pensamento firma a premissa de que a assistência tem que ser uma resposta ao não trabalho - àquele que não pode trabalhar.

O perfil polivalente do assistente social é outra característica comum em Tanguá. O profissional é demandado a atuar em várias frentes, se mobilizando nas diferentes políticas sociais e nas diversas tarefas requisitadas pelas instituições empregadoras. A polivalência, traço marcante da profissão desde sua origem, de modo especial, se manifesta potencialmente num pequeno município.

Do profissional, é demandado um envolvimento em várias frentes de trabalho. Ao situarem a inserção dos assistentes sociais no campo da saúde – que majoritariamente tem empregado estes profissionais no Brasil, Vasconcelos & Masson (2008) fazem a seguinte análise:

Mesmo que, com a priorização da assistência social, o Estado assistencializando todos os direitos sociais a exemplo do Bolsa Família, não podemos esquecer que, mesmo trabalhando junto às demais políticas, o assistente social, atento à organicidade dos direitos sociais, também acaba atuando no campo da saúde. Por outro lado, **nos pequenos municípios, os assistentes sociais acumulam ações** no campo da saúde, da previdência, da assistência, da habitação, quando não, da educação (VASCONCELOS; MASSON, 2008, s.p.).

Em relação aos desafios colocados à profissão no município, os assistentes sociais identificaram alguns os quais passamos a analisar conforme apresentado no Gráfico abaixo.

**GRÁFICO 52**  
PRINCIPAIS DESAFIOS COLOCADOS À PROFISSÃO NO MUNICÍPIO



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Conforme demonstrado, a metade dos profissionais (**50%**) aponta o desafio de lidar cotidianamente com o assistencialismo local, em especial, com a “cultura da cesta básica”, colocando para a profissão o urgente desafio de colaborar na superação desta característica tendo em vista a difusão dos direitos sociais universalizados.

Nesse desafio uma questão de fundo é o que fazer diante de tamanho pauperismo conforme visto na população apresentada no capítulo terceiro. Indagamos se há outra forma de atendimento que não a viabilização de recursos, em especial o alimento, necessidade básica dirigida ao Serviço Social em primeiro lugar conforme apresentado no gráfico 34. Trata-se de 71% de uma população que vive com renda abaixo de um salário mínimo (conf. quadro 03). Isso por si só faz jus à cultura da cesta básica e romper com o ciclo das relações social determinadas pelo processo de acumulação do capital é o desafio maior. Portanto, a difusão de direitos por si só não é suficiente.

Se de um lado há os políticos se valendo desse quadro no qual se encontra a população, por outro há os profissionais resistindo a uma prática que, no entanto, os desafia em suas atribuições específicas conforme os incisos III e XI do quarto capítulo da lei de regulamentação da profissão aponta:

**encaminhar providências** e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;

realizar estudos sócio-econômicos com os usuários **para fins de benefício e serviços sociais**, junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades.

Os demais desafios que formam um conjunto têm relação com a imagem da profissão e são o desconhecimento (**12%**), que tanto a população quanto os empregadores tem do Serviço Social, o que torna necessário, segundo os assistentes sociais, um trabalho que promova a visibilidade e valorização da Profissão (**12%**), a partir do que ela realmente se propõe a ser, de acordo com os parâmetros do Código e da Lei de Regulamentação.

Essa imagem social da profissão se apresenta aos assistentes sociais influenciada pela visão dos usuários e empregadores e se torna mais impetuosa que a imagem apreendida na academia e em sua experiência profissional. Em sua tese sobre a imagem da profissão, Ortiz (2007) conclui que

a particularidade da **imagem do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade** consiste exatamente no fato desta se constituir como **um processo inacabado**, ainda em construção e por isso, **tensionado por traços oriundos de diversos projetos de profissão e perfis profissionais em disputa** (ORTIZ, 2007, p. 289).

Outros dois desafios referem-se à formação profissional do assistente social (4%) e a articulação da teoria à prática cotidiana do serviço social (4%) a qual discorreremos em outro momento sobre a importância da articulação dessas duas dimensões: formação e exercício profissional. Entre os assistentes sociais aparecem algumas questões objetivas que dificultam a formação continuada, tais como a dificuldade de acesso e de recursos, conforme demonstrado no segundo capítulo.

Os profissionais destacam ainda a situação da educação escolar da população (8%), conforme já analisado no primeiro capítulo, quando traçado o perfil da população usuária do Serviço Social. Enfim, nesta direção também se coloca o desafio da mobilização popular (4%) como forma de superação da cultura assistencialista local.

Nesse pequeno município se conformam as características abordadas até agora, vive a tensão ocasionada pelas relações diretas, própria da cultura política local de um pequeno município e, ao mesmo tempo, se configuram novas relações determinadas pela entrada de um grande projeto estratégico governamental. Nessa realidade, os assistentes sociais concebem os serviços prestados à população como espaço de reflexão e de resgate da autonomia dos sujeitos. Passamos a apresentar, assim, algumas considerações acerca dos desses sujeitos sociais – os usuários dos serviços sociais – que têm centralidade na ação profissional dos assistentes social.

#### **4.4 Comperj e a questão da migração: reflexão sobre a centralidade dos sujeitos no cotidiano profissional**

A questão principal que trazemos nessa seção final é a reflexão sobre quem são os sujeitos sociais com os quais os assistentes sociais trabalham, quais são suas questões e quais desafios na visibilidade e compreensão desses sujeitos no cotidiano do exercício da profissão e na busca pela sistematização do fazer profissional. Reconhece-se, assim, a centralidade ocupada pelos usuários dos serviços sociais, que participam e são determinantes na efetivação dessa profissão.

Na processualidade do exercício da profissão, os sujeitos da ação profissional aparecem com qualificações tão diferenciadas, ora vulneráveis, ora população de risco ou excluída, contudo se trata da população “usuária” que tem identidade de classe, a classe trabalhadora que tem centralidade no exercício profissional do assistente social conforme preconiza o projeto ético-político profissional do Serviço Social no Brasil. De acordo com Iamamoto (2008),

é motivo de preocupação o **lugar secundário a que foi, por longo tempo, relegado, na literatura especializada, o conhecimento dos sujeitos**, que são alvo do exercício profissional, como o revela a carência de publicações sobre **o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária** dos serviços profissionais (IAMAMOTO, 2008, p. 241).

Nesse sentido, para decifrar as questões da realidade não perdendo de vista os sujeitos dos processos, requisita-se a importância da pesquisa, pois conhecer a classe trabalhadora tal como se apresenta na sociedade capitalista contemporânea torna-se imprescindível e constitui um desafio. Restituir a premissa marxiana que coloca a história no centro ao decifrar os sujeitos que a sociedade capitalista está produzindo – numa conjuntura sob a hegemonia do capital, em que se manifesta a tendência de aumentar a população trabalhadora colocando-a como superpopulação. Superpopulação cujos direitos são transformados em privilégio nos condicionantes das relações sociais historicamente construídas no Brasil –, é, no dizer de Florestan Fernandes, “ver o processo capitalista na ótica da *vítima*”.

Assim, apresentamos algumas observações acerca da importância de dar visibilidade à população usuária do Serviço Social e a compreensão que os assistentes sociais de Tanguá têm da presença da população trabalhadora migrante e de sua incidência em seu cotidiano profissional. A esse propósito soma-se a experiência de ser instigada pelos dados da pesquisa que revelaram a percepção que os assistentes sociais do Município de Tanguá têm sobre a população trabalhadora migrante e suas respectivas demandas.

Portanto, o fenômeno da migração é compreendido como uma questão importante, que se constitui uma das expressões da *questão social* e que vem se manifestando com toda força no Município de Tanguá. Trabalhadores migrantes constituem significativa parte da população receptora dos serviços prestados pelos assistentes sociais nesta localidade, tornando-se urgente a atenção a essa

população que, com suas questões específicas, constituem novos usuários dos serviços sociais.

Porém, chamou nossa atenção o fato de que a questão da migração, além de não ser tratada com a devida atenção no cotidiano do exercício profissional, ao ser mencionada pelos profissionais, vem carregada do discurso do poder local e muitas vezes reproduzindo o senso comum que tem no migrante uma “ameaça”, isso nos instigou a essa análise.

Atentos ao que vem ocorrendo, observamos que o fenômeno da migração, também chamado de mobilidade da população, é considerado hoje um problema internacional, dado que a circulação da força de trabalho é uma circulação mundial, pois se trata da força de trabalho que roda onde o capital tem possibilidade de ofertar emprego. A atenção a esse fenômeno se faz necessário, ele é significativa parte da população com o qual o assistente social trabalha. Percebe-se, no entanto que essa população não está sendo compreendida como parte constitutiva da classe trabalhadora que se movimenta onde o capital tem possibilidade de ofertar emprego.

De acordo com Santos (2006), grande parte do contingente que migra de uma região para outra integra o que se poderia chamar de “mão-de-obra barata”, geralmente desqualificada, com baixo nível de escolaridade e disposta a aceitar todo e qualquer tipo de emprego. Isto faz com que este contingente seja tendencialmente incorporado ao mercado de trabalho de forma precarizada. No entanto, as expectativas geradas pela migração tendem a se confrontar com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e onde a geração de empregos diminui à medida que as empresas se modernizam.

Santos analisa que estão presentes novas formas de exploração do trabalho e inflexões do modelo de desenvolvimento: precarização do trabalho e migração no século XXI. Duas perspectivas estão presentes em sua análise sobre a precarização das relações de trabalho: associada à migração de trabalhadores e com base na noção de informação como trabalho. Migração e precarização são a tônica do trabalho dos migrantes, com desrespeito aos direitos trabalhistas, O trabalho informacional comunicacional, por sua vez, permite verificar a sua vinculação com os processos de valorização e acumulação do capital.

Tal como acontece no Brasil, o fluxo migratório em Tanguá acompanha de perto a dinâmica do mercado de trabalho, haja vista que o trabalho tem fundamental importância na fixação ou transferência da força de trabalho de uma região para

outra ou mesmo de um país a outro. Nesse sentido, o que vem se observando é que o fenômeno migratório de modo geral tem estado freqüentemente ligado ao fator sobrevivência. No entanto, o desenvolvimento capitalista no Brasil, ao ser incapaz de absorver esse contingente de “mão-de-obra” nativo e migrante, tem alimentado a formação de bolsões de miséria contribuindo com os altos índices de criminalidade, doenças e epidemias.

Assim, tais alterações que incidem na esfera do trabalho têm relação direta com o movimento da classe trabalhadora. Portanto, ao situar esse fenômeno estamos considerando que no discurso dos profissionais a classe trabalhadora que migra aparece de forma fragmentada, ou seja, dando a entender que a parcela oriunda da cidade tem prevalência em relação aos “estranhos” que chegam.

Contudo, é inegável que a migração, como parte do quadro conjuntural dos municípios sob a influência do Comperj, ampliará as demandas de trabalho dos assistentes sociais, pois estes continuarão atendendo a população local acrescida das demandas trazidas pela população migrante, sendo possível que a migração complexifique as requisições existentes.

Em um dos Seminários entre os municípios que compõem o Conleste<sup>124</sup>, o atual Prefeito de Tanguá, também Presidente do Conleste, fez um diagnóstico dos efeitos positivos e negativos que os municípios já vêm sofrendo com o início das obras do Comperj, destacando os seguintes impactos:

**o crescimento desordenado da população**, com a proliferação de **assentamentos irregulares**, o estrangulamento na oferta de serviços de saúde, o colapso no sistema de transporte e a falta de vagas nas escolas, como os impactos negativos já sentidos em todas as cidades. Para combater esses efeitos e evitar os problemas que ocorreram em Macaé, que sofre um processo crescente de favelização, temos que **investir na qualificação profissional** da população, criando escolas de ensino técnico dentro dos próprios municípios. Só desta forma iremos **garantir que os empregos que serão gerados pelo Comperj sejam preenchidos por moradores da região** (SITE OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, 2009).

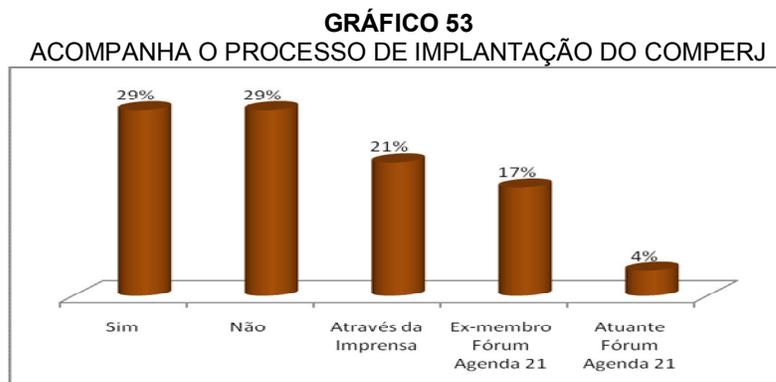
Em relação à percepção que os assistentes sociais têm dos impactos do Comperj e o quanto esse movimento do capital vem afetando o trabalho desses profissionais na localidade, os dados colhidos durante a pesquisa de campo, os

---

<sup>124</sup> Seminário Comperj sobre Desafios e Benefícios Socioambientais, realizado em 2009, no município de Itaboraí.

quais passamos a apresentar, revelam ou não essa preocupação com a migração na atualidade do município sob impactos do COMPERJ.

Ao considerarmos a efervescência do processo de implantação desse pólo petroquímico e sua influência na dinamicidade nas relações sócio-históricas na região, indagamos aos assistentes sociais se havia um acompanhamento específico dos profissionais quanto a esta questão, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

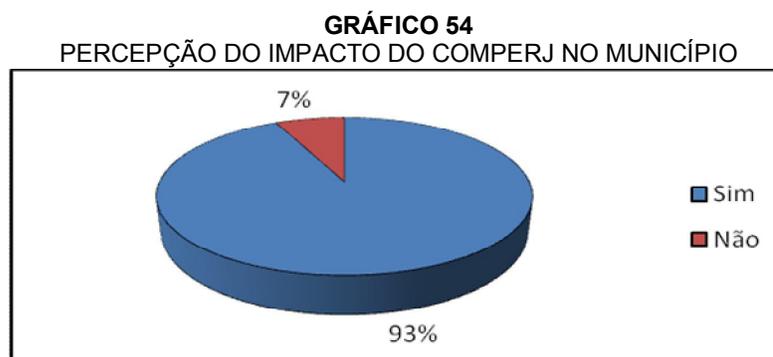
Nas respostas demonstradas no gráfico 53 apuramos que **29%** confirmaram seu envolvimento direto com a questão do Comperj e igualmente **29%** afirmaram que nunca se envolveram diretamente com esta questão; **21%** declararam acompanhar esse processo somente através dos jornais locais, **17%** já foram integrantes do Fórum da Agenda 21 sendo que **4%**, ou seja, apenas um (1) profissional é atualmente membro deste fórum tendo um acompanhamento direto dos debates acerca dos impactos, da mobilização local e do planejamento para enfrentamento dessas questões no município

De acordo com os assistentes sociais que vêm acompanhando o processo do Comperj, no momento das entrevistas, as reuniões estavam interrompidas devido ao afastamento de algumas ONGs contratadas pela Petrobrás para fazerem este tipo de atividades de fomento, havendo no momento uma tendência a um esfriamento.

Então tem acontecido uma reunião ou outra, mas basicamente para a gente discutir o que queremos que aconteça na cidade com a chegada desse desenvolvimento, desse Complexo petroquímico, e as preocupações em relação ao aumento da população, em relação às expressões da questão social, da violência. Enfim, uma preocupação maior é de estruturar a cidade para receber esse grande número de pessoas que está chegando (AS-b).

O não envolvimento e a "preocupação" com a questão Comperj, que alcança mais de **50%** dos profissionais, é um dado relevante, donde se conclui que esse envolvimento profissional por meio da participação em espaços de discussão sobre o Comperj está muito incipiente.

Já em relação à percepção dos impactos pelo Comperj, conforme o gráfico 54, **93%** dos assistentes sociais expressaram que tais impactos estão por todo lado sendo impossível não vê-los; apenas **7%** manifestaram ainda não ter percebido este impacto. É importante observar que na resposta a essa indagação há um movimento de contradição em relação ao posicionamento anterior que apontava que mais de **50%** efetivamente não estavam envolvidos em nenhum espaço de acompanhamento do Comperj.



Fonte: NEVES, A. M. O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ - FSS/UERJ/2009.

Dentre os assistentes sociais que percebem tais impactos, no balanço acerca dessa realidade o crescimento populacional e/ou migração de trabalhadores e suas famílias aparece em **86%** dos relatos e **14%** fazem referência a um conjunto de rebatimentos: aumento de demandas por serviços assistenciais; surgimento de pontos de prostituição infantil/gravidez na adolescência; surgimento de população de rua/andarilhos-medicância; crescimento das demandas habitacionais/moradias em área de risco; aumento atendimento ambulatorial/casos DST/AIDS; incidência de violência; aumento da população com baixa escolaridade/sem qualificação profissional; maior incidência na saúde mental/dependência química/alcoolismo; mobilização para novo planejamento estratégico do município. Dos depoimentos acerca destes impactos evidenciam-se:

Pessoas de fora que chegam para trabalhar [...] há articulação de pontos de prostituição na cidade para atender trabalhadores. Não se anda na cidade sem notar a presença de estranhos (AS-b).

Atendi uma menina que veio de Pernambuco com a família e ficaram sabendo do CRAS e vieram aqui. Já até encontrei uma das meninas vendendo bala em Niterói (AS-e).

Eu sempre pergunto sobre o que fez ela vir para cá. Tem muita gente que vem porque tem a intenção de melhorar sua condição de vida ao conseguir um emprego no Comperj. Mas tenho a impressão que elas vieram também por conta do tráfico, fugidas..., mas isso a gente sabe por suposições, porque elas não falam abertamente ou não são sinceras e a gente não pode perguntar diretamente (AS-e).

A questão do aumento populacional e/ou migração, o impacto mais evidente nos relatos dos assistentes sociais, vem estimulando a questão da habitação que vem se tornando central em Tanguá, conforme evidenciado na seguinte relato:

O maior problema que eles trazem pra gente [...] é a questão da habitação. Eles estão construindo dentro de rios. Lá no leito do rio. Eles constroem de um dia para o outro. Montam uma casa, começam a montar de noite e de manhã já está tudo pronto, já tem família dentro e fica complicado a gente tirar. O município é pobre, não tem recursos para estar dando casa popular para esse povo. E para ele tirar fica complicado, né!? A gente vai tirar essa família e jogar na rua? [...] Vendem seu imóvel lá e compram um barraco aqui na beira do rio e aí como que a gente fala assim: a gente tem que demolir porque você está irregular? (AS-f).

Nota-se que esse trabalhador migrante com sua família passa a ser visto como ameaça, um pepino, como um problema que vai chegar ao Serviço Social. E vê a partir do ponto de vista do poder local. Mas o migrante é uma população da força de trabalho que roda onde o capital tem possibilidade de ofertar emprego. No entanto, os profissionais tendem a incorporar interesses institucionais e passam a reproduzir seu discurso.

Um dos fatores que influencia na resistência ao “estranho” que chega, deve-se à visão das condições do município que, com a ampliação das expressões da questão social, a chamada “rede de proteção social” é considerada insuficiente para dar conta da demanda. Os profissionais vêem como problema o fato de não se ter recurso local para atender essa população migrante que pressiona o Serviço Social a viabilizar recursos. Assim, essa população é vista na ótica da ameaça e que vai aumentar o serviço, vai gerar um monte de demanda, sem porém interpretar o real, indo além do fenômeno.

E é aquilo, eles chegam aqui com a intenção de arrumar emprego, não arrumam, e vem para cá: olha, eu preciso de cesta básica, preciso de um teto, preciso de alguma coisa. Aí é um tal de arrumar passagem pois querem voltar para casa.

Então já está dando muito trabalho com isso. Eles querem emprego, eles querem um teto, eles querem comida. Porque eles vêm com pouca coisa para cá. (AS-f).

[...] o município não tem, no momento, estrutura para abarcar e suprir com as necessidades dessas famílias, porque vai aumentar a quantidade de atendimentos aqui de pessoas buscando cesta básica, buscando recursos, não vou falar e me ater aqui só cesta básica, mas buscando moradia, buscando trabalho, buscando saúde, e aí vai sufocar um pouco o município. E tem uma série de problemas por trás. (AS-f)

Tanguá ainda é um local considerado por eles que chegam, como tendo mais acesso a bens e serviços municipais, há vantagens [...] Só que agente tem um valor estipulado por mês que a gente não deve ultrapassar aquele orçamento ali, no caso da dotação orçamentária. Tanguá não tem tanto a oferecer como se pensa, é um município de pequeno porte, novo, recém-emancipado, eles sentem, assim, que aqui existe uma abertura maior (AS-g).

Tais depoimentos expressam preocupações voltadas para as conseqüências da situação da migração, não revelam uma análise em relação às causas da situação instalada, foca-se no “problema para o município”, frente ao conflito, os profissionais assumem o lado da instituição município. Neste sentido, percebe-se uma contradição no discurso profissional, dando a impressão que está estabelecida uma oposição entre população e instituição. Como não tem uma “perspectiva de totalidade trata, a questão como um “problema” a mais.

Nesse sentido, coloca-se o desafio de romper com a preocupação centrada nas conseqüências da migração, focando-se apenas no “problema para o município”. Frente às tensões, os profissionais assumem o lado da instituição município, havendo certa contradição no discurso profissional, dando a impressão que está estabelecida uma oposição entre população e instituição. Como muitas vezes não há uma perspectiva de totalidade, trata a questão como um “problema” a mais sem decifrar seus determinantes.

A interpretação dessa realidade possibilita identificar os desafios encontrados pelos assistentes sociais que ali atuam, em especial no que diz respeito aos usuários que compõem esse cenário, cujas demandas vão parar no Serviço Social e vem se constituindo motivo de preocupação para os assistentes sociais.

Conforme já evidenciado anteriormente, observa-se que há na conjuntura desse município os trabalhadores que migraram para esses espaços e os trabalhadores locais que já estavam nesses espaços antes do processo de implantação do Comperj. Nesse sentido, duas questões são fundamentais nesta análise: 1) o entendimento que trabalhadores aqui são os segmentos de usuários atendidos pelo Serviço Social, famílias trabalhadoras que dependem da venda da sua força de trabalho como garantia de sua reprodução social; 2) a formação social

desses municípios é oriunda de um processo migratório no contexto de outro processo de industrialização, a da agroaçúcar. Portanto, quem já estava e quem está chegando são componentes da mesma classe, a classe trabalhadora.

Ao Serviço Social, frente aos impactos apresentados, há um gigante desafio pela frente, pois conforme apresentado pelos profissionais entrevistados, há um inchaço nos serviços assistenciais e maior concentração profissional na área de assistência dentro do município, em detrimento de outras, como saúde<sup>125</sup>. Seguem relatos a esse respeito:

Além de a pessoa vir, ela vem com a família [...] o marido está trabalhando na CTC, mas a família está passando dificuldade no momento, veio de outro Estado tem quatro ou cinco filhos [...] então acho que isso pode, com o aumento da população, a procura ser maior. O trabalho do assistente social ficará por conta do atendimento das demandas dessas famílias (AS-e).

O que vou fazer com esse povo todo aqui? Isso é o El Dourado, acaba criando aquele medo, cria-se o mito de que se você for para lá você vai ter emprego. Vai impactar a gente, vai cair aonde isso? Na assistência. É verdade, a assistência é a salvadora da pátria (AS-o).

[...] estar fomentando políticas públicas, um trabalho de rede que comece essa discussão, que elabore essa discussão junto com os outros profissionais (AS-n).

Nós (o município) não temos sustentabilidade. Um hospital, uma policlínica precisa de sustentabilidade. Não adianta todos os gestores falarem, vamos montar, vamos montar - mas não vai, porque o SUS não abre mais leitos, tem esse impasse (AS-n).

De acordo com Santos (2006), o campo das políticas públicas no Brasil tem se revelado tímido para enfrentar o movimento migratório. E quando os poderes públicos agem, o fazem, muitas vezes, em detrimento das liberdades individuais. Assim, para o autor, tornou-se prática relativamente corrente, por parte dos poderes locais, a imposição, aos “migrantes recém-chegados”, de

regras semelhantes às que os países centrais impõem a imigrantes estrangeiros. **Ações policiais, atuação de assistentes sociais das prefeituras, entrega de passagens de volta aos indesejáveis: generaliza-se uma política de fossos contra os que buscam trabalho agora visto como escasso [...].** Ontem, como hoje, a dimensão do trabalho está presente, a indicar que, em seu nome, o migrante pode ser encarado tanto como elemento produtivo quanto como excedente inútil ou, mesmo, perigoso para a ordem social (PÓVOA-NETO:1997, p.22 apud SANTOS, 2006).

É com esta realidade que acabamos de descrever que o profissional de Serviço Social na atualidade está se defrontando no município de Tanguá, sendo

<sup>125</sup> Os serviços de saúde ainda estão aquém da demanda e a assistência social vem ganhando cada vez mais visibilidade, seja pelo quadro de pobreza que se amplia, seja pela execução dos programas de transferência de renda do governo federal que possibilita o espraiar de ações sócio-assistenciais de atenção básica.

uma das profissões mais requisitadas para atender as demandas dos migrantes e suas famílias. Uma população que se encontra em seu protesto e no qual os profissionais precisam voltar sua atenção em seu cotidiano profissional.

Desse modo, ter como premissa de trabalho no cotidiano profissional o conhecimento dos usuários que perpassa pelo conhecimento das metamorfoses que a classe trabalhadora hoje está sofrendo, colocando o sujeito no centro do exercício profissional é uma condição *sine qua non*.

No contexto específico dos Municípios sob os impactos do Comperj, coloca-se o desafio de romper com as preocupações voltadas para as conseqüências da situação da migração que não revelam uma análise em relação aos determinantes da situação instalada, foca-se no “problema para o município”. Os profissionais assumem o lado da instituição município em detrimento da população usuária migrante. Neste sentido, percebe-se uma contradição, dando a impressão que está estabelecida uma oposição entre população e instituição, pois há uma quebra da perspectiva de totalidade na forma de interpretar a questão da migração.

Dessa maneira, é fundamental nos atendimentos aos usuários a incorporação da preocupação quanto a sua origem, informação comumente desconsiderada por conta da exigência de residência fixada no município onde o usuário é atendido como umas das condicionalidades das políticas descentralizadas. Sendo assim, os instrumentos utilizados pelos profissionais, para conhecimento da população receptora dos serviços, muitas vezes não contemplam essa informação, pois consideram que *a priori* todos são do lugar. Por outro lado, a população usuária apresenta-se como munícipe a fim de garantir seu atendimento e resposta à sua demanda. Assim, esse histórico que revela a mobilidade da população residente e migrante pelos dados cadastrais de atendimento não é detida pelos profissionais.

Portanto, a incorporação desse dado como fator importante para conhecimento da população deveria ser um procedimento comum a todos os profissionais. Nesse sentido, enfatizamos mais uma vez o estudo e a pesquisa como fundamentais na rotina profissional com vistas a subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da *questão social*, que fujam à mistificação neoliberal (IAMAMOTO, 2008). Pois o comprometimento com questões da vida do usuário implica e impulsiona a romper com perfil tecnocrático que tenta dar conta de uma enorme demanda de prestação de contas, que são demandadas pelas condições da instituição empregadora. A ênfase que vem sendo dada aos dados

quantitativos do atendimento em detrimento da informação qualitativa requer uma análise mais cuidadosa.

Tais exigências de novos conhecimentos e estudos é um desafio aos profissionais frente à repercussão do Comperj. Isso possibilitará uma revisão dos serviços prestados, envolvimento na formulação de políticas públicas, conflito entre metas dos programas descentralizados e a ampliação das demandas, necessidade de ampliar o quadro profissional no setor público com novos concursos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o presente trabalho partiu de duas grandes questões: a busca pela apreensão do trabalho profissional do assistente social em suas particularidades enquanto trabalho concreto e trabalho abstrato a partir de alguns determinantes no contexto do Município de Tanguá; e pelo que apontavam os impactos do Comperj na realidade desse pequeno município e suas repercussões no trabalho dos assistentes sociais, disso se prevendo a complexificação das demandas e requisições institucionais dirigidas ao assistente social, tendo em vista a (re)produção ampliada das expressões da *questão social* nessa contextualidade.

A partir das reflexões construídas, com base na observação do trabalho concreto do assistente social, foi possível perceber que na análise do processamento do fazer profissional, evidenciaram-se as particularidades dos processos de trabalho que atribuem limites e possibilidades a este profissional. De modo geral, a experiência local expressou fortes tendências ao pragmatismo, à reprodução de condicionamentos das relações sociais na realização do trabalho profissional, revelando um perfil profissional polivalente, o “faz tudo”. Tendência ao planejamento individual do trabalho e a assumir competências na área da gestão técnica de programas e projetos das políticas públicas; ao atendimento individual, psicossocial e em plantões sociais, com atuação nas políticas de assistência, saúde/saúde mental, educação, política para mulheres e habitação; bem como a dificuldade de desvelar a realidade através da teoria, por meio de estudos e reflexão.

Os dados sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais no Município de Tanguá revelaram que, ao vender sua força de trabalho e estando subjugados às condições oferecidas pelo empregador, alguns limites se manifestam e geram tensionamentos.

O prolongamento da jornada de trabalho, a partir de trabalhos levados para concluir em casa, o duplo ou até o triplo vínculo de trabalho, revelam que os profissionais se sentem sobrecarregados em sua rotina de trabalho, não havendo porém nenhuma manifestação de desprazer ou desagravo ao emprego atual no município, avaliando-o de modo geral como satisfatório se comparado às condições oferecidas pelos municípios no entorno de Tanguá que se encontram em “pior” situação.

Há a prevalência do poder público entre as instituições empregadoras dos assistentes sociais, confirmando o Estado como o maior empregador dessa força de trabalho no local. O que justifica o nível de satisfação com as condições de emprego ser maior no setor público que remunera melhor e oferece condições de salário mais compatíveis com a carga horária e com a função desempenhada.

No entanto, o tipo de vínculo oferecido pela prefeitura local expressa o processo de precarização das relações de trabalho que tendem a uma flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora, visto que apenas quatro profissionais são concursados, entre os onze que vendem sua força de trabalho a esta instituição pública, e estes não possuem vínculo estatutário.

Por atuarem em campos de trabalho atravessados por tensões, os assistentes sociais são o tempo todo desafiados a apreenderem as particularidades dos processos de trabalho nos quais se inserem e a decifram a lógica que os sustenta. Situa-se, nesse sentido, a tensão entre relativa autonomia e possibilidades de realização do trabalho, pois os profissionais não dispõem de recursos necessários para realização do seu trabalho e vivem o conflito/tensão de não poderem modificar a realidade a partir do seu empenho /dedicação. Tais mudanças dependem de um conjunto de fatores que transpõe sua vontade peculiar de transformar a realidade. Enfim, partimos do pressuposto de que na realização do seu trabalho, o assistente social tanto agrega as condições institucionais com seus meios e recursos, quanto aciona os recursos técnico-profissionais e intelectuais, adquiridos através de sua formação profissional especializada (IAMAMOTO, 2008). Pois, as circunstâncias deste exercício profissional não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza.

Cabe ressaltar que as profissionais estão preocupados com a sua formação continuada, porém com dificuldades de conciliar tempo entre trabalho e estudo, além das dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensinos que oferecem cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Nesse sentido, consideramos como determinante a incidência da formação acadêmica para o exercício da profissão e afirmamos o desafio de se romper com a fragmentação dessas duas dimensões no Serviço Social. É no contexto dessas demandas acadêmicas e sua repercussão no exercício da profissão que se situa nossa conclusão, pois esses fatores representam aspectos

das condições necessárias para consolidar um exercício profissional qualificado com redimensionamento em vista do alcance da sua intencionalidade e fundamentado no projeto ético-político profissional. De acordo com Guerra (2009), “se é possível falar em ‘nova virada’ ela terá que se dar a partir da intrínseca relação entre formação e exercício profissional”. Neste sentido, a necessidade de fortes investimentos para qualificar os assistentes sociais para melhor atuação nos diversos campos de trabalho.

Ainda sobre o enfrentamento dos desafios contemporâneos no campo da formação, e tendo em vista sua repercussão no campo do exercício da profissão, afirmamos alguns passos traçados por Yamamoto (2008) como sendo fundamentais na atualidade da profissão: o ponto de partida é a atualização permanente dos assistentes e a sua mobilização; a centralidade da investigação na formação e no exercício da profissão; retomada da articulação latinoamericana/fortalecer intercâmbio acadêmico internacional; detectar as tendências que se apresentam na realidade; afirmar uma profissão voltada a defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história.

Outro aspecto observado é a aparente articulação dos profissionais com os conselhos de política e de direitos na qualidade de conselheiros e enquanto representantes institucionais. Verifica-se pela experiência em pauta a ocorrência de algumas distorções que se configuram em entraves para a efetivação do controle social tendo em vista a garantia de direitos.

Ao prever as metamorfoses processadas neste município com o aquecimento do processo migratório e o adensamento da classe trabalhadora neste local, verificamos que do ponto de vista político está mudando a radicalização da *questão social*, da desigualdade, um problema muito particular que se apresenta ao assistente social no município. Daí o porquê a necessidade da presença do assistente social como uma das categorias de trabalhadores que presta serviço na região frente a forma como pela qual a *questão social* vem se apresentando nesta realidade.

A ingerência indireta do grande projeto chamado Comperj tem repercussões diretas no trabalho dos assistentes sociais, tornando-o mais complexo em suas requisições institucionais e nas demandas já existentes. Novas expressões da *questão social* se apresentam nessa realidade com a implantação desse pólo petroquímico, elas se reproduzem de forma ampliada pelo acelerado processo

migratório de trabalhadores da construção civil, movimentados pelas empreiteiras que assumem a etapa de terraplanagem nos 45 mil metros quadrados onde se constrói a sede deste complexo. Percebe-se a tensão entre as relações diretas, por se tratar da experiência de uma cultura política própria dos pequenos municípios, e ao mesmo tempo as relações sociais, via um grande projeto estratégico governamental, uma proposta de internacionalização. Vive-se um momento de transição que repercute no trabalho profissional dos assistentes sociais.

Com o aumento populacional inicia-se um processo de reconfiguração da dinâmica institucional das políticas públicas, pois se agravam as questões de habitação, saúde e educação, que entram em colapso. E a assistência social atua como “pronto socorro”, já que nem todos os trabalhadores e suas respectivas famílias, que chegam ao local em busca de “novas oportunidades”, encontram o emprego que procuram na região. Esse processo vem afetando o trabalho dos assistentes sociais e das demais profissões que atuam no município, apontando para novos desafios.

Os profissionais se mostram incomodados com as demandas que historicamente a população do município tem dirigido ao Serviço Social, demandas que revelam uma visão de “ajuda” característica do início da profissão e fundamentais para a apreensão dos pontos em que precisamos avançar na imagem social da profissão.

De modo geral, enfatizamos a importância da leitura sobre a política social, enquanto resposta às expressões da questão social, ser feita do ponto de vista dos sujeitos – alvo dessas ações, condensando também a visão dos profissionais, considerando porém que muitas vezes ela está condicionada aos interesses dos empregadores.

Enfatiza-se, nesse sentido, o desafio de ir ao pensamento social brasileiro para desvendar o Brasil e seus sujeitos (IAMAMOTO, 2008). Isso significa romper com a idéia de “ajuda” tão enraizada na cultura política brasileira, pois a questão social precisa ser enfrentada com políticas públicas, e a firmar a condição de trabalhador do assistente social que só pode ser assumida no confronto das relações sociais estabelecidas.

Enfim, a presente realidade, sob as formas contemporâneas da reprodução do capital mundialmente reestruturado e financeirizado, tem ampla e profunda repercussão na área das políticas sociais públicas, com suas conhecidas diretrizes

de focalização, descentralização, (des)financiamento e regressão do legado dos direitos do trabalho assalariado conquistado pela classe operária (MENEZES, 2007, p. 16). As relações entre o Estado e a sociedade civil, num contexto em que se fortalecem plenamente as diretrizes do projeto societário neoliberal com formas atuais de expressões da *questão social*, constituem um momento histórico de grandes complexidades.

Esse contexto sócio-histórico interpela os profissionais a um processo de organização que aponte a definição de estratégias e ações coletivas de diferentes naturezas que façam frente a esta investida neoliberal conservadora e reafirme a defesa e a efetivação dos pilares do projeto ético-político profissional construído coletivamente.

Entretanto, não existe um processo de estratégias e ações coletivas pronto e inacabado. É tarefa contínua a construção de uma sociabilidade não capitalista. Conforme nos lembra Mézáros,

Descobrir uma saída do labirinto das contradições do sistema do capital global, por meio de uma transição sustentável para uma ordem social muito diferente é, portanto, mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora (MÉSZÁROS, 2002, p. 41).

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*: O serviço social no século XXI, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de serviço social* (com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Disponível em [http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf), acesso em janeiro de 2010.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A relação entre o Estado e a sociedade civil – a questão dos conselhos de direitos e a participação do serviço social. *Serviço Social & Movimento Social*, São Luis do Maranhão, n. 1, out., p. 61-75, 1999.

AGENDA 21 - Disponível em: <http://www.tangua.rj.gov.br/Noticia.php?id=172> acesso em: 04/07/2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em serviço social. In: *Serviço social e saúde. Formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS/OMS. Ministério da Saúde, s.d.

\_\_\_\_\_. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: QUINTÃO, André. *O serviço social e a política pública de educação*. Belo Horizonte: Mandato Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2005.

\_\_\_\_\_. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: *Serviços social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANDRADE, Renato Almeida de. *O enfrentamento da questão social e o terceiro setor: o serviço social e suas condições de trabalho nas ONGs*. Vila Velha: Univila, 2006.

ARAUJO, Nailsa M. Souza. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 29, n. 93, mar. 2008.

ARRETCHE, Marta. *Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BARRETO, M. J., OLIVEIRA, A. M. S., THOMAZ JÚNIOR, A. *Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canvieira no Pontal do Paranapanema e os*

*desdobramentos para o trabalho: os casos da usina alvorada do Oeste e da destilaria Decasa - FCT – UNESP/Presidente Prudente.* Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/09-9-1-MariaJoseliBarreto.pdf>, acesso em: 19/12/2009.

BEHRING, E.R. *O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.* 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Política social no capitalismo tardio.* 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história.* 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. ; SANTOS, S.M.M. dos. Questão social e direitos. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BORGIANI, Elizabeth. *Serviço social e a consolidação do projeto ético-político.* Praxis, Entrevista CRESS/RJ, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, p.108-132, set.2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Da ordem social.* Capítulo II, art. 194 a 204 da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 *Lei de Regulamentação da Profissão.*

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.* São Paulo: Cortez/UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Práticas profissionais na saúde: a medicina e o serviço social. *Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ*, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO. M. Inês S. ; MATOS, Maurílio Castro (Org.) *Assessoria, Consultoria & Serviço Social.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

BRAVO. M. I. B.; MENEZES, J.S.B. de ; PEDREIRA. O controle Social no Estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., 2005, Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2007;

BRAY, S. C., FERREIRA, E. F., RUAS, D. G. G. *As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil.* Marília: Unesp/Marília, 2000. Disponível em:

[http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/sum\\_as\\_politicas.php](http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/sum_as_politicas.php), acesso em: 19/12/2009.

CAETANO, Priscila Freire. *Comperj e arco metropolitano no Rio de Janeiro*: grandes projetos logísticos como vetores de Políticas públicas no território fluminense. PUC/Rio: Departamento de Geografia - GeTERJ (Gestão Territorial no Rio de Janeiro). Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2008/resumos/ccs/geo/geo\\_priscila.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2008/resumos/ccs/geo/geo_priscila.pdf). Acesso em: 2008.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 13.ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *A instrumentalidade na intervenção do assistente social*. Cadernos de Serviço Social. Rio de Janeiro: UFF, 1995.

CFESS ; ABEPSS. Serviço Social. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. *Código de ética profissional do assistente social* – Resolução n° 273/1993.

\_\_\_\_\_. *Resolução n. 489 de 03 de junho de 2006* (estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional).

\_\_\_\_\_. *Recomendações para elaboração do projeto de intervenção*. Coordenação. Brasília : CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB, s/d.

\_\_\_\_\_. *Resolução n. 493 de 21 de agosto de 2006* (determina as condições mínimas e éticas para o exercício da profissão).

\_\_\_\_\_. *Resolução n. 513/ 2006 (Procedimentos para efeito da lacração do material técnico sigiloso do Serviço Social)*

\_\_\_\_\_. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Conselho Federal de Psicologia (CRP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Resolução n. 533 de 29 de setembro de 2008 (regulamenta a supervisão direta de Estágio no Serviço Social)*.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (Org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, p.35-72, mar. 2000.  
COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. *Formulação de projeto de trabalho profissional*. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-663.

CRESS/RJ. *Assistente social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. 4.ed. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. a importância da participação do assistente social nos conselhos de direitos e de políticas. Espaço entrevista. *Práxis*, n. 34, fev. 2006.

\_\_\_\_\_. Avanços do conservadorismo: uma reflexão fundamental para o serviço social. *Práxis*, n.10, 2006.

\_\_\_\_\_. A elaboração de pareceres conjuntos por assistentes sociais e profissionais de outras categorias. Espaço COFI. *Práxis*, n. 42, ago./out. 2007.

\_\_\_\_\_. O assistente social e seu material técnico de trabalho. Espaço COFI. *Práxis*, n. 42, ago./out. 2007.

\_\_\_\_\_. Termos de orientação ao exercício: supervisão de estagiários de curso de serviço social. Espaço COFI. *Práxis*, n. 45, abr./maio 2008.

\_\_\_\_\_. *Exercício profissional e instrumentos normativos: uma relação necessária*. Espaço COFI. *Práxis*.

\_\_\_\_\_. Sigilo Profissional. Legislação. *Práxis*, n. 46, set./out., 2008.

\_\_\_\_\_. Exercício Profissional e Instrumentos Normativos: uma relação necessária. Espaço COFI. *Praxis*, n. 46, set./out. 2008.

D'ÁVILA, Saul Gonçalves. *Petróleo: a indústria petroquímica brasileira*. Atualizado em 10/12/2002. SBPC/Labjor Brasil Disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em 21/01/2010.

DURIGUETTO, Lúcia Maria, SILVA, Ísis ; DEBÓRTOLI, Débora. Descentralização administrativa, políticas sociais e participação popular. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 29, n. 96, nov. 2008.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FIGUEIREDO, M. *O complexo petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), com sede em Itaboraí, trará empregos para o município de Guapimirim e para os outros*

*municípios fronteiriços ao empreendimento?* Disponível em [www.guapimirimonline.com/compexo\\_petroq\\_rj.doc](http://www.guapimirimonline.com/compexo_petroq_rj.doc), acesso em 19.02.2009).

FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)*. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTIL, Denise Lobato. A política fiscal e a falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil: análise financeira do período recente. In: SICSÚ, João (Org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)* São Paulo: Boitempo, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

GOMES, E. S. *A responsabilidade administrativa e social no desenvolvimento sustentável de áreas de influência de grandes empreendimentos: análise a partir do estudo de um caso concreto*. Disponível em: <http://www.pge.ac.gov.br/biblioteca/teses/IBAPtesesPDF/AResponsabilidadeAdministrativaSocial.pdf>, Acesso em: 27 dez. 2009.

GOUVÊA, Maria da Conceição Meireles. O serviço social no espaço escolar. In: QUINTÃO, André. *O serviço social e a política pública de educação*. Mandato Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte (s/d).

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e serviço social. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. *Reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo I. Capacitação em serviço social e política social*. Brasília: CEAD, 1999, p. 153-166.

\_\_\_\_\_. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

GRUPO Gestor da *Agenda 21 Comperj*. Rio de Janeiro: novembro/2007. Disponível em: [www.petrobras.com.br/comperj](http://www.petrobras.com.br/comperj). Acesso em 18/09/2008.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

GUERRA, Yolanda ; BRAGA, Maria Elisa. *Supervisão em serviço social*. CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. *Palestra sobre o direito à cidade no Fórum Nacional de Reforma Urbana*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml>, acesso em 27/12/2009.

HOLANDA, M. N. A. B. O trabalho no sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 69, p. 5-29, mar. 2002.

IAMAMOTO, M.V., CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canvieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, fevereiro de 2002, p. 13-50.

\_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Reconceituação no serviço social: iamamoto aborda quatro décadas do movimento*. Entrevista. Praxis. CRESS/RJ (s/d).

\_\_\_\_\_. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O serviço social na cena contemporânea. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972 (livro originalmente publicado em 1966).

\_\_\_\_\_. Questão social. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 3, set./nov. 1989.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>, acesso em: 12/12/2009.

JOVCHELOVITCH, Marlova. O processo de descentralização e municipalização no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 19, n. 56, mar.1998.

KOIKE, M. Marieta. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. *Crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Capacitação em serviço social e política social. Brasília, CEAD, 1999, p.19-33.

\_\_\_\_\_. *Serviço social e trabalho: porque o Serviço social não é trabalho*. Maceió: UFAL, 2007.

LOBO, Viviane. *Indústria petroquímica*. UTFPR – Campus Toledo - Tecnologia em Processos Químico. Processos Industriais Orgânicos. Set/2009. Disponível em <http://www.agracadaquimica.com.br/quimica/arealegal/outros/127.pdf>, acesso em 21/11/2009.

MAGALHÃES, Leonardo Rodrigues Lagoeiro de. *Condicionantes conceituais e metodológicos para a percepção da relação entre infra-estrutura de transporte rodoviário e desenvolvimento econômico regional: o caso do eixo Leste metropolitano do Rio de Janeiro*. COPPE/UFRJ. XXVI ENEGEP/ABEPRO - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro 2006.

MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. In: \_\_\_\_\_. *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. *O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. (I - feuerbach) Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. *O Capital. Livro I, Cap. VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. Tradução de Edgard Malagodi, Colaboração de José Arthur Giannotti. – São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999. (Os Pensadores.)

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 1 (o processo de produção do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I, v. 2* (o processo de produção do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro II v. 2* (o processo de circulação do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=560>, acesso em 10/11/2007.

MENEZES, Maria T.C.G. *Economia solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, Editora da UNICAMP, 2002.

MONTANÕ, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, E. P. ; SZMRECSÁNYI, T. *O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a segunda guerra mundial*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100006). Acesso em: 19/12/2009.

MOTA, A. E ; AMARAL, A. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (Org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

MOTA, A. E ; AMARAL, A. S. do. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008b.

\_\_\_\_\_. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social brasileira nos anos 1990 e 2000. In: BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro Reis (Org.) *O serviço social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, A.E. et al. (Org.). *Serviço social e saúde*. formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, MS, 2006.

NATALINO. Luciano Lúcio. *A história da municipalização no Brasil e o papel do município a partir da Constituição de 1988 (estudo de caso: Tanguá/RJ)*. Tanguá/RJ: Câmara de Vereadores do Município de Tanguá, 2004.

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, p.87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis* : revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3 jan./jul. 2001.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o serviço Social posto à prova. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.79, p. 05-26, set. 2004.

\_\_\_\_\_. *A construção do projeto ético-político do serviço social*. Serviço social e saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p.141-160

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. Formação profissional e exame de proficiência em debate. Entrevista. *Praxis*, Rio de Janeiro, n. 41, maio/jun., 2007b.

NEVES, Altineia Maria ; SOBRAL, Claudio. *Diagnóstico social do município de Tanguá – relatório de pesquisa*. Tanguá/RJ: AMCM/Prefeitura do Município de Tanguá, 2005. Disponível em: <http://www.tangua.org.br>. Acesso em 27/08/2008.

NEVES, Altineia Maria. *Trabalho-aposentadoria-velhice: desafios para o movimento sindical e o conjunto da sociedade*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Rio de Janeiro: FSS/UFF, 1998.

OLIVEIRA, Domingos Pessôa da Silva (Coord.). *A história de Tanguá*. Rio de Janeiro: Centro Universitário Augusto Motta; Tanguá, RJ: Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação e Cultura, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. RIZEK, Cibele Saliba (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007a.

ORTIZ, Fátima Grave. Estágio em serviço social e fiscalização do exercício profissional: uma relação necessária. *Espaço COFI. Praxis*, Rio de Janeiro, n. 34, 2006.

PNUD/2000. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/> acesso em 12/12/2009.

PEREIRA, Potyara A.P. A política social no contexto da seguridade social e do welfare state: a particularidade da assistência social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano, 19, n. 56, mar.1998.

PEQUENO, Andreia. A importância de atuar a partir de um projeto de intervenção profissional. *Espaço COFI. Praxis*, Rio de Janeiro, n. 41, maio/jun.2007.

QUINTÃO, A. O parlamento e a política pública de assistência. In: *Democracia Participativa e políticas públicas sociais: legislando para o cidadão*. Belo Horizonte/MG, setembro/2005.

PINASSI, Maria Orlanda. I Convenção Nacional dos Produtores de Aguardente - Rio de Janeiro, 27 E 28 de abril de 1953 – *Cadernos AEL*, n. 7, 1997. Disponível em [http://segall.ifch.unicamp.br/site\\_ael/publicacoes/cadernos/cad-7/Artigo-p6-p147.pdf](http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-7/Artigo-p6-p147.pdf) - Acesso em 19/12/2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RDH/2009 - *Relatório de Desenvolvimento Humano: Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. Disponível em Website do RDH: <http://hdr.undp.org>, acesso em 16/10/2009.

Relatório socioeconômico de 2008 do TCE-RJ. Disponível em [http://www.setrerj.com.br/pdfs/dados\\_tangua.pdf](http://www.setrerj.com.br/pdfs/dados_tangua.pdf). Acesso em 16/12/2009.

RELIGIÃO, fé e política: a teologia da libertação como projeto nacional. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 58,mar. 2006 – Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/058/58ricci.htm>, acesso em 14/10/09.

RIMA/Comperj – *Relatório de Impacto Ambiental do Comperj* – Disponível em : <http://www.scribd.com/doc/13349924/Rima-Relatorio-de-impactos-ambientais-comperj>. Acesso em 19/09/2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei Estadual 5261 de 11 de junho de 2008*. Obriga as instituições da administração estadual direta, indireta e fundacional disporem de local reservado para o atendimento dos assistentes sociais à população.

- SANTOS, Ariovaldo. *Migração e força de trabalho: notas para debate*. UNESP/Pegada Eletrônica, vol. 7, n.2 2 5, Novembro 2006. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA72/v7n2nov2006.htm>, acesso em 11/01/2010.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil – cultura e educação para a democracia*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SERRA, Rose Mary Sousa (Coord.). *O serviço social e os seus empregadores: o mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 1998. 4v.
- SICSÚ, João (Org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci? Sua teoria, incidência no Brasil e influência no serviço social*. 2.ed. Florianópolis: Cortez – Ed. Da EFSC, 1999.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DE DUQUE DE CAXIAS. *O que é reestruturação produtiva?* Rio de Janeiro, 1995.
- SITE OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ. Disponível em: <http://www.tangua.org.br>. Acesso 2008 e 2009.
- SOARES, Laura Tavares. *Retomando o debate da reforma da previdência social*. Disponível em <http://www.seminariops.ufrj.br/>, acesso em setembro de 2007.
- \_\_\_\_\_. *Questões pendentes na configuração de uma política social: uma síntese*. Análise de conjuntura disponível em [http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fQuestoes\\_Pendentes\\_de\\_politicas\\_Social.pdf](http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fQuestoes_Pendentes_de_politicas_Social.pdf), acesso em dezembro de 2008.
- SOUZA, R. G. de. Poder local e gestão de políticas públicas. In: Francisco. E.M.V. ; Almeida, C. C. L. (Org.) *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2007.
- SPOSATI, Aldaíza et ali. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SZMRECSÁNYI, T. ; MOREIRA, G. *A estação experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920 a 1940)*, Unicamp-SP.

Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200003&script=sci_arttext), acesso em 12/12/2009.

TAVARES, M. Augusta. SOARES, M. A. Tavares. O trabalho em pauta. In: *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* : revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 20, nov. 2007.

TAVARES, M. Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdade sociais. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEXEIRA, J.B. ; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

TELLES, Vera da Silva. Pontos e linhas de uma descrição da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. In: FRANCISCO, E.M.V. ; Almeida, C. C. L. (Org.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5.ed. São Paulo: Polis Ltda. 1987. Coleção Teoria e História n.6.

VASCONCELOS, A.M ; MASSON, F.M. *Debate on line sobre "20 anos do SUS"*. Espaço "Temas Atuais" disponível em [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br), (acessado em 12/11/2008).

VASCONCELOS, A.M. *A questão do método na teoria social*, mimeo, FSS/UERJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Serviço social e prática reflexiva. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n.10, p.131-82, 1997.

\_\_\_\_\_. Relação entre teoria-prática: os processos de assessoria e consultoria no serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.56, 1998.

\_\_\_\_\_. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativa na área da saúde*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, M.L.T.W. *A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM. 1998.

Vv.Aa. *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social*. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). 8.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. *O serviço social como especialização do trabalho coletivo*. Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social, Brasília: UNB, Grafline, 2001.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

## APÊNDICE A



Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social

### PESQUISA SOBRE O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE TANGUÁ/RJ

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *“O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção ampliada da questão social e exercício da profissão”*.

O objetivo deste estudo é analisar o processamento do trabalho dos assistentes sociais na realidade do Município de Tanguá e no contexto das migrações dos vários segmentos de trabalhadores e suas respectivas famílias a partir do processo de implantação do Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – e da repercussão no cotidiano profissional do Serviço Social.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas durante uma entrevista. Não haverá risco algum na sua participação e os benefícios relacionados ao seu consentimento são a possibilidade de colaborar no aprofundamento sobre as particularidades do exercício desta profissão e os dilemas que repercutem no cotidiano profissional do Serviço Social e, ainda, contribuir com o debate acadêmico sobre o exercício desta profissão.

Tudo o que for questionado aqui será utilizado para a pesquisa, seu nome não será revelado e tudo o que for dito não irá interferir de forma alguma no seu atendimento no local onde trabalha. Asseguramos o sigilo sobre sua participação e os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação de qualquer pessoa que venha a contribuir com este estudo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da instituição responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Pesquisadora

#### **Instituição responsável:**

UERJ - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social  
Rua São Francisco Xavier, 524 – 9º andar – Bloco D do Pavilhão João Lyra Filho, Campus Maracanã. Tel. (21) 2334-0572 (ramais: 212 e 213).

**Coordenadora da Pesquisa:** Altineia Maria Neves (Mestranda da FSS/UERJ: altineves@gmail.com)

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios do meu consentimento para realização da pesquisa e concordo em participar.

---

Local/Data

---

Assistente Social

## APÊNDICE B



Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social

### PESQUISA SOBRE O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE TANGUÁ/RJ

**Título da Pesquisa:** "O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção ampliada da questão social e exercício da profissão"

**Coordenadora:** Altineia Maria Neves (Assistente Social e Mestranda do PPGSS/UERJ)

**Formulário de Entrevista nº** \_\_\_\_\_

**Duração:** \_\_\_\_\_

#### I. Informações Gerais

1.1 Idade: \_\_\_\_\_ 1.2 sexo: \_\_\_\_\_ 1.3 Est.Civil: \_\_\_\_\_ 1.4 Religião: \_\_\_\_\_ 1.5 Etnia: \_\_\_\_\_

1.6 Residência ( ) Município Tanguá ( ) Outro Município: \_\_\_\_\_ Tempo de deslocamento \_\_\_\_\_

1.7. Natureza da Instituição onde trabalha: ( ) Pública ( ) Privada

#### II. Formação Profissional e ingresso no Mercado de Trabalho:

2.1 Graduação: ( ) Pública ( ) Privada Onde? \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

2.2 Outra Graduação: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

2.3 Especialização: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

2.4 Pós-Graduação: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

2.5 Outros \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

2.6 Quais os fatores que influenciaram na sua escolha profissional? \_\_\_\_\_

2.7 Você é incentivado pela instituição para se aperfeiçoar profissionalmente? ( )sim ( )não Como/Em quê? \_\_\_\_\_

2.8 Você acha que a qualidade da formação acadêmica foi satisfatória para seu ingresso no mercado de trabalho? ( )sim ( )não Por que? \_\_\_\_\_

2.9 Quais as lacunas que você apontaria na sua formação profissional? \_\_\_\_\_

2.10 Qual foi o intervalo de tempo entre a formatura e o primeiro emprego? \_\_\_\_\_

2.11 Em quantas instituições já trabalhou como assistente social? \_\_\_\_\_

#### III. Condições do Trabalho Profissional

3.1 Tempo de Trabalho na Instituição: \_\_\_\_\_ Função que ocupa: \_\_\_\_\_

3.2 Tipo de Vínculo: ( ) Estatutário ( ) CLT ( ) Contrato Temporário ( ) Comissionado ( ) Outro: \_\_\_\_\_

3.3 Faixa salarial: \_\_\_\_\_ 2.4 Carga horária/Semana: \_\_\_\_\_

3.4 Qual é o regime de cumprimento dessa carga horária? \_\_\_\_\_

3.5 Há controle de cumprimento da carga horária: ( )sim ( )não Como: \_\_\_\_\_

3.6 Há exigência de produtividade: ( )sim ( )não Como: \_\_\_\_\_

3.7 O regime de trabalho é igual para os outros profissionais de nível superior? ( )sim ( )não ( ) não sabe

3.8 O salário é igual para os outros profissionais de nível superior? ( )sim ( )não ( ) não sabe

3.9 Atualmente você tem outro emprego? ( )sim ( )não. Qual é o principal? ( )Este ( )Outro: ( )Público ( )Privado

3.10 Você se sente sobrecarregado em seu trabalho? ( )sim ( )não Por que? \_\_\_\_\_

3.11 Como avalia as **condições das instalações** que você ocupa na instituição: ( )satisfatório ( )insatisfatório, informar em que sentido: \_\_\_\_\_

3.12 Qual o seu nível de satisfação com o emprego ( ) ótimo ( )Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Por que? \_\_\_\_\_

3.13 Participa de Órgãos da Categoria ou de outra associação dos trabalhadores? ( )sim ( )não Quais e como?

#### IV. Inserção nas Políticas Públicas do Município:

4.1 Seu trabalho profissional está vinculado a qual política no município? \_\_\_\_\_

4.2 A sua atuação profissional está relacionada a outras políticas públicas? Quais? Por quê? De que forma? \_\_\_\_

4.3 Há vínculo entre seu trabalho e as políticas das outras esferas de governo (estadual, federal)? ( )sim ( )não Qual/Quais? \_\_\_\_\_

4.4 Você conhece a legislação específica sobre esta/s política/s? ( )sim ( )não

4.5 O que o Município tem de **específico** em relação a estas políticas? \_\_\_\_\_

#### V. Conhecimento sobre a População Atendida

5.1 Você conhece a população que atende ( )sim ( )não

5.2 Você tem acesso a alguma pesquisa sobre o perfil sócio-econômico-cultural e/ou epidemiológico da população de Tanguá (IBGE, DATASUS, Diagnóstico Social do Município, etc)? ( )sim ( )não Qual? \_\_\_\_\_

5.3 Qual é o perfil dessa população:

<b>Idade</b>	
<b>Etnia</b>	
<b>Sexo</b>	
<b>Origem</b>	
<b>Escolaridade</b>	
<b>Ocupação</b>	
<b>Renda Familiar</b>	
<b>Situação Imobiliária</b>	

5.4 Quais as expressões da questão social que mais se destacam no município? \_\_\_\_\_

5.5 A atual rede de proteção social do município atende as expressões da "questão social" que aqui se apresentam? ( )sim ( )não. Se não, o que falta? \_\_\_\_\_

5.6 Neste período em que você está trabalhando no município de Tanguá, você tem observado alguma mudança no perfil da população atendida? ( )sim ( )não Quais mudanças? \_\_\_\_\_

5.7 Você acha que o governo local favorece a participação popular ( )sim ( )não De que forma? \_\_\_\_\_

5.8 Quais são as demandas dirigidas ao Município? \_\_\_\_\_

5.9 Quais são as demandas dirigidas ao Serviço Social? \_\_\_\_\_

5.10 Quais são as expectativas da população atendida? \_\_\_\_\_

5.11 Como você avalia os serviços que presta à população? \_\_\_\_\_

5.12 Quais as conseqüências que você observa da prática do Serviço Social para a população usuária? \_\_\_\_\_

#### VI. Implantação do Comperj e impacto no município:

6.1 Você acompanha o processo de implantação do Comperj na Região? ( )sim ( )não De que forma? \_\_\_\_\_

6.2 Você percebe o impacto deste projeto da Petrobrás na realidade do município? Como? \_\_\_\_\_

6.3 Atualmente já acontece um processo migratório de trabalhadores e suas respectivas famílias para o município de Tanguá, em busca de oportunidades de trabalho a partir da Comperj. De que forma você acha que essa migração pode interferir no trabalho dos assistentes sociais desta municipalidade? \_\_\_\_\_

#### VII. Rotina profissional:

7.1. Planejamento do Trabalho:

7.1.1 O Serviço Social tem um projeto de Intervenção profissional por escrito ( )sim ( ) não.

Se sim, é ( )Coletivo( )Individual Data da elaboração:\_\_\_\_\_

7.1.2 O assistente social tem liberdade para planejar, realizar e alterar as suas atividades? ( )sim ( ) não

7.1.3 No relacionamento com colegas e chefias sua autonomia profissional sofre interferência? ( )sim ( ) não

De que forma? \_\_\_\_\_

## 7.2 Rotina de Trabalho

7.2.1 Qual é a sua rotina de trabalho?

7.2.2 Quem organizou sua rotina de trabalho? ( ) Você ( ) Instituição ( ) Equipe ( ) Outro: \_\_\_\_\_

7.2.3 Você concorda com esta rotina: ( )sim ( ) não Por que? \_\_\_\_\_

7.2.4 Sua rotina está organizada tendo em vista os interesses e necessidades dos usuários?( )sim( )não( ) não sabe

7.2.5 O que mais faz o Serviço Social nesta unidade/política que você gostaria de apontar? \_\_\_\_\_

7.2.6 Há plantão específico do Serviço Social neste local de trabalho? ( )sim ( ) não

## 7.3 Quais são os Instrumentos/recursos necessários na realização do seu trabalho?

7.3.1 Equipamentos: \_\_\_\_\_

7.3.2 Registro e/ou sistematização: \_\_\_\_\_

7.3.3 Legislações que dão amparo legal à profissão: \_\_\_\_\_

## 7.4 Supervisão de Estagiários:

7.4.1 Você é ou já foi supervisor? ( )sim ( ) não

7.4.2 Quanto tempo? \_\_\_\_\_ Quais Estabelecimentos de Ensino: \_\_\_\_\_

7.4.3 Atualmente você tem estagiário? ( )sim ( ) não Se não, por quê? \_\_\_\_\_

7.4.4 Há uma relação estabelecida entre supervisão de campo e supervisão acadêmica? ( ) Sim ( ) Não Como?

7.4.5 Como você avalia sua experiência de supervisora? \_\_\_\_\_

## 7.5 Trabalho em Equipe

7.5.1 Você trabalha em equipe? ( )sim ( ) não

7.5.2 Com profissionais de quais áreas? \_\_\_\_\_

7.5.3 Vocês realizam reuniões com frequência? ( )sim ( ) não

7.5.4 Sobre o que discutem? \_\_\_\_\_

7.5.5 Que outros tipos de contato realizam em equipe? \_\_\_\_\_

7.5.6 Quais os desafios que você percebe no trabalho numa equipe multiprofissional? \_\_\_\_\_

## 7.6 Controle Social

7.6.1 Você conhece os Conselhos de Política e de Direitos de Tanguá?

( ) Sim. Qual/Quais? \_\_\_\_\_

( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

7.6.2 Você participa e/ou participou de algum **conselho ou fórum** de defesa dos direitos?

( ) Sim. Qual? Em que nível (municipal, estadual, nacional)? \_\_\_\_\_

( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

7.6.3 O que você acha desses espaços? \_\_\_\_\_

7.6.4 Você encaminha os usuários ou articula de alguma maneira sua atuação com os Conselhos Municipal/Estadual?

( ) Sim ( ) não Como? \_\_\_\_\_

7.6.4 Seu trabalho está articulado há algum **movimento social local/região**? ( )sim ( )não Qual? \_\_\_\_\_

### **VIII. O Serviço Social em Tanguá:**

8.1 Há algum canal de comunicação interna entre os assistentes sociais que atuam no município: ( )sim ( )não  
Qual? \_\_\_\_\_

8.2 Quais os assistentes sociais da minha lista de contato que você conhece e tem relação de trabalho? \_\_\_\_\_

8.3 Quais são os principais desafios colocados à profissão nesta municipalidade? \_\_\_\_\_

8.4. Você teria algo a comentar sobre a entrevista ou sobre alguma outra informação? \_\_\_\_\_

Entrevistadora

Local/Data